



PROJETO DE LEI Nº 142/96 de 04 12 96

AUTORIA: DEPUTADO MÁRIO MAMEDE

**EMENTA**

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA.

**DISTRIBUIÇÃO**

À COMISSÃO **CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
PRESIDENTE DEPUTADO(A) FRANCISCO AGUIAR

À COMISSÃO   
PRESIDENTE DEPUTADO(A)

À COMISSÃO   
PRESIDENTE DEPUTADO(A)

À COMISSÃO   
PRESIDENTE DEPUTADO(A)

À COMISSÃO   
PRESIDENTE DEPUTADO(A)

LEI ESTADUAL Nº 12.706, DE 09.07.97

D.O. 15.07.97

Autógrafo  
32  
19/06/97



 PROJETO DE LEI 0142/96

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CEARÁ

PROTOCOLO DE ENTRADA NO EXPEDIENTE LEGISLATIVO

EM 04/12/96 REC. POR *Juarez*

PODER DO POVO  
**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**

**Considera de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.**

**Art. 1º - É considerado de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, sociedade civil sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, com sede e foro na cidade de Fortaleza, à rua Sobral, S/N - Centro**

**Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário**

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ,  
em Fortaleza, aos 04 de dezembro de 1996.**

**Dep. Mário Mamede  
Partido dos Trabalhadores.**

## JUSTIFICATIVA

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), entidade criada em 1982 por determinação da Assembleia Arquidiocesana de Fortaleza, vem ao longo de seus mais de doze anos de existência dando apoio jurídico e organizacional às comunidades que lutam por seus direitos

Nestes anos, o trabalho da equipe ganhou maior amplitude, passamos da defesa jurídica na área de terra e moradia a fazer, também, um trabalho de orientação e apoio à organização comunitária, e, nos último três anos, começamos a intervir com mais força na problemática da violência e da segurança pública

*Os resultados quantitativos atingidos pelo CDPDH são demais expressivos*

Mais de 200 comunidades apoiadas (Associações de Moradores, Grupos Organizados, CEB's, Sindicatos )

Dos 725 conflitos judiciais acompanhados pelo CDPDH, 528 foram julgados e destes, 464 foram ganhos pelas comunidades Um êxito de 87%

Através da atuação do Centro mais de 2 000 hectares de terra foram assegurados às famílias carentes

Mais de 6 000 famílias conquistaram, através da Igreja, do Governo do Estado ou da Prefeitura, materiais para construir suas casa em regime de mutirão

Em cada 10 famílias que conquistaram moradia em Fortaleza, 6 foram assessoradas pelo CDPDH

Desde 1982, em parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, mantemos um Banco de Dados sobre homicídios que constitui-se na maior referência sobre violência do Ceará A partir do Banco de Dados acompanhamos a eficiência das políticas de segurança pública e dispomos de informações sistematizadas que permitem traçar um perfil das vítimas e acusados de homicídios, bem como das circunstâncias que envolvem este delito no Ceará

A partir da avaliação participativa das atividades desenvolvidas pela entidade desde 1982 definimos o plano de trabalho para os próximos anos centrados nas temáticas TERRA E MORADIA, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



Deputado Mário Mamede  
PT/Ce



REQUERIMENTO Nº 1  
MENSAGEM Nº 1  
PROJETO DE LEI Nº 142, 96  
VETO Nº 1  
COMISSÃO ( )  
LIDO EM 112ª SESSÃO Ordinária  
( ) EM 112ª SESSÃO ORDINÁRIA  
( ) EM 112ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
( X ) EM 112ª SESSÃO EM PRUTA  
( ) PRUTA ( )  
( ) ENVIADO AO SENADO DO REQUERIMENTO  
( ) ENVIADO À PRESIDÊNCIA  
( ) ENVIADO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PLENÁRIO 13 DE 05 DE 12 DE 1996



CARTÓRIO MELO JÚNIOR

CERTIDÃO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

O Bacharel em Direito José Evandro de Melo Júnior, Oficial do Registro Especial de Títulos, Documentos e outros papéis desta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, por título vitalício e nomeação local, etc,

CERTIFICA, por solicitação verbal de parte interessada, através do escrevente responsável pelo expediente do 3º R.T.D. e 3º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza, estado do Ceará, por determinação do Sr. Oficial Titular, que após as buscas havidas nos Livros e Microfilmes desta delegação, entre Fevereiro de 1.973 à data desta, consta o lançamento do Registro do ESTATUTO, da sociedade denominada CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA protocolo de nº 97255 em data de 18 de Outubro de 1.994, microfilme róló nº (198), com sede e foro jurídico nesta cidade de Fortaleza, estado do Ceará, mediante o qual o adquiriu personalidade jurídica, depois de satisfeitas as formalidades legais, custas de certidão recolhidas em R\$ 5,25 (Cinco Reais e vinte e cinco Centavos). Dou fé, Eu, [Signature], escrevente compromissado, datilografei a presente certidão de certidão. O referido é verdade e dou fé.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

[Signature]  
Marlon Palácio da M. Santos  
ESCREVENTE COMPROMISSADO

Rua Major Facundo, 713 - Telefones 226-5572 e 231-1553 - DR. JOSÉ EVANDRO DE MELO JÚNIOR  
6º Notário Público e Oficial do Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis  
REGNOBERTO MARQUES DE MELO JÚNIOR TABELIAO SUBSTITUTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

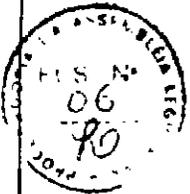
COORDENAÇÃO GERAL  
DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO

**CGC**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
00.278.803/0001-29

ATIV PRINCIPAL  
R1.11

VÁLIDO ATÉ  
30/06/98



NATUREZA JURÍDICA  
16 - ASSOCIAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL  
044857184-68

ÓRGÃO DA SRF  
0310100 - FORTALEZA

FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL  
CENTRO DE DEF E PROM DOS DIR HUM DA ARQUI DE FORTALEZA

NOME FANTASIA  
CENTRO DE DEFESA

LOGRADOURO  
RUA SOBRAL

NÚMERO  
S/N

COMPLEMENTO  
SUB SOLO CATEDRAL

CEP  
60030-030

BAIRRO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
FORTALEZA



DESCRIÇÃO ATIVIDADE ECONÔMICA  
ASSISTENCIA SOCIAL

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES  
Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado, ainda que por oposição do cartão  
padronizado do CGC

M960549

**FICHÁRIO CENTRAL DE OBRAS SOCIAIS DO CEARÁ — F.C.O.S.C.**

Registro no Conselho Nacional de Serviço Social de acordo com o Processo 22 217/1960, de 14/03/1960, e considerado de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 6 372, de 29/08/1963



**ATESTADO DE FUNCIONAMENTO**

Decreto nº 10.165 - (Diário Oficial do Estado do Ceará de 02.02 1973)

Decreto nº 19.003 - (Diário Oficial do Estado do Ceará de 17 12.1987)

A PRESIDENTE do Fichário Central de Obras Sociais do Ceará, sediada em Fortaleza.

A T E S T A, para os fins previstos nos Decretos nº 10.165, de 01 de fevereiro de 1973 e nº 19.003, de 15 de dezembro de 1987 e por solicitação escrita da parte interessada, que a entidade CENTRO DE DEF. E PROM. DOS DIRS. HUMS. DA ARQ. DE FOR situada na RUA: SOBRAL nº S/Nº Bairro CENTRO em Fortaleza, está registrada neste Fichário sob o nº 8903S02070 / 95, com base na documentação apresentada e encontra-se em funcionamento, conforme foi verificado, através de visita realizada pela pesquisadora SÔNIA MARIA RODRIGUES NOGUEIRA NOBRE/ASSISTENTE SOCIAL DA DAQS CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA.

Fortaleza, 27 de JULHO de 19 95

resm.

Presidente do F.C.O.S.C.

Coordenador Técnico do F.C.O.S.C.

Este atestado tem v. de de seis (6) meses conforme art 4º do Decreto nº 10.165, de 1º 02 1973

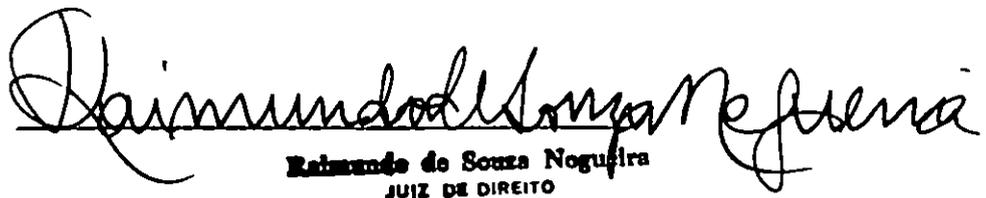
Decreto nº 19.003, de 15.12.1987, conforme o art. 5º só será concedida subvenção social à entidade devidamente registrada no F.C.O.S.C.



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito junto ao Poder Legislativo do Estado do Ceará que **Pe. LINO ALLEGRI**, italiano, solteiro, pároco, domiciliado na Rua Sobral, S/N, Catedral da Sé, Fortaleza-CE, portador da carteira de identidade de estrangeiro N° 0704351, possui ilibada conduta e idoneidade moral

Fortaleza, 03 de março de 1997

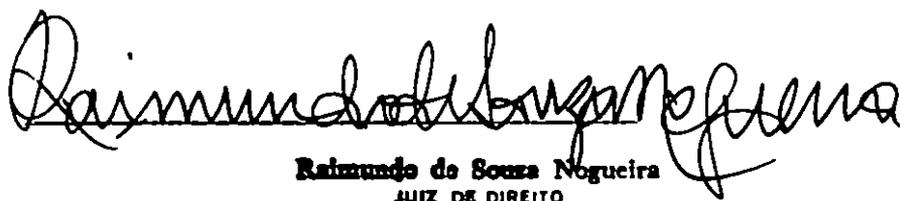
  
**Edmundo de Souza Nogueira**  
JUIZ DE DIREITO



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito junto ao Poder Legislativo do Estado do Ceará que **ROSIANA PEREIRA QUEIROZ**, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Rua Coronel João Correia, 3223, Fortaleza-CE, portadora da carteira de identidade N° 91002207099 SSP-CE, possui ilibada conduta e idoneidade moral

Fortaleza, 03 de março de 1997



**Raimundo de Souza Nogueira**  
JUIZ DE DIREITO



## DECLARAÇÃO

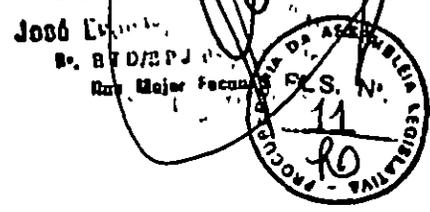
Declaro para os devidos fins de direito junto ao Poder Legislativo do Estado do Ceará que **RENAN CAJAZEIRAS MONTEIRO**, brasileiro, casado, defensor público, residente e domiciliado na Rua Papi Júnior, 1765, Rodolfo Teófilo, Fortaleza-CE, portador da carteira de identidade de estrangeiro N° 9000300725-7 SSP-CE, possui ilibada conduta e idoneidade moral.

Fortaleza, 03 de março de 1997.

**Raimundo de Souza Negreira**  
JUIZ DE DIREITO

E S T A T U T O

CDPDH - CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA  
ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA



CAPITULO I

**DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS**

Art. 1º. - O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza é uma Entidade autônoma, sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, tendo sede e foro na cidade de Fortaleza, com duração por prazo indeterminado.

Art. 2º. - O CDPDH tem os seguintes objetivos:

- I - Assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos, injustiçados, sem voz e sem vez;
- II - Defender e promover a justiça e a paz, conscientizando, defendendo e promovendo os direitos e deveres fundamentais da pessoa humana, do cidadão, da família, no sentido de formar comunidades livres e solidárias;
- III - Atender os problemas de terra e moradia, de interesse das comunidades carentes em colaboração com outras entidades;
- IV - Assessorar a organização dos trabalhadores e apoiar as comunidades organizadas ou em processo de Organização para a construção de uma sociedade justa e fraterna;
- V - Apoiar as questões de interesse indígena;
- VI - Defender o meio ambiente em todos os seus aspectos, exigindo, para tanto, a participação do poder público e conscientizando a coletividade do dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Paragrafo Unico - Todos estes objetivos devem ser trabalhados em articulação com as Regiões Episcopais da Arquidiocese de Fortaleza.

Art. 3º. - Para alcançar seus objetivos o CDPDH contará com recursos oriundos da Arquidiocese de Fortaleza, doações de particulares, podendo firmar convenios com entidades nacionais e internacionais de natureza pública ou privada.

CAPITULO II

**DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

Art. 4º. - O CDPDH tem a seguinte estrutura:

- I - Presidência
- II - Assembléja
- III - Diretoria
- IV - Departamento Jurídico

V - Departamento de Educação

Parágrafo Único - Uma equipe autônoma de apoio à Questão Indígena.

CAPITULO III

**DA ADMINISTRAÇÃO E COMPETENCIA**

**DA PRESIDENCIA**

Art. 50. - O cargo de Presidente do CDPDH é privativo do Arcebispo Metropolitano de Fortaleza.

Art. 60. - Compete ao Presidente:

- a) Convocar e presidir a Assembléia Geral de acordo com os Estatutos;
- b) Representar a instituição judicial e extrajudicialmente;
- c) Cumprir e fazer cumprir estes estatutos assim como o regimento interno;
- d) Assinar todo e qualquer documento de responsabilidade da instituição;
- e) Contratar pessoal, serviços e aquisição de qualquer material, bem como rescindir qualquer espécie de contrato mantido pela instituição, mediante a anuência da Assembléia.

Parágrafo Único - O Presidente nomeará o Diretor a quem delegará seus poderes.

**DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 70. - A Assembléia Geral é o órgão deliberativo do CDPDH, composta pelo Presidente, Diretor, Vigários Episcopais, um representante das Coordenações Regionais e pelos membros do CDPDH.

Parágrafo Primeiro: A Assembléia Geral reunir-se-á por convocação do Presidente, através de carta circular:

- a) Ordinariamente uma vez por ano;
- b) Extraordinariamente sempre que se fizer necessário, por convocação de 2/3 dos sócios ou por convocação do presidente.

Art. 80. - Compete a Assembléia Geral:

- a) Deliberar sobre o programa de trabalho em todos os setores de atuação do CDPDH;
- b) Avaliar e aprovar os planos de Ação do CDPDH;
- c) Apresentar uma lista triplice, ao Arcebispo Metropolitano, dos nomes para nomeação do cargo de Diretor do CDPDH.

DA DIRETORIA.

Emls. Rua Major Fausto 660

Art. 7º. - A Diretoria será constituída por Diretor, Secretário e Tesoureiro.

Parágrafo Primeiro: Compete ao Diretor exercer por delegação Presidente, todas as suas atribuições.

Parágrafo Segundo: Compete a Secretaria:

- a) Responsabilizar-se por toda comunicação interna e externa;
- b) Apresentar relatórios periódicos das atividades da instituição;
- c) As demais atribuições atinentes à Secretaria Executiva serão definidas no Regimento Interno.

Parágrafo Terceiro: Compete à Tesouraria:

- a) Receber juntamente com o Diretor, os recursos destinados à instituição;
- b) Efetuar pagamento determinados pelo Diretor;
- c) Elaborar relatórios financeiros periódicos.

### DOS DEPARTAMENTOS

Art. 10º. - Departamento Jurídico:

Compete ao Departamento Jurídico:

- a) Assumir a defesa, postulação e incentivar a conciliação dos litígios, quando se fizer necessário, das comunidades carentes na área da Arquidiocese;
- b) Dar orientação jurídica a todos que necessitam dos conhecimentos das leis que os protegem;
- c) Assessoramento jurídico, postulatório, pedagógico, de sindicatos de servidores públicos.

Art. 11º. - Compete ao Departamento de Educação:

- a) Assumir a organização das comunidades no sentido de reivindicarem seus direitos lesados ou negados;
- b) Fortalecer as lutas pelas reformas urbanas e rurais e apoiar as lutas sociais por moradia;
- c) Desenvolver ações preventivas, suscitando nas comunidades a criação de associações para unidas lutarem por seus direitos.

Art. 12º. - Compete a Equipe de Apoio à Questão Indígena:

- a) Elaborar projetos e redigir relatórios financeiros e administrativos;
- b) Receber e administrar os recursos financeiros;
- c) Manter correspondências;
- d) Fiscalizar e avaliar as atividades financeiras e administrativas da Equipe executadas pelos seus membros, supervisionadas pelo presidente do CDFDH.

Art. 13º. - Objetivos específicos da Equipe de Apoio à Questão Indígena:



- Ata - Rua Major Segundo 602
- Estudar a etnia levando uma ação através da organização dos trabalhos comunitários e da partilha e solidariedade entre as comunidades indígenas;
  - Trabalhar a Educação a partir do resgate ético, histórico e cultural dos povos indígenas, respeitando costumes e tradições;
  - Assessoria jurídica com conhecimentos antropológicos da causa indígena;
  - A saúde indígena será intensificada, fortalecendo e valorizando o tratamento através de remédios da fauna e flora usados pelos índios;
  - Apoiar a indentificação de demarcação das terras indígenas assegurando a preservação dos costumes e tradições que está além da sobrevivência física e cultural.

Parágrafo Único: A equipe poderá ter também a denominação de Pastoral Indigenista.

#### CAPITULO IV

##### DOS DIREITOS E DEVERES DOS SOCIOS

Art. 14o. - O CDPDH sera constituído de sócios fundadores, efetivos e honorários.

Parágrafo Primeiro: Sócios fundadores são os que assinam a ata da de fundação.

Parágrafo Segundo: Sócios efetivos são os que de forma permanente participam da vida institucional. há no mínimo 2 anos, acompanhando as atividades desenvolvidas e contribuindo para a sua repercussão social.

Parágrafo Terceiro: Sócios honorários são aqueles que prestaram sua contribuição ao desenvolvimento do Centro em alguma fase de sua trajetória.

Art. 15o. - é direito exclusivo dos sócios efetivos:

- Votar e ser votados nas Assembléias;
- Participar das Assembléias Gerais;
- Propor Assembléia Geral com apoio de 1/3 dos demais sócios;
- Respeitar as deliberações da Assembléia Geral;
- Zelar pelo cumprimento dos objetivos da Entidade.

Parágrafo Único: Considerar-se-ão também sócios efetivos os Vigários Episcopais no exercício de suas funções.

#### CAPITULO V

##### DO PATRIMONIO

- Art. 16o. - Constituem patrimônio da instituição:
- Todos Os bens moveis e imóveis adquiridos em seu nome;
  - As doações e legados de particulares ou de instituições publicas ou privadas.

CAPITULO VI

## DA ELEIÇÃO

Art. 17o. - A Assembléia Geral é o órgão de deliberação, ocasião em que os sócios exercerão plenamente os seus direitos e deveres. As suas deliberações deverão ser homologadas pelo Presidente.

Parágrafo Primeiro: A Diretoria será eleita ou destituída em Assembléia Geral, convocada para este fim, com o quorum de 2/3 em primeira convocação, e em segunda com qualquer número, uma hora após a primeira, exceto o cargo de Presidente que será privativo do Arcebispo Metropolitano de Fortaleza.

Parágrafo Segundo: Com exceção do Presidente os membros da Diretoria serão eleitos por 2/3 da Assembléia Geral.

Parágrafo Terceiro: A Diretoria exercerá o seu mandato pelo prazo de dois (02) anos, podendo ser reeleita por mais um mandato.

Parágrafo Quarto: Os representantes das Regiões Episcopais e seus suplentes serão escolhidos pelas coordenações de pastoral de cada região.

Parágrafo Quinto: O Diretor será nomeado pelo Presidente, dentre três (03) nomes indicados pela Assembléia Geral, disponíveis a assumir o cargo. Os demais membros serão eleitos em Assembléia Geral com o quorum de 2/3.

CAPITULO VII

## DA DISSOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Art. 18o. - A dissolução do CDPDH somente poderá ser efetivada, quando o mesmo não tiver condições para cumprir seus objetivos conforme Art. 2o. e após proposição da Diretoria aprovado pelo Presidente do CDPDH e mediante o referendun de 2/3 dos membros da Assembléia Geral.

Art. 19o. - Em caso de dissolução do CDPDH, seu patrimônio será doado para Entidades Congêneres da Arquidiocese de Fortaleza.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

- Art. 200. - Em razão de seu caráter filantrópico, a todos os que exercem cargo nesta Instituição é vedado, a qualquer título, receber remunerações.
- Art. 210. - Todas as controvérsias e omissões decorrentes da execução dos presentes Estatutos, serão dirimidos pelo Conselho Fiscal ou pelo Presidente.
- Art. 220. - Os Sócios fundadores e efetivos perderão esta qualidade, aos se desligarem da Instituição.
- Art. 230. - Os presentes Estatutos poderão ser modificados a qualquer tempo, por deliberação de 2/3 da Assembléia Geral com anuência do Presidente.
- Art. 240. - Concluído o processo de registro com a publicação no Diário Oficial estes Estatutos entrarão em vigor imediatamente.



Fortaleza, 12 de setembro de 1994.

Pe. Lindo Allegri

PE. LINDO ALLEGRI, ITALIANO, SOLTEIRO,  
DIRETOR, CPF No. 044 857 184 - 68 ,  
R.G. No. 0704351, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CAPITAL A RUA LARGA, 44 - CONJUNTO VILA NOVA - CEP. 60333-090.

RENAN CAJAZEIRAS MONTEIRO, BRASILEIRO,  
CASACO, 10. TESOUREIRO, R.G. 9000300-7257 - SSP/CE, CPF 265 998 803 - 04 .  
RESIDENTE E DOMICILIADO NESTA CAPITAL, A RUA FAPI JUNIOR, 1765 - RODOLFO TEOFILO - FORTALEZA-CEARA.

Maria Zenaide Oliveira

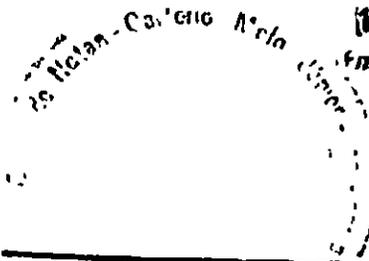
MARIA ZENAIDE OLIVEIRA, BRASILEIRA,  
SOLTEIRA, 1a. SECRETARIA, R.G. 636.659.  
SSP/CE, CPF. No. 060 065 743 - 49. RESIDENTE E DOMICILIADA A RUA 89, CASA 251 - CONJUNTO JOSÉ WALTER - FORTALEZA, CEARA.

3º. R. P. J. DE FORTALEZA - CEARA

REGISTRO Nº. 97255

18 OUT 1994 - PAGINA: 081 08

Rua Major Facundo 660



José Evandro do Monte  
P. RTD/MPJ de Fort  
Rua Major Facundo



DIÁRIO OFICIAL Nº 26.385 (Parte D) FORTALEZA-Ceará-Brasil 16 de Setembro de 1994 133

CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA

EXTRATO

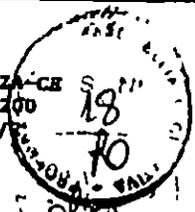
O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, tendo como sigla CDPDH, Entidade sem fins lucrativos, com sede em Fortaleza, à Rua Sobral, nº 67, tendo como finalidade a Defesa das Comunidades Carentes, Justiça e Segurança Pública, Terra e Moradia. Atendendo a qualquer Entidade sem discriminação de raça, nacionalidade, sexo, credo religioso e político. O Regimento Interno será subscrito para funcionamento da Entidade e será dividido em unidades de prestação de serviço. Os sócios, seu número é ilimitado, tendo direitos e deveres. A administração será Assembleia Geral,

Diretor, Secretária, Conselho Fiscal e Tesoureiro. O patrimônio do CDPDH é constituído de bens móveis, imóveis, veículos, assentados, ações e apólices de dívida pública. Sendo extinta a Entidade, seu patrimônio será destinado a uma Instituição Congênera, com personalidade jurídica ligada a Arquidiocese de Fortaleza, a deliberar por dois terços (2/3) dos sócios votantes. Poderá, a Entidade reformar o Estatuto por deliberação de dois terços (2/3) da Assembleia Geral. Não haverá remuneração pelo exercício do cargo na Administração e Conselho Fiscal.

Fortaleza, 12 de Setembro de 1994.

Pe. Lino Almeida

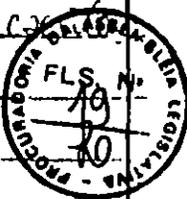
26340-A



Ata da Assembleia de eleição da diretoria do  
Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos  
nos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH

Com vinte dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e seis, no sub-solo da Catedral Metropolitana de Fortaleza, realizou-se a Assembleia de eleição da diretoria do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH tendo em vista que no mês de setembro finalizou o mandato da atual gestão, que teve duração de setenta e seis dias de mil novecentos e noventa e quatro a vinte e seis de mil novecentos e noventa e seis. Estiveram presentes a antiga diretoria, tendo como presidente Dom Hummes, a equipe do CDPDH (advogados, educadores, funcionários de apoio e estagiários) e os sócios - Vigários, Cônegos e Pastores da Arquidiocese. A reunião iniciou-se com a apresentação dos trabalhos do CDPDH nos últimos anos, onde percebe-se as dificuldades no enfrentamento dos problemas gerados pela situação de pobreza do povo e pelo modelo econômico do país, mas também uma forte motivação para a criação de políticas públicas fazendo parcerias com a sociedade civil organizada, ONG's, igrejas e mesmo com os governos municipal e estadual. A palavra foi dada aos presentes para que se colocassem em relação ao trabalho desenvolvido pelo Centro bem como em relação a uma maior participação dos sócios nas atividades da entidade. Em seguida foi eleita por aclamação a nova diretoria, que continua o diretor Padre Leino Allegri, sendo renovada a secretaria, que será exercida por Roseana Pereira. Na tesouraria permanece Renan Cajazeiras. Esta diretoria terá duração de dois anos, a contar da data de eleição. E por não haver nada mais a tratar

cuja Ana Maria de Freitas, houver a referida ata, a qual  
se aprovada, será assinada por mim e pelos p[ro]curadores



Ana Maria de Freitas

+ Cláudio Quimeres

Pe. Lino Aleffi

Magia Teuride Oliveira

Deuon N.

Pe. Antonio da S. Siqueira Rodrigues (Pe. ~~Trindade~~)

Pe. Pedro Houllenberg

Pe. Manoel Pereira

Miguelthearj; Remonde Aguiar

Maria da Conceição de Almeida

Pe. Carlos Bugninski

Maria de Lourdes dos Santos

Luiz Paulo

Maria Edite Silva

Thales Lopes de Castro

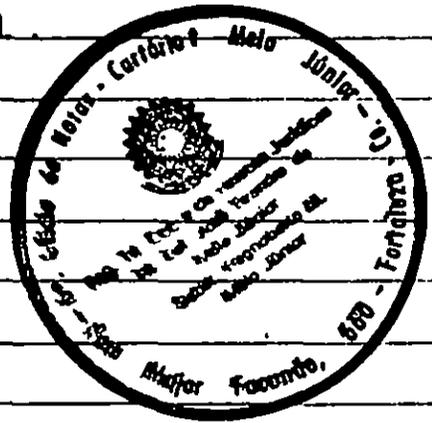
João Carlos de Castro  
Gundo Chaves Amadeu

Chabellor Costa Pinheiro

Josef Costa

Rosiana Pereira Bugninski

Fernando Silva de Sousa



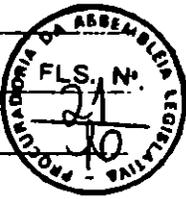


Ata da Assembleia Ordinária do P<sup>o</sup> Centro de  
Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da  
Arquidiocese de Fortaleza - CDPDA

Aos quinze dias do mês de março de  
novecentos e noventa e seis, às quinze horas, no si-  
minário da Prainha, realizou-se a Ass<sup>o</sup>  
Ordinária do Centro de Defesa e Promoção dos  
Direitos Humanos da Arquidiocese.  
A Assembleia contou com a participação  
representações da Igreja e em  
Na ocasião, foi relatado o trabalho de  
de se percebem vários avanços da entidade  
palmente no que se refere à sua incidência  
políticas públicas. Inclusive, a Co-  
das Tragas, presente à Assembleia, hoje pode es-  
nar o fato do governo municipal  
seu local de moradia, fruto da participação dos in-  
teressados na discussão sobre as mudan-  
ças feitas na Orla Marítima. Sem mais a  
contar, em Ana Maria de Freitas  
ata, a qual será assinada pelos presentes.

Fortaleza, 15 de Março de 1996

Marluza Mendes Vieira  
Mara Luiza Paulino  
Raimundo Alves Souza  
José Lopes de Oliveira  
Maurício S. Souza  
Jovens Costa Lima  
Raimunda Batista C. de Souza  
Patrícia Marques Soares  
Geraldina Maria da Conceição  
Mariana Carley de Sousa  
Sibama Alcântara Pereira



Maria Yvone da Silva Graça  
Rui Ferreira de Melo

Maria Aldemir Batista de Souza

ma Soares Carneiro

Maria do Socorro Barbosa

Maria Lúcia de Sousa Rodrigues

Maria Galdino do Nascimento

Maria de Souza Melo

Maria de Souza Melo

Maria de Souza Melo

Maria Vilma Mendes

Maria Jozeir Soares Gonçalves

Maria de Souza Melo

Maria dos Prazeres Cosmo

Rivalda Timbó Ribeiro

Rafaela Alexandrina de Oliveira

Rosemary Gomes Aguiar

Maria Inês da Silva

Maria das Dores da Silva

Maria Tatiana de Oliveira

Maria da Silva

Maria Inês da Silva

Maria Valéria de Alcântara Pereira

Maria Alcântara Pereira

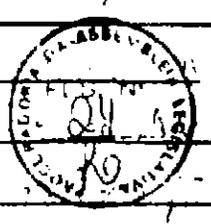
Maria Silva de Lima

Maria Inês da Silva

Cláudia Faria da Costa  
 Maria Seda da Silva Sales  
 Suzana Viturina da Costa  
 Jéssica de Souza Oliveira  
 M. Sulete de Souza Oliveira  
 Joana Nascimento dos Santos  
 Geraldo Furtado Araújo  
 Francisco Moura Melo  
 Yvelina Mendes da Costa  
 M. Luziani de  
 Sueli Costa dos Santos  
 Maria Antônia Souza Vieira  
 José Roberto da Costa  
 Mariela Soares Mendes  
 Maria Rainalda dos Caminhos  
 Leticia Alves  
 Carlos Accacio  
 Maria de Lúcia Camelo Tito  
 Espetadora Rodrigues  
 Bernadete Alves  
 Maria Furtado do Nascimento  
 Claudenir Araújo do Nascimento  
 Francisca Muniz  
 Maria de Jesus Muniz  
 Tereza Muniz Passos  
 Margarida Sousa  
 Priscilla Pereira da Costa  
 Jorge Marcos da Costa  
 Sérgio Pereira da Costa Neto  
 Zuleima de Paiva Pereira  
 Regina Fatima de Moura Lima  
 Francineires dos Santos



Maria da Saúde da Silva  
 Maria do Carmo da Silva Sales  
 Terezinha da Silva Sales  
 Maria Jurandi Pereira  
 Francisca da Silva  
 Luíza Rosa da Silva  
 Maria Ramil de Nogueira dos Santos  
 Eliane Nogueira dos Santos  
 Maria Lucia Ferreira da Silva  
 Francisco Chico das Neves  
 Verônica Barbosa das Neves  
 Maria Cláudia da Silva Moreira  
 Romelia Xavier do Nascimento  
 Marlene Lopes Rebouças  
 Francisca Luciana Lopes  
 Maria Aparecida de Nogueira  
 Ivanete Lima Pereira  
 Francisca Regina Mendes de Oliveira  
 Maria de Fátima Silva Moreira  
 Ana Cláudia da Silva Moreira  
 Ailton GRAGA  
 Viviane Rodrigues  
 Maria das Flores dos Reis  
 Francisca Pereira do Nascimento  
 Rainunda Alves Pereira  
 Francisca Maria Alves  
 Maria Benedita V. O.  
 José Ribamar Correia de Sousa  
 Maria da Glória da Silva  
 Maria da Glória da Silva  
 Rosália Rodrigues Sales



Maria da Conceição Gomes  
Clayna Marlene de Oliveira Souza

Ch. Junete Gomes da Silva  
Alice Cardoso dos Santos

Il.ª Creusa Rodrigues de Oliveira  
Teresa Maria Araújo de Azevedo  
Fábio de Sousa Rocha

Genalda e Gleyd Rocha  
Paulo Vinícius Norberto dos Santos

Maria José de Azevedo  
V.ª Maria Fátima Gomes da Silva  
João Paulo de Sousa  
Agreste Ivan Gomes da Silva

Maria Edna Alves de Melo

Jose Passos de Souza  
Mário Eulálio de S. Costa

Antônio José da Silva  
Lete de Azevedo

Edmar de Azevedo  
Ana América de Souza Melo

Zelita de Souza Melo  
Pedro Francisco dos Santos

Pedro Alby dos Santos  
Francisca Silva de Mesquita

Luiz Roberto dos Santos  
Francisco Alves Barbosa

Antônio de Azevedo  
Antônia Maria da Silva Vasconcelos

Márcia Elizabeth Lima de Paula  
Aimunda dos Santos Lima

José Roberto dos Santos  
Márcia Marlene Freire de Souza

M<sup>o</sup> Marcelino Vieira de Sousa

Valdemir Nogueira Gerson

miranda Fatima Miranda

Francisca Ceci de Silva

Maria Thirley Vasconcelos

Marcos do Sopro de Souza

Marcos do Carmo Lima de Maria

Marcos M<sup>o</sup> Lima Alves

Marcos Cassio S. de Souza

Francisco Rogério Lima Medeiros

Maria Dolores Lima do Nascimento

Roberto Lima Medeiros

Maria Moura de Souza

M<sup>o</sup> S. de Souza Aldeia

Samiriano do nascimento

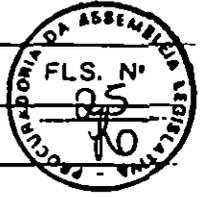
Quilvânia Mendes Uva

Paulo Roberto e Silva

Ana Maria de Freitas

Thiago Almeida Oliveira

Francisco Spina de Silva



~~Handwritten text, mostly illegible due to a large diagonal line crossing through the page.~~

Ata de eleição

Associação dos Dirigentes da Arquidiocese de Fortaleza  
Secretaria Comunitária



Por dezesseis dias, nos meses de setembro de mil e novecentos e noventa e quatro, no sub-polo da Catedral Metropolitana de Fortaleza, sito à Rua Central, S/N - Caixa Postal 1000, foi aberta a Assembleia geral para o ano da primeira diretoria: do Centro de Defesa e Promoção dos Dirigentes da Arquidiocese de Fortaleza. Presentes nesta assembleia os sócios-quadros que, em votação por escrutínio, elegeram: um secretário e um primeiro suplente, não podendo eleger o presidente, por ser o presidente do conselho metropolitano de Fortaleza, não podendo, por este ser nomeado pelo presidente, que por sua vez delega seus poderes a ele (deleitor). Para secretário a Assembleia elegeu a Srta. (Simhonita) Teodoro e para tesoureiro o Senhor Renato Teodoro. E por não haver mais nada a tratar, a Ata de Freitas, lavrada e defendida a ta, a qual não aprovada, será assinada por mim e pelos presentes.

Ana Maria de Freitas

Pe. Lino Alegrini

Virgílio Virgínia de Rodrigues

Antônio Sérgio de Carvalho Barros

Francisco Afrânio de Silva

Maria Luíza de Oliveira

Margarida da Piedade

Maria Constantina Silveira

Francisco Manoel Ferreira Lopes

Eda do Carmo dos Santos

Serapion de Sá

Maria do Socorro

Maria do Socorro

Edna de Jesus

uma obra perisica

F. Carlos Vaqueiro

Ignacio de Jesus Lima Ribeiro

Dona Eduarda da Silva

Maria Vilany S. de Lima

Maria de Nazareth Santiago de Meida

Wagner Sousa da Rocha

Vanilda de Souza Costa AS-ML Coração

Maria Dalila Pinto da Silva

Elenir Teixeira Moraes

F. de Estima S. F. Fernandes

Das Reduções dos Montes

Maria Goreas Rodrigues

M. Maria de Souza

José Espinoza

Maria Alice de Jesus

M. Maria de Jesus da Silva

M. Maria de Jesus da Silva

Dona Trizinha do Nascimento

Maria Sallé Sousa Silva

Maria José de Aguiar Soares

M. Maria de Jesus da Silva

M. Maria de Jesus da Silva

F. de Jesus B. de Jesus

Dona Lidiane da Silva - Família

Laura Helena de Silva - Família

Maria de Fatima R. Mesquita

Antônio da Mota

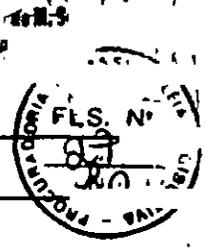
Rocelino Pereira do Santo

Raimundo de Reis

José Carlos de Silva

Olana Oliveira Alves

Maria Garet



Francisca Branda P. Branda

Maria Gillete Freit de Araujo

Francisco Herique de Araujo

Fca Nunes Bezerra

Plumel de Freitas Bezerra

Isabelmarlene Barboza

Maria Aparecida Rogério Ramos

Francisco José de Almeida

Francisco José de Almeida

Rosário Soares Soares

Aldeia Maria Branda

Antônia Rodrigues da Silva

Raimunda Moraes Juliano

Valter Fontes

Josefa Augusta Laurino

Maria Antônia de Almeida

Maria Glaciene Araújo Barros

Valdeserba de O. Pereira

Maria Francisca da Costa

Maria Antônia de Almeida

Maria Alice de Almeida

Josefa Quinty Silva de Lima

Albano

Francisca Antônia de Silva

Raimundo Macedo Pinto de Lima

Maria da Conceição de Almeida

Regina Maria Pires Bezerra

Francisco de Almeida

pe. Rivaldo Formosa

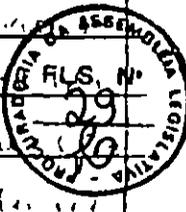
Raimunda Benedita dos Santos



Handwritten signature and scribbles over the stamp area.

~~Ata de reunião~~

~~Assembleia da Associação de Mulheres de Fortaleza~~  
 Aos ~~dois~~ dias ~~dois~~ de ~~março~~ de ~~1964~~, no subsolo da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sito à Rua Sobral s/n, às dezesseis horas da data, mês e ano supramencionados, presentes a Assembleia geral extraordinária: vigários e frezeiros, representantes das demais organizações regionais, e os membros dos setores de trabalho social, decidiram ~~fundar o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos~~, bem como a aprovação da estatuição da entidade e data da eleição dos membros que não devem ser eleitos conforme o estatuto. E por não haver nada mais a acrescentar, em Ana Maria de Freitas,  
 "usei a referida ata, a qual, se aprovada, será comutada por mim e pelos presentes."



Ana Maria de Freitas

R. Lino Allegri

Íltona Virginia Alves Rodrigues

Carlos Sérgio de Carvalho Barros

Maria Luíza de Oliveira

Francisco Juvino de Silva

Luiz Augusto de Albuquerque

Ilvion

Emília de Sousa da Silva

Raimundo Nacido Pinto Junior

Maria da Conceição de Almeida

Regina Maria Tires Bezerra

Luiz Augusto da Silva Sousa

pe. Virgílio Formosa

*Cópia*

**RELATORIO  
FINANCEIRO**



**PROJETO Nº C - 212/1393 D - CDPDH**

**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
HUMANOS  
DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

JANEIRO A JUNHO 1996

FORTALEZA - CEARÁ



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, D-31 — Telefone 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará

Para  
BILANCE  
A/C Sr Bernardo Krommendijk  
Seção do Brasil



**COMENTÁRIOS SOBRE OS DADOS FINANCEIROS DO RELATÓRIO**

Data 10 07 96  
Projeto N° C/212/1393 D  
Organização - CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da  
Arquidiocese de Fortaleza  
País - Brasil

Caríssimos Senhores,

Apresentamos as demonstrações contábeis referente ao 1° Semestre -  
Janeiro a Junho/96, para a devida apreciação do Departamento Financeiro

Origem dos recursos

Contribuições externas	
BILANCE	US\$ 41 943,30
DIOCESE DE BOLZANO	US\$ 12 570,00
Contribuições locais	
Arquidiocese de Fortaleza	US\$ 10 000,00
Cântas Arquidiocesana de Fortaleza	US\$ 8 600,00

Esclarecemos ainda que os itens relacionados a despesas referentes a  
FORMAÇÃO foram custeados em parceria com outras entidades, onde elas assumiram  
os custos. Informamos ainda que desejamos receber a parcela final do projeto, na 2ª  
(segunda) quinzena de agosto

Aproveitamos o ensejo para apresentar nossos agradecimentos ao Sr  
Volke Wierema Dir do Dept° América Latina, aos membros do Conselho Fiscal e  
também ao quadro de funcionários da Entidade pela contribuição e apoio a execução de  
nossas atividades

Saudações

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

Pe Lino Allegri  
Pe Lino Allegri  
Diretor

Marcelinaide M. Pereira  
Departamento Financeiro

## BILANCE

## RESUMO MENSAL DE DESPESAS POR RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Projeto Nº C-212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

País Brasil

MES Fevereiro de 1996

Rúbricas orçamentárias (conforme orçamento)	Despesas do Mês		
	Moeda Nac	Taxa Câmbio	US\$-Dolares
<b>PESSOAL</b>			
- Profissionais de nível superior	800,00	0,975	820,00
- Datilógrafo	400,00		410,26
- 1 Diretor, 1 educador popular, 1 arquivista, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, estagiários - SALÁRIOS	2 430,00		2 492,31
- Encargos Sociais	1 409,32	-	1 445,46
<b>FORMAÇÃO</b>			
- Cursos, seminários de educação e formação	350,00	-	358,18
<b>FUNCIONAMENTO</b>			
- Material de escritório, jornais, combustível, correspondência, manutenção veículo, xerox, despesas diversas	897,09	-	918,89
<b>TOTAIS</b>	<b>6 286,41</b>		<b>6 445,61</b>

Fortaleza, 29 de Fevereiro de 1996

*Francisco Hélio Landim*  
Francisco Hélio Landim  
CRC-CE 4460

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe Lino Allegrini*  
Pe Lino Allegrini  
Diretor



## BILANCE

## RESUMO MENSAL DE DESPESAS POR RUBRICA ORÇAMENTARIA

Projeto Nº C-212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

País Brasil

MES Janeiro de 1996

Rubricas orçamentárias (conforme orçamento)	Despesas do Mês		
	Moeda Nac	Taxa Câmbio	US\$-Dolares
<b>PESSOAL</b>			
- Profissionais de nível superior	-	0,973	-
- Datilógrafo	228,02		234,35
- 1 Diretor, 1 educador popular, 1 arquivista, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, estagiários - SALÁRIOS	1 884,00		1 956,27
- Encargos Sociais	599,29		616,02
<b>FORMAÇÃO</b>			
- Cursos, seminários de educação e formação	80,00	0,98	81,64
<b>FUNCIONAMENTO</b>			
- Material de escritório, jornais, combustível, correspondência, manutenção veículo, xerox, despesas diversas	1 061,51	-	1 086,89
<b>TOTAIS</b>	<b>3 852,82</b>		<b>3 975,17</b>

Fortaleza, 31 de Janeiro de 1996

*Iliano Londim*  
Iliano Londim  
CRC-CE 4480

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe Lino Allegri*  
Pe Lino Allegri  
Diretor



# BILANCE

## RESUMO MENSAL DE DESPESAS POR RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Projeto Nº C-212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

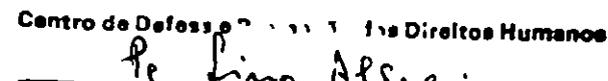
País Brasil

MES Março de 1996

Rúbricas orçamentárias (conforme orçamento)	Despesas do Mês		
	Moeda Nac	Taxa Câmbio	US\$-Dolares
<b><u>PESSOAL</u></b>			
- Profissionais de nível superior	1 150,07	0,98	1 173,54
- Datilógrafo	400,00		408,16
- Auditor e contador	1 200,00		1 224,49
- 1 Diretor, 1 educador popular, 1 arquivista, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, estagiários - SALÁRIOS	2 430,00		2 479,59
- Encargos Sociais	1 550,75	-	1 582,40
<b><u>FORMAÇÃO</u></b>			
- Cursos, seminários de educação e formação	80,00	0,978	81,80
<b><u>FUNCIONAMENTO</u></b>			
- Maternal de escritório, jornais, combustível, correspondência, manutenção veículo, xerox, despesas diversas	1 141,82	-	1 167,25
<b>TOTAIS</b>	<b>7 952,64</b>		<b>8 117,23</b>

Fortaleza, 29 de Março de 1996.

  
Francisco Hélio Landim  
CRC-CE 4480

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos  
  
Pe Lino Allegri  
Diretor



## BILANCE

## RESUMO MENSAL DE DESPESAS POR RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Projeto Nº C-212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

País Brasil

MES Abril de 1996

Rúbricas orçamentárias (conforme orçamento)	Despesas do Mês		
	Moeda Nac	Taxa Câmbio	US\$-Dolares
<b><u>PESSOAL</u></b>			
- Profissionais de nível superior	1 300,00	1 020	1 274,51
- Datilógrafo	400,00		392,16
- Contador	600,00	0,98	612,25
- 1 Diretor, 1 educador popular, 1 arquivista, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, estagiários - SALÁRIOS	2 430,00	-	2 382,36
- Encargos Sociais	1 635,99	-	1 382,36
<b><u>FORMAÇÃO</u></b>			
- Cursos, seminários de educação e formação	80,00	0,98	81,64
<b><u>FUNCIONAMENTO</u></b>			
- Material de escritório, jornais, combustível, correspondência, manutenção veículo, xerox, despesas diversas	977,32	-	1 037,73
<b>TOTAIS</b>	<b>7 423,31</b>		<b>7.384,57</b>

Fortaleza, 30 de Abril de 1996

*Francisco Heitor Landim*  
Francisco Heitor Landim  
CRC-CE 4480

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos  
de Lino Allegri  
Pa Lino Allegri  
Diretor



## BILANCE

## RESUMO MENSAL DE DESPESAS POR RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Projeto Nº C-212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

País Brasil

MES Maio de 1996

Rúbricas orçamentárias (conforme orçamento)	Despesas do Mês		
	Moeda Nac	Taxa Câmbio	US\$-Dolares
<b><u>PESSOAL</u></b>			
- Profissionais de nível superior	1 300,00	1 007	1 290,97
- Datilógrafo	400,00		397,22
- 1 Diretor, 1 educador popular, 1 arquivista, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, estagiários - SALÁRIOS	2 454,00	-	2 436,96
- Encargos Sociais	1 635,00	-	1 623,64
<b><u>FORMAÇÃO</u></b>			
- Cursos, seminários de educação e formação	80,00	1 00	80,00
<b><u>FUNCIONAMENTO</u></b>			
- Matenal de escritório, jornais, combustível, correspondência, manutenção veículo, xerox, despesas diversas	1 169,54	-	1 190,74
<b>TOTAIS</b>	<b>7 038,54</b>		<b>7 019,53</b>

Fortaleza, 31 de Maio de 1996

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe. Lino Allegri*  
Pe. Lino Allegri  
Diretor

*Francisco Hélio Landim*  
Francisco Hélio Landim  
CRC-CE 4480



## BILANCE

## RESUMO MENSAL DE DESPESAS POR RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Projeto Nº C-212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

País Brasil

MES Junho de 1996

Rúbricas orçamentárias (conforme orçamento)	Despesas do Mês		
	Moeda Nac	Taxa Câmbio	US\$-Dolares
<b><u>PESSOAL</u></b>			
- Profissionais de nível superior	1 600,00	1 023	1 564,03
- Datilógrafo	935,00		913,98
- 1 Diretor, 1 educador popular, 1 arquivista, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, estagiários - SALÁRIOS	5 043,33	-	4 926,37
- Encargos Sociais	3 477,14	-	3 398,96
<b><u>FORMAÇÃO</u></b>			
- Cursos, seminários de educação e formação	-		-
<b><u>FUNCIONAMENTO</u></b>			
- Material de escritório, jornais, combustível, correspondência, manutenção veículo, xerox, despesas diversas	775,06	-	762,65
<b>TOTAIS</b>	<b>11 830,53</b>		<b>11.565,99</b>

*Francisco Hélio Lobdím*  
Francisco Hélio Lobdím  
CRC-CE 4460

Fortaleza, 28 de Junho de 1996

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe Lino Allegri*  
Pe Lino Allegri

Pe Lino Allegri  
Diretor



## BILANCE

## RESUMO SEMESTRAL DE DESPESAS POR RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS

Projeto Nº C/212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

País Brasil

SEMESTRE Janeiro a Junho/1996

Rubricas orçamentárias (conforme orçamento do projeto)	Despesas do semestre			Períodos anteriores		Total de Despesas	
	Moeda Nac	Taxa Câmbio	US\$-Dolares	Moeda Nac	US\$-Dolares	Moeda Nac	US\$-Dolares
<b>PESSOAL</b> - Prof Nível Superior	6 150,07		6 123,56		69 043,98		75 167,54
- 1 Datilógrafo	2 763,02		2 756,13		6 459,16		9 215,29
- Encargos Sociais	10 307,49		10 270,40		28 680,63		38 951,03
- Honorários Contábeis	1 800,00		1 836,74		2 813,60		4 650,34
- Recissões					3 377,55		3 377,55
- 1 Diretor, educador popular, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, 1 arquivista, estagiários					54 333,04		71 006,90
- Férias	16 671,33		16 673,86				
<b>FORMAÇÃO</b> - Cursos, seminários de educação e formação	670,00		683,26	6 887,50	7 250,00		7 933,26
- Encontro para troca de experiência					2 191,76		2 191,76
- Material didático					2 136,24		2 136,24
- Assessoria externa					1 807,55		1 807,55
<b>FUNCIONAMENTO</b> - Mat de escritório, com- bustível, manutenção veiculo, manut computa- dor, xerox, despesas jurídicas, despesas diversas	6.022,34		6 164,15		27 378,95		33 543,10
<b>TOTAIS</b>	<b>44.384,25</b>		<b>44.508,10</b>	<b>6.887,50</b>	<b>205.472,46</b>		<b>249.980,56</b>

*Francisco Hélio Landim*  
Francisco Hélio Landim  
CRC-CE 4460

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe. Lino Allegri*  
Pe. Lino Allegri  
Diretor



# BILANCE

Formulário 3

## CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DO TOTAL DE DESPESAS

Projeto Nº C / 212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

Pais Brasil

PERÍODO Janeiro a Junho/1996

Rubricas orçamentárias (conforme orçamento do projeto)	Total de Despesas		Valores orçamentários		Saldo do orçamento	
	Moeda Nac	US\$-Dolares	Moeda Nac	US\$-Dolares	Moeda Nac	US\$-Dolares
<b>PESSOAL - Prof Nivel Superior</b>		75 167,54		160 000,00		84 832,46
- 1 Datilógrafo		9 215,29		12 683,00		3 467,71
- Encargos Sociais		38 951,03				
- Honorários Contábeis		4 650,00				
- Recissões		3 377,55		63 548,00		16 569,08
- 1 Diretor, educador popular, 2 auxiliares, 1 tesoureiro, 1 arquivista, estagiários e férias		71 006,90		127 099,00		56 092,10
<b>FORMAÇÃO - Cursos, seminários de educação e formação</b>		7 933,26		16 050,00		8 116,74
- Encontro para troca de experiência		2 191,76		2 550,00		358,24
- Material didático		2 136,24		6 000,00		3 863,76
- Assessoria externa		1 807,55		12 000,00		10 192,45
				2 336,00		2 336,00
<b>FUNCIONAMENTO - Mat de escritório, com- bustível, manutenção veiculo, manut computa- dor, xerox, despesas jurídicas, despesas diversas</b>		33 543,10		32 100,00		1 443,10
<b>TOTAIS</b>		<b>249.980,56</b>		<b>434.366,00</b>		<b>184 385,44</b>

*Francisco Hólio Landim*  
Francisco Hólio Landim  
CRC-CE 4480

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe. Lino Allegri*  
Pe. Lino Allegri  
Diretor



## BILANCE

## RESUMO DE RECEITAS DE PARCELAS RECEBIDAS DE BILANCE

Projeto Nº C - 212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

País Brasil

SEMESTRE Janeiro a Junho/1996

Florins	US\$-Dolares	US\$ trocados	Data Câmbio	Taxa de Câmbio	Recebido em Moeda Nacional
	41 943,30	41 943,30	14 02 96	0,967	40 559,00
TOTAIS	41 943,30	41 943,30			40 559,00

Saldo

US\$

*Francisco Hélio Lourenço*  
Francisco Hélio Lourenço  
CRC-CE 4480

Fortaleza, 28 de Junho de 1996

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe. Lino Allegri*  
Pe. Lino Allegri  
Diretor



# BILANCE

Formulário 5  
(US\$)

## RESUMO DE RECEITAS E DESPESAS em US\$-Dólares

Projeto Nº C - 212/1393 D

Organização CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza  
País Brasil

SEMESTRE Janeiro a Junho/1996

Saldo do projeto  
do período anterior

6 230,33

### Contribuições externas.

- Bilance (vide form 4)

US\$ 41 943,30

- outras agências

. 12,570,00

Soma

US\$ 54.513,30

### Recursos locais.

- Arquidiocese de Fortaleza

US\$ 10 000,00

- C A F

8.600,00

Soma

US\$ 18.600,00

- contribuição própria  
(se é em dinheiro efetivo)

Receitas totais

73 113,30

79.343,63

(+)

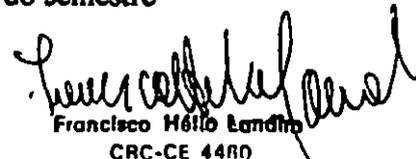
Despesas no semestre

44.508,10

(-)

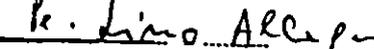
34 835,53

Saldo final do semestre

  
Francisco Hélio Landim  
CRC-CE 4480

Fortaleza, 28 de Junho de 1996.

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos



Pe. Lino Allegri  
Diretor



CENTRO DE DEFESA E BEM-ESTAR HUMANOS  
 BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de Dezembro de 1995

PAGE 1

CODIGO	TITULO	SALDO
1	ATIVO	28.969,74
11	CIRCULANTE	13.923,14
111	DISPONIVEL	13.673,14
1111	CAIXA	3.733,01
1112	BANCOS C/MOVIMENTO	3.700,41
1113	APLICACOES FINANCEIRAS	6.239,72
112	CREDITOS	250,00
1121	EMPRESTIMOS A FUNCIONARIOS	250,00
1121.01	FUNCIONARIO PROJ. CEREMO	200,00
1121.02	FUNCIONARIO DA ARQUIDIOCESE	50,00
13	PERMANENTE	15.046,60
132	IMOBILIZADO	15.046,60
1321	VALORES CORRIGIDOS	15.046,60
1321.01	MOVEIS E UTENSILIOS	11.566,60
1321.02	DIREITO DE USO DE LINHA TELEFONICA	1.000,00
1321.03	EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.480,00
TOTAL DO ATIVO		28.969,74



CODIGO	TITULO	SALDO
2	PASSIVO	28.969,74
22	EMPRESIMO A CURTO PRAZO	3.000,00
222	MJTA ARQUIDIOCESANA DE FORTALEZA	3.000,00
24	PATRIMONIO LIQUIDO	25.969,74
241	CAPITAL SOCIAL	22.288,52
243	LUCRO DO EXERCICIO	3.681,22
-----		
TOTAL DO PASSIVO		28.969,74
-----		



*Eliizer Tomé de Paula Júnior*  
*Eliizer Tomé de Paula Júnior*  
Contador - CRC-CE 7582  
CPF 169.922-983-53



RECEITAS	104.623,12
RECEITA OPERACIONAL	102.316,44
CENTRO DEFESA E PL. DIREITOS HUMANOS	102.316,44
RECURSO ARQUIDIOCESE	35.087,64
PROJETO CEREMO	65.651,34
DOACAO	737,50
HONORARIO ADVOCACIO BANCO DADOS	370,00
DIOCESE DA ITALIA	10.432,46
DOACAO ACAD SOCIAL	3.150,00
RECURSOS UNICEF	6.887,50
RECEITA FINANCEIRA	2.306,68
DIVERSAS	2.306,68
REND.APLIC.FINAN.CREDIREAL 34539-1	1,46
REND.APL.FINAN.CREDIREAL 714953-2	251,00
REND.APL.FINAN.CREDIREAL 714958-1	2.053,61
REND.APLIC.FINAN.CREDIREAL 7332975	0,61
--/ DESPESAS	100.941,90
DESPESAS DE MANUTENCAO E GERAIS	21.715,08
GASTOS GERAIS	15.366,88
PROJETO ARQUIDIOCESE	3.547,26
DESP. C/ REUNIOES E ENCONTROS	481,28
DESP. C/ DOCUMENTACAO E CORRESPOND	250,80
DESP. C/MANUTENCAO DE VEICULOS	225,00
OUTRAS DESPESAS	284,11
SERV. PRESTADO	1.802,42
DESP. JURIDICA	113,00
DESPESAS C/ REFEICOES	390,65
PROJETO CEREMO	7.477,61
DESPESAS C/ XEROX	363,56
OUTRAS DESPESAS	1.132,15
HONORARIOS PROFISSIONAIS	2.520,00
REFEICOES E TRANSPORTES	548,73
MATERIAL DE ESCRITORIO	228,98
DESPESAS JURIDICAS	20,50
DESPESAS C/ COMBUSTIVEL	1.036,05
DESPESAS C/ TELEFONE	765,92
DESPESAS C/ CORRESPONDENCIA	189,40
DESPESAS MANUTENCAO DE VEICULO	335,32
DESPESAS C/ IMPRENSA	30,00
DESP. C/ ENCONTRO CURSOS SEMINARIO	175,00
DESPESAS C/ JORNAL	132,00
PROJETO BANCO DE DADOS	4.575,29
XEROX	303,36
MATERIAL DE EXPEDIENTE	294,16
OUTRAS DESPESAS	70,00
DESP. C/ TELEFONE	517,65
COMBUSTIVEL	1.934,30
REUNIOES E ENCONTRO	150,00

DOCUMENTAÇÃO E CORRESPONDENCIA	22,00
DESPESAS	283,82
<b>DIOCESE DA ITALIA</b>	<b>766,72</b>
DESP. C/ INSTALACOES	206,53
OUTRAS DESPESAS	133,23
DESP C/ CONS. DO ESCRITORIO	56,50
DESPESAS C/ TELEFONE	85,15
DESPESAS C/ CORRESPONDENCIA	50,66
DESPESAS JURIDICAS	56,20
DESPESAS C/ MATERIAL DE EXPEDIENTE	178,45
<b>.. CONT. DESP. MANUT. E GERAIS</b>	<b>6.340,86</b>
<b>PROJETO ACOAO SOCIAL</b>	<b>3.150,00</b>
DESP. MATERIAL DE EXPEDIENTE	669,48
DESPESAS C/ XEROX	107,73
DESPESAS C/ LANCHES E REFEICOES	19,45
DESPESAS C/ COMBUSTIVEL	318,30
DESPESAS C/ FILME	69,80
DESPESAS C/ TRANSPORTE	4,44
OUTRAS DESPESAS	111,80
DESPESAS C/ IMPRESSO	1.504,00
DESP. C/ EQUIPIO. PROC. DE DADOS	45,00
DESP. MANUT. E CONS. DE VEICULOS	300,00
<b>PROJETO UNICEF</b>	<b>3.190,86</b>
DESPESAS C/ ASSINATURA DE JORNAL	473,00
DESP. C/ EQUIPIO. DE PROC DE DADOS	2.301,16
DESPESAS C/ LIVROS	416,70
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>7,34</b>
DESPESAS BANCARIA	7,34
<b>ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIARIOS</b>	<b>79.226,82</b>
<b>SOCIAIS E PREVIDENCIARIOS</b>	<b>79.226,82</b>
<b>DIVERSOS</b>	<b>79.226,82</b>
SALARIO PROJETO ARQUIDIOCESE	819,16
SALARIO BANCO DE DADOS	1.920,00
RESCISAO DE CONTRATO PROJ. CEBEMO	6.363,95
13 SALARIO PROJETO CEBEMO N SUPER	862,96
SALARIO DIOCESE DA ITALIA	4.027,17
13 SALARIO DIOCESE DA ITALIA	1.150,62
ENCARGOS SOCIAIS DIOCESE DA ITALIA	1.786,26
SALARIO PROJETO CEBEMO N. SUPERIOR	26.962,43
ENCARGOS SOCIAIS PROJETO CEBEMO	16.082,20
ENCARGOS SOCIAIS PROJ ARQUIDIOCESE	1.131,89
SALARIO PROJETO CEBEMO - DATILOGR	3.036,63
SALARIO PROJETO CEBEMO DEMAIS FUNC	13.440,30
13 SALARIO PROJ. CEBEMO DATILOGRAF	228,02
13 SALARIO PROJ CEBEMO DEMAIS FUNC	1.415,23
<b>==/ AUMENTO PATRIMONIO</b>	<b>3.681,22</b>



*Elyzer Tomé de Paula Júnior*  
*Elyzer Tomé de Paula Júnior*  
Contador - CRC-CE 7562  
CPF 169 922-983-53

CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS  
HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA

RELATORIO AUDITORIA - 1995



1. Dados Gerais :

1.1 - Base Jurídica  
\* Entidade filantrópica s/ fins  
lucrativos

Forma Jurídica  
\* Associação

Representante  
\* Arcebispo de Fortaleza

1.2 - Organização Interna

Presidência, Assembléia, Diretoria  
Depto Jurídico, Depto Educacional  
e Apoio à Questão Indígena

1.3 - Contas Bancárias

Credireal S/A c/c nos 714953/2  
714958/1, 34539/1

B E C S/A c/c no 02302273/8

Procuração : MARIA ZENAIDE DE OLIVEIRA

2. Receitas e Despesas

2.1 - R e c e i t a	dólares	reais
* BILANCE	74.054,33	65.650,64
* Outras Agencias	-	10.432,46
* Subsídio Município	-	10.037,50
* Contrib. Própria	-	16.195,84
* Juros/Rend. Bancários	-	2.306,68
Total da Receita.....		104.623,12

2.2 - D e s p e s a		
* P e s s o a l	R\$	76.167,09
* F o r m a ç a o	R\$	10.145,39
* F u n c i o n a m e n t o	R\$	14.629,42
Total da Despesa....	R\$	100.941,90

2.3 - Saldo Consolidação Bancária

* Credireal c/c 714958/1	R\$	0,15
c/c 714953/2	R\$	1,00
c/c 34539/1	R\$	2,62
* B E C S/A c/c 02302273/8	R\$	3.696,64

3. Demonstração do Resultado do Exercício  
Balanco Geral

\* cópias anexas, de conformidade com a legislação .

4. Observação do Auditor

\* Os procedimentos estão de acordo com o protocolo de auditoria do BILANCB.

5. Parecer sobre a administração e  
organização da entidade

- A entidade possui boa estrutura organizacional composta de pessoas competentes na área administrativa e contábil.

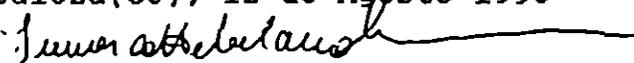
- As verbas destinadas à entidade são bem aplicadas nos fins específicos.

- A entidade cumpre a legislação trabalhista e fiscal à luz dos seus dispositivos.

6. Recomendações do Auditor

\* O encerramento contábil concernente ao ano-base 1996, exercício 1997 seja realizado até 30.01.97 .

Fortaleza(Ce), 12 de Agosto 1996

  
FRANCISCO HELIO LANDIM  
CRC - CE 4460



*Handwritten mark on the left margin.*

## PRESTAÇÃO DE CONTAS - AÇÃO SOCIAL

Valor do Convênio= R\$ 2 750,00 - Nº do Processo 050/95  
 Apoio p/equipamentos do Banco de Dados do CDPDH  
 Nº do Projeto = 330163-00/95

Data da liberação 25 08 95



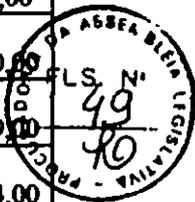
Cheque Nº 707164-7 - Banco 035 - Agência 0099 - Conta 700165/5  
 Chegou no CDPDH: 13.09 95  
 Depositamos na Conta do CDPDH Nº 714953-2 - Credireal  
 Banco nº 022 - Agência Nº 056

### DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS

Nº NOTA FISCAL / RECIBO	RAZÃO SOCIAL DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	Nº DO CHEQUE	DATA DA NOTA	VALOR R\$
87604	CASA BACHÁ CIA LTDA. Envelope Sráft Celucat 265 x 370 c/250 unidades	300739	27 09 95	23,90
"	Envelopes para carta officio	"	" " "	15,25
"	Clips acc	"	" " "	10,25
"	Grampos acc p/grampeador 26/5	"	" " "	22,00
"	Grampeador Shamp Line	"	" " "	17,75
"	Pastas Suspensa marmorizada	"	" " "	28,00
"	Pasta comercial	"	" " "	14,40
"	Fita 3M Empacotamento 25 x 50	"	" " "	8,97
"	Papel madeira (10 fls)	"	" " "	5,04
"	Lápis imp preto	"	" " "	5,36
"	Pasta lisa plastificada c/elático	"	" " "	18,50
"	Registrador AZ Sline 30 unidades	"	" " "	57,00
"	Caneta Faber Fix Fina 25 unidades	"	" " "	9,88
"	Papel Almaco 400 fls	"	" " "	9,26
<b>TOTAL</b>				<b>245,56</b>
124030	ALAOR Durex 12 x 50 - 3m	300740	29 09 95	3,90
"	Almofadas nº 3 azul	"	" " "	18,00
"	Protocolo 1/2 c/100 fls	"	" " "	7,20
"	Princeis atômico	"	" " "	13,00
"	Tinta p/carimbo azul	"	" " "	8,31
"	Cartolinas simples	"	" " "	24,00
"	Papel A-4 Deport	"	" " "	94,60
<b>TOTAL</b>				<b>173,21</b>
000075	EDITEL - Edit e Tip Eunice Ltda Folder's tamanho 08 (2 000 unidades)	302841	20 09 95	300,00
"	Certificados tamanho 16 (2 000 unidades)	"	" " "	190,00
<b>TOTAL</b>				<b>490,00</b>

CONT PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº NOTA FISCAL / RECIBO	RAZÃO SOCIAL DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	Nº DO CHEQUE	DATA DA NOTA	VALOR R\$
000939	INFORVIDEO - Comércio de Acessórios de Informática Ltda Mesa para micro computador	-	-	45,00
063	AUTO CLINICA J CASTRO Serviço de revisão geral na caixa de marcha do veículo	302842	06 10 95	300,00
004187	Açoforte Indústria e Comércio Ltda Armário c/ 2 portas	-	06 10 95	99,00
009178	Livraria e Papelaria Ceará Ltda Papel quadrado	-	17 10 95	24,00
126260	ALAOR Comercial Ltda 05 cadernos 12 x 1 palmeiras	-	17 10 95	9,60
"	20 apontadores simples	-	" " "	5,00
"	05 resmas de papel cham-ex 400-II	-	" " "	55,00
"	02 perfuradores Dx	-	" " "	30,00
"	02 perfuradores Ref 101	-	" " "	13,00
TOTAL				112,60
553541	ABA FILM - Claro Com e Serv de Cinefoto Som Ltda 05 fitas de vídeo Congar	-	17 10 95	17,50
035798	ABA FILM - Claro Com e Serv de Cinefoto Som Ltda 10 filmes de 36 poses	-	17 10 95	45,00
000106	EDITORA E TIPOGRAFIA EUNICE LTDA Folders três cores, papel couchê	302847	17 10 95	950,00
RECIBO	COMERCIAL F RODRIGUES LTDA. Combustível	302849 302843 302844	11 10 95	176,40
00013	MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. Estante galvanizada de seis prateleiras - chapa 26 x 26	302845	17 10 95	64,00
RECIBO	SECRETARIADO DE PASTORAL Xerox	-	17 10 95	7,73
TOTAL GERAL	*****	*****	*****	2 750,00



Confirmo junto ao Setor Contabil que as cópias das notas fiscais e recibos conferem com as originais.

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe. Lino Allegri*

Pe. Lino Allegri  
Diretor



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

*Rua Sobral S/N — Catedral*  
*Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953*  
*60 030 — Fortaleza — Ceará*



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
**DO C.D.P.D.H.**  
**PROJETO N° C-212/1393 D**  
**2° SEMESTRE DE 1.995**



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará



Do CDPDH  
Para CEBEMO  
ASSUNTO PROJETO C-212/1393 D

Fortaleza, 15 de janeiro de 1 996

Prezados Senhores,

Recebemos sua correspondência datada de 12/10/95, a qual nos chegou às mãos em 30/11/95. Queremos aqui responder a alguns questionamentos que nos foram feitos

- 1 Quanto ao valor do cheque, realmente houve um erro. Vale o que foi no relatório.
- 2 Recebemos sim a sua carta de 16/03/95. A mesma foi objeto de nossos estudos com o monitor do CERIS/MAP em 10 e 11/04/95, na visita que nos foi feita. Durante o semestre ela serviu de orientação para o nosso trabalho. Na época, não a respondemos porque julgamos que tendo conversado com o monitor, era o suficiente, já que este mantém constante contato com CEBEMO. Sabemos que ainda não suprimos grande parte de nossas deficiências, mas caminhamos para isso.
- 3 Em relação aos gastos com salários, este ano nossa entidade, como vocês já sabem, passou por várias mudanças, principalmente no quadro de funcionários. Essas mudanças ocorridas devem-se aos novos rumos que a entidade está tomando e a problemas financeiros. Na verdade, os salários dos funcionários encontram-se defasados, pois os mesmos não obtiveram aumento neste período (02 anos).
- 4 A avaliação das finanças que desejávamos fazer em agosto, por ocasião do encontro de toda a equipe, infelizmente não foi feita. Na verdade, o que queríamos fazer era um levantamento geral dos nossos gastos para sabermos com o que podemos contar e quais as atividades que podemos fazer. Diante da problemática financeira, a partir do planejamento, fizemos uma seleção de prioridades. Junto ao relatório de atividades e financeiro, segue a nossa previsão de gastos para este ano.

Para finalizar, gostaríamos muito de receber uma visita para este primeiro semestre.

Suas cartas têm nos ajudado muito, mas o contato pessoal nos será muito útil no sentido de ver melhor algumas questões que não estão suficientemente esclarecidas.

*Expedido em carta  
15.01.96 - Belém*

## 1 INTRODUÇÃO



Estamos enviando nosso relatório de atividades referente ao 2º semestre de 1995. Nele estão contempladas as atividades desenvolvidas pelas duas comissões temáticas: Terra e Moradia, Justiça e Segurança Pública, que estão sendo continuadas. Procuramos seguir o mesmo esquema, com descrição das atividades desenvolvidas, objetivos, metas, público-alvo, procedimentos, metodologia, recursos utilizados, responsáveis e resultados alcançados.

A entidade continua seu processo de mudanças. Este ano, as mais perceptíveis deram-se no quadro de funcionários, onde, dentro da política de estabelecer um controle na qualidade dos serviços e do tempo de trabalho e ainda, lutar contra a forte crise financeira enfrentada não só por nós, mas pela maioria das ONG's no Brasil, foi uma constante e nos custaram a demissão de alguns funcionários. Isso se por um lado nos acarretou despesas com demissões, por outro nos dá a oportunidade de refletir, avaliar e traçar novos planos e novas idéias dentro do trabalho. Do início do ano para cá, foram demitidos 5 funcionários.

Sentimos que neste ano de 1995, conseguimos crescer nas parcerias, o que enriqueceu nosso trabalho, tanto no plano da ajuda mútua, entre entidades, quanto na repercussão junto ao público-alvo, principalmente no que diz respeito à Terra e Moradia, nossa própria relação com a Igreja, da qual fomos gerados, tem melhorado na medida em que estamos discutindo um maior assumir de nossas ações, pleiteando um maior investimento financeiro por parte da Arquidiocese.

Estamos investindo dentro de nossas possibilidades, na capacitação do pessoal desde a equipe de apoio até aos advogados. Neste segundo semestre, através de um projeto da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado, foi-nos possível a compra de novos livros para a Biblioteca. São pequenos passos que podem nos levar a maiores investidas.

Para este ano de 1996, ainda não nos reunimos para o planejamento, mais o faremos no início de fevereiro, visto que janeiro é um mês em que parte da equipe tira férias. Pretendemos nesta ocasião, traçar alguns planos na linha de capacitação e de contratação de novos profissionais, pelo menos 1 para Justiça e Segurança Pública. Precisamos também avaliar nossa relação com as entidades de cooperação, visto que a política de cooperação internacional tem se modificado.

Enfim, temos feito o que nos é possível, visto a precariedade das condições. Temos trabalhado no sentido de abrir novos caminhos, que indiquem novos rumos para a entidade, sabendo da grande importância que tem esta entidade para os menos favorecidos desta Arquidiocese de Fortaleza.



## 2 CONTEXTO NACIONAL

Partindo do princípio de que vivenciamos um novo momento político no país nesse 1º ano de mandato do novo Presidente eleito diretamente iniciamos o relatório do 2º semestre do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, para o ano de 1995

Podemos dizer, contudo, que o passado do novo Presidente se confronta com seu discurso atual, o que já era certa forma esperado, visto a evidente contraposição entre seu histórico de oposição e as alianças que proporcionaram sua eleição, as quais foram as principais responsáveis pela sustentação da ditadura militar implantada no país a partir da revolução de 1964 e que veio agravar o estado social do país, caracterizando-se por políticas imediatistas e superficiais, voltadas para interesses internacionais

Ora, é claro que, apoiado por tais forças, o seu programa de governo segue à maneira destas velhas fórmulas já tão comprovadas como insuficientes e ineficazes. Vemos neste plano de governo apenas uma nova feição de modernidade que pode ser francamente denominada de neoliberalismo

Podemos comprovar tais assertivas quando nos deparamos com os processos de vendas de estatais e com a flexibilização dos monopólios estatais de petróleo e das telecomunicações, as quais se tornaram alvos fáceis de empresas multinacionais despreocupadas com o crescimento econômico que a exploração dessas atividades podem trazer em benefício para o país. E, mais recentemente, com a "queima" do Banco Econômico, uma instituição privada, cujo déficit veio a ser assumido pelos cofres públicos, numa clara demonstração da estreita ligação que une o poder público com interesses particulares

Outro ponto importante a se destacar seria a reforma constitucional, alardeada como a salvadora da pátria, e que incide principalmente sobre os campos trabalhista e previdenciário, administrativo e tributário, podendo atingir de maneira irreversível estes setores, pois põe em xeque todas as garantias e direitos conquistados até então pelos trabalhadores

Diante disso, vemos quão distantes estão as prioridades do governo e as necessidades do povo

E então, o que fazer ?

Deve toda a sociedade se unir, suscitar as questões realmente essenciais ao desenvolvimento do país. E isso, felizmente, está ocorrendo. Entram aí as mobilizações patrocinadas por sindicatos de classes, associações de bairros e, principalmente, ONGs

A sociedade civil formando um todo é quem pode patrocinar os avanços de que necessita



A prova disso é o papel que desempenha o Movimento Sem-Terra (MST), que com sua atuação, que culminou na prisão de alguns de seus dirigentes, provocou, trouxe à tona novamente, a questão tão polêmica da reforma agrária

Assim, juntos e pressionando o governo e aproveitando as iniciativas do próprio, como o Plano Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Presidente da República em sete de setembro último se conseguirá resultados expressivos

Somos conhecedores, contudo, do balanço da visita que fez a organização dos Estados Americanos - OEA - ao país em dezembro último e que vê expressivos avanços nessa questão dos direitos humanos, considerando-os como crédito do governo Fernando Henrique Cardoso

Apesar de tal visão por parte da OEA, o CDPDH tem a ressaltar que é as ações e atitudes do governo ressaltados pela OEA, decorreu da pressão popular do movimento social organizado

Unidos o poder público, suas instituições, juntamente com a sociedade civil é que podemos mudar gradativamente a situação com que nos deparamos, e entrar em um novo contexto, rumo ao século XXI

### 3 CONTEXTO DA ÁREA DE TERRA E MORADIA

Nos últimos seis meses, conforme banco de dados da situação de terra e moradia em fase inicial deste CDPDH, deparamos com números preocupantes ou seja, em Fortaleza, 9 040 famílias estão sob ameaça de despejo judicial (veja anexo) onde as mesmas residem em 47 favelas, bairros diferentes na periferia da cidade

Deste universo o CDPDH advoga 46 ações fazendo a defesa, bem como o acompanhamento no processo de organização das famílias

A situação dos sem teto e sem terra a nível nacional vem se agravando visto que, o déficit habitacional principalmente na Região Nordeste chega a 12 milhões

Em Fortaleza, capital do Estado do Ceará com uma população de dois milhões e duzentos mil habitantes, 28% não têm moradia Deste total as famílias buscam alternativas com moradias subumanas em 480 favelas localizadas em terras de particulares ou em áreas de risco

No relatório anterior, falávamos das famílias vítimas das enchentes que perderam suas moradias Após 8 meses de pressão das organizações comunitárias das regiões afetadas foi assegurado pelo governo estadual e municipal, novo assentamento e infra-estrutura atendendo 8 073 famílias

O compromisso governamental foi assinado dia 22/12/95 com contratos e convênios, para as obras iniciarem em janeiro de 1996

A pressão popular do movimento social organizado neste Segundo semestre deu uma investida maior junto à Câmara Municipal e na Prefeitura de Fortaleza, no sentido de assegurar um projeto de lei e a instalação de um Conselho Municipal de Habitação e gerenciar um fundo de terra para atender famílias carentes de baixa renda com a terra e moradia (veja anexo)

A nível federal as conquistas vêm se dando através de um canal de discussão com a Caixa Econômica Federal e as entidades comunitárias para que sejam modificados os contratos de famílias com baixa renda que adquiriram casa própria pelo sistema financeiro de habitação e se tornaram inadimplentes

Uma outra conquista é a criação de um projeto com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); que cria um programa pró-moradia, atendendo às famílias que não têm renda e ficando para os governos estadual e municipal a responsabilidade de devolução dos recursos ao FGTS As famílias assumem o compromisso de fazer a construção das casas

As entidades comunitárias nos últimos 12 meses deram um salto de qualidade no que diz respeito ao direito à moradia nesta cidade, de forma coletiva Neste sentido o 1º seminário estadual de moradia, que ocorreu no início do primeiro semestre, contribuiu muito

Vale salientar que existe um fórum com estas entidades que se reúne mensalmente e além das lideranças, participam autoridades ligadas aos projetos ou programas de Moradia popular, uma vez que o interesse das entidades é manter as discussões de forma geral



Outro aspecto importante foi a cobertura jornalística frente à problemática da falta de moradia (veja anexo)

#### **4 A) DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES CONTIDAS NO DOCUMENTO FORMULADO PELAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS PARTICIPANTES DO I SEMINÁRIO ESTADUAL DE TERRA E MORADIA**

##### ***OBJETIVO GERAL:***

- Reforçar a luta por terra e moradia

##### ***METAS:***

- Sensibilizar os poderes públicos nas esferas estadual e municipal na problemática terra e moradia
- Denunciar a omissão do Poder Legislativo Estadual e Municipal na aplicabilidade das leis de habitação popular
- Criar espaços nos meios de comunicação para a problemática da terra e moradia
- Discutir a criação de uma política de habitação popular no Estado e Município

##### ***PÚBLICO ALVO:***

- Autoridades governamentais e Poderes Legislativo e Judiciário
- Entidades Comunitárias (Federativas e Gerais)

##### ***PROCEDIMENTOS ADOTADOS:***

- Envio do documento básico elaborado na conclusão do Seminário Estadual de Terra e Moradia às autoridades governamentais
- Mobilização da imprensa local, escrita, falada, televisiva, para entrevista coletiva

##### ***RECURSOS MATERIAIS***

- Computador
- Material de expediente
- Fax
- Xerox
- Veículo
- Folder



## **RECURSOS HUMANOS:**

2 advogados  
1 educador

## **METODOLOGIA**

- Advertência às autoridades públicas da necessidade imediata da instituição de uma política habitacional popular

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Repercussão junto a imprensa escrita, falada e televisionada das ações reivindicatórias do movimento popular junto aos organismos públicos
- Audiências públicas com a Câmara de Vereadores e com a Prefeitura, resultando na criação de um projeto de lei do Prefeito para instalação do Conselho Municipal de habitação para gerenciamento do fundo de terras do Município
- Manutenção de um fórum mensal para discussão do atendimento de desapropriações de terra e construção de moradias

## **RESPONSÁVEL:**

- Silvino
- Hilderlucy
- Beto

**B) ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS PARA TRATAR DAS REIVINDICAÇÕES POSTULADAS NO I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE HABITAÇÃO, E PRINCIPALMENTE SOBRE A QUESTÃO DA REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS JÁ DESAPROPRIADAS**

## **OBJETIVOS GERAIS:**

Fortalecer as lutas pela Reforma Urbana e Agrárias  
Garantir a posse da terra e legalização dos imóveis

## **METAS:**

- Assessorar os líderes comunitários face o aspecto legal no atendimento da demanda de desapropriações de terra e o mutirão habitacional
- Intermediar as reivindicações pertinentes às comunidades assessoradas
- Fortalecer as comunidades com formas de pressão frente ao poder público



### *PÚBLICO ALVO.*

- Comunidades envolvidas no problema da terra e moradia
- Autoridades governamentais
- Poderes Legislativo e Judiciário

### *PROCEDIMENTOS ADOITADOS*

- Seleção dos casos a serem discutidos
- Mobilização da comunidade
- Divulgação dos resultados na comunidade e na imprensa
- Contato com as autoridades
- Cadastramento das famílias em conflitos
- Levantamento cartorário da área em conflito para identificação do proprietário

### *RECURSOS MATERIAIS*

1 carro  
Telefone  
Fax  
Material de escritório

### *RECURSOS HUMANOS.*

2 advogados  
1 educador

### *METODOLOGIA:*

- Exposição do problema habitacional pela liderança comunitária
- Análise legal do problema abordado, visando a solução do mesmo
- Denúncia do não cumprimento da Lei Orgânica do Município de Fortaleza

### *RESULTADOS ALCANÇADOS*

- Compromisso do governo do Estado na construção de 12 000 casas populares
- Desapropriação das áreas apossadas em conflito judicial
- Remanejamento de famílias ocupantes de áreas impróprias à desapropriação
- Compromisso de regularizar a propriedade dos imóveis já desapropriados pelo governo do Estado
- Instalação do Conselho Municipal de Habitação



**RESPONSÁVEL:**

Silvino  
Hilderlucy  
Beto

**C) ACOMPANHAMENTO DAS 27 ÁREAS RELATIVAS À POSSE DE TERRA QUE JÁ TRAMITAM NA JUSTIÇA**

Esta atividade é referente a atividade C do Planejamento

**OBJETIVOS GERAIS.**

- Garantir a posse da terra
- Reforçar a luta pela terra e moradia

**METAS:**

- Promover as ações judiciais necessárias e garantir a defesa técnico-jurídica

**PÚBLICO ALVO:**

- 01 Brejo Santo - Parque Santa Maria - Ação de Usucapião - Processo 25 888-92 ✓  
Reintegração de Posse - Processo N° 18 244-93
- 02 Papicu - Favela Santos Dumont - Ação Reivindicatória - Processo N° 88913-91 ✓
- 03 Paróquia do Otávio Bonfim - Reintegração de posse - Processo N° 18493/93  
Usucapião - Processo N° 10556/91 ✓
- 04 Morro do Futuro - Ação Reivindicatória - Processo N° 73333/87 ✓
- 05 Jardim Petrópolis - Usucapião - Processo N° 19658/90 ✓
- 06 Parque Genibau - Ação de Reintegração de Posse - Processo N° 58 917/89 ✓
- 07 Comunidade Jangada, Barra do Ceará- Reparação de danos - Processo N° 29902/94 ✓  
- Interdito Proibitório - N° 0202564/95
- 08 Castelão II - Ação Ressarcimento de Danos - Processo N° 297/93 ✓
- 09 Castelão III - Interdito Proibitório - Processo N° 263/93 ✓
- 10 Parque São Miguel - Reintegração de Posse - Processo 171111/93 ✓
- 11 Parque São José - Ação Civil Público - Processo N° 96/93 ✓
- 12 Rio Doce - Ação Cominatória - Processo N° 1308/87 ✓
- 13 Mons Oscar Romero - Ação de Usucapião Extraordinário- Processo N° 22271/83-A ✓
- 14 Lagoa do Coração - Ação Reivindicatória - Processo N° 5397/89
- 15 Pranha do Canto Verde - Ação Rescisória - Processo N° 661
- 16 Comunidade Riacho Doce - Reintegração de Posse - Processo N° 86884/91 ✓
- 17 Precabura - Ação Ordinária - Processo N° 3888/91 ✓



### **PROCEDIMENTOS ADOITADOS**

Periodicamente, acompanhamos nas secretarias do Fórum onde tramitam os refendos processos, isto ordinariamente e extraordinariamente sempre que somos intimados a atender despachos dos juizes

### **RECURSOS MATERIAIS.**

- Computador
- Carro
- Material de expediente
- Telefone
- Livros

### **RECURSOS HUMANOS.**

- 2 advogados
- 1 educador
- 1 secretária
- 1 estagiária
- 1 atendente e arquivista
- 1 estagiário

### **METODOLOGIA:**

- Identificação da área em conflitos,
- Cadastramento das famílias,
- Reuniões periódicas com as comunidades para informar a situação do andamento do processo, possibilidade de resultado positivo ou negativo
- Não sendo possível manter a comunidade na posse desejada, reivindicar outra terra que solucione definitivamente o problema de habitação da comunidade alvo

### **RESULTADOS ALCANÇADOS.**

#### **01 Parque Santa Filomena - Interdito Proibitório - Processo N° 940214492-7**

- O Processo em pauta foi extinto em decorrência do pouco interesse da comunidade beneficiada. No entanto, a ação barrou as constantes ameaças que vinham sendo feitas à comunidade

#### **02 Parquelândia - Ação de Despejo - Processo N° 87138/91**

- O processo em referência chegou ao fim, tendo sido julgado contra a comunidade, com o prazo de 30 dias para desocupação voluntária. Foi tentada a conciliação, que foi recusada pela comunidade em pauta



- 03 Comunidade São João - Ação de Reintegração de Posse - Processo N° 82073/88  
- Processo extinto com êxito para a comunidade A terra foi desapropriada pelo governo do Estado do Ceará, tendo a comunidade já construído o conjunto de 112 casas, sendo também instalado saneamento básico, eletrificação e creche
- 04 Comunidade Everest - Ação de Reintegração de Posse - Processo N° 77580/92  
- Processo paralisado na justiça em decorrência de propostas expropriatória do governo do estado
- 05 Comunidade Maracanaú - Interdito Proibitório - Processo 9205/92  
- Processo extinto por falta de interesse da parte autora, visto que este não era o proprietário do imóvel, objeto da presente questão
- 06 Barra do Ceará - Manutenção de Posse - Processo 2399/88  
- Decorreu a extinção do processo em face da terra não pertencer ao autor da ação, mas à União Federal A comunidade hoje está regulamentada junto à Delegacia de Patrimônio da União através do regime de ocupação gratuita
- 07 Comunidade Júlio Maria - Usucapião - Processo N° 252/86  
Este processo foi arquivado em decorrência da falta de possibilidade jurídica do objeto em questão (imóvel) No entanto, toda a comunidade continua morando tranquilamente no respectivo imóvel, buscando-se agora outra solução mais eficaz
- 08 Comunidade 31 de Março Ação de Reintegração de Posse - Processo N° 940210345-7  
- O Processo terminou culminando com o despejo das 58 famílias que o compunham, porém o CDPDH intermediou a aquisição para a referida comunidade de um imóvel bem próximo, de propriedade da União Federal que, através de concessão gratuita, solucionou assim a problemática desta comunidade
- 09 Comunidade Cigana - Ação de Manutenção de Posse - Processo N° 265/82  
- A comunidade autora deste processo terminou com vitória, após a desapropriação da área conflitante pelo município de Caucaia Além da conquista acima anunciada, a comunidade ainda conquistou a urbanização de toda a área com eletrificação, arnuamento, transporte coletivo, etc
- 10 Precabura - Ação de Manutenção de Posse - Processo N° 3887/94  
- A Comunidade refenda, através de uma composição judicial adquiriu a propriedade há longos anos

**RESPONSÁVEL:**

Silvino  
Hilderlucy  
Beto  
Ana Maria  
Rose  
Virginia  
Enildo



## D) PROMOÇÃO DE APROXIMADAMENTE 9 AÇÕES COLETIVAS

### OBJETIVOS GERAIS:

- Garantir a posse da terra

### METAS.

- Manter as comunidades na posse
- Garantir o acesso a terra e moradia e melhorias sociais a 9 comunidades
- Saneamento básico
- Segurança pública

### PÚBLICO ALVO

- 1 Comunidade Genibá V
  - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 95 02 14664-5 - 2ª Vara
  - N° de Famílias 46
  - N° de Pessoas 184
- 2 Comunidade Genibá VI
  - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 951284-0 - 3ª Vara
  - N° de Famílias 23
  - N° de Pessoas 92
- 3 Messejana - Lagoa Redondda II
  - Ação Interdito Proibitório - Processo N° 95 02 30 722-4 - 27ª Vara
  - N° de Famílias 05
  - N° de Pessoas 20
- 4 Comunidade 31 de Março
  - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 94 02 10345-7
  - N° de Famílias 51
  - N° de Pessoas 204
- 5 Prainha do Canto Verde
  - Ação Reclamação Trabalhista - Processo N° 004 951151-01
  - Comarca de Beberibe
- 6 Comunidade Prainha do Canto Verde
  - Ação Reclamação Trabalhista - Processo N° 937/95 - Comarca de Beberibe
- 7 Comunidade Parque Itamaraty/Palpina-Messejana
  - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 95 02 37 226-3 - 4ª Vara
  - N° de Famílias 350
  - N° de Pessoas 1400



8 Comunidade Alto Alegre  
Ação Idenizatória  
Nº de Famílias 50  
Nº de Pessoas 200

9 Comunidade Esplanada Araturi  
- Ação Reintegração de Posse - Processo Nº 1188/94 - 1ª Vara Cível  
Comarca de Caucaia  
Nº de Famílias 239  
Nº de Pessoas 956

#### *PROCEDIMENTOS ADOTADOS*

- 1 Comunidade Genibaú V - Defesa da comunidade - contestação
- 2 Comunidade Genibaú VI - Defesa da comunidade - contestação
- 3 Messejana - Lagoa Redonda - Propositura da ação
- 4 Comunidade 31 de Março - Defesa da comunidade - contestação
- 5 Prainha do Canto Verde - defesa da comunidade - contestação
- 6 Prainha do Canto Verde - " " " "
- 7 Parque Itamaty/Palpina - Defesa da Comunidade - contestação
- 8 Comunidade Esplanada Araturi - Defesa da comunidade - contestação
- 9 Comunidade Alto Alegre - Propositura de ação idenizatoria para reaver prejuizos causados à comunidade pela Prefeitura Municipal de Maracanaú

#### *METODOLOGIA:*

- Identificação da área em conflito,
- Cadastramento das famílias,
- Reuniões periódicas com as comunidades para informar a situação do andamento do processo, possibilidade de resultado positivo ou negativo
- Não sendo possível manter a comunidade na posse desejada, reivindicar outra terra que solucione definitivamente o problema de habitação da comunidade alvo

#### *RECURSOS MATERIAIS*

- Computador
- Materiais de expediente
- Carro

#### *RECURSOS HUMANOS:*

- 2 advogados
- 1 educador
- 1 estagiária
- 1 datilógrafo
- 1 arquivista



## **RESULTADOS ALCANÇADOS.**

**01 Comunidade Genibau V - liminar suspensa por tempo indeterminado, em razão da terra litigiosa ter sido desapropriada pelo governo do estado**

**02 Comunidade Genibau VI - Idem**

**03 Comunidade Messejana - Lagoa Redonda II - cessaram as constantes investidas de um pretenso proprietário que a todo custo deseja despejar a comunidade à revelia da lei**

**04 Comunidade 31 de Março - O processo foi extinto em decorrência de uma composição entre as partes do seguinte modo a parte promovida se comprometeu a desocupar voluntariamente parte do terreno ocupado e em compensação, o proprietário doou à Associação de Moradores da Praça 31 de Março uma área que era ocupada por uma creche da Associação em referência**

**05 Prainha do Canto Verde - Ação Trabalhista**

A Reclamação Trabalhista busca reivindicar direitos do trabalhador. No caso presente não havia justo motivo, uma vez, julgada em favor do reclamante, a organização comunitária seria reduzida a zero, pois perderia praticamente todo seu patrimônio.

**06 Prainha do Canto Verde - Ação Trabalhista - Idem**

**07 Comunidade Parque Itamaraty/Palpina/Messejana**

A comunidade em apreço teve no mês de novembro do ano passado ação de despejo decretada liminarmente. No entanto, em virtude de grave defeito processual, a liminar até a presente data não foi cumprida. Certamente, não poderá ser executada (tal liminar), tendo em vista sinais claros de nulidade processual.

**08 Comunidade Alto Alegre**

Esta comunidade busca, hoje, uma reparação de danos, pois tiveram suas casas destruídas pelo município de Maracanaú, que visa no lugar em tela, construir um grande centro comercial.

**09 Comunidade Esplanada Afaturi**

Embora tenha sido decretada liminar de despejo, esta ainda não pode ser executada porque as pessoas denominadas réus não foram encontradas na área ocupada, sendo, portanto, inexistentes. Demonstrada tal imperfeição ao juiz processante, este ordenou que o mandado de despejo fosse recolhido à secretaria. A comunidade em pauta, hoje, está sob os cuidados do governo estadual que buscará uma desapropriação ou a remoção das 239 famílias para outra área adequada.



**RESPONSÁVEIS:**

Silvino  
Hilderlucy  
Beto  
Virginia  
Enildo  
Rose

**E) REALIZAÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO (MÊS DE OUTUBRO)**

**OBJETIVOS GERAIS:**

- Capacitação de lideranças comunitárias

**MEIAS**

- Capacitar as lideranças comunitárias para reivindicar os seus direitos (direitos trabalhistas),
- Elaborar projetos habitacionais, de geração de rendas para serem enviados aos órgãos governamentais,
- Orientar na legalização das posses e sobre como proceder em caso de agressão das mesmas

**PÚBLICO ALVO**

Comunidade de Pintombeiras  
- 15 líderes comunitários

**PROCEDIMENTOS ADOTADOS**

- Dependendo da necessidade da comunidade receptora, são realizadas pesquisas à legislação
- Encaminhamento de representantes comunitários para órgãos governamentais ou não-governamentais
- Estruturação do espaço físico para a realização do curso

**RECURSOS MATERIAIS:**

- Livros
- Apostilas
- Carro
- Telefone
- Fax
- Plantas geográficas - - 7
- Revistas e jornais

**RECURSOS HUMANOS:**

- 2 advogados
- 1 educador

**METODOLOGIA:**

- Exposição dos temas organização e administração comunitária de associações e direitos constitucionais trabalhistas e previdenciários

**RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Fortalecimento de duas associações já existentes
- Maior engajamento das lideranças nas discussões coletivas dos problemas daquele município,
- Encorajamento das lideranças, buscando ou reclamando perante a Justiça Trabalhista dos direitos constituídos que lhes são negados

**RESPONSÁVEL:**

Silvino  
Hilderlucy  
Beto

**F) QUESTÃO DO GÊNERO**

**COMENTÁRIO:**

Devido à grande demanda de atividades e mesmo à falta de profissionais qualificados para a devida abordagem, não podemos dizer que cumprimos este item enquanto atividade. Mas podemos dizer que é um fato, a grande presença das mulheres em nosso trabalho. Constatamos que a maioria das lideranças é mulher. Até mesmo em se tratando dos mutirões, quando as mesmas constroem suas casas em decorrência da ausência do marido, ou porque são mães solteiras ou porque o marido está trabalhando.



Em nosso trabalho de formação, por vezes precisamos até intermediar questões conjugais, pois as mulheres quando assumem uma liderança, são persistentes e torna-se difícil explicar para o marido que ela precisa ficar fora de casa boa parte de seu tempo, em decorrência do seu compromisso comunitário

Não podemos dizer que estamos fazendo uma abordagem profunda da questão, mas na prática, o fazemos. Resta-nos trabalhar esta problemática de forma mais planejada e com a devida capacitação

Consideramos também, que esta abordagem não necessariamente precisa ser feita de forma específica. Entendemos que a questão envolve homem e mulher e como estes se relacionam, dentro de um contexto onde se trabalha a libertação pessoal e comunitária



### RELATÓRIO DOS ATENDIMENTOS

NOME	LOCAL	DATA
1 José Daniel de Sousa	Barra do Ceará	06 07 95
2 Joana Vieira Furtado	Henrique Jorge	06 07 95
3 José Nilton Gomes	Carqueija	06 07 95
4 José Roberto Ribeiro	Caucaia	07 07 95
5 José Edson Bitencourt Marrocos	Mondubim	07 07 95
6 Francisco de Assis Belo	Varjota	07 07 95
7 Maria do Socorro dos santos	Castelão - Comunid 1º de Abril	07 07 95
8 Euneto Nascimento Dantas	Farol do Mucuripe	07 07 95
9 Raimundo Carvalho de Sousa	Parque Genibau	07 07 95
10 Erivânia Silva de Souza	Parque Potira	10 07 95
11 Ieda Ferreira da Silva	Praia do Futuro	10 07 95
12 Maria Margarida Pereira Martins		11 07 95
13 Maria do Socorro Bastos Lima	Barra do Ceará	12 07 95
14 Francisco das Chagas Carvalho	Pirambu	12 07 95
15 Maria constantina Alencar	Parque São José	12 07 95
16 Francisco Soares Cunha	Canindezinho	13 07 95
17 Antonia Verônica Ferreira da Silva	Olavo Bilac	13 07 95
18 Antonia Alves de Souza	Serrinha	01 08 95
19 Vicença Alves Fontenele	Jose Walter	02 08 95
20 Pedro de Sousa	Santa Rosa	02 08 95
21 Francisco Calixto	Batoque	02 08 95
22 Pe José Ribamar Vasconcelos	Parque Potira	02 08 95
23 Francisca Pereira Ferreira	Morro do Moinho	03 08 95
24 Maria Martins	Cristo Redentor	03 08 95
25 Francisco Gomes da Silva	Bom Jardim	07 08 95
26 Vicença Alves Fontenele	Jose Walter	07 08 95
27 Lucimar Vieira Martins	Parque São José	07 08 95
28 Francisco Gomes da Silva	Bom Jardim	09 08 95
29 René	Praia do Canto Verde	09 08 95
30 Maria Helena da Silva Souza		09 08 95
31 Joaquim Alves da Silva	Cambeba	09 08 95
32 Estevo Matias dos Santos	Barra do Ceará	09 08 95
33 Maria de Jesus Caroline Mesquita	Papicu	10 08 95
34 Mari Jais Pereira do Nascimento	João XXIII	16 07 95
35 Valdenora Fernandes de Morais	Jardim Iracema	16 07 95
36 Maria Sales de Matos	Aldeota	19 07 95
37 Raimunda da Silva	Varjota	19 07 95
38 Raimundo Carvalho de Sousa	Parque Genibau	19 07 95
39 Josefa Silva de Lima	Pio XII	10 07 95
40 Eliézio Claudio Pereira	Praia do Futuro	20 07 95
41 Jesus Miguel	Riviera	20 07 95
42 Wilton Santos de Carvalho	Sito Aratanha	21 07 95
43 Maria Lucia de Souza	Jose Walter	24 07 95
44 Pedro de Souza	Santa Rosa	24 07 95
45 Willis Saraiva Freire	Messejana	24 07 95



## CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS

NOME	LOCAL	DATA
46 Telma Helena Tomás de Carvalho	Cidade dos Funcionários	26 07 95
47 Francisco Gomes da Silva	Bom Jardim	26 07 95
48 Francisco Gomes da Silva	Bom Jardim	28 07 95
49 Lúcia Correia da Silva	Itaoca	28 07 95
50 Antonia Felix Araújo	Barra do Ceará	31 07 95
51 Antonio Nascimento de Souza	Bom Jardim	31 07 95
52 Ireuda da Costa Silva	Messejana	21 08 95
53 Francisca Marlene Barbosa	Padre Andrade	21 08 95
54 Maria do Rosado de Fátima	Tabapuá	21 08 95
55 Josefa Amaro dos Santos	Couto Fernandes	22 08 95
56 José Roberto Ribeiro	Fazenda Rutelo	22 08 95
57 Raimunda Alves da Silva	Conjunto Jereissate	22 08 95
58 Francinete da Costa	Comunidade dos cocos	22 08 95
59 Maria Lucimar Rodrigues da Silva	Canindezinho	22 08 95
60 Maria Zulmar da Silva	Cambeba	23 08 95
61 Maria Odete Martins	Batoque	23 08 95
62 Francisco Soares Viana	Genibaú	23 08 95
63 Rocicléia Gonçalves Lopes	Alvaro Weyne	20 08 95
64 Pedro de Souza	Santa Rosa	29 08 95
65 Lucilene Cordeiro da Silva	Antonio Bezerra	20 08 95
66 Maria Júlia Chaves de Castro	Parque Santa Cecília	31 08 95
67 João Batista Freire	Goiabeiras	31 08 95
68 Antonia Fernandes Bezerra	Parque Araturi	31 08 95
69 Maria Gomes do Nascimento	Capistrano	31 08 95
70 José Luis Ferreira	João Arruda	31 08 95
71 Antonia Oliveira da Silva	Conjunto Novo São Miguel	31 08 95
72 Manuel Vieira da Silva	Parque São Miguel	31 08 95
73 Meire Ramos	Parque Araxá	06 09 95
74 Maria do Socorro dos Santos	Castelão	28 08 95
75 Vicencia Alves Fontenele	José Walter	28 08 95
76 Maria Júlia Chaves Furtado	Parque Santa Cecília	01 09 95
77 Maria Sales da Silva Almeida	Aldeota	01 09 95
78 Maria de Jesus da Silva Almeida	Genibaú	01 09 95
79 Maria de Fátima Costa Barbosa	Conjunto Ceará	08 09 95
80 Manoel Vieira da Silva	São Miguel	08 09 95
81 René	Prainha do Canto Verde	10 09 95
82 Maria de Jesus da Silva Almeida	Parque Genibau	12 09 95
83 Maria Aparecida de Macedo Linhares	Centro	12 09 95
84 Maria Teka de Freitas Silva	Goiabeiras - Barra do Ceará	13 09 95
85 Pedro de Souza	Santa Rosa	13 09 95
86 Isaias Cordeiro Rodrigues	Serrinha	14 09 95
87 Maria Graça Uchoa Lima	Serrinha	14 09 95
88 Maria das Graças Rodrigues da Silva	José Walter	14 09 95



## CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS

NOME	LOCAL	DATA
89 Omilda Araújo Silva	Alvaro Weyne	15 09 95
90 Maria Edilene da Silva de Souza	Monte Castelo	15 09 95
91 José Edson Bitencourt Marrocos	Mondubim	18 09 95
92 Joaquim Alves da Silva	Messejana	18 09 95
93 Francisco Bastos Fernandes	Cumbuco	19 09 95
94 Raimundo Bezerra Martins	Batoque	19 09 95
95 Vicença Alves Fontenele	José Walter	19 09 95
96 Maria Conceição de Medeiros	Tancredo Neves	19 09 95
97 Maria do Socorro Farias	Parque São Miguel	20 09 95
98 Maria do Rosário de Fátima	Novo São Miguel	20 09 95
99 Maria Aldenia Ferreira da Silva	Praia do Futuro	20 09 95
100 Manoel Carvalho de Castro	Parque Santa Cecília	25 09 95
101 Aduino Almeida de Sousa	Canindezinho	25 09 95
102 Irmã Neusa	Parque Santa Cecília	25 09 95
103 Tereza Ferreira de Souza	Itaitinga	25 09 95
104 Laura Ferreira de Castro	Papicu	25 09 95
105 Raimunda Gomes	Presidente Kennedy	17 11 95
106 Ir Zula do Nascimento	Caucaia	17 11 95
107 Francisco Bezerra Lima Alto Alegre	Bairro Ellery	17 11 95
108 Antonia Pereira de Souza	Parque Santa Filomena	20 11 95
109 Neuma Alves Martins	Jardim Iracema	20 11 95
110 Iraci Delfino da Silvino	Santa Filomena	20 11 95
111 Creuza Bezerra Diniz	Jardim Iracema	20 11 95
112 Emília Maria Ferreira da Silva	Piedade	21 11 95
113 Neuma Alves Martins	Jardim Iracema	21 11 95
114 Teresinha Miranda de Lima	Aerolândia	21 11 95
115 Maria Aldeza Silva	Lagoa Redonda	21 11 95
116 José Gonçalves Farias	Bom Jardim	22 11 95
117 José Domingos Correia	Vila Salemar	22 11 95
118 Aldagiza Pascoa dos Santos	Barra do Ceará	24 11 95
119 José Wilton Celestina Silva	Centro	24 11 95
120 Maria Edineuda Ibiapina	Vereda Tropical	24 11 95
121 Francisca Cosme do Nascimento	Montese	29 11 95
122 Maria Livramento dos Santos	Jardim Petrópolis	29 11 95
123 Manuel dos Santos	Água Fria	29 11 95
124 José Ribamar Vasconcelos	Parque Potira	01 11 95
125 Jardilina Teles Pereira	Parque Aratui	01 12 95
126 Roselita Dias Araújo	Cristo Redentor	01 12 95
127 Antonia Pereira de Sousa	Parque Santa Filomena	01 12 95
128 José Gonçalves Farias	Serrinha	04 12 95
129 Marlene Barbosa de Sousa	Padre Andrade	05 12 95
130 Georgina Nascimento Costa	Jardim Petrópolis	06 12 95
131 Francisco Wilson Gomes	Eduardo Oliveira	06 12 95





## 5 CONTEXTO DA ÁREA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

No contexto do último relatório foi anunciado que o acontecimento de maior relevo aqui entre nós (Estado do Ceará) foi a instituição do SINDES - Sistema Integrado de Defesa Social

Pelo que pese o anseio da sociedade por segurança, este órgão ainda não fez a comunidade sentir firmeza Também, não é para menos, pois o índice de violência, no seu sentido amplo, contra a pessoa é cada vez mais crescente

O nosso livro "Homicídios no Ceará, Ano III", constatou de fato este crescimento da violência, tendo, inclusive, havido, pesquisa de local, dia da semana e horário onde ocorreram maiores índices de violências

Com os dados contidos no livro acima indicado, as autoridades policiais encarregadas da segurança pública, agora poderão desenvolver ações nos locais, dias da semana e horários apontados, a fim de conter as violências detectadas

Ademais, foi lançado ainda, o livro "A Defensoria Pública no Ceará" Com este trabalho os órgãos representativos da classe dos Defensores Públicos poderão desencadear ações no sentido de implantar definitivamente esta instituição

Temos certeza que, com a instalação da Defensoria Pública grande número das ações que hoje custam caro para nossa instituição passarão para este órgão

A Defensoria Pública é a porta de entrada à justiça daquelas pessoas que não têm condições de constituírem um advogado particular

A Defensoria Pública é a democratização em sua acepção maior, da justiça, porquanto, permitirá que todas as pessoas tenham acesso garantido à justiça em igualdade de condições

## 6 ATIVIDADES DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### A) PUBLICAÇÃO DA PESQUISA SOBRE A DEFENSORIA PÚBLICA

#### *METAS:*

- 1 Produção de informações sobre a falta de uma estrutura de apoio jurídico à comunidade empobrecida e suas implicações
- 2 Fornecer aos atores sociais e políticos dados sobre a necessidade da estruturação da Defensoria Pública e sua importância para a efetivação da cidadania
- 3 Contribuir para a institucionalização da Defensoria Pública no Ceará, contextualizando-a dentro do cenário das Defensorias de outros Estados brasileiros



## ***PÚBLICO ALVO***

**Comissões de Direitos Humanos  
Associação dos Defensores Públicos  
Parlamentares e autoridades públicas  
Associações Comunitárias**

## ***PROCEDIMENTOS ADOTADOS.***

- 1 Sistematizar o material colhido (dados e obras) sobre a defensoria pública**
- 2 Produzir um documento com as informações colhidas, a ser trabalhado com o público alvo**
- 3 Manter permanente contato com a Associação dos defensores públicos do Estado do Ceará e autoridades ligadas ao assunto**
- 4 Divulgação do documento junto ao público alvo, imprensa e sociedade civil em geral**
- 5 Participar de debates, palestras e seminários, abordando o assunto**

## ***RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS.***

- Carro**
- Computador**
- Fax**
- Telefone**
- material de escritório**

## ***RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS***

- 1 (um) advogado**
- 1 (uma) estagiária**
- 1 (um) digitador**
- 1 (um) contínuo**

## ***RESULTADOS ALCANÇADOS.***

- 1 Publicação do documento sobre a Defensoria Pública**
- 2 Ampla divulgação na Imprensa, despertando a atenção do público alvo sobre a problemática da Defensoria Pública**
- 3 Uso do documento nas comunidades, despertando para o sentido da existência da Defensoria Pública**
- 4 Engajamento da Associação dos Defensores Públicos na Legitimação da Defensoria**



**RESPONSÁVEL:**

- Carlos Sérgio
- Adriana
- Enildo
- Genilson

**B) REALIZAÇÃO DE UM SEMINÁRIO SOBRE DEFENSORIA PÚBLICA**

**COMENTÁRIO:**

Este Seminário realizou-se em setembro, como estava previsto e contou com a participação de autoridades de expressão nacional

**RESULTADOS ALCANÇADOS.**

- Articulação a nível nacional, da discussão sobre a Defensoria Pública
- Engajamento dos defensores públicos, como classe associada, na estruturação da Defensoria Pública

**C) PRODUÇÃO DA PESQUISA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS PRESOS NA CADEIA PÚBLICA DE MARANGUAPE**

**COMENTÁRIO:**

Esta atividade não pôde ser realizada neste semestre, devido à grande demanda de atividades, o que nos obrigou a tirar prioridades entre as atividades planejadas

**D) SOCIALIZAÇÃO PERMANENTE DOS DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA**

**METAS:**

- 1 Fornecer sistematicamente à sociedade civil e ao Estado dados sobre os crimes de homicídios ocorridos no Ceará, com seus variados aspectos e protagonistas
- 2 Permitir análise, mais detalhadas, sobre o perfil das vítimas e dos acusados dos crimes de homicídios
- 3 Fomentar no Estado a necessidade de dispor de estatísticas criminais como instrumento indispensável para a formulação de políticas públicas



### **PÚBLICO ALVO:**

Órgãos integrantes do sistema estatal de Justiça e Segurança Pública  
Comissões de Direitos Humanos e entidades da sociedade civil  
Atores políticos

### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

Atualização permanente do Banco de Dados sobre homicídios  
Pesquisas junto aos organismos públicos, confrontando os dados  
Distribuição do livro "Homicídios no Ceará - Ano III", com enfoque sobre a criança e o adolescente  
Publicação de dados sobre a violência no trânsito  
Contatos com os meios de comunicação para a divulgação dos dados

### **RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS**

- carro
- computador
- material gráfico
- material de escritório
- fax
- telefone
- filmadora
- máquina fotográfica

### **RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS**

- 1 advogado
- 1 estagiária de Ciências Sociais
- 1 estagiário de Computação
- 1 digitador
- 1 secretária
- 1 estagiário de direito

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- 1 Publicação de dados sobre a violência no trânsito
- 2 Publicação de dados sobre violência policial
- 3 Divulgação de dados sobre homicídio em geral no Estado do Ceará
- 4 Ampla divulgação pela imprensa do lançamento do livro Homicídios no Ceará, levando ao conhecimento da população, os dados sobre a violência



5 Aumento do interesse governamental por dados sistematizados sobre a violência e sua importância na definição de políticas públicas, manifestado através de inúmeras solicitações de informações por parte das autoridades responsáveis pela Segurança Pública do Ceará

**RESPONSÁVEL:**

- Carlos Sérgio
- Francileide
- Júnior
- Enildo
- Ana Maria
- Cláudio

**E) AJUIZAR 4 AÇÕES COM CARÁTER DE EXEMPLARIDADE E TENDENTES A EFETIVAR DIREITOS E DAR CONTINUIDADE AO CASO JÁ ASSUMIDO**

**METAS:**

1 Promover ações jurídicas que tenham repercussão social e denunciem graves violações dos direitos humanos

**PÚBLICO ALVO:**

Vítimas de graves injustiças ou que tiveram direitos fundamentais violados

**RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

Computador  
Livros  
Material de Escritório  
Carro

**RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS**

1 advogado  
2 estagiários de Direito  
1 datilógrafo



**COMENTÁRIO:**

Neste semestre só nos foi possível atender ao caso já assumido, o que se trata do jovem Antônio Sérgio Ferreira de Souza. O Tribunal recebeu o Pedido de Apelação e o novo julgamento está marcado para fevereiro do corrente ano.

**RESPONSÁVEL:**

Carlos Sérgio  
Pe Lino  
Enildo

**F) MOBILIZAR PARA A REATIVAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**COMENTÁRIO:**

Esta discussão ainda persiste entre as comissões de direitos humanos no Ceará. Havendo por parte do órgão competente do Estado, resistência e insistência na proposta do SINDES (Sistema Integrado de Defesa Social).

**G) PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUMS E ARTICULAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**OBJETIVOS GERAIS:**

- 1 Reforçar e abrir canais de articulação com a sociedade
- 2 Promover os Direitos Humanos

**METAS:**

- 1 Articular atividades, em parceria com outras entidades de Direitos Humanos
- 2 Socializar experiências e informações das entidades participantes dos fóruns e articulações
- 3 Capacitar os membros da equipe

**PÚBLICO ALVO:**

Comissões de Direitos Humanos  
Entidades da Sociedade Civil



### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS.**

Participação no Movimento Nacional de Direitos Humanos, enquanto conselheiro-coordenador do Estado do Ceará e como secretaria da articulação do MNDH - Nordeste

Participação na Coordenação do Fórum Cearense de Direitos Humanos, que congrega entidades governamentais e não-governamentais do Ceará

Participação no Pacto de Combate à Prostituição Infantil

### **RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS.**

Carro  
Passagens  
Material de Escritório  
Fax  
Telefone

### **RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS:**

1 advogado  
1 secretária  
1 estagiária de Direito

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

1 Realização do II Seminário de Justiça e Cidadania, em setembro passado  
2 Participação na II Semana estadual de Direitos Humanos com o apoio da Secretaria de Educação do Estado, resultando na divulgação das comissões de direitos humanos nas escolas estaduais e municipais

### **RESPONSÁVEL:**

Carlos Sérgio  
Ana Maria  
Adriana



## H) PARTICIPAÇÃO EM DEBATES, PALESTRAS E SEMINÁRIOS

### **OBJETIVOS GERAIS:**

- 1 Incidir nas políticas públicas
- 2 Reforçar e abrir canais de comunicação com a sociedade
- 3 Promover o respeito aos Direitos Humanos

### **METAS:**

- 1 Fornecer informações críticas e propositivas sobre o aparato de Justiça e Segurança Pública e o respeito aos Direitos Humanos
- 2 Promover a capacitação de lideranças comunitárias

### **PÚBLICO ALVO:**

Associações comunitárias  
Comissões de Direitos Humanos do Ceará  
Entidades da sociedade civil ligadas à problemática da Justiça e Segurança Pública  
Organismos oficiais integrados ao Sistema de Justiça e Segurança Pública e Sociedade em Geral

### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- 1 Participação em programas de rádio e televisão
- 2 Debates nas comunidades
- 3 Participação em reuniões na Procuradoria Geral da Justiça no Ceará
- 4 Participação no Seminário de Justiça e Cidadania

### **RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

Carro  
Computador  
Material de Escritório  
Livros, revistas e jornais

### **RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS**

1 advogado  
1 secretária  
1 digitador  
2 estagiários



### **METODOLOGIA.**

A partir da solicitação do público alvo, é feito um apurado preliminar de informações sobre os assuntos a serem abordados, sendo levado em consideração as peculiaridades locais e do público específico a que se destina o debate, a palestra ou o seminário

De posse dessas informações, preparamos nossa intervenção, sempre procurando transmitir informações sobre a atuação dos organismos estatais de Justiça e Segurança, denunciar as injustiças e promover os Direitos Humanos

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- 1- Participação em 05 programas de rádio
- 2- Participação em 03 programas de televisão
- 3- Participação em 03 palestras em associações comunitárias
- 4- Participação em 06 debates e seminários públicos

### **RESPONSÁVEL:**

Carlos Sérgio  
Ana Maria  
Enildo  
Francileide  
Júnior

### **I) 50 CONSULTAS JURÍDICAS E ORIENTAÇÕES EM CASOS DE DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS**

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- 1 Manter o apoio as demandas das comunidades
- 2 Incidir nas políticas públicas
- 3 Promover o respeito aos Direitos Humanos

#### **METAS:**

- 1 Pressionar os organismos estatais para uma maior agilidade e eficiência na apuração de delitos contra a pessoa humana
- 2 Qualificar e capacitar o público alvo, orientando juridicamente as pessoas sobre como proceder diante de casos de violência
- 3 Selecionar casos a serem assumidos, como exemplares, pela Comissão de Justiça e Segurança Pública



**PÚBLICO ALVO:**

Vítimas de violência contra a pessoa humana, bem como seus familiares e pessoas carentes de informações jurídicas





**PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

Triagem das pessoas que chegam ao CDPDH  
Fornecimento de informações jurídicas  
Encaminhamentos a órgãos públicos competentes  
Petições aos poderes públicos competentes e autoridades, reivindicando as providências a serem adotadas

**RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

Computador  
Telefone  
Fax  
Livros  
Material de Escritório

**RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS:**

2 advogados  
1 secretária  
1 estagiária  
1 datilógrafo

**METODOLOGIA:**

A partir das denúncias formuladas pelo público alvo, seleciona-se os casos que tenham repercussão social e que impliquem em desrespeito aos direitos humanos

Informamos as autoridades sobre os fatos ocorridos e reclamamos as providências cabíveis

**RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Inquéritos e sindicâncias policiais instauradas  
Posicionamento mais qualificado do público alvo diante dos casos de violência, a partir de uma capacitação para o caso concreto

**RESPONSÁVEL:**

Carlos Sérgio  
Ana Maria  
Adriana  
Enildo



## 7 REFORÇO INSTITUCIONAL

### A) CONTATOS MAIS PERIÓDICOS COM ENTIDADES COOPERANTES, BUSCANDO RECURSOS

Neste semestre o CDPDH realizou vários contatos com a Conferenza Episcopale Italiana, Intermond, Christian Aid, UNICEF e Ação Social do Estado

Algumas dessas entidades nos respondeu positivamente e nos ofereceu apoio parcial para o Banco de Dados sobre homicídio. Da mesma forma, UNICEF nos apoiou, o que tornou possível a publicação do livro O Perfil dos Homicídios no Ceará nº 03 e o da Defensoria Pública

A Diocese de Bolzano comprometeu-se a nos apoiar durante o ano de 1996, a partir de Março

Estabelecendo contato com a Cáritas Diocesana de Bolzano e estamos aguardando resposta

### B) ESTABELECEMOS UM CONTROLE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS E DO TEMPO DE TRABALHO

O CDPDH reuniu-se, como estava previsto, nos dias 29 e 30/08/95. Nessa ocasião, fizemos uma revisão do planejamento, onde escolhemos as prioridades para o semestre (que seguem em anexo) e revimos o papel de cada um dos membros da equipe, analisando nossas potencialidades e o uso das mesmas

Durante todo o semestre que se seguiu, procuramos valorizar nossa participação em cursos sobre reforço institucional promovidos por entidades locais, através da ABONG

### C) ESTABELECEMOS MAIOR RIGOR NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO E NO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

#### *OBJETIVOS GERAIS.*

- Reforço institucional.
- Qualificação nos serviços prestados
- Mensuração dos resultados obtidos

#### *METAS:*

- Equipe mais qualificada e consciente das suas potencialidades



**PÚBLICO ALVO:**

- Equipe do CDPDH
- Entidades cooperantes ou de apoio

**PROCEDIMENTOS ADOTADOS**

- Ênfase sobre a importância do Planejamento e do relatório como instrumentos de trabalho indispensáveis
- Participação em cursos e seminários de capacitação
- Troca de experiência com entidades afins
- Discussões sobre os aspectos levantados pelo monitor
- Maior rigor na elaboração do planejamento e do relatório
- Avaliação permanente da equipe

**RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS.**

- Gastos com viagens
- Participação em cursos e seminários
- Livros

**RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS:**

- Todos os integrantes do CDPDH
- Assessoria do CERIS e do MNDH

**RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Uso do planejamento e relatório de atividades como instrumentos de trabalho
- Elaboração de planejamentos específicos para atividades de grande vulto promovidos pela entidade

**RESPONSÁVEIS:**

- Toda Equipe do CDPDH

**D) PRODUÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO**

**METAS:**

- Divulgação do trabalho do CDPDH junto às comunidades assistidas, entidades cooperantes, outras ONG's e a sociedade em geral



- Publicação nos jornais locais de dados sobre agressão aos direitos humanos, no que diz respeito à Justiça e Segurança Pública, bem como Terra e Moradia
- Publicações periódicas sobre violência coletadas do nosso Banco de Dados

#### *PÚBLICO ALVO*

- Comunidades assistidas
- Público em geral
- Outras ONG's
- Entidades cooperantes

#### *PROCEDIMENTOS ADOTADOS.*

- Confecção de um folder sobre o trabalho do CDPDH
- Seleção de casos exemplares sobre violência e questões de moradia para posterior divulgação na imprensa
- Contatos com a imprensa local para divulgação das atividades do Centro
- Confecção de um folder específico para o programa de formação "O Direito na Linguagem do Povo"

#### *RESULTADOS ALCANÇADOS*

- Maior divulgação dos trabalhos do CDPDH, despertando a atenção do público em geral
- Maior interesse das entidades cooperantes, obtendo assim outros financiamentos

#### *RESPONSÁVEIS*

- Pe Lino
- Ana Maria
- Carlos Sérgio
- Enildo

### **E) APOIO À CAPACITAÇÃO PESSOAL**

#### *OBJETIVO GERAL:*

- Qualificação de pessoal

#### *METAS*

- Reforço institucional
- Qualificação nos serviços prestados
- Equipe melhor preparada para exercer suas funções

#### *PÚBLICO ALVO*

- Toda a equipe do CDPDH



### *PROCEDIMENTOS ADOTADOS*

- Participação em cursos promovidos pelo MNDH e ABONG com datas e temas já previstos para este semestre
- Troca de experiência com outras entidades
- Participação em cursos e seminários locais

### *RESULTADOS ESPERADOS*

- Maior compreensão por parte da equipe, sobre a linha de intervenção das ONG's hoje
- Melhor entendimento das políticas públicas

### *RESPONSÁVEIS*

- Pe Lino
- Ana Maria

**CONCLUSÃO**

Acabamos de elaborar o relatório do 2º semestre de 95 e nos damos conta de que o mesmo não consegue mostrar de maneira clara o alcance do trabalho do CDPDH

Temos consciência dos limites deste relatório e por isso aguardamos as observações de CEBEMO para podermos melhorar no futuro

Ao mesmo tempo temos consciência de que o trabalho e a incidência do CDPDH na sociedade são muito maiores de quanto apareça no relatório

Destacamos o trabalho do CDPDH junto ao Fórum das Entidades para a instalação do Conselho Municipal de Habitação para o gerenciamento do fundo de terra para moradia popular

Para o primeiro semestre de 96 pretendemos iniciar a criação de um banco de dados para Terra e Moradia. No setor da Justiça e Segurança Pública achamos de grande utilidade para a sociedade a publicação dos livros "Homicídios no Ceará" Ano III e "Defensoria Pública no Ceará"

Para este ano de 96 temos boas perspectivas de trabalhar com a Defensoria Pública do Ceará para garantir mais atendimento ao povo carente

Finalizamos renovando o desejo de, neste ano, termos a oportunidade de um encontro pessoal com CEBEMO para recebermos mais força no enfrentamento do nosso trabalho

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

Pe Lino Allegretti  
Diretor



## RELATÓRIO FINANCEIRO



## INDICE

1 INTRODUÇÃO	03
2 CONTEXTO NACIONAL	04
3 CONTEXTO DA ÁREA DE TERRA E MORADIA	06
4 DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA REIVINDICAÇÕES	07
5 CONTEXTO DA ÁREA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	23
6 ATIVIDADES DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	23
7 REFORÇO INSTITUCIONAL	35
8 CONCLUSÃO	39
9 RELATÓRIO FINANCEIRO	40
10 ANEXOS	



## ANEXOS I

## RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES AMEAÇADAS DE DESPEJO E ÁREAS DE RISCO

COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	Nº FAMÍLIA	OBSERVAÇÕES
1 Associação Beneficente Ideal	Rua Coronel Frabriciano, 2069 - Parque Santa Cecília	63	Processo nº 70320/93 - 15a Vara Ameaça de despejo - Pet da parte contrária pedindo o indeferimento da contestação
2 Francisco Sá II	Rua 1, Casa 22 - Barra do Ceará - próximo ao SENAI	92	Ameaça de despejo - Protocolos SDU 5172/94 - 31/10/95, 2288/93 - 27/05/93, SEDURB 1088/93 - Já houve despejo
3 Conselho dos Pescadores da Colônia Z-8	Rua José Glaudo Gurgel - Caça e Pesca	156	Ameaça de despejo por João Gentil Protocolos DPU 10380 010856/92-11 de 24/11/92 e 414 COHAB 324 35 Início da Ocupação 1994
4 Associação de Moradores União Popular	Rua Luciano Alves, 360 - Parque Santa Filomena - Messejana	183	Ameaça de despejo Início da Ocupação 1995
5 Área Verde do Esplanada Araturi	Rua 07 - Jurema	191	Ameaça de despejo Início da Ocupação 08/1994
6 Associação de Moradores São Gabriel - Genibaú III	Rua Moçambique, 76 - Genibaú - próximo à Av I do Conjunto Ceará	192	Ameaça de despejo Área com decreto - parado por falta de iniciativa do autor
<b>TOTAL</b>		877	////////////////////////////////////



COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	Nº FAMÍLIA	OBSERVAÇÕES
7 Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Boa Vista	Entre Av Alberto Craveiro e Rua Professor Nelson	124	Ameaça de Despejo
8 Dunas I - Planalto das Goiabeiras	Rua Morro Branco II, Casa 28 - Goiabeiras	351	Área de Risco Início da ocupação - 1993
9 Parque Genibaú V	Rua Alves Batista - Genibaú	34	Processo Nº 950214664-6 - 2a Vara Cível Aguardando devolução de mandado
10 Comunidade Santa Joana D'arc	Jangurussü - Parque Portela Rua Nunes Feijó	113	Ameaça de Despejo Início da ocupação - 1992
11 Parque São Miguel	Messejana - Novo Paraíso	45	Processo Nº 71111/93 - 11a Vara Cível Protocolo - SDU 6092/93 em 03/11/93 Arquivado - 09/11 desapropriado
12 Associação Moradores São José Arpoador	Av Francisco Sá, 5189, esquina com a Rua Dona Medina	57	Ameaça de despejo Início da ocupação - 1992
13 Parque Potira II	Rua Tampico, 1072 - Casa 02, Mercadinho Marques, esquina com a Rua Araquim - Caucaia	147	Despejados Nº Protocolo SEDURB - 43/93 Parado
14 Praia do Futuro	Rua Aristides Barcelo, 650, esquina com Rua Trajano Medeiros	242	Ameaça de despejo e área de risco Protocolo COHAB nº 50733815/91
<b>TOTAL</b>		1 113	////////////////////////////////////



COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	Nº FAMÍLIA	OBSERVAÇÕES
15 Associação Poço da Draga	Viaduto Moreira da Rocha, 216, Praia de Iracema	243	Ameaça de despejo - Projeto Turístico (Rua 24 Horas) - Processo Nº 950213034-0 Início da ocupação - 1994
16 Associação dos Moradores Eduardo Oliveira	Rua Muniz de Aragão, 389 - Jardim Petrópoles	84	Ameaça de despejo Processo Nº 19658/90 Arquivado
17 Conjunto São João - Curió	Alameda São Mateus, 1010 - Messejana-Curió	121	Ameaça de Despejo Protocolo SEDURB - 3492/92
18 União da Comunidade Recanto dos Pardais	Rua 26 Batalhão S/N	74	Ameaça de despejo - Nº do Processo 940217049-9 - Início da ocupação - 1994 Suspensa execução da liminar
19 Riacho Doce I - Barra do Ceará	Travessa Alencar com Friber S/N	202	Ameaça de Despejo Processo Nº 86884/91 Início da ocupação - 1981
20 Serviluz	Farol do Mucuripe - Rua Amâncio Filomeno/Titan, Av Zezé Diogo/José Anacleto, até a Rua CONEFOR	515	Ameaça de Despejo Início da ocupação - 1960
21 Parque Itamarati - Caucaia	Rua Duarte Coelho/Simão Santos, Conjunto Novo Progresso	121	Ameaça de Despejo Processo Nº 76793/92
22 Sociedade Comunitária Habitacional Padre Andrade	Rua Carnaubal, 1000 - Padre Andrade	300	Area de risco Protocolo Nº SDU 34/95, COHAB 44007, SEDURB 1524, SAS 15/53
23 Associação dos Moradores da Favela Brejo Santo	Rua Brejo Santo, 304 - Parque Santa Maria - Messejana	106	Ameaça de despejo - Processo Nº 2588/92 Início da ocupação - 1988 - parado/suspensão
<b>TOTAL:</b>		<b>1 766</b>	////////////////////////////////////



COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	Nº FAMÍLIA	OBSERVAÇÕES
24 Ocupação da 20 de Janeiro	Av 20 de Janeiro esquina com Rua Jacaúna e Mário Anapion	09	Ameaça de despejo pela REFFSA Processo Nº 940006256-7 - Início da ocupação - 1987 - Aguardando seguimento do feito
25 Associação dos Moradores da Vila União	Rua João Câmara, 55 - Vila União (próximo a Empresa São José de Ribamar)	146	Processo Nº 58939/87 - 2ª Vara - Ameaça de Despejo Apelação negada pelo T J
26 Associação dos Moradores do Morro do Futuro	Morro do Futuro - próximo ao Farol Novo	52	Processo Nº 5397/89 - 4ª Vara T J em apelação
27 Conselho Comunitário Lagoa do Coração	Morro do Futuro - Lagoa do Coração	546	Processo Nº 73333/87 - 5ª Vara - Ameaça de despejo - litigio em área já desapropriada Pendente execução da Sentença
28 Comunidade do S	Messejana, BR 116 - Km 13,5 - Curva do S	46	Processo Nº 91939/93 - 13ª Vara - Ameaça de Despejo
29 Riacho Doce II	Rua Astrogildo Fontoura - Barra do Ceará	100	Processo Nº 86884/91 - 1ª Vara - Ameaça de Despejo
30 Favela da Varjota	Bairro Varjota - Rua Independência, 43	43	Ameaça de Despejo Processo Nº 1699/88 - 5ª Vara Processo " 237618/9 - 32ª Vara
31 Favela Rua Larga	Bairro Otávio Bonfim, Rua Larga (por trás do BRADESCO)	92	Processo Nº 18493/93 - 28ª Vara - Ameaça de Despejo pela Construtora SINCOL
32 Comunidade Belém	Av João Pessoa (por trás da Usina Everest)	46	Processo Nº 77580/92 - 10ª Vara - Ameaça de Despejo - Suspensa Liminar de reintegração de posse
<b>TOTAL</b>		1 080	////////////////////////////////////



COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	Nº FAMÍLIA	OBSERVAÇÕES
33 Favela da Ponte	Av Senador Fernandes Távora (próximo à Ponte do Rio Maranguapinho) - Autran Nunes, Barra Genubau	96	Processo Nº 9822/90 - 12a Vara - Ameaça de Despejo Em Andamento
34 Parque Potira	BR 220, próximo ao Posto Canindé	130	Processo Nº 391/94 - 4a Vara - Ameaça de Despejo
35 Associação dos Barraqueiros da Barra do Ceará	Av José Lima Verde, 240 - Barra do Ceará	144	Ameaça de despejo devido a projeto turístico (P M F) Início da ocupação - 1995
36 União dos Moradores do Brisa da Praia	Rua Lídia Petri, 977 - Barra do Ceará	1550	Ameaça de despejo Início da ocupação - 1993 DPU - Protocolo Nº 174 de 05 05 92
37 Associação dos Moradores do Conjunto Parque Ibiapava	Rua Jacaúna, 700, BI C - Barra do Ceará	168	Ameaça de despejo pelo INSS Início da ocupação - 1964
38 Associação dos Moradores do Conjunto Popular	Rua Jacaúna, 683 - Barra do Ceará	131	Ameaça de despejo Início da ocupação - 1987
39 Associação dos Moradores do Novo Lar	Travessa da Sede, 17 - Barra do Ceará	375	Ameaça de despejo pelo Coronel Barros de Lima Início da ocupação - 1992
40 Associação dos Moradores da Favela Francisco Sá	Travessa Canário, S/N - Barra do Ceará	180	Ameaça de despejo por Jorge Furtado Leite Início da ocupação - 1995
41 Associação dos Moradores	Rua 02, Casa 09 - Avenida Francisco Dá	92	Despejado, desapropriado, não pago Início da ocupação - 1994
42 Associação dos Moradores da Terra Prometida	Rua Grito de Alerta à Rua São José e da Rua São Caetano à Rua da Paz	255	Ameaça de despejo pelo Grupo Brasil Oitica Início da ocupação - 1992
<b>TOTAL</b>		<b>3 121</b>	////////////////////////////////////



COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	Nº FAMÍLIA	OBSERVAÇÕES
43 Parque Genibaú IV	Rua Alves Batista, S/N - Parque Genibaú	32	Ameaça de despejo por Edgar Marques de Lima - Processo Nº 115595 - 3a Vara Aguardando dev de mandado
44 Associação Beneficente Santa Edwirges	Rua Ipiranga, 2218 - Conjunto São Francisco - Antônio Bezerra	146	Ameaça de despejo
45 Associação de Moradores da Favela da Av Santos Dumont	Rua Joaquim lima, 1510	747	Ameaça de despejo COHAB - Protocolo Nº 21784
46 Comunidade Itapeba	BR 116 - Km 14 ½	54	Ameaça de despejo Processo Nº 91939
47 Venezinha - Parque Genibaú	Rua Alves Batista, 1304	104	Ameaça de despejo Início da Ocupação - 1989
<b>TOTAL</b>		1 083	////////////////////////////////////
<b>TOTAL GERAL</b>		9 040	////////////////////////////////////



afetadas já que não dispõem de água encanada em nenhum dos bairros e os casos de Lupa. Vinusa afirmou que foram registrados cinco óbitos sendo dois casos de meningite, dois de infecção intestinal e um de leptospirose.

Apesar dos tormentos, a comunidade conta com apoio dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF). Essa categoria, por intermédio do projeto "Ação - Cidadania contra a Miséria e pela Vida" construiu uma creche beneficiando mais de 200 crianças. Eles doam ainda roupas e brinquedos usados.

Vinusa falou também do Programa Emergencial de Reforço Alimentar à Criança do Nordeste convênio com a Legião Brasileira de

Assistência (L.B.A). "Recebemos apoio tanto da Fundação de Bem-Estar do Menor (Fubemec) e da Federação de Entidades Comunitárias do Estado do Ceará (Feccece)", frisou acrescentando que as crianças são alimentadas por esse programa de segunda-feira a sábado.

No meio da ocupação segundo Vinusa Felipe participaram mais de mil pessoas com passar dos meses os que não tinham paciência foram saindo restando somente hoje 268 famílias. "A Prefeitura nos diz que só ira negociar quando tiver no terreno somente 250 famílias. Vamos esperar para ver", apostou sentenciando que não sabem enquanto não virem os resultados seus dos pleitos.

## Serviços municipais que funcionam no feriado

O serviço de coleta de lixo e varrição funcionam normalmente amanhã, quinta-feira, Dia de Corpus Christi, enquanto que os mercados públicos e feiras-livres só abrirão até meio-dia. Também atendem normalmente os hospitais Instituto Dr. José Frota e distritais. As repartições públicas fecham, respeitando ao dia santo celebrado pela Igreja Católica.

Amanhã serão armadas as feiras livres dos bairros Monte Castelo, no trecho compreendido entre a Avenida Sargento Hermínio e Rua Catan-

ha Labore, no Alvaro Wevise, Rua Luís Guimarães com Frei Odilon, e no Mucuripe, Avenida da Abolição com a Igreja de Nossa Senhora da Saúde.

A coleta de lixo será feita de acordo com o calendário do Departamento de Limpeza Urbana (DLU) enquanto que a varrição da orla marítima e do centro da cidade acontece normalmente. Além destes serviços o DLU mobilizará equipes de garis em turmas especiais, para capinação, varrição e pintura de meio fio de alguns pontos da cidade.

## DE OLHO NA CIDADE



J. SOBRINHO



J. SOBRINHO

**DIAS MACEDO** Motoristas e pedestres que circulam pelo Bairro Dias Macedo pedem a Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov), que agilize os trabalhos de recuperação da Avenida Alberto Craveiro, no trecho localizado em frente a estação da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (Chesf). Os buracos tomando quase toda passagem de tráfego da avenida foram feitos com as últimas grandes chuvas. Recentemente, não havia possibilidade de acesso até para carro de passeio.

**PARQUELÂNDIA** A Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov) também não conseguiu por um fim as crateras localizadas em frente a praça da Avenida Engenheiro Humberto Monte, na Parquelândia. Segundo o morador Claudio Couto, (residência nº 2550) a cada inverno o asfalto arrebenta e consequentemente os veículos que trafegam no local. Quando não chove as casas instaladas na parte alta da avenida se encarregam de agravar o problema despejando água de esgotos na avenida. Quem contribui para a poluição é um abatedouro de frangos com rede de esgoto clandestina.

# FORTALEZA 360 GRAUS

FORTALEZA QUARTA, 14/06/95



*Ocupação composta de 268 famílias retrata abandono. Mortes são causadas por doenças infecto-contagiosas*

## Famílias esperam assentamento no Dias Macedo

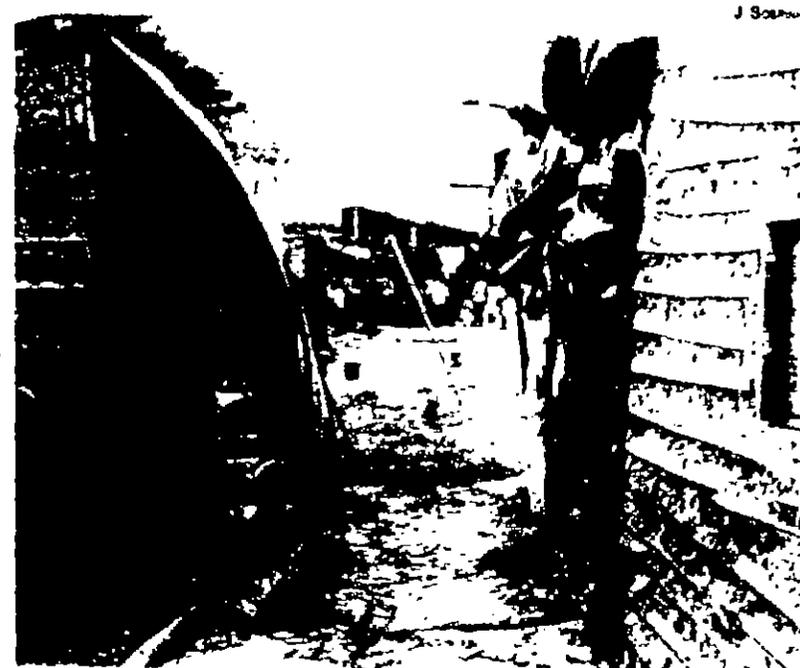
"Somente a vontade de possuir um dia um teto e dar mais conforto para nossos filhos faz com que enfrentemos tanto sofrimento" A afirmação é da tesoureira da Associação Habitacional Aqui Fico - Vanusa Felipe que lidera 268 famílias instaladas num terreno em frente ao 10º Comando de Suprimento Militar, Dias Macedo. Depois de quase um ano de ocupação dessa área, eles esperam pela decisão da Prefeitura de Fortaleza que lhe prometeu intermediar o processo de assentamento.

Ontem pela manhã, a direção da entidade convidou representantes da Secretaria de Saúde do Município para cadastrar as famílias e fazer vacinação contra a meningite leptospírose e tratamento de infecções intestinais. As crianças são as mais



**Miséria**

A alta incidência de doenças como meningite e leptospírose motivou vacinação realizada ontem



**Favela**

Crianças que habitam barracos e casas de lata são as mais afetadas pela falta de saneamento



## Favela do Aeroporto cresce sobre área de preservação

A Favela do Aeroporto, que surgiu há cerca de sete anos, continua a crescer tomando o resto da área de preservação ambiental da Lagoa do Opaia. São centenas de famílias morando em barracos e casas de tijolo construídas com beleza que ainda existe no local. Os moradores mais antigos do Bairro acreditam que essas famílias só levantaram seus barracos em área imprópria porque a Prefeitura de Fortaleza foi conivente.

Mais preocupados com a sobrevivência, os moradores da comunidade argumentam que a ocupação do local não teve resistência porque o terreno é "público". "Se fosse de particular, a polícia já tinha derrubado nossas casas", adiantou João Soares, morador na favela há quatro anos. Ele contou que

muitas famílias já venderam "seus lotes". A parte mais valorizada fica em frente a Lagoa. No local, foram instalados estabelecimentos como bares e panificadora.

A maior parte da favela fica da Rua Lauro Vieira Chaves. As famílias mais sacrificadas com lama e odor de esgotos a céu aberto ficam localizadas nas travessas que cruzam com essa via. É o caso da família de Antônio Oliveira da Silva. Ela já levantou o piso da sua casa e em mais de meio metro para barrar a entrada da água. "Quando chove a situação se torna pior", lamenta. Em frente a sua casa, passa um riacho que polui a área de inverno, a verão. As crianças são acometidas de doenças de pele e infecção intestinal.



### Sem saneamento

Terreno público foi invadido por centenas de famílias há sete anos

26106195 - TRIBUNA



# FORTALEZA, 360 GRAUS

FORTALEZA, SEXTA, 30/08/85



*Moradores de barracos construídos em dunas fora da área de risco são abandonados*  
**Comunidade pede remoção do Morro do Teixeira**

O Governo do Estado realiza o trabalho de retirada das famílias localizadas nas áreas de risco do Morro do Teixeira. Do outro lado das dunas, na Rua Angelo Figueiredo, no Bairro Castelo Encantado, outras, há mais de três anos, ocupam parte dessa via. São cerca de 15 famílias residindo em barracos de madeira e papelão instalados na parte mais alta do morro, próximo ao Terminal da Petrobrás.

Já debilitada pela inalação constante do gás oriundo dos terminais da Petrobrás, Mana Alves Santos, 67 anos, diz que não sabe porque não tem onde morar. Seu barraco mede aproximadamente dois por três metros, sem banheiro, piso nem esgoto. O único "luxo", segundo ela, é a energia obtida por uma "gambiarrá". "Já esqueci do nome dos 'homens' (políticos) que prometeram nos ajudar. Hoje, quem passa por aqui são os malandros do Castelo Encantado, Polícia e mais ninguém", relata.

Responsável pela criação de

uma rede, Mana Alves afirma que parte dos moradores que ocupam o terreno já vendeu suas casas. Onde existia um barquinho de papelão, segundo ela, agora funcionam oficinas e pequenos comercios. Como sempre ocorre nessas áreas, os especuladores não perderam tempo, comprando, por baixo preço, terrenos protegidos por lei federal.

Quanto à segurança, ela preferiu não entrar em detalhes, temendo represálias. Sem se esforçar muito, dezenas de menores passam o dia vadiando pelo bairro, cheirando cola e pichando coletivos e residências.

A maioria, jovens. Um morador do bairro, sem se identificar, conta que os mais perigosos são os delinquentes das gangues. Em bando, eles atacam e roubam quem passar pelas vielas do Castelo Encantado. Os policiais não são em número suficiente para coibir a ação dos menores. "A noite, só sobe no morro quem é corajoso ou conhecido pelas gangues", previne.



**Insegurança**  
Moradora denuncia ação de marginais que destroem moradias

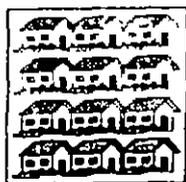


**Risco**  
Areia invade os barracos construídos com madeira e papelão

VOCÊ OPINA

A Tribuna do leitor

# FORTALEZA



## Ocupação composta por 270 famílias pe Favela do Dias Macedo

As 270 famílias que ocuparam um terreno particular em frente ao Quartel de Suprimento da 10ª Região Militar, Dias Macedo, esperam pela decisão da Justiça sobre despejo. Ontem pela manhã, foram surpreendidos pela presença de policiais militares que tinham ordem de fazer valer a ordem do Juiz da 23ª Vara, Manoel Defas. Até ontem à tarde, permaneceram no local resistindo a ação da PM.

O que mais surpreende a comunidade liderada pela Sociedade Habitacional Aqui Fico e que o terreno ocupado estava sendo negociado entre os proprietários e a Prefeitura de Fortaleza. Segundo a Presidente da entidade, Iolanda Bezerra da Silva, já

foram feitas várias reuniões entre as famílias e representantes do Município. "Hoje pela manhã, acordamos com a Polícia Militar e caminhões com homens dispostos a derrubar nossos barracos", relatou.

Ela argumenta que o pacto feito com a Prefeitura de Fortaleza definia que só permaneceriam no terreno 250 famílias. No começo da ocupação, conforme Iolanda Bezerra, existiam mais de 1.000 pessoas. Após dez meses, muitos desistiram. "No momento, temos muitos idosos, gestantes e crianças doentes que não têm para onde ir", frisou, acrescentando que o documento apresentado pela oficial de Justiça não especificava qual a área exata

que a Prefeitura Municipal não havia delimitado na negociação.

Sem entrar em detalhes, a oficial de Justiça, Margarida Brasil, dizia que estava cumprindo a ordem do Juiz da 23ª Vara dando reintegração de posse com medida liminar. Ela circulou pela área, passando de porta em porta junto aos barracos pedindo que os moradores se retirassem. Enquanto cumpria a sua função, as lideranças comunitárias agilizavam as negociações com representantes do Escritório de Defesa dos Direitos Humanos, instituição que atua em convênio com a Universidade Federal do Ceará e Câmara Municipal de Fortaleza.

## Retirada de telhas provoca

Por muito pouco a ordem de despejo das famílias da comunidade liderada pela Sociedade Habitacional Aqui Fico do Dias Macedo, não se transformou num campo de batalha. O estopim ia sendo acendido quando operários e caçambeiros, começaram a retirar das telhas de um barraco. As famílias e lideranças da ocupação resistiram, só saindo depois que representantes do Escritório de Defesa dos Direitos Humanos intervieram.

Segundo Diana Barros, do Escritório de Defesa dos Direitos Humanos, o documento apresentado pela oficial de Justiça, não especificava a área a ser desocupada. Logo a seguir, chegaram os deputados Inácio Arruda (PC do B) e João Ananias (PSB) reforçando a defesa das moradias das famílias. Eles tentaram falar com prefeito Antonio Cambráia visando encontrar uma saída pacífica. Inácio Arruda comentou que ninguém iria sair.

As lideranças comunitárias,



### Disputa

Tensão entre policiais, moradores e caçambeiros não gerou violência dev

entre elas a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, diziam que o impasse não estava mais nas mãos dos moradores, mas sim entre proprietários e

Prefeitura Municipal. Por volta das 14 horas comentava-se no local que os donos do terreno não queriam mais vendê-lo a Prefeitura. Por sua vez, segundo d

# 360 GRAUS



permanece mesmo com a presença de policiais militares  
do resiste a ação de despejo



Ordem judicial  
Polícia iniciou operação mas foi barrada por representantes do Escritório de Defesa dos Direitos Humanos

## tumulto



foi a presença de parlamentares

Alanda Bezerra, o prefeito  
Antonio Cambraia tinha lavado  
as mãos. A sorte dessas famílias  
está sendo decidida agora a nível  
de negociação política



# FORTALEZA, 360 GRAUS

FORTALEZA, DOMINGO, 25/06/95



## Cerca de 60 famílias de ocupação na Praia do Futuro exigem área prometida na Sabiaguaba Sem-teto ainda aguardam decisão da União

Há mais de quatro meses que 57 famílias sem-teto, que estão instaladas no meio da Rua Conde de Irajá, na Praia do Futuro, esperam pela decisão da Secretaria do Patrimônio da União - Estado do Ceará. A resposta positiva desse órgão oficial lhes dá o direito de construir suas casas num terreno da Sabiaguaba. Enquanto isso moram em pequenos barracos feitos de pedaços de madeira, papelão e plástico.

Desnorteadá com 10 filhos para cuidar, a líder da Comunidade dos Cocos, Maria Francinete da Costa, disse que já não sabe para quem apelar. "Na última vez que falamos com o delegado da Secretaria do Patrimônio da União (José Feitosa Dantas), ele nos garantiu que tinha atendido apelo feito pela Arquidiocese de Fortaleza. Ele nos deu um terreno na Sabiaguaba, nos setores 15, 16 e 31. Mas infelizmente, não nos atendeu novamente", lamentou.

Com a autorização dessa Secretaria, as famílias da Comunidade dos Cocos, poderão fazer suas casas sem temerem despejo. Ela acha que se

instalaram antes do tempo, sem apoio legal, os "barões" derrubam nossas casas. E vamos começar tudo de novo. Procurar outro lugar para invadir", ressaltou acrescentando que a Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab) só não participou do processo porque também não tem ordem da Secretaria do Patrimônio.

A situação dessas famílias é precária. Além do pouco espaço dos barracos, muitos com mais de 12 pessoas, não têm onde fazer suas necessidades fisiológicas. Outro agravante é a inexistência de água potável. Eles consomem água de cisternas improvisadas, que são contaminadas. Francinete disse ainda que os barraqueiros lhes perseguem. "Tudo que é malandro que vem do Serviluz, Castelo Encantado e Mucuripe fazem bagunça e dizem que somos nós. Somos pobres, mas são pais de famílias que merecem respeito. Onde estão os nossos direitos?", indagou, lembrando que as famílias esperam pela resposta da União.

José Soares



**Pobreza**

Comunidade dos Cocos habita em barracos feitos com madeira, papelão e plástico, sem condições de higiene para adultos e crianças

# FORTALEZA, 360 GRAUS

FORTALEZA, QUINTA, 29/06/95



## Comunidade que resistiu a ação de despejo tem garantida a construção de unidades habitacionais Prefeito promete assentamento no Dias Macedo

LUCIANO BEZERRA

A Comissão de Habitação do Município tranquilizou, na última terça-feira à noite, as famílias ameaçadas de despejo na comunidade "Aqui Fico", situada no Dias Macedo. Em reunião corrida entre membros da comunidade e integrantes da Comissão, foi reafirmado o compromisso feito pelo prefeito Antônio Cambráia de assentar no local e, em regime de mutirão, 250 famílias. A ação de despejo impetrada pela Justiça a pedido do proprietário do terreno, José Wagner Teixeira, foi suspensa até o fim as negociações entre a Prefeitura e o proprietário.

Na última segunda-feira, o Presidente da Comissão de Habitação, Roberto da Frota Cavalcante, acompanhado da procuradora Socorro Matos, esteve reunido com o juiz de Direito da 23ª Vara Cível de Fortaleza, Manoel Cefas Fonteles, para reafirmar o interesse do Município em resolver a situação. Na ocasião, foi solicitado prazo até que houvesse definição do pre-

ço do terreno. O juiz, que já concedera prazo de oito dias para resolução do problema, mostrou-se sensível às ponderações.

Caso as negociações finais para aquisição do terreno sejam frustradas, a Prefeitura de Fortaleza já avisou aos membros da comunidade "Aqui Fico" que entrará na Justiça pedindo novo prazo até que se consiga novo terreno para abrigar as 250 unidades habitacionais.

Em junho do ano passado, a Prefeitura de Fortaleza interessou-se pelo terreno hoje em questão (situado em frente à unidade de depósito do Exército Brasileiro, no Dias Macedo). O terreno abrigava 250 famílias em regime de mutirão, atendendo à solicitação da comunidade local. Procurado pela Comissão de Habitação, o proprietário do terreno, José Wagner Teixeira, pediu um preço fora da realidade de mercado.

No mês de setembro do ano

passado, o terreno foi ocupado por 700 famílias. No mês seguinte, o prefeito Antônio Cambráia recebia uma comissão formada por líderes da ocupação. Cambráia reafirmou a intenção de construir as 250 unidades habitacionais. Advertiu, no entanto, que as casas seriam construídas no local desde que houvesse a diminuição do número de famílias para os 250 inicialmente previstos e que o proprietário do terreno negociasse com a Comissão de Habitação. Caso não se concretizasse a compra daquele terreno, a Prefeitura procuraria outro local que pudesse abrigar as 250 famílias.

Após a ocupação, o proprietário do terreno procurou a Comissão de Habitação, onde foi colocado a par do andamento das negociações com os membros da comunidade. A comissão pediu a José Wagner Teixeira que não entrasse na Justiça pedindo despejo da comunidade até que as negociações se esgotassem. Teixeira consentiu



Aqui, fico

Favela foi ameaçada de despejo na última terça-feira, com ação da PM. Prefeitura negocia desapropriação

# FORTALEZA



Moradores do Barroso II, no Bairro Castelão

## Famílias são aband

Falta saneamento, postos de saúde e fornecimento de energia elétrica. O lixo e espalhado pelas ruas. Gangues assaltam os moradores. Ratos e insetos atacam a comunidade e o mato invade as ruas. Este é o cenário em que sobrevivem as 1.248 famílias residentes no Bairro do Barroso II, no Castelão. Segundo o Presidente da Sociedade Habitacional do Barroso, Francisco Ferreira da Costa, o bairro está completamente abandonado e não oferece as mínimas condições de moradia.

Francisco Ferreira informa que o Barroso não tem nenhum acompanhamento por parte dos agentes de saúde. O único posto de

saúde existente na localidade está alagado. "O posto de saúde aqui do Barroso só tem muito lama. As pessoas correm o risco de contraírem doenças no próprio posto", acrescenta. Ele diz que as casas não têm acabamentos e que os ratos invadem a área, pondo em risco a saúde dos moradores. Conforme Francisco Ferreira, o Distrito V, localizado no Conjunto José Walter, órgão responsável pela administração da saúde no bairro, prometeu há três meses fazer a desratização, mas não cumpriu.

O Presidente da entidade diz também que o caminhão de coleta de lixo não passa com frequência no bairro.

Existem poucos containers para o depósito do lixo. "Aqui, tem um beco chamado 'Beco do Abdias', vizinho ao Barroso, onde é despejado lixo que se mistura com águas sujas de fossas estouradas e nenhum caminhão da coleta passa para apanhá-lo", afirma. Francisco diz ainda que as gangues de marginais agem durante o dia e à noite assaltando os moradores e que existe apenas um posto policial no Barroso que não funciona por falta de policiais. Ele faz apelos à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado, à Companhia de Habitação do Ceará (Cohab) e à Prefeitura para que melhorem as condições de vida dos moradores do Barroso.

## Favela do Jereba é tomada por lixo

As condições de vida dos moradores da Favela do Jereba, localizada às margens do Rio Cocó, na parte baixa da comunidade de Santa Luzia, a cada dia ficam piores. Cerca de 20 famílias residem em barracos de lona e plástico numa área alagada e cortada por riachos de água que passam pelo Aterro Sanitário do Janguruçu. Numa rua sem denominação, crianças e idosos dividem espaço com lixo e pocilgas.

Maria das Dores dos Santos, morando há seis meses nesse local, no começo sofreu para se acostumar com o odor, as moscas invadindo seu barraco. "Agora, só quem me irrita são as moscas", contou resignada, acrescentando que o perigo não são somente os insetos, mas também dos marginais que mandam na favela. Nem mesmo os "galegos" se arriscam a



Rio Cocó

Comunidade composta por 20 famílias sobrevive

vender na favela.

Afora os marginais, que atacam quem circular na área, os moradores da Favela do

Jereba penam com doenças respiratórias e infecto-contagiosas. As crianças são as vítimas em potenciais. Todos

# 360 GRAUS

FORTALEZA, SEXTA, 28/06/95

*... não recebe acompanhamento de órgãos governamentais*

## onadas em assentamento

Ko Jilcon



### Zona Sul

Lixo toma a área dos barracos que, conforme projeto governamental, deveriam ser substituídos em sistema de mutirão.

## ... e pocilgas

Kim Jilcon



em área sempre alagada

têm corpos coberto por  
manchas e pes com ferimentos  
Eles pedem ajuda da Prefeitura  
e do Governo do Estado



# FORTALEZA, 360



## Grupo de 60 famílias loteia e constrói barracos e Famílias ocupam terre

Um grupo de 60 famílias de baixa renda se instalou esta semana num terreno localizado entre a Avenida I e Rua Taquari, no bairro Granja Portugal. Ontem pela manhã, enquanto levantavam seus barracos de papelão, madeira e palha, o líder do grupo, Marcelo, tentava uma audiência na Prefeitura Municipal.

Entusiasmada com o lote adquirido, medindo cerca de quatro metros quadrados, Raimunda Alves Martins, mãe de três filhos menores, explicou o porquê da sua participação nesse movimento. "Meu marido está desempregado há vários meses. O dinheiro que consegue, fazendo 'bico', não dá para alimentar os filhos. O dono do quarto vai nos despejar. A nossa única saída, e batalhar por este pedaço de terra. E tem mais, daqui só saio morta", afirmou.

A situação de Raimunda reflete o drama das demais famílias que estão instaladas na área. Praticamente, todos os moradores estão desempregados ou sobrevivem de biscates. Um deles, mais exaltado, conta que o terreno ocupado, esta há mais



### Sem teto

Líderes comunitários tentavam audiência na Prefeitura ontem de 20 anos sem nenhuma utilidade. "Os marginais assaltavam, estupravam e se escondiam nas moitas da área. A ocupação acaba com esse esconderijo e salva muitos pais de famílias pobres", frisou, acrescentando que tem informação sobre os

lotes pertencentes a Prefeitura de Fortaleza.

Apostando no último lance de sorte, Fernanda de Sousa Lima, 53 anos, se esforça para dormir no seu barraco feito de pano e palha. "Vivo bolando de casa em casa de parentes po-

## Invasão divide comunidade

Os moradores do Conjunto Ceará e Granja Portugal residentes próximos ao terreno ocupado estão divididos quanto ao apoio às famílias sem-teto. Alguns dizem que parte delas está se aproveitando do movimento e não têm necessidade de invadir área pública. Outros defendem afirmando que os moradores estão se arriscando nessa empreitada sem recursos para pagar aluguel e muito menos comprar um imóvel.

Sem se identificar, uma moradora contou que alguns moradores não são pobres como se apresentam. "Não vou apontar, mas existe gente nesse movimento especu-

lando. Se pode pagar aluguel, tem condição de procurar outro imóvel mais barato", denunciou. Outro explicou que as famílias que conhece são pobres. "Um rapaz que está aqui é praticamente inválido. Foi operado e não tem instrução e condição física para trabalhar. Sobrevive com salário de aposentadoria. Este merece uma vaga".

As lideranças comunitárias dos bairros vizinhos, não participam e nem ajudam no processo de assentamento. Falaram que não têm "utilidade". "Esse pessoal sabem somente babar os governantes", gritava um dos ocupantes.



Fome  
Moradores da Granja Portugal e Ce



## Famílias serão assentadas

Segundo Yolanda Bezerra, o problema de moradia das 270 famílias do assentamento do Dias Macêdo pode estar chegando ao seu final "O Presidente da Comissão de Habitação da Prefeitura, Roberto Cavalcante, garantiu que em breve construiremos nossas casas em regime de mutirão", disse Para isso, acrescenta a líder comunitária, basta que a Prefeitura resolva o impasse com o proprietário do terreno, situado em frente ao Depósito de Abastecimento do Exército

Yolanda Bezerra solicita da própria comunidade que se discipline na hora que começar a construção das casas "As pessoas precisam entender que o esforço de mais de três anos não pode acabar em poucas

semanas Muita gente constrói a casa, e no primeiro aperto vende a preço de banana", alerta A líder comunitária pede a própria Prefeitura que crie uma maneira de impedir essa prática

O prazo para o início das obras não está previsto Enquanto isso, a comunidade, segundo Yolanda, poderá se beneficiar com um projeto que o Comitê de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria pela Vida está tentando viabilizar Em breve, será instalada uma unidade de confecção de pré-moldados "Os homens do próprio assentamento construíram os combogós e os anéis de cimento", orgulha-se Na semana passada a Polícia Militar esteve no local para despejar as famílias

02107/95 - TRUBUNA



Área de preservação ambiental no Parque Dois Irmãos está ocupada sob protestos da comunidade

## Terreno é invadido por 70 famílias

José Sobrinho

Um grupo de 70 famílias ocupa desde a madrugada de ontem uma área de preservação ambiental localizada entre os conjuntos Tupã-Mirim e Primavera, no Parque Dois Irmãos. Os moradores dos conjuntos alegam que os sem-teto vão desvalorizar o bairro e devastar o restante da área verde, por onde passa um riacho. Quem ocupa o terreno afirma que não têm onde morar e preferem permanecer no local e esperam apoio da Prefeitura e do Governo do Estado.

A Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Tupã-Mirim, Maria Fátima Farnas Matos, adiantou que muitas dessas famílias estão sendo manipuladas por comerciantes

interessados na especulação imobiliária. "Nos iremos lutar até o fim para evitar que nossa praça se transforme em favela. Nós temos um projeto na Prefeitura de Fortaleza, solicitando a construção de um canal e de outra área de lazer. Agora, esse pessoal vem e invade um terreno público. Não é possível que as autoridades não estejam observando", denunciou.

Os moradores do Conjunto Primavera disseram que a ocupação foi incentivada por um morador do Conjunto Itaperi, conhecido como Portela. Um deles, sem se identificar, falou que Portela estava armado de revólver, dizendo que iria ficar com alguns lotes e também não temia ação judicial. "Moço,

ontem o homem estava bravo querendo brigar com todo mundo. Nós avisamos a polícia, mas até agora não se fez nada", ressaltou, lembrando que a Prefeitura de Fortaleza também foi notificada, mas até ontem por volta do meio-dia nenhum fiscal do Município apareceu por lá.

Eles confirmam que os comerciantes, que apóiam a ocupação, estejam visando esses lotes para o futuro. "Muitas famílias realmente necessitam de um teto, mas nós desconfiamos desses espertalhões que tem casa e estabelecimento comercial. Alguns falam até em construir padarias e farmácias perto do riacho", argumentou uma moradora.



### Especulação

Ocupantes tomaram área verde reivindicada por moradores de conjuntos para construção de área de lazer



# FORTALEZA, 360 GRAUS

FORTALEZA, SEXTA, 07/07/85



## Grupo de 150 pessoas enfrenta fiscais da Splan, Guarda Municipal e Policiais Civis Ocupação acaba em violência no Parque Dois Irmãos

A tarde de ontem foi agitada na Rua 136, do bairro Tupã-Mirim 2. Por volta das 15h30min, um grupo de 150 pessoas que ocuparam um terreno da Prefeitura de Fortaleza entrou em confronto com fiscais da Secretaria de Controle Urbano e Meio Ambiente (Splan), policiais civis e da Guarda Municipal. Houve tumulto e pancadaria. Os ocupantes do terreno quebraram o pára-brisa de um dos carros da Splan, segundo a versão do diretor do departamento de fiscalização do órgão, Almir Bastos. Já o líder dos ocupantes, José Wellington Calixto Neto, acusa o fiscal Bernardo Araujo de "espancar uma gestante, um idoso e uma criança de oito anos".

Pelo menos uma pessoa foi presa. Moradores dos conjuntos Tupã-Mirim e Primavera também se envolveram na confusão, que prejudicou o trânsito. O líder dos ocupantes disse que os barracos serão reconstruídos e que na noite de sábado promoverá um protesto

na inauguração de uma praça no bairro, onde está prevista a presença do prefeito Antônio Câmara.

"Não usamos de violência. Não destruímos casebres, pois não havia casebre, apenas uma casa antiga que foi demolida. Estamos defendendo o patrimônio da Prefeitura, uma área de preservação ambiental. O terreno estava demarcado. Nosso carro foi apedrejado. Chamamos reforço policial para garantir nossa segurança visto que tememos a violência dessas pessoas que apedrejaram nosso carro", defende-se Bastos. Já o líder dos ocupantes do terreno mostra o menino Paulo Henrique Girão, 8, que segundo ele foi agredido a pauladas e jogado no meio da pista pelo fiscal Bernardo. O garoto confirma a história, embora não haja hematomas mais visíveis no seu corpo. "Fui chamar meu irmão para não se envolver na confusão. Aí o fiscal pensou que tinha sido eu que joguei o pau no

carro, mas não foi eu, foi outro homem. Ele bateu em mim com o pau e me rebolou no chão", conta o garoto.

Segundo o líder dos ocupantes, houve tentativa de estrangulamento por parte de um fiscal da Splan, que "era sufocado um homem que estava na área ocupada. Vamos levantar nossos barracos de novo até o prefeito resolver nossos problemas", afirma. Ele acusa ainda que os fiscais "levaram nossas ferramentas, como foice, alavanca, cavadeira, enxada e pás". A ocupante Maria do Amparo Assunção gestante, diz que foi agredida, anteontem, pelo fiscal Bernardo. "Quase perco meu menino", diz. Na área ocupada, existem 500 pessoas, segundo cálculo do líder. Ele diz que 50 barracos foram destruídos pelos fiscais da Splan. O fiscal Bernardo mandou os ocupantes, que "fosse feito exame de corpo de delito para ver como não houve agressão".



Pancadaria. Moradores dos conjuntos Tupã-Mirim e Primavera se envolveram na confusão e querem preservação de área verde.



# FORTALEZA, 360 GRAUS

FORTALEZA, QUINTA, 13/07/93



*Comunidade do Parque Santa denuncia a livre ação de marginais em assaltos e organização de gangues*

## Criminalidade ameaça Conjunto Fluminense

"Isso aqui é o fim do mundo. Só fica quem tem coragem ou está desesperado como nós que não temos outra opção de habitação. Não temos água potável, transporte coletivo, rede de esgoto e principalmente segurança. A lei é do mais forte, quem dedurar pode morrer. Se acham que é exagero que venham nos visitar". O desafio é de Maria Salete Brito, moradora do Conjunto Fluminense II, localizado nas proximidades do Parque Santa Rosa.

A violência faz parte do dia a dia da comunidade do conjunto. Os crimes são frequentes nessa área da cidade, principalmente nos finais de semana e a qualquer hora do dia. Segundo os moradores, os marginais

geralmente agindo em grupos, atemorizam todo o bairro. Quem ousa denunciar pode contar com represalias.

Cuidadoso, um morador do conjunto, conta que marginais roubam os seus vizinhos sem se preocuparem com reação policial. "Já levaram minha televisão, pela manhã, enquanto fui na bodega. Quando a Polícia chegou já foi quase de noite. Desse jeito, quem não presta se sente seguro", denuncia.

Outra moradora diz que as mulheres são alvos fáceis. "Tem um cara, moreno, alto, que mora no Conjunto Fluminense I. Costuma tirar a roupa e ficar mostrando 'aquilo' para gente. E se a Polícia não tomar as

providências? No dia que esse sujeito vier se apresentar na minha casa, ele leva um tiro", avisa.

Muitos menores, sem frequentarem escolas, participam também de gangues do bairro. Os moradores dizem que o ponto de encontro deles é o campo de futebol e a "casinha" da Cagece, próxima a estação de tratamento de esgoto do conjunto que nunca funcionou. "Eles cheiram cola e fumam maconha. Quem for reclamar se arrepende", informa, salientando que se as autoridades da área de segurança do Estado olhassem com a devida atenção para essa comunidade, esses tipos de crimes não seriam frequentes.



Foto: Kio Jacec

Zona oeste

Problemas da comunidade começam pela falta de pavimentação. Chuvas destruíram as ruas.



# Comunidade reivindica serviço da Cagece

Os moradores do Conjunto Fluminense II não dispõem de água potável. Quem não pode pagar os carroceiros com R\$ 0,50 por uma lata d'água, se sujeita a aparar os pingos de uma tubulação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) estourada no cruzamento das ruas Manseira com Pedestre III. De tanto cavarem, formou-se um buraco com água poluída.

Sem outra saída, Alberto Célio Rodrigues, morador do bairro, explica que os moradores recorrem ao "buraco da Cagece" porque não existe uma casa no conjunto com água encanada. "Como não temos dinheiro para pagar os carroceiros, pegamos essa água. Eu acho que é limpa", aposta.

Há vários dias funcionários da Cagece estão procurando o entrocamento geral que abastece a área.

As famílias reclamam ainda do acúmulo de sujeira por todas



## Desabastecimento

Moradores recorrem a água da Cagece em cano estourado

ruas do conjunto. Segundo Maria Augusta Andrade, como os carros coletores não passam no local, a solução é despejar o lixo nas proximidades do Colégio Padre Antonio Monteiro de Castro. Nesse ponto, podem ser vis-

tas várias rampas. As famílias mais esclarecidas tentam, em vão, limpar o local.

Os transtornos dessa comunidade começam na entrada do conjunto, mais precisamente na Rua

Manseira. Ou melhor um atoleiro de aproximadamente 500 metros, fora as crateras que a água deixou. Os moradores disseram que há mais de dois anos aguardam pela Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov). "Antes das eleições distribuíram camisa e prometeram consertar a nossa rua, por enquanto só temos a camisa do candidato vencedor da Prefeitura de Fortaleza", sentenciou a moradora.

Ela adiantou que na época do inverno essa via se transformou num "rio poluído", pois desciam troncos e animais mortos. As famílias que construíram barracos nessa área foram obrigadas a se mudarem e ocupar parte de uma área verde do conjunto. Uma moradora falou que estão nessa situação mais de 300 famílias, sem contar as que ocuparam as casas do conjunto abandonadas. Muitos não têm condição financeira de pagar uma prestação de aproximadamente R\$ 20,00 por mês.

# FORTALEZA

Caçambeiros desafiam Pelotão Ecológico da Prefeitura

## Desmonte de duna



José Soares



As dunas da Barra do Ceará continuam sendo destruídas por caçambeiros e donos de depósito de material de construção. A área devastada fica situada ao lado da Rua Larga. Nesse ponto, dezenas de barracas de plástico, madeira e barro já fazem parte do bairro. Muitos estão ocupando esse terreno, protegido por lei, porque não têm moradia.

Provando que necessita do barraco, a família de Maria Aparecida Pereira dos Santos, mãe de seis filhos menores, enfrenta a perseguição dos marginais da área e de outros moradores que disputam um lote em cima das dunas. Ela adiantou que mora há um ano nessa situação. Durante o dia, a pena com o calor e à noite com o frio e com a atuação de marginais que sobem os morros. As brigas entre as gangues rivais da área e das vizinhanças também fazem parte do dia a dia dessa comunidade.

Segundo Maria Aparecida, os marginais agem a qualquer hora do dia. "A polícia só vem aqui depois que morre um. Recentemente assassinaram uma jovem com muitas facadas. Quando os policiais chegaram, os malandros já estavam longe", avisou, acrescentando que se tivesse cavalaria da Polícia Militar, como na Praia do Futuro, talvez eles tivessem um pouco mais de sossego. A lei do silêncio é outra faceta dos moradores dessa comunidade. Quem fala muito e principalmente com a polícia, tem seus dias contados.

A falta d'água é também outro problema sério que os moradores da Rua Larga enfrentam diariamente.



### Reincidência

Caçambeiros e donos de depósito já foram flagrados várias vezes.

Conforme Maria Aparecida, as famílias que residem nessa parte do morro são obrigadas a andar cerca de mil metros para pegar água potável. Ela disse que não tem cacimbas ou cha-

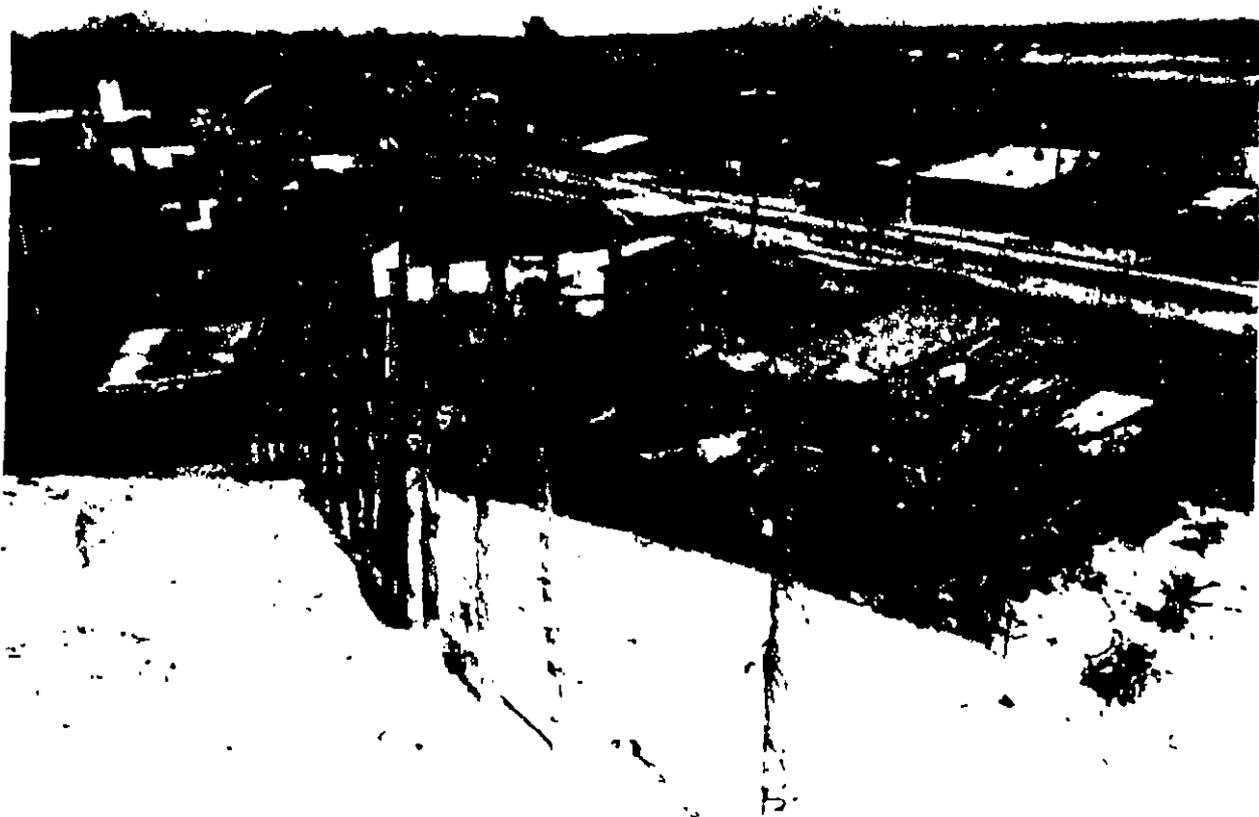
farizes por perto, que já foram prometidos por políticos na última campanha para Prefeitura de Fortaleza. "Eles (candidatos) sobem o morro, beijam as nossas crianças e prome-

# 360 GRAUS

*M e Semace no transporte de areia. População nos morros cresce*  
**nas da Barra continua**

HO

José Soares



## Miséria

Devastação aumenta com a chegada de mais sem-tetos. Lotes são demarcados em cima das dunas

tem transformar isso aqui no céu. Bem, depois somem, como sempre", lembrou

A comunidade reclama ainda da falta de assistência médica. O posto de saúde mais próximo está instalado a três quilômetros de distância. Quando alguém fica doente tem que conseguir um táxi ou carona na Avenida Radialista José Limaverde, longe de seus barracos. As crianças estão sempre doentes, com febre, com problemas de respiração e coceiras. Os mais velhos são abandonados nos barracos esperando o fim chegar.

# Líder comunitária denuncia especulação

EDUARDO DE SOUZA

A Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Tupã-Mirim, Maria Fátima Farias Matos, disse que muitas das famílias que ocuparam a área de preservação ambiental no Parque Dois Irmãos, estão sendo manipuladas por comerciantes interessados na especulação imobiliária. Os moradores do Conjunto Primavera confirmam a posição da líder comunitária afirmando que a ocupação foi estimulada por um morador do Conjunto Itaperi identificado somente como "Portela". Os ocupantes dizem que não têm condições de pagar aluguel e por essa razão invadiram a área.

Bastante tensos, os supostos "sem-teto" pretendem conseguir a posse da área a qualquer custo. "Hoje à noite (ontem) vamos erguer novamente nossos barracos. Vamos resistir até o fim, pois não temos para onde ir. É sair daqui para o cemité-

rio", desabafa Maria do Amparo Assunção.

Uma moradora do Conjunto, identificada como Selma, entrou em confronto com os policiais civis. Sua filha reagiu quando um policial empurrou Selma. Um homem, sem identificação, partiu para cima dos policiais, sendo em seguida detido. A viatura saiu em disparada. Selma subiu numa moto juntamente com sua filha e seguiu a viatura da Polícia Civil, aos prantos. Até às 16h30min não havia voltado. Os fiscais da Splan entraram em duas Kombis e foram obrigados a deixar a área por uma rua paralela à área do conflito.

"São pessoas irresponsáveis, roubaram o patrimônio público", gritava o fiscal Bernardo Araújo, da Splan, diante de uma câmera de televisão. O líder dos ocupantes tentou esbofetear o fiscal quando este chamou a mãe do garoto supostamente agredido de "mentirosa".



## Excessos

Guardas municipais e fiscais foram acusados de espancar ocupantes

# Comunidade faz reclamações de moradia à SDU

A Associação dos Moradores da Comunidade Dolor Barreira, aguarda há cerca de quatro anos, respostas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU) sobre moradia para a comunidade. A direção da entidade, além de não ter o apoio do órgão governamental, enfrenta no momento um "racha" entre os moradores. Uns não querem sair da Favela das Placas, na Praia do Futuro, outros esperam pela ação governamental.

Tentando conciliar a comunidade, o vice-presidente da associação, Maurício Ferreira, diz que o primeiro problema, ou seja, o racha entre os moradores, está parcialmente resolvido. "Estamos fazendo reuniões na comunidade mostrando a importância desse projeto. Quando a SDU autorizar, nós nos instalaremos nesse terreno, perto do Farol Novo, e iremos construir nossas casas em regime de mutirão. Nesse local, contaremos com infra-estrutura. Casas com banheiros e saneamento básico", explica.

A direção da associação espera que o Governo do Estado não demore em atender às reivindicações. Maurício Ferreira acrescenta que, afóra o desânimo que vem predominando entre os moradores, eles enfrentam diariamente perigos de várias fontes. Na parte de cima, os fios de alta tensão da Chesf. Pelo chão as doenças transmitidas pelos ratos e insetos. As crianças sempre sofrem com problemas de respiração e doenças de pele. No momento, muitas estão com sarampo e coceiras.

A falta de higiene é uma constante. Conforme Ana Célia Matos, morando há três anos na Favela das Placas, muitos não tem o bom senso, e jogam os dejetos na parte de trás das casas. Na sujeira acumulada durante os últimos anos, se proliferam ratos e insetos. Nesse local, há muitos anos passava um córrego que desaguava no Riacho Maceió. Hoje é aterrado por lixo e por belas mansões.

01/02/1985  
T. 118 - 114



# Falta infra-estrutura na Osório de Paiva

Cansados de esperar por infra-estrutura urbana, dezenas de famílias residindo no loteamento localizado ao lado da Estrada de Maranguape, próximo ao número 4337, da Avenida Osório de Paiva, se organizam e lançaram manifesto de protesto. Nesse local falta rede de esgoto, drenagem para águas pluviais, calçamento, água potável, energia e segurança.

Morando num terreno esburacado, cercado de rampas de lixo, na Rua Edson de Queiroz, denominação não oficial, Maria Rodrigues de Carvalho, fala que está se preparando para o próximo inverno: "Vivemos em condição precária. Imagine você, como ficamos no período das chuvas. São mais de 500 metros de paparra até o asfalto. Acrescenta-se isso o esburacado e as margens rondando a área", ex-procupada.

Em frente de sua casa, tem uma buraco, medindo cerca de 15 metros de extensão, que serve de galeria pluvial. "Estamos cansados de tantas promessas. Talvez com chegada das eleições surjam políticos atras de votos", ironiza. A falta d'água também é outro problema enfrentado. Muitos andam mais de mil metros para conseguir abastecer suas precárias cisternas. Maria Rodrigues diz que as cacumbas construídas nos quintais não tem água potável. Maria Rodrigues argumenta que estão nessa situação porque as autoridades não sabem da existência da comunidade."



Abandono  
Dezenas de pessoas que residem em um loteamento sofrem com a falta de urbanização

TRIBUNA DO CEARÁ

FORTALEZA, SÁBADO, 24/10/95

## DE OLHO NA CIDADE

### SANEAMENTO

Perto do final do milênio, infelizmente, ainda existem cenas como esta: milhares de famílias habitando na periferia de Fortaleza barracos de taipa, plástico, madeira velha e palha. Não precisa entrar em detalhe no que se refere a saneamento básico, já que não tem. Os banheiros são improvisados ao ar livre, são grandes buracos que servem de depósito de lixo e fossa. O flagra foi registrado nas proximidades do Conjunto São Francisco, no bairro Antônio Bezerra.



Kio Jhon



# Prestações dos imóveis são incompatíveis

A prestação dos imóveis do bairro é outro tema de reivindicação nos debates promovidos pela Associação dos Moradores do Conjunto São Cristóvão. Em segundo plano levantam também a falta de infra-estrutura urbana, onde a rede de esgoto não funciona, não há pavimentação e a iluminação pública é precária, sem falar no pequeno número de coletivos destinados a essa área da cidade.

Preocupados com a cobrança das prestações, o vice-presidente da associação, Reginaldo Figueiredo, fala que a situação está insuportável. "Nessa jornada contamos com o Movimento de Luta em Prol dos Mutuários de Conjuntos Habitacionais do Estado do Ceará, do qual faço parte. Pensamos em transformar as adversidades dessas famílias", afirma.

Reginaldo diz ainda que as

prestações das casas do conjunto variam entre aproximadamente 35 a 180 reais. "O valor que parece baixo, não é. Para nossa realidade financeira, onde a maioria das pessoas percebem de um a dois salários mínimos, são altas", frisa, ressaltando que os mutuários não querem dar calote no Governo, mas, sim, pagar preços justos, conforme o poder aquisitivo de cada mora-

dor.

O valor dos imóveis é também motivo de questionamentos. Reginaldo Figueiredo informa que o saldo devedor dos mutuários é de aproximadamente 8 000 reais. "Como um terreno perto de um aterro sanitário pode ser valorizado dessa forma? Sem falar na área construída, que parece até ridícula. 23 metros quadrados", argumenta.

## DE OLHO NA CIDADE

### Calçamento

Ha cerca de dois anos os moradores do Conjunto Residencial dos Ingleses, na Maraponga, reivindicam a recuperação da pavimentação, principalmente os que residem na Rua 3. Em vários trechos dessa via há buracos prejudicando o trânsito local. Segundo alguns moradores vários acidentes foram registrados. A precária iluminação pública da área residencial é outro problema no cotidiano das famílias. Apesar das altas taxas cobradas pela Coelce, a maioria das lâmpadas estão queimadas e outras ficam piscando até danificarem-se por completo. Os moradores reclamam que em decorrência desse problema aumenta a incidência de assaltos na área.



J. SOARES

**TRIBUNA DO CEARÁ**  
**FORTALEZA, SEGUNDA, 30/10/95**

## DE OLHO NA CIDADE

**INVASORES** Em recente entrevista o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso declarou que "esta é uma terra que tem lei", referindo-se a situação do Pontal do Paranapanema, região do Estado do Mato Grosso Mas, o Sr José Santos Silva, ex-mecânico de carros, morador da Granja Portugal, desconhece o pensamento sociológico e jurídico do Presidente Sem mostrar qualquer preocupação, José Silva começou, na manhã de ontem (domingo), a demarcar um terreno equivalente a dois lotes "Se der para colar, colou Se não der não tem problema", declarou O proprietário do terreno, identificado pelos moradores como Dr Benjamin possui outras propriedades no mesmo bairro, segundo informações colhidas pela reportagem de Tribuna do Ceará. Fica o alerta para o proprietário e as autoridades locais



# Carnaubal é devastado para loteamento

José Sotribo

Enquanto os moradores dos conjuntos Tupã-Mirim e Primavera se organizavam em defesa da área verde, as famílias sem-teto limpavam a área e demarcavam seus lotes. Elas são oriundas da Favela Riacho Doce, Montese, Parque Dois Irmãos e Serrinha. Ontem pela manhã, fizeram uma reunião na Rua Major Teles Forte, localizada entre os dois conjuntos, e decidiram permanecer no local.

Mais preocupados em levantar seus barracos, os ocupantes do terreno estão devastando o último recanto de área verde do conjunto. Retiraram também a vegetação que evitava o processo de assoreamento do riacho. Esse trecho próximo a um loteamento particular, já foram derrubadas dezenas de carnaubeiras.

Indiferentes, simplesmente argumentavam, que se não limparem o terreno, outros farão o mesmo "serviço". A Presidente da



## Destruição

Carnaubeiras foram derrubadas pelas famílias sem-teto. Barracos já foram levantados na área.

Associação dos Moradores do Conjunto Tupã-Mirim, afirma que se "eles conseguirem levantar barracos, ninguém irá ter paz no lo-

cal". "Tem muito marginal se aproveitando da ocasião. Sem falar nos espertalhões que visam a especulação imobiliária de uma área tão bonita", adverte.

Os moradores dos conjuntos sugeriram a Prefeitura de Fortaleza que nesse local seja construída áreas de lazer preservando o restante da vegetação.

José Sotribo

# GRAUS



TRIBUNA DO CEARÁ  
FORTALEZA, QUINTA, 26/09/85

## em espaço público entre Avenida I e Rua Taquari no na Granja Portugal

Fotos: Rio Jansen



para agilizar assentamento, enquanto famílias erguem barracos em área destinada a lazer

bres. Estou cansada de sofrer nas casas alheias. Agora, tive oportunidade de possuir um lar. Sei que será sacrificado, mas irei conseguir", relatou, ressaltando que os mais jovens lhe ajudam à noite, quando o perigo aparece.



Instituto Ceará ajuda desabrigados

# FORTALEZA, 361



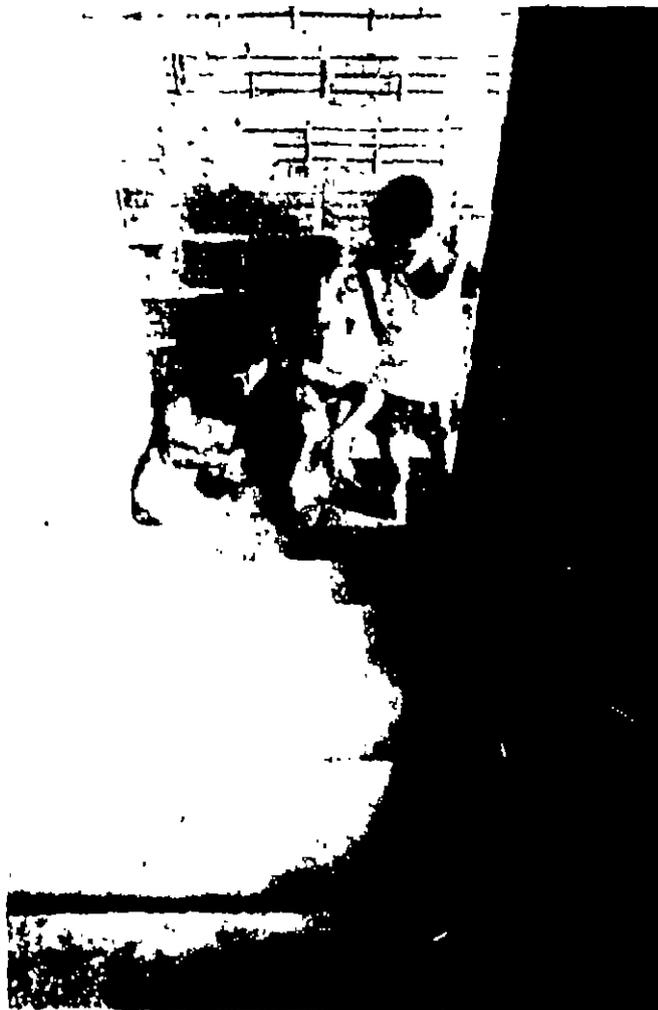
## Grupo de 120 famílias instaladas em área da Água Alecrim pede mais

Os moradores beneficiados por um projeto de mutirão habitacional do Governo do Estado, na comunidade do Alecrim dão exemplo sobre como utilizar bem os recursos oficiais no bairro Água Fria. As suas moradias servem de referência para projetos similares na periferia de Fortaleza. Para chegar a esse estágio, de todos da comunidade participam da construção. Homens, mulheres e adolescentes fazem a sua parte concretizando o sonho da casa própria.

As famílias do Alecrim lutam há anos para conseguir alcançar em parte seus objetivos. Há cerca de seis anos dezenas de famílias ocuparam um terreno no bairro. Levantaram barracos de papelão e palha. Depois conseguiram com então o governador Ciro Gomes a desapropriação dos lotes. O passo seguinte foi reivindicar a construção de suas moradias. Finalmente, estão levantando suas casas, mostrando que podem reverter o problema de moradia com apoio governamental.

A presidente da Associação da União dos Moradores do Alecrim, Maria José de Sousa, informa que inicialmente estão sendo construídas 28 casas. "Conseguimos com Governo do Estado recursos para 120 famílias. O mais importante é saber que muitos pais de famílias agora tem um teto. O conjunto habitacional conta com toda infra-estrutura, rede de esgoto e estação de tratamento das águas, água potável encanada, energia, entre outros benefícios", sentenciou.

A sua vizinha, carregando massa de cimento, adiantou que o trabalho no momento feito por todos serve para unir ainda mais as famílias da comunidade. "Estamos levantando nossas casas juntos. O que se deve levar em consideração é o esforço. Todos capricham nas construções, pois sabem que um dia a casa será sua. No meu caso, para quem morava num barraco de palha e plástico dava para se ter uma idéia de felicidade", frisou, acrescentando que os moradores torcem para chegada de mais verba e levantar o restante das moradias.



### Garra

A menina Janaína já registrou 1.000 horas de serviço para a mãe

Apesar do avanço das melhorias, os moradores do Alecrim estão se mobilizando para agilizar a próxima etapa do projeto habitacional. Eles pretendem construir um centro comunitário numa área próxima. Eles pretendem construir um centro comunitário numa área próxima ao riacho da Lagoa do Soldado, nas proximidades da Avenida Conselheiro Gomes de Freitas. Maria José afirmou que nesse local os moradores realizarão suas reuniões, desfrutando de uma área de lazer e de segurança.

Mesmo um pouco distante da construção do centro comunitário, os moradores dizem que entre os assuntos abordados nos debates um refere-se à questão da valorização dos imóveis. "Des-

de já, avisamos a todos que participam desse projeto habitacional. Quem tentar vender ou trocar sua casa sairá perdendo. Nós estamos vigiando e contando com apoio jurídico do Governo do Estado", avisou, acrescentando que não se pode adular um projeto comunitário depois de tanto sacrifício.

Maria José explicou que os argumentos mostrados aos moradores é mais um advertência séria. As famílias participam desse processo alertando os menos avisados para evitar o que ocorreu em outros mutirões na periferia da Cidade. Os moradores venderam ou trocaram suas casas por botijão de gás, bicicletas, eletrodomésticos entre outros bens não duráveis.

# Famílias temem despejo no Conjunto São João

J SOBRINHO

O drama das 120 famílias residentes no Conjunto São João, Planalto Curio, em Messjana, continua. Ontem, terminou o prazo dado pelo proprietário do terreno de permanecerem em seus lares. Desde cedo aguardavam a chegada dos tratores, convocados para demolição de seus imóveis. A presidente da Associação dos Moradores do São João, Maria Rosanira Ferreira, ainda torce pela ajuda do Governo do Estado que lhes prometeu ajuda.

Na última reunião que participaram com o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU), Adolfo Maranhão, foi acertado que o Estado pagaria o terreno ocupado pelas famílias e que também o órgão entraria na Justiça solicitando a suspensão de despejo. Até as 12 horas de ontem a comunidade aguardava com ansiedade o desenrolar das negociações. No bairro, comentou-se que o dono do terreno estaria cobrando mais pela área e que recusaria os R\$ 35.630,70



## Expectativa

Moradores temem demolições e ainda permanecem nas residências

acordado antes com o Governo do Estado

Enquanto o proprietário va-

loriza seus lotes e o Governo do Estado avalia a contraproposta, as famílias do Conjunto São

TRIBUNA

João têm mais um dia de expectativa. Não sabem se permanecerem onde estão ou se serão despejadas intransigentemente. Os moradores admitem temer a decisão da Justiça, apesar de estarem protegidos pelo Decreto-Lei nº 23.539, de nove de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial do Estado em 13 de dezembro de 1994.

Há vários anos a comunidade sonha em construir suas casas em regime de mutirão no local. Quando chegaram o mesmo era abandonado, segundo afirmações dos próprios moradores da área. Todos ponderam que sem apoio dos governantes dificilmente conseguirão realizar suas metas. Rosanira Ferreira conta que, ontem, tentou contato com o Secretário da SDU mas não obteve êxito. Recebeu a informação que Adolfo Maranhão estaria viajando. Por via das dúvidas estão em contato com outros órgãos oficiais na busca de uma saída para as suas adversidades.

181.08195-

# Ocupação no Parque Santa Rosa pode desabar com infiltrações

Cerca de 1 200 moradores do Parque Santa Rosa realizaram uma passeata ontem em protesto às condições de vida em 15 blocos de apartamentos que foram reocupados há um ano. Os moradores temem que os prédios venham abaixo por conta de infiltrações, paredes rachadas e problemas nos alcerces. O perigo é constante também por conta das instalações elétricas clandestinas dos 480 apartamentos.

O conflito entre moradores e a construtora Ego, que ergueu os prédios, é antigo. Desde 90, quando os apartamentos foram abandonados pela construtora e invadidos por estas pessoas, a Ego tentou várias vezes a ação de despejo através da Justiça. Mas a passeata não trata apenas do medo de desabamento. Os

ocupantes querem uma definição da Prefeitura de Fortaleza ou do Governo do Estado com relação à doação de casas, já que um novo terreno foi adquirido.

A Procuradoria Geral da República conseguiu o terreno junto ao Patrimônio da União, mas só libera o local se Prefeitura e Estado construírem casas para as 500 famílias. Há cerca de dois meses, técnicos da Prefeitura prometeram ir até a área, mas nada foi feito.

Em maio, os moradores participaram da III Caravana do Movimento Popular, realizada em Brasília. Eles entregaram um documento nas mãos do presidente Fernando Henrique reivindicando soluções para esses e outros problemas de moradia. O mesmo documento

foi entregue à PMF, Governo do Estado e à Caixa Econômica Federal.

"Não queremos virar estatística nem homenagem póstuma", protesta o morador Jacó de Melo, referindo-se ao acidente que ocorreu no final do ano passado. A adolescente Daniele Lima, 13, morreu quando colocava roupas para secar. Ela confundiu o fio elétrico com o varal de roupa. Morreu eletrocutada. A partir desse acidente os moradores criaram o Conselho Comunitário "Daniele Lima" e passaram a lutar cada vez mais pelos seus direitos.

Além dessas dificuldades, as crianças sofrem com todos os tipos de doença como micoses, pneumonia e desidratação. "As condições são precárias", conclui a diretora do Conselho, Edileuza Milhomen.

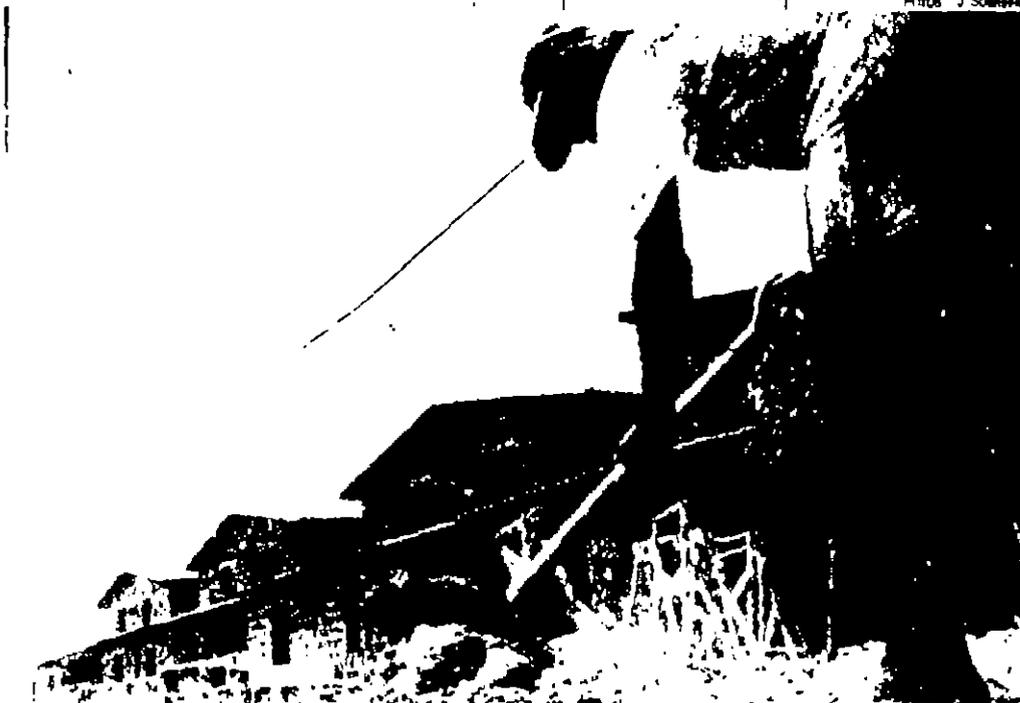
# O GRAUS



TRIBUNA DO CEARÁ  
FORTALEZA, SÁBADO, 23/09/85

## ua Fria dá exemplo na aplicação de recurso oficial verbas para mutirão

Fotos: J. Soares



### Mobilização

Conjunto com 28 casas está sendo construído por adultos, adolescentes e crianças. Infra-estrutura é completa

#### **DETERMINAÇÃO**

#### *Menina constrói casa da família*

Exemplo de garra e determinação, entre tantas das famílias da comunidade do Alecrim, pode ser citado o desempenho da adolescente Janaina. De poucas palavras, preferiu ressaltar a importância da casa que está levantando "É para minha mãe". Mana José falou que a jovem tem coragem de adulto. Para se ter uma idéia ela tem registrado mais de 1.000 horas de serviço.

"Deve-se levar em conta que não é serviço forçado. Os moradores, de livre vontade, escolhem as funções em que lhes melhor se adaptem. Essa menina mostra como se vencer na vida. Ela faz trabalho aqui que poucos conseguem", salientou, Mana José, lembrando que os esforços serão compensados. Primeiro financeiramente, não é muito, mas é dinheiro. E segundo porque está fazendo a casa da sua mãe."



# Entidades reivindicam Conselho Municipal de Habitação para gerenciar fundo de terras e vetado pela Prefeitura



Três crianças, incluindo bebê de um mês e 29 dias, são criadas no viaduto de Antônio Bezerra

A Lei Orgânica do Município de Fortaleza, em seu artigo 54, determina que o poder público arrecade cinco por cento de todos os loteamentos construídos na cidade para o seu fundo de terras, destinando essas áreas às populações carentes. Lembrando ser essa uma solução à vista para o problema da falta de moradia, José Roberto Cabral, o Beto, do CDPDH, faz uma crítica à administração municipal por vetar a criação do Conselho Municipal de Habitação, que deveria gerenciar esse fundo de terras.

Esse órgão, previsto na própria lei que cria esse dispositivo, tem tudo a sua criação vetada desde a administração do então prefeito Juraci Magalhães, embora tenha obtido aprovação na Câmara Municipal. "A gente costuma dizer que o fundo de terras para as populações carentes de Fortaleza é uma causa preta, porque ninguém sabe como a Prefeitura administra nem o volume de terras arrecadadas", diz. Nesse sentido, o CDPDH está articulando para o próximo dia 10 de novembro, das 8 às 12 horas no seminário da Pratinha, um fórum de debates sobre realidade social, política governamental e movimento popular.

Na ocasião, será discutida a criação do conselho de moradia, questão que será puxada como bandeira de luta das entidades promotoras, áreas pastorais, igrejas evangélicas e moradores de áreas em conflitos. O objetivo, segundo Beto, é mobilizar os setores de Fortaleza para um projeto de lei popular e dar início a uma ação contra a Prefeitura por crime de responsabilidade, uma vez que a causa pública não pode ser negada - argumenta.

## Fortaleza registra uma ocupação por dia

Segundo o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), Fortaleza registra, em média, uma ocupação coletiva de terras por dia. Os grupos que se unem para ações desse tipo nunca são inferiores a 100 famílias. O crescimento das áreas faveladas em Fortaleza e nas grandes cidades brasileiras se dá primeiramente pela falta de uma reforma agrária e de uma política econômica e fundiária que beneficie o trabalhador do campo - afirma. Esta situação empurra o sertanejo para a

cidade grande. Outras questões que contribuem para o inchaço da periferia das capitais são o desemprego e a falta de um salário justo.

Um terceiro ponto é a falta de políticas de habitação em níveis municipal, estadual e federal. José Roberto Cabral, do CDPDH, lembra que mesmo os segmentos atendidos pelas políticas públicas, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), estão hoje com um alto índice de inadimplência, o que prova que mesmo para uma pequena parcela da po-

pulação o sistema não tem sido adequado. Particularmente em Fortaleza, outro fator agravante da situação dos sem-teto é o distanciamento do Legislativo municipal frente a essa problemática. Afinal, é na Câmara de Vereadores que são aprovados o Plano Diretor da cidade e a dotação orçamentária do Município. Beto também considera que a inexistência de uma organização sólida no movimento popular contribui para essa omissão dos poderes representativos do povo.

### OCUPAÇÕES E AMEAÇAS DE DESPEJO

COMUNIDADE	LOCAL	N.º FAMÍLIA
1 Associação Beneficente Ideal	R. Cel. Fabrício, 2069 - Parque Santa Cecília	63
2 Francisco Sá II	R. I - Casa 22 - Barra do Ceará - próximo ao Senai	92
3 Conselho dos Pescadores da Colônia Z-8	R. José Claudio Gurgel - Caça e Pesca	156
4 Associação de Moradores União Popular	R. Luciano Alves, 360 - Parque Suzza Filomena - Messejana	183
5 Área Verde do Espinheiro Anáun	Rua 07 - Juruá	191
6 Associação de Moradores São Gabriel - Genibau III	R. Moçambique, 76 - Genibau próximo à ex. I do Conjunto Ceará	192
7 Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Boa Vista	Entre as Alberto Craveiro e o Professor Nelson	124
8 Dunas I - Planalto dos Coqueiros	R. Morro Branco II - Casa 28 - Coqueiros	351
9 Parque Genibau V	R. Alves Batista - Genibau	34
10 Comunidade Santa Joana D'Arc	Jangurussu - Parque Portela - r. Nunes Feijó	113
11 Parque São Miguel	Messejana - Novo Paraíso	45
12 Associação Moradores São José Arpoador	Av. Francisco Sá, 5189 - esquina com a rua Dona Madina	57
13 Parque Portus II	R. Tampico, 1077 - Casa 02 - Mercado Marques esquina com rua Anáun - Caucaia	147
14 Praia do Futuro	R. Aristides Barcelo, 650 - esquina com rua Trapano Medeiros	242
15 Associação Poço da Onça	Viaduto Moreira da Rocha, 216 - Praia de Iracema	242
16 Associação dos Moradores Eduardo Oliveira	R. Muniz de Aragão, 389 - Jardim Petrópolis	84
17 Conjunto São João - Curú	Alameda São Mateus, 1010 - Messejana - Curú	121
18 União da Comunidade Recanto dos Perdais	Rua 26.ª Batalhão, 4/n	74
		202

### AÇÃO DA CDPDH

**1**  
ocupação coletiva de terra é registrada por dia em Fortaleza. Normalmente, grupos de 100 famílias invadem essas áreas

**16**  
novas ações de conflito de terras foram advogadas pela Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos, de janeiro a outubro

**6**  
grupos que estavam abrigados sob o viaduto da Borges de Melo foram transferidos pela CDPDH para outros locais, nos últimos 3 anos

Município contabiliza construção de 6 mil casas  
Cinco mil unidades habitacionais

reforma agrária e de uma política econômica e fundiária que beneficie o trabalhador do campo - afirma. Esta situação empurra o sertanejo para a

tema Financeiro da Habitação (SFH), estão hoje com um alto índice de inadimplência, o que prova que mesmo para uma pequena parcela da po-

cia de uma organização sólida no movimento popular contribui para essa omissão dos poderes representativos do povo

ção de fortaleza para um projeto de lei popular e dar início a uma ação contra a Prefeitura por crime de responsabilidade, uma vez que a causa pública não pode ser negada - argumenta

## OCUPAÇÕES E AMEAÇAS DE DESPEJO

COMUNIDADE	LOCAL	Nº FAMÍLIA
1 Associação Beneficente Kléid	R. Cel. Fabriciano, 2069 - Parque Santa Cecília	63
2 Francisco Sá II	R. I Casa 22 Barra do Ceará próximo ao Senas	92
3 Conselho dos Pescadores da Colônia Z-8	R. José Gáudio Gurgel - Caça e Pesca	156
4 Associação de Moradores União Popular	R. Luciano Alves, 360 - Parque Santa Filomena - Messejana	183
5 Área Verde do Esplanado Anacari	Rua 07 Jaramá	191
6 Associação de Moradores São Gabriel - Genibau III	R. Moquebique, 76 - Genibau próximo a. av. I do Conjunto Ceará	192
7 Conselho Comunitário de Segurança do Barro Boi Vista	Entre av. Alberto Craveiro e r. Professor Nelson	124
8 Dama I - Planalto das Goiabatas	R. Morro Branco II - Casa 78 - Goiabatas	351
9 Parque Genibau V	R. Alves Batista - Genibau	24
10 Comunidade Santa Joana D'Arc	Jangurussu - Parque Portela - r. Nunes Feijo	113
11 Parque São Miguel	Messejana - Novo Paraíso	45
12 Associação Moradores São José Arpoador	Av. Francisco Sá, 5189 - esquina com a rua Dona Modina	57
13 Parque Portela II	R. Tampico, 1072 - Casa 02 - Mercadoinho Marques esquina com rua Arquesim - Caucaia	147
14 Praia do Futuro	R. Artistas Barcelo, 650, esquina com rua Trajano Medeiros	242
15 Associação Poço da Drega	Viaduto Moreira de Rocha, 216 - Praia de Iracema	243
16 Associação dos Moradores Eduardo Oliveira	R. Muniz de Aragão, 389 - Jardim Petrópolis	84
17 Conjunto São João - Curiú	Alameda São Mateus, 1010 - Messejana - Curio	121
18 Comunidade Recanto das Perdais	Rua 26.º Batalhão, s/n	74
19 Riacho Doce I - Barra do Ceará	Travessa Alencar com Friber, s/n	202
20 Serviluz	Fazd do Mucuripe - Rua Amâncio Filomeno/ Titan, Av. Zeze Diogo/José Anacleto, ate a rua Confeir	515
21 Parque Itamarati	R. Duarte Coelho/Simão Seixas, Conj. Novo Progresso	121
22 Sociedade Comunitária Habitacional Padre Andrade	R. Carneval, 1000 - Padre Andrade	300
23 Associação dos Moradores da Favela Brejo Santo	r. Brejo Santo, 204 - Parque Santa Maria - Messejana	106
24 Ocupação de 20 de Janeiro	Av. 20 de Janeiro esquina com rua Jacuara e Mano Anapion	09
25 Associação dos Moradores da Vila União	R. João Carneiro, 55 - Vila União (prox. a Empresa S. J. de Rabumar)	146
26 Associação dos Moradores do Morro do Futuro	Morro do Futuro - próximo ao Fardol Novo	52
27 Vila Comunitária Lagos do Conqiao	Morro do Futuro - Lagos do Conqiao	546
28 Comunidade do S	Messejana - BR-116 - Km 13,5 - Curva do S	46
9 Riacho Doce II	Rua Astrogildo Fontoura - Barra do Ceará	100
01 Favela de Varyota	Bairro Varyota - Rua Independência-43	43
1 Favela Rua Larga	Bairro Otávio Bonfina - rua Larga (por trás do Bradesco)	92
2 Comunidade Belém	Av. João Pessoa (por trás da Usina Everest)	46
3 Comunidade da Poste	Av. Senador Fernandes Tavora (próximo a Ponte do Rio Maranguape) - Antran Nunes - Barra Genibau	96
4 Parque Potira	BR-220, próximo ao Posto Caridade	130
5 Associação dos Barracões da Barra do Ceará	Av. José Lima Verde, 240 - Barra do Ceará	144
6 União dos Moradores do Brisa da Praia	R. Lídia Pezzi, 977 - Barra do Ceará	1550
7 Associação dos Moradores do Conj. Parque Itaipava	R. Jacuara, 700, Bloco C - Barra do Ceará	168
8 Associação dos Moradores do Conjunto Popular	Rua Jacuara, 683 - Barra do Ceará	131
9 Associação dos Moradores do Novo Lar	Travessa da Sede, 17 - Barra do Ceará	375
0 Associação dos Moradores da Favela Francisco Sá	Travessa Castêllo, s/n - Barra do Ceará	180
1 Associação dos Moradores	Rua 02 - Casa 09 - Avenida Francisco Sá	92
2 Associação dos Moradores da Terra Prometida	R. Grito de Alerta à rua São José e da rua São Castano a rua da Paz	255
3 Parque Genibau IV	R. Alves Batista, s/n - Parque Genibau	32
4 Associação Beneficente Santa Edelviges	R. Ipiranga, 2218 - Conj. São Francisco - Antonio Bezerra	146
5 Assoc. dos Moradores Favela da Av. Santos Dumont	R. Joaquim Lima, 1510	247
6 Comunidade Itapaba	BR-116 - Km 14,5	54
7 Venezuela - Parque Castel	R. Alves Batista, 1304	104

## AÇÃO DA CDDPH

1

ocupação coletiva de terra e registrada por dia em Fortaleza. Normalmente grupos de 100 famílias invadem as áreas

16

novas ações de conflito de terras foram advogadas pela Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos de janeiro a outubro

6

grupos que estavam abrigados sob o viaduto da Borges de Melo foram transferidos pela CDDPH para outros locais nos últimos 3 anos

## Município contabiliza a construção de 6 mil casas

Seis mil unidades habitacionais em regime de mutirão foram construídas pela Prefeitura de Fortaleza nos últimos anos a partir da gestão do ex-prefeito Juarez Magalhães. Recentemente 85 casos foram concluídos no bairro da Floresta e serão erguidas mais 650 unidades no Alvaro Weyne em áreas do fundo de terras. A informação é de Roberto Cavalcante, Coordenador da Comissão de Habitação da Prefeitura de Fortaleza, órgão ligado ao gabinete do prefeito Antônio Câmara.

Segundo ele, atualmente a Prefeitura tem o cuidado de examinar cuidadosamente as áreas doadas para o fundo de terras, o que não ocorria há cerca de 10 anos. Isso contribui para a perda de terras que não puderam ser utilizadas por o tratamento de áreas inundadas. Na realidade, o Município não tem um plano de habitação - explica Cavalcante, lembrando que a responsabilidade dessa política habitacional é de competência do Estado, através da Cohab, uma vez que o órgão municipal que cuidava dessa questão foi extinto.

Com a construção das seis mil unidades em regime de mutirão, o Município empregou recursos na ordem de 15 milhões e 600 mil reais em valores atualizados. Isso, segundo Cavalcante, é pouco diante da problemática da falta de moradia, que se adverte ser muito grave. Cavalcante lembra que em 1990 o déficit habitacional era estimado em 120 mil unidades habitacionais, número que inclui as famílias que moravam em imóveis alugados. A problemática é grave, também, porque muitas famílias que são encaminhadas para mutirões tentam muitas vezes, vendendo suas cas-

(12)



# O POVO

Fortaleza-CE, sábado, 4 de novembro de 1995 ANO LXVIII - N.º 23.109 R\$ 1,30



Mãe Isabel Oliveira da Silva mora com os filhos sob o viaduto da avenida Mister Hull

## Rua é alternativa para os sem-teto

A rua é alternativa de moradia para os sem-teto. Principalmente quando o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza assiste 9 040 famílias

ameaçadas de despejo por viverem em ocupações. Uma das opções para os sem-teto são os viadutos e três famílias estão vivendo sob o da avenida Mister Hull 1E/2E

□ O presidente Fernando Henrique reuniu assessores para discutir medidas que serão anunciadas na próxima semana para acelerar os processos judiciais sobre reforma agrária. 1,6A

SAÚDE: Jornada de Mastologia discute tratamento do câncer de mama 3E

SERVIÇO: Mensagens na Caixa Postal do Celular podem ser violadas 4E

# Rua é alternativa para pessoas sem-teto

9.040 famílias assistidas pelo Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza vivem sob ameaça de despejo



FOTO: EVERTON LEMOS

ROSA SA  
DA EDITORIA DE CIDADES

Daniel, com apenas um mês e 29 dias, vive desde que nasceu sob o viaduto da avenida Mister Hull, nas proximidades do terminal de transportes em Antonio Bezerra. Empurrados para o local por conta da russeia do pai da criança, Manoel Luis Melo, 34, servente de pedreiro desempregado, e Maria Isabel Oliveira da Silva, 29, chegaram ao lugar três dias antes dele nascer e já trazendo Cristina, sete anos, e Danilo, três. O casal e uma das três famílias que está utilizando aquele espaço público como moradia.

Antes de ir para o viaduto, a família morava em um quartinho no bairro de Henrique Jorge. O imóvel, localizado às margens de um riacho, teve o aluguel aumentado de R\$ 60,00 para R\$ 120,00, o que obrigou o casal Manoel e Isabel a buscar outra opção de moradia. Sem perspectiva de conseguir uma ocupação, Isabel conta que o marido agora só vive embriagado. Manoel, segundo ela, passa os dias nas portas dos botecos das proximidades, onde não falta quem lhe ofereça uma cachaça. Sozinha, ela cuida da "casa" e das crianças, sempre atenta para o movimento dos carros que disputam o espaço do seu abrigo, para estacionamento.

O pequeno Daniel, às vezes, assusta-se com o barulho do motor dos veículos, mas sem chance de sair de lá, pelo menos por enquanto. A família vem sobrevivendo graças à caridade da vizinhança e de pessoas anônimas que, ao passar na via, se compadecem da situação de penúria. Mesmo pobres, os vizinhos, segundo Isabel, doam um pedaço de pão, um pouco de arroz ou qualquer outro alimento que tenham condições de dividir. Também permitem que tomem banho em suas casas.

São famílias assim, sem alternativas dignas de moradias, que aumentam às fileiras dos sem-teto da cidade de Fortaleza. Atualmente, já são 9.040 as famílias assistidas pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza. São pessoas que vivem em ocupações e ameaçadas de despejo. Até 1991, ano do penúltimo levantamento realizado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado e Companhia de Habitação do Ceará (Cohab), eram 540.720 as pessoas que moravam em 313 favelas da cidade. Hoje, esse número oficial é de 450.

De acordo com José Roberto Cabral, o Beto, responsável por esse setor no CDPDH, os viadutos atualmente estão sendo uma espécie de casa de passagem para os sem-teto. Hoje em dia, segundo Beto, os sem-teto já não constroem barracos como antigamente, esperam uma chance de trabalho e quando conseguem alguma coisa, logo saem e tentam se infiltrar em uma das favelas. Dessa forma - diz - essas pessoas "trabam se tornando nossos clientes". No passado, era comum famílias adotarem os viadutos como moradias definitivas. Um exemplo disso pode ser constatado no viaduto da rua Professor Costa Mendes, nas proximidades da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand.

Leia mais sobre moradia na página 2E



Três famílias que moram sob o viaduto da avenida Mister Hull convivem com o barulho dos carros que passam a todo instante

7

FORTALEZA-CE  
DOMINGO, 5/NOVEMBRO/1995 O POVO/CIDADES

## Vereador pedirá criação do conselho de habitação

A matéria publicada na edição de ontem do O POVO sobre os sem-teto em Fortaleza despertou uma reação do Legislativo. O Vereador do PT, Durval Ferraz, vai entrar com requerimento solicitando ao prefeito Antônio Cambrata, que agilize a regulamentação do fundo de terras e a criação do Conselho Municipal de Habitação Popular, como desejam as entidades ligada aos sem-teto.

O Vereador afirma que o artigo 152 (e não 54, como foi publicado anteriormente) da Lei Orgânica do Município fixa a criação do fundo de terras do município de Fortaleza, destinado exclusivamente à implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda.

Uma primeira lei de regulamentação do fundo de terras foi proposta durante a administração do prefeito

Ciro Gomes. Na gestão seguinte, de Juraci Magalhães, entrou em vigor a Lei Orgânica do Município e a Câmara Municipal aprovou a lei elaborada na gestão anterior. Não houve, no entanto, regulamentação por parte do Executivo e nem a criação do Conselho Municipal de Habitação Popular.

Durval Ferraz foi o autor do projeto que cria o Conselho Municipal de Habitação Popular, vetado por Juracy. Ele ainda salienta a importância da participação popular para agilizar a regulamentação do fundo de terras.

O Vereador do PT ainda enviara um segundo requerimento à Câmara Municipal congratulando o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese e O POVO, "pela oportuna iniciativa de provocar o Executivo nessa questão fundamental que é a moradia".

# Local para novas casas no Grande Lagamar é questionado

Arquiteto diz que área destinada às moradias para famílias das lagoas do Tijolo e da Zeza não oferece segurança por estar nas margens de um rio

FOTO MANUEL CUNHA

## SDU diz que obras só esperam por recursos

A assessoria de imprensa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano informou que o início das obras só depende da liberação das verbas da Caixa Econômica Federal, mas que a isso deve ocorrer até o final do ano. Com relação às críticas feitas pelo arquiteto Jorge Neves, Adriana Saboia, da assessoria de imprensa, afirmou que o projeto atendia a todas as normas da lei 21312/91, que regulamentava as faixas de proteção do rio Coco. "O arquiteto só pode estar mal informado, com relação à localização do conjunto, para fazer estas críticas", afirmou.

Os custos do projeto chegam a R\$ 5 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões destinados à construção das moradias e R\$ 1,5 milhão para saneamento básico. A previsão é de que ele abrigue 860 famílias, sendo 410 famílias da favela da lagoa da Zeza e 450 da comunidade da lagoa do Tijolo.



Transferência das 700 famílias residentes nas duas favelas era prevista para agosto último

O arquiteto Jorge Neves, da Socema, afirmou ontem que o projeto para transferir os moradores da favela das lagoas da Zeza e do Tijolo compromete a segurança das pessoas que habitarão o local. Neves disse que a área destinada a receber as moradias não oferece a segurança exigida para uma área nas margens de um rio. O projeto para retirar cerca de 700 famílias das duas favelas foi idealizado depois da inundação do dia 24 de abril último, que deixou desabrigadas mais de 800 famílias na área. A previsão para transferência era agosto.

Mesmo questionando, tecnicamente, o projeto, Jorge Neves alerta para os riscos de novas inundações, caso o Governo não providencie logo a transferência. Ele disse que os aterros realizados às margens da lagoa da Zeza, para construção de novas casas, devem provocar danos maiores aos que ocorreram no inverno deste ano. "Com os aterros, um volume de água menor que o do inverno passado provocará inundações de dimensões piores que a de abril", afirmou Neves.

O arquiteto disse que não há, por parte do Governo estadual e municipal, o interesse pelo rio Coco. "Eles querem transformar isso aqui num

Tietê". Para ele, a sociedade ainda pode evitar que obras — "como essa de urbanização da favela da lagoa do Tijolo e da Zeza" — aconteçam,

Enquanto o poder público não cumpre as promessas, os moradores sobrevivem, no local em condições sub-humanas, agravadas pelas águas das lagoas, que já começa a subir. O mau cheiro, a lama, os insetos e ratos convivem com as crianças e os adultos. O local não tem saneamento básico e os dejetos fecais são despejados pelos cantos e na lagoa.

A população, que está ansiosa para sair da lagoa, não questiona a localização do novo conjunto. Teresa Cristina Alves, Presidente da Associação dos Moradores da Lagoa do Tijolo, disse que as pessoas esperam é sair logo dali. Os questionamentos de Cristina Alves são mais com referência à não execução do projeto. Ela disse que, há dois meses, não recebe nenhuma notícia do Governo. "Estou tentando marcar reunião com o Secretário de Desenvolvimento Urbano, mas, até agora, só recebi porta na cara", disse Cristina Alves, denunciando que até a terra que colocaram no local para aterrar a parte onde seriam construídas as habitações foi roubada.

# Várias famílias permanecem morando às margens da Lagoa da Zeza em casas de taipa e plástico

## Comunidade do Lagamar continua desassistida

Apesar do baixo índice pluviométrico registrado nos últimos dias, centenas de famílias instaladas às margens da Lagoa da Zeza, Lagamar, não têm mais tranquilidade. Os moradores que construíram barracos de taipa e plástico, nas proximidades da Rua Carlos de Alencar, são os que estão mais apreensivos, pois sabem que no inverno essa margem da lagoa fica completamente alagada. No começo do ano muitos deles tiveram seus barracos derrubados pelas chuvas.

Francisco da Silva, que mora em um barraco de madeira e plástico, pai de um filho, diz que já enfrentou nesse local duas enchentes e não sabe se terá coragem de aguentar o próximo inverno. Ele fala que foi cadastrado pela Associação dos Moradores do Bairro e espera que seja transferido para o terreno prometido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) no início deste ano. "Como eu, tem muita gente sonhando com moradia digna. Aqui meu filho vive sempre doente", ressalta o sem-teto.

Atualmente, essas famílias sobrevivem em moradias sem a menor infra-estrutura. Os barracos, mais de 60, desse lado da lagoa, medem cerca de dois metros quadrados, sem banheiro, vasos sanitários e água potável. As necessidades fisiológicas são feitas na vegetação



### Contaminação

Os casebres são construídos nas proximidades de esgotos improvisados

perto da lagoa ou em cubículos fechados com plástico e papelão. A falta de higiene é total. A maioria das crianças estão

acometidos por doenças de pele ou verminosas.

O seu vizinho, Ronaldo de Sousa Filho, pai de dois filhos



### Saúde

A falta de higiene é total. A maior parte das crianças está com doença de pele ou com verminosas.

enfrenta os mesmos problemas. Mesmo sabendo que o local fica alagado no período do inverno, construiu um barraco de taipa a menos de dois metros da Lagoa da Zeza. Ele afirma que foi obrigado a tomar essa decisão por não mais suportar conviver com seus pais e sua família em outra moradia no mesmo bairro. "Não tenho condição de sustentar meus filhos, dando comida e pagando aluguel. A única saída foi levantar esse barraco aqui", argumenta.

16

21-11-95

O Povo



Folha: 0001

AFINCO/2440

# Fundo de terras e democracia

Fortaleza é a única cidade que concentra 8% da população do Ceará, devido a um intenso processo de urbanização provocado mais pelos fatores de expulsão do meio rural carense que obrigam o homem a migrar, para sobreviver, do que pelos fatores de atração da capital.



JOAQUIM CARTAXO FILHO  
ARQUITETO

A perversidade desse processo expressa-se espacialmente através da existência de duas cidades numa mesma Fortaleza: uma rica, localizada a leste, dotada de bons serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos, outra a oeste, carentes destes bens sociais, onde mora, predominantemente, a população mais pobre em sua maioria originária do interior do Estado.

Um dos problemas mais graves enfrentados por esta parcela da população é o da moradia que encontra na propriedade privada do solo urbano um dos maiores obstáculos para solucionar-lo, através de uma política habitacional capaz de atender as carências existentes.

Com o objetivo de superar este obstáculo, a Lei Orgânica de Fortaleza - nossa Constituição Municipal - instituiu o Fundo de Terras "destinado exclusivamente à implementação de programas habitacionais para a população de baixa renda", formado a partir da doação de 5% das áreas a serem loteadas no município.

Com o objetivo de garantir a participação da sociedade no planejamento e gerenciamento deste Fundo, a Lei Orgânica criou o Conselho Municipal de Habitação Popular, a ser regulamentado em lei complementar. In-

ciativa neste sentido foi tomada pelo vereador Durval Ferraz (PT) sem sucesso, porque o ex-prefeito Juraci Magalhães vetou o projeto de lei de sua autoria alegando que iniciativas desta natureza eram prerrogativas do Poder Executivo Municipal.

Até hoje, o Executivo não usou dessa sua prerrogativa para regulamentar o funcionamento deste Conselho, impedindo a sociedade de exercer um direito conquistado legítima e democraticamente, no processo de elaboração e aprovação da Lei Orgânica.

Esta postura autocrática do Poder Executivo precisa ser combatida e alterada radicalmente. Com isso em mente, organizações não-governamentais, entidades de profissionais liberais, de moradores e religiosas que refletem e trabalham a questão da moradia, estão articulando um amplo movimento voltado para regulamentar o Conselho Municipal de Habitação Popular através de um projeto de iniciativa popular de lei, dispondo sobre a sua finalidade, as suas competências e a sua composição.

Esta modalidade de projeto foi estabelecida pela Constituição Brasileira de 1988, objetivando possibilitar à sociedade exercer seus direitos diretamente. Infelizmente, este tipo de instrumento constitucional ainda não está sendo usado na intensidade necessária, como um meio eficaz para democratizar as relações do Estado com a Sociedade, estabelecendo mecanismos de controle social sobre a esfera estatal, e educar para a cidadania como a melhor maneira de evitar a proliferação de posições, semelhantes à de Prefeitura de Fortaleza, que impedem deliberadamente a população de participar e influir nos destinos de sua cidade.

Joaquim Cartaxo Filho é arquiteto e Secretário Geral da Direção Nacional do IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil.

## Direitos humanos

As comissões legislativas de direitos humanos reunidas em Brasília elaboraram um documento que deveria ter sido entregue ao governo na última semana mas, com a ausência do presidente Fernando Henrique naquela oportunidade, o ato formal desse entrega será hoje.

## Documento

Em nome do II Fórum Nacional de Comissões Legislativas o documento chegará ao presidente FHC pelas mãos do deputado Nilmário, do PT, e que preside a Comissão de DH da Câmara Federal. O Ceará esteve representado nesse Fórum pelo deputado Mário Medeiros e vereador Durval Ferraz.

21-11-95  
O Povo

documenta...

DE GRCSA  
ALCOBOLICAS

## *Entidades propõem retomada da discussão para implantação do conselho de habitação*

Uma emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) visando a retirar do Poder Executivo e passar para o Legislativo a competência sobre a criação de conselhos e comissões que garantam a participação da sociedade. Esta foi uma das propostas da reunião realizada ontem à tarde no Seminário da Prainha, com o objetivo de setormar as discussões em torno do fundo de terras para famílias de baixa renda.

O Fundo de Terras são terrenos destinados exclusivamente para a construção de casas para a população pobre de Fortaleza. Essas terras são conseguidas através de doação para a Prefeitura de cinco por cento da área de cada loteamento feito na cidade, a partir de 1989. Essa doação é obrigatória pela lei municipal que criou esse mecanismo. A proposta de emenda à LOM tem o objetivo de facilitar a criação do Conselho Municipal de Habitação Popular, órgão ao qual compete administrar o

fundo de terras. O Conselho, embora previsto em lei, vem sendo vetado pelas administrações municipais desde 1990.

Na próxima terça-feira, às 15 horas, uma audiência pública na Câmara Municipal tratará da questão. No dia seguinte, quarta-feira, no mesmo horário, as entidades envolvidas na discussão terão um encontro com o prefeito Antônio Cambrata na sede da Prefeitura.

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), órgão que está a frente desse trabalho, contabiliza 9.040 famílias ameaçadas de despejo na cidade. A capital cearense conta hoje com 480 favelas. Segundo José Roberto Cabral, responsável pela questão moradia no âmbito do CDPDH, Fortaleza pode se transformar numa grande favela se não forem tomadas providências a tempo. Diz que nesse caso é necessário fazer pressão para ten-

tar fazer valer o que já se conquistou da população, pois o Fundo de Terras atualmente é, segundo ele, uma caixa preta.

Os participantes da reunião defenderam ser obrigação do Prefeito deixar claro o que tem feito na administração. A ideia de funcionamento do Conselho Municipal de Habitação para gerenciamento do Fundo de Terras, segundo a coordenação do movimento, surgiu de um fórum sobre moradia realizado pela Pastoral do Solo Urbano em 9 de julho último, quando os participantes decidiram lutar pela concretização desses mecanismos de garantia de habitação para famílias de baixa renda. O movimento encabeçado pelo CDPDH conta com a participação de vereadores, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Organizações Não Governamentais, Associações de Moradores, igrejas ortodoxa e adventista e moradores de ocupações.





## DE OLHO NA CIDADE

**HABITAÇÃO** Milhares de famílias sem-teto sobrevivendo em condições subumanas, principalmente na periferia da cidade, aguardam ansiosamente a liberação de verbas para construir seus lares. Muitos habitam casebres feitos de papelão, plástico e madeira velha em áreas de preservação ambiental. O flagrante mostra como as famílias sem-teto, geralmente, vindas do interior do Estado, improvisam cozinha a céu aberto. Elas sonham, um dia, poderem usufruir os benefícios de uma casa digna de se morar. Latas e panelas usadas como depósito de água potável. Andam quilômetros para conseguirem abastecer seus vasos.



Kip Jones

06/11/95 - TRIBUNA

## Cadastramento dos moradores é irregular

Os moradores da Lagoa da Zeza denunciam uma atividade irregular que está ocorrendo no bairro. Preferindo não identificar seus nomes, pois temem represálias, afirmam que algumas lideranças comunitárias da área estão cobrando "taxas" para cadastramento. Uma senhora conta "que prefere permanecer no terreno alagado e suportar as adversidades quando chegar o inverno, do que pagar essa taxa".

Eles solicitam as autoridades governamentais que façam uma fiscalização no sentido de evitar a especulação. "Tem gente invadindo a lagoa, pensando que irá ganhar uma casa do Governo facilmente, tem também líderes comunitários", dando de esperto, cobrando agio por uma inscrição. Uma irresponsabilidade desse tipo descredencia as verdadeiras lideranças comunitárias. Contamos com as autoridades para evitar esse tipo de crime contra as famílias pobres que realmente não têm para onde ir", sentencia a moradora.

## DE OLHO NA CIDADE

J. Soares

### Oitizeiros

Caso os órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente não trabalhem rápido e energicamente, os velhos oitizeiros plantados há mais de meio século na Avenida Imperador, Centro, desaparecerão. As principais agressões praticadas contra essas árvores partem de comerciantes instalados ao longo da Avenida. É comum serem vistos placas, cartazes fixados com pregos nos oitizeiros. Há poucas semanas algumas pessoas atearam fogo no lixo depositado no tronco de uma das árvores. Resultado, o oitizeiro teve que ser sacrificado devido a ação do fogo, caso contrário iria provocar algum acidente na Avenida Imperador. O "pé" de seu tronco ficou completamente destruído.

A prática em Fortaleza está se tornando fato comum. Quando não queimam ou derrubam oitizeiros e bajiáms no centro da cidade, realiza-se queimadas na periferia. O bairro da Maraponga e Mondubim são os principais atingidos. Há aproximadamente três semanas Tribuna do Ceará denunciou a queima de uma grande área verde no Novo Mondubim.



# FORTALEZA



## Moradores denunciam que canal da Bela Vista Saneamento da Favela

A comunidade da Favela das Malvinas, na Bela Vista, composta de aproximadamente 300 famílias, sobrevivem em condições subumanas em barracos e casebres sem a menor infraestrutura urbana. As famílias residentes nos becos conhecidos por "24 de Maio", "Alagado" e "Beira do Canal" são as mais sacrificadas com a fedentina, lixo, esgotos, fossas e insetos. Denunciam que já a área e esquecida, inclusive, pelas associações comunitárias do bairro.

A precariedade de vida desses moradores começa com a poluição do Canal da Bela Vista. Nesse local, eles ligam as fossas e jogam lixo, entrando em atrito com os poucos que sonham um dia, ver esse local limpo. Morando a menos de três metros do canal, Creusa da Silva, que sustenta filhos e netos, diz que não tem mais idade para discutir com as pessoas responsáveis pela sujeira do lugar.

Ela conta ainda, que as adversidades se tornariam menores se todos contribuíssem na limpeza da favela. "A gente pede e suplica para não sujem aqui. O pessoal mais ignorante diz que ninguém é dono do canal e simplesmente jogam animais mortos e fezes. A fedentina é insuportável. Meus netos vivem mais nos postos de saúde



### Poluição

A própria comunidade joga lixo em toda a extensão do canal

do que em casa. Vez por outra têm gripe, coqueluche e problemas de respiração. Ninguém sabe que existimos", lastima-se

Os moradores residentes na

parte mais elevada da favela, na Rua Rio Grande do Sul, contribuem para o surgimento de doenças na comunidade. A maioria deles abriu valas, a cerca de meio metro das casas dos

### CARÊNCIAS

## Falta água potável e preço dos aluguéis

As famílias da Favela das Malvinas enfrentam ainda a inexistência de água potável. Somente duas cacimbas, poluídas, abastecem essa comunidade. Aíla Rodrigues de Arruda, que mora há mais de dez anos no bairro, conta que a água das cacimbas serve para lavar roupas e utensílios domésticos. A água que consomem fica há aproximada-

mente 300 metros e que é transportada em baldes.

Quem tentou beber água das cacimbas, segundo ela, ficou doente. "Muita gente aqui quase morreu. Não sei quantos ficaram doentes da cólera, mas lhe garanto que foram muitos. Agora sabemos que não convém usarmos essa água." Os moradores reclamam, também, dos altos preços dos aluguéis.

As famílias do beco conhecido como "Vila Marculino", todas as baixas renda, são os mais atingidos. Dizem que os seus vencimentos não são suficientes para alimentar seus filhos e pagar aos donos dos barracos, que cobram mensalidades variando de 20 a 50 reais.

Preocupada com a chegada do fim do mês, dona Maria de Fátima Dias dos Santos, moran-

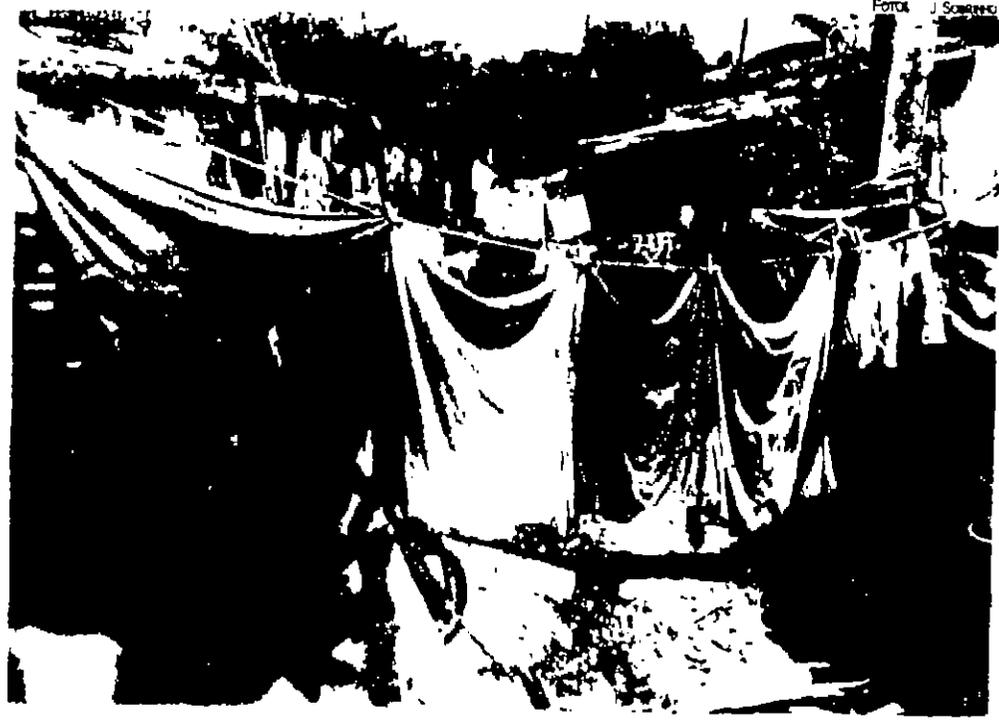
indicando a SRH para a execução de melhorias globais. Atualmente, localidades no Estado estão sendo atendidas por camu-

# 360 GRAUS

TRIBUNA DO CEARÁ  
FORTALEZA, TERÇA, 21/11/85



## se transformou em foco permanente de doenças das Malvinas é precário



### Superlotação

Aproximadamente 300 famílias disputam os becos das Malvinas. Elas reclamam também dos preços dos abrigos

que estão instalados próximo ao Canal. São mais de dez famílias que moram "ilhadas por esgotos e fossas". Os prejudicados pedem aos órgãos oficiais que fiscalizem essa favela antes do próximo inverno. Falaram que no período das chuvas os esgotos transbordam, levando aos barracos lixo e detritos. "Sem falar nos ratos e insetos infestando a todos nós", reclama a moradora.

### é alto

do num quartinho dessa vila, afirma que nos últimos meses a situação financeira da família ficou mais difícil. "Muita gente entregou seu quarto, porque não tinha dinheiro suficiente. Alguns moram, agora, em barracos de plástico e madeira perto do canal. É uma vida muito dura de quem reside nesse local", comenta.



# POLÍTICA

## Eliomar de Lima

### Terra

Uma audiência pública discute hoje, na Câmara Municipal de Fortaleza, a criação do Conselho Municipal de Habitação. Tudo para ver se, com organismo desse tipo, haja algum controle sobre o Fundo de Terras da Prefeitura. Esse fundo é formado por áreas de cada loteamento autorizado pelo Município. De cada um saca cinco por cento para o Fundo

### DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceara — Quarta-feira, 29 de novembro de 1995

## Habitação em audiência pública

O plenário da Câmara dos Vereadores foi palco de debate em audiência pública ontem à tarde para discutir o Fundo de Terras do município e a criação do Conselho Municipal de Habitação Popular (CMHP). O Fundo de Terras foi aprovado em Lei Orgânica municipal desde 1990 e determina que os proprietários de loteamentos em Fortaleza são obrigados a doar 5% do terreno para as comunidades de baixa renda.

No entanto, desde sua criação, a prefeitura de Fortaleza não repassou as terras às entidades que representam as comunidades. Já o CMHP foi vetado em 1990 pelo prefeito Juraci Magalhães. Agora, as comunidades reivindicam sua criação efetiva. Várias representantes de entidades estiveram presentes na audiência. O Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB), pre-

feitura de Fortaleza, Arquidiocese de Fortaleza, associações de moradores e os vereadores Durval Ferraz, do PT, (que presidiu a audiência e foi o autor do projeto de lei), Sérgio Novais (PSB), Rosa da Fonseca (PART).

Segundo o secretário geral do IAB, Joaquim Cartaxo, é importante a discussão com as comunidades para discutir a finalidade, a composição e os objetivos do CMHP. "O IAB questiona da prefeitura onde estão as terras do Fundo de Terras", disse ele. "Temos de cobrar o direito do fortalezense à moradia", disse.

O representante da Prefeitura de Fortaleza, Paulo Garcia, da Comissão de Habitação de Fortaleza, reconheceu que a prefeitura só tem o controle das terras burocraticamente. "O controle da prefeitura é apenas cartorial, exercido pela Splan e Iplan". Ele afirmou

que muitas terras doadas não foram avaliadas pela prefeitura e são "imprestáveis" para construção de casas. "Estamos fazendo um levantamento das terras", informou. Ele disse que 182 casas estão sendo construídas em áreas doadas para o Fundo de Terras, duas áreas não em fase de projeto.

Hoje, as entidades lideradas por Durval Ferraz reuniram com o prefeito para discutir a criação do CMHP. "A criação do CMHP é uma obrigação da prefeitura", disse Durval Ferraz, líder do PT na Câmara Municipal. "A prefeitura tem que garantir que o projeto do CMHP seja aprovado e implementado. As entidades não podem ficar na audiência, o governo tem que se preparar para receber a audiência pública do Conselho Municipal de Habitação Popular", disse Durval Ferraz.

0107

8



# EMPRESAS &

# NEGÓCIOS

9

**POUP**  
**BEG**

PROCURADORIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
FLS. N° 141/90

A Poupança que faz mais por você

DIÁRIO DO NORDESTE

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

## Setor habitacional terá R\$ 2,7 bi

### Governo precisa retomar programas de construção de casas populares

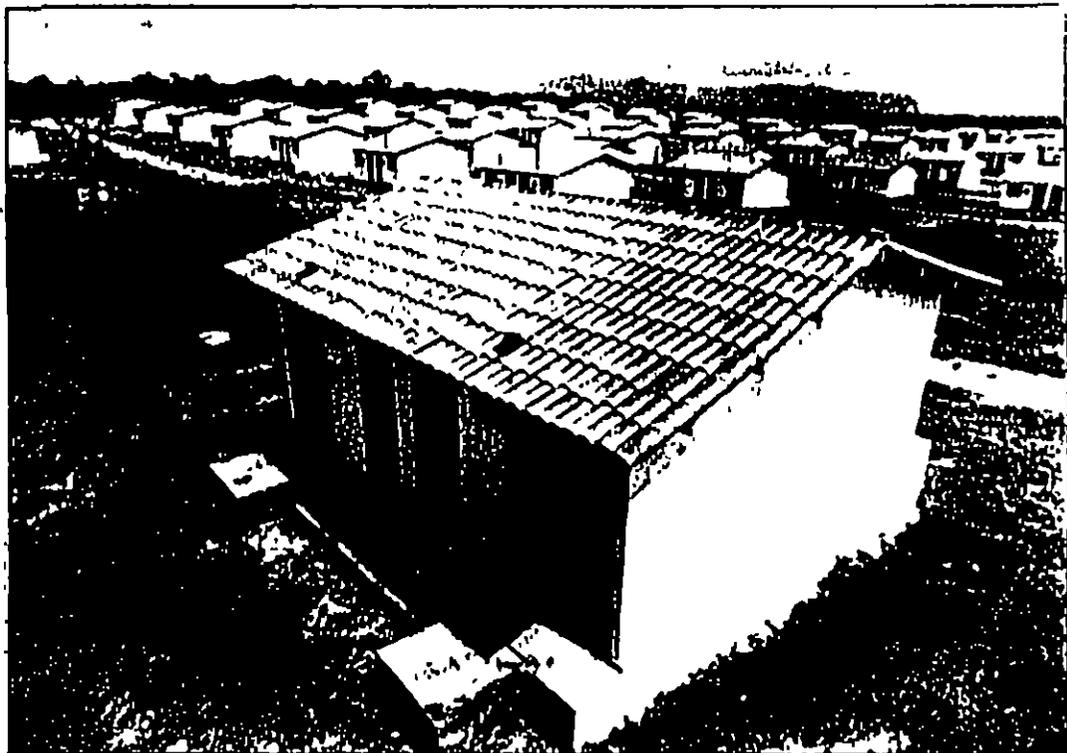
A União tem disponível R\$ 2,7 bilhões para investir no setor habitacional no ano de 95. Segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, engenheiro Ricardo Yazbek, é necessária, entretanto, uma rápida definição da área administrativa do Governo Federal para alavancar os programas voltados para a habitação popular no País. A expectativa é de que, provavelmente, no dia sete de março próximo, aconteça a reunião do Conselho Curador do FGTS, presidido pelo Ministério do Trabalho, quando o assunto deverá ser tratado.

Ricardo Yazbek esteve ontem em Fortaleza para participar do Fórum do Mercado Imobiliário, promovido pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (Secovi) e Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), que visa otimizar e dinamizar a cadeia produtiva da construção de habitações. No evento, realizado no auditório do Centro Administrativo do BEC, ele falou das "Reformas Tributária e Previdenciária".

Yazbek observa que após três anos sancionando e acertando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), não existem ainda as diretrizes do programa de aplicação das verbas do Fundo porque o novo governo não definiu a estrutura da Secretaria de Política Urbana, vinculada ao Ministério do Planejamento. Em decorrência desse quadro, comenta o engenheiro, a maioria dos estados vem aplicando pouco na habitação popular. O Ceará, destaca, foi um dos poucos estados que manteve alguns investimentos, mesmo assim, sem contar com repasse de verba federal.

Conforme informações de Yazbek, que é também presidente do Secovi em São Paulo, o déficit habitacional no Brasil é de 10 milhões de unidades. Lembra que o Governo Federal pretende aplicar este ano uma quantia substancial na área de habitação. Porém, salienta que para avançar no setor habitacional é preciso haver uma estrutura para estimular a produção de unidades, sendo esse o desafio a ser enfrentado pelo governo.

As principais demandas para a área de habitação hoje, conforme aponta são, além da estruturação da Secretaria de Política Urbana, as reformas tributária e previdenciária. Fazendo referência a um estudo da Secovi relacionado à reforma



Das sete mil unidades populares construídas em 93 e 94, cerca de 50% permanecem abandonadas segundo a Cohab

imóveis após o advento do Plano Real, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção informou que em 94 o crescimento do setor foi de 12% em relação a 93. Para 95 as perspectivas apontam também para um grande potencial de crescimento, tendo em vista a estabilidade econômica e a criação das Companhias Hipotecárias e dos Fundos de Investimentos Imobiliários, que estão começando a atuar.

Tendo em vista as reformas na Constituição, resalta que o País passará a ser um pólo de investimento internacional. A reforma tributária e a ordem econômica vão fazer com que se reduza o chamado "Custo Bra-

sil", assinala, acrescentando que, a partir do momento que o País passe a ter uma estrutura tributária mais simples, o investidor será atraído.

#### INTEGRAÇÃO

Em almoço promovido pela Secovi, no Cesar Park, com a participação de construtores e corretores, Ricardo Yazbek falou ainda sobre o Sistema Integrado de Vendas Autorizadas, que já funciona em países como o Canadá e Argentina, e constitui uma nova forma de venda no setor imobiliário, que vem sendo implantada em Fortaleza.

O sistema funciona com a concentração das ofertas de imó-

veis no mercado através de rede informalizada, permitindo que o corretor tenha informações sobre todos os empreendimentos para oferecer ao cliente opções que possam melhor satisfazê-lo. Além disso, fornece um acompanhamento estatístico do mercado imobiliário.

Apollo Scherer, do Secovi Ce, observa que atualmente 10 construtoras e 15 imobiliárias já estão com um projeto em andamento nesse sentido. Em uma segunda fase, dentro de aproximadamente dois meses, a meta é integrar cerca de 50 imobiliárias e 100 construtoras no Estado. Com isso o setor quer aumentar a velocidade de informação sobre os empreendimentos disponíveis, assegurando ainda a redução de custos e melhor atendimento aos clientes.

A estimativa é de que o déficit habitacional no Ceará fique em torno de 350 mil unidades, entre casas populares e imóveis destinados à classe média, segundo informou o presidente da Companhia de Habitação do Estado do Ceará (Cohab), Edson Silva. Em Fortaleza e

1970. Em 94, contudo, a Cohab não atuou como agente financeiro. O incentivo foi voltado para o regime de mútuo.

Para os próximos quatro anos o Governo do Estado pretende construir 25 mil mo-

nômica Federal (CEF) para esse fim.

Os últimos recursos originários do FGTS para o setor foram utilizados nos anos de 93 e 94, através do Plano de Habitação Imediata, empregados na construção de aproximadamente 7 mil unidades habitacionais.

(CNBB), registrados na Campanha da Fraternidade "Onde Moras?" de 1993. Somente em Fortaleza, a falta de casas atinge 150 mil famílias. O déficit sobe para 12 milhões de moradias no País. Para unificar a participação do movimento comunitário na luta por moradia, foi realizado ontem no auditório central da Universidade Estadual do Ceará, o 1º Seminário Estadual Sobre Habitação. O evento foi promovido em parceria pelas Federações de Entidades Comunitárias do Ceará e de Bairros e Favelas de Fortaleza, Conselhos de Creches Comunitárias e das Entidades Habitacionais e Vinculadas do Ceará, União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF) e Comissão de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.

Cerca de 280 pessoas de todo o Estado, com predominância de líderes comunitários da Região Metropolitana, participaram do seminário. No final das discussões foi aprovado um documento reivindicatório que será entregue ao governo estadual no dia oito de março. O presidente da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, Francisco Soares Neto, destaca como principais pontos a definição de lote mínimo de 125 metros quadrados com área construída de 35 metros quadrados para as casas populares; e formação de comissão de técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e líderes comunitários para agilizar



O Seminário discutiu o problema deficitário de casas em todo o Ceará

a retomada das obras de mutirões.

Os 280 participantes do seminário também deliberaram que a administração e organização dos mutirões devem ser feitas pelas comunidades, assessoradas por especialistas apenas na parte técnica. O diretor da União das Comunidades, José Carlos Ponte Alto, diz que as entidades querem saber quanto os governos pretendem investir na construção de casas populares. Reivindica que as políticas habitacionais de financiamento contemplem famílias com renda de zero a três salários mínimos "A família sem renda, com renda informal, deve pagar de acordo com sua capacidade. Se não tem condições, deve ser amparada pelo governo", afirmou.

#### CARAVANA

A Central de Movimentos

Populares promoverá nos dias 21 e 22 de março a Caravana Nacional - Reforma Urbana e Cidadania. Jacob Ferreira, do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, prevê que o Ceará participará da caravana com cerca de quatro ônibus. No dia 21, os manifestantes terão audiência com os ministros da Fazenda, do Trabalho e do Bem Estar Social. No dia 22, esperam reunir-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Jacob Ferreira, uma das principais reivindicações, da caravana sobre habitação será a defesa do Fundo Nacional de Moradia. O projeto de lei está em tramitação no Congresso Nacional desde 1991. Diz que desde então, o texto original já sofreu várias modificações "Queremos reafirmar o projeto original que prevê uma política habitacional que realmente contemple as famílias de baixa renda".

## Campanha da Fraternidade 95

"A Fraternidade e os Excluídos" é o tema da Campanha da Fraternidade de 1995, que será lançada no próximo dia 1º de março, Quarta-Feira de Cinzas, na Igreja Católica Brasileira, na Arquidiocese de Fortaleza, a abertura da Campanha, mais uma vez, se fará em dois momentos: no dia 1º de março, às 15 horas, na residência episcopal, haverá entrevista coletiva do Cardeal Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider; e no mesmo dia, às 18 horas, acontecerão celebrações eucarísticas, com a imposição de cinzas, em todas as igrejas da Arquidiocese, abrindo solenemente, em momento de comunhão e participação, a Campanha da Fraternidade 1995. A homilia de todas as celebrações será feita por dom Aloísio, diretamente da Catedral Metropolitana, através de ondas de rádio.

Durante a entrevista coletiva na residência episcopal, Dom Aloísio Lorscheider responderá questões atinentes à realidade dos excluídos, que envolvem menores carentes, idosos, presidiários, doentes, aposentados e outros segmentos da sociedade. Na mesma ocasião, será entregue à imprensa o material informativo sobre a Campanha, que traz o lema "Eras Tu, Senhor?" Para 1995, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),

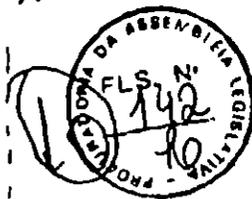
por sugestão das Dioceses, escolheu o tema "A Fraternidade e os Excluídos" por considerar que acentua-se entre os brasileiros a desigualdade "Há um número crescente de pessoas esquecidas pela sociedade. E, mais. São até mesmo relegadas à margem. Não contam para o País São "massas sobrando", diz o texto base da Campanha.

Os objetivos da Campanha da Fraternidade 1995 são chamar a atenção para a realidade de exclusão social no Brasil, conchamando para mudanças comunitárias e sociais e apontar caminhos de uma sociedade democrática, justa e solidária, onde não haja um excluído nem excludente, além de integrar na comunidade e na sociedade, o que está à margem, permitindo-lhes espaços de convivência e de participação. Pretende, também, abrir o coração das pessoas para Deus, acolhendo seu plano de amor preferencial aos pequenos, num processo de conversão, apoiar as organizações e movimentos dos próprios excluídos, modificando as condições que deixam à margem tantos indivíduos; e fazer gestos concretos de fraternidade, conhecendo e indo ao encontro dos excluídos.

A Campanha da Fraternidade foi idealizada por três sacerdotes responsáveis, em nível nacional, pela Cáritas Brasileira

Em 1961, quiseram tornar a Cáritas autônoma financeiramente e projetaram a Campanha da Fraternidade com o primeiro objetivo de arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais. A primeira Campanha realizou-se em Natal, em 1962. Em 1963, 16 dioceses do Nordeste realizaram a Campanha. O fracasso financeiro foi grande, mas a experiência pastoral foi muito boa e repercutiu em todo o País. A 26 de dezembro de 1963 foi enviada carta, pelo secretário geral da CNBB, a todos os bispos comunicando que a Campanha de 1964 seria de âmbito nacional.

Hoje, todas as dioceses brasileiras realizam a Campanha, que expandiu-se ao longo dos anos, tornando-se uma manifestação especial de evangelização libertadora da Igreja, provocando, concomitantemente, a renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade, trabalhando sobre os problemas específicos à luz do projeto de Deus. A Igreja considera a Campanha da Fraternidade um momento forte de conversão, oração e prática de gestos concretos de fraternidade, realizando-se através de debates, palestras, círculos de reflexão, mesas-redondas, celebrações, orações, passeatas e outras atividades concretas sobre o tema proposto a cada ano.





## ANEXOS II

# Informação e combate à violência



A discussão que se estabelece sobre a reorganização do aparelho policial é oportuna e demasiadamente necessária para que o Estado do Ceará possa adiantar-se neste movimento pelo aprofundamento da Justiça e pela prevenção e repressão à violência.



CARLOS SÉRGIO DE CARVALHO BARROS  
ADVOGADO

Se a infra-estrutura da Secretaria de Segurança Pública data de 40 anos e a formação do policial militar é a mesma à época da ditadura militar – e isto é extremamente preocupante – bem mais antiga ainda é a compreensão da problemática policial e dos modos de enfrentamento da criminalidade predominantes por parte do efetivo policial cearense.

A mentalidade remane e a do enfrentamento individualizado das ocorrências, e isto, é claramente perceptível mesmo na maior inovação neste setor no Ceará que é o Síndes. A Polícia ainda não se deu conta de que estamos numa sociedade com grande similitude entre as ocorrências criminais e com a padronização dos comportamentos criminosos.

Mais de 70% das incidências de atos criminosos perpetrados no Ceará acontecem na Região Metropolitana de Fortaleza, 87% dos homicídios têm como motivos conflitos interpessoais (normalmente em circunstâncias banais). É possível, assim, traçar o perfil das vítimas e dos acusados identificando-os pela região onde residem, nível de rendimentos e categoria profissional, tipo de armas e drogas que utilizam e até mesmo os dias e horários de maior acentuação da violência. Mesmo assim a Polícia parece não compreender que tem que intervir de outro modo.

O domínio dessas informações possibilita a constituição de uma verdadeira política de segurança pública e a sua ausência, contrariamente, tem é reforçado a ascensão da violência e a delapidação do trabalho policial.

O policial que não planeja sua intervenção, que não mensura os resultados da sua atuação e não compreende, minimamente, os problemas sociais, será sempre um policial revoltado ou indiferente. Já pensaram num policial com dez anos de trabalho, sem reciclagem, mal-remunerado, com diversos problemas familiares, trabalhando em permanente estado de tensão e que percebe como insatisfatória a sua ação e que a violência cresce a cada dia? Inconsciente e despreparado torna-se muito menos tolerante no enfrentamento da situação particular e no trato do indivíduo criminoso, e isto, agrava o contexto.

A sensação de impotência transforma-o em um ser mais lento e tendente a resolver a seu modo a questão, a fazer justiça com as próprias mãos ou a ser insensível ante a violência ou ainda a procurar tirar vantagens pessoais. É daí que surge os policiais torturadores, arbitrários, corruptos e assassinos contumazes – para eles bandido bom e bandido morto! Talvez a partir disso possamos entender por que todos falam que as pessoas mudam depois que entram na Polícia.

É no sentido de atenuar este quadro que urge a constituição de um Banco de Dados para o Síndes e a reformulação integral dos cursos de capacitação policial, permitindo não só a qualificação técnico-profissional, mas também humana e social. O policial precisa ser uma pessoa humana plena, consciente de seu mundo e dos problemas que o cercam. A ampliação e a qualificação dos cursos de aperfeiçoamento dos policiais e a sistematização das informações sobre as ocorrências criminais contribuirá para darmos um salto de qualidade na forma de pensar e de fazer do aparelho policial.

Mas é importante que estas informações não fiquem acessíveis somente à cúpula da SSP ou aos oficiais da PM, o policial que está na rua, no combate diário, deve ter um momento para reflexão e deve lhe ser dadas condições para perceber a importância de sua função e o contexto social da violência. Resolve-se a angústia do ser humano, capacita-se um profissional e a sociedade como um todo será beneficiada.

Carlos Sérgio de Carvalho Barros é advogado dos Direitos Humanos do Arquiocese e do CEDECA.

O povo  
30.09.95

# Violência desafia Dir

No dia mundial dos Direitos do Homem entidades nacionais e internacionais

CLÁUDIO RIBEIRO E EDVALDO FILHO  
DA EDITORIA DE CIDADES

Paris, 10 de dezembro de 1948 A Assembléia Geral das Nações Unidas aprova a Resolução nº 217-A, que acabou ficando conhecida mundialmente como Declaração Universal dos Direitos Humanos São 30 artigos direcionados para a defesa do Direito à vida, à liberdade, à educação e a saúde Mesmo sem validade jurídica, eles são um farol para a humanidade A partir deles, as entidades de defesa dos Direitos Humanos cobram dos estados o respeito à cidadania e à vida Hoje, no 47º aniversário do documento, o mundo inteiro lembra o Dia Internacional dos Direitos Humanos

No Brasil, seu cumprimento ainda é uma utopia As violações ocorrem em todos os campos A Human Right Watch/Americas, em seu último relatório, classifica o Brasil como "Nação da Impunidade" Cita os assassinatos ocorridos no Rio de Janeiro e em Corumbiara (RO) Em outras áreas de preocupação, o mundo poderá chegar ao ano 2010 com mais de 700 milhões de esfomeados, segundo a ONU

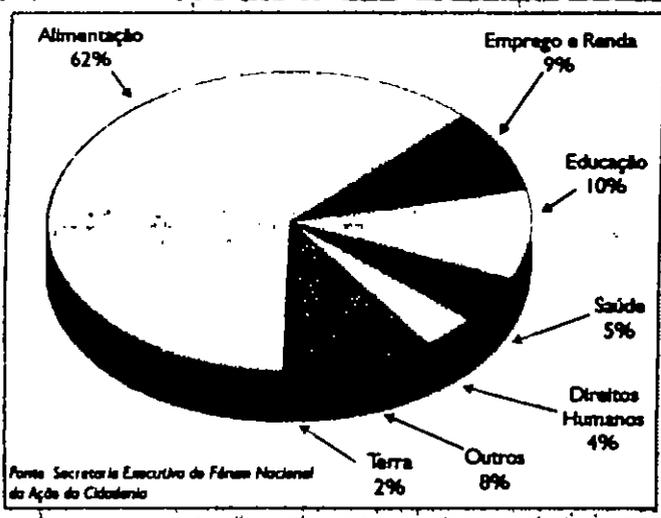
A sociedade civil, no entanto, começa a reagir Para combater crimes de violência do Estado contra o cidadão, espalham-se por todo o País entidades especializadas na defesa dos Direitos Humanos A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria deu uma nova perspectiva a luta contra a indigência O Ceará é o segundo estado brasileiro em ações, segundo levantamento divulgado na última quinta-feira

Na carona da reação da sociedade civil, o Governo tenta inverter os números Para isso deve anunciar ainda esta semana a primeira minuta do Plano Nacional dos Direitos Humanos O documento, preparado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, contém 30 propostas como a criação do Serviço de Proteção as Vítimas e Testemunhas, o fim da auditoria militar a instituição de crimes federais, a tipificação do crime de tortura e reformulação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana



Operário Antonio Ferreira Braga foi flagrado em sala de tortura no 2º Distrito

## ATIVIDADE PRIORITÁRIA NA AÇÃO DA CIDADANIA



Quem não sabe de um caso ou mesmo foi vítima de abuso de poder por parte de policiais militares ou civis? A violência policial é uma das manchas negras da história do Estado brasileiro Segundo dados

coilhidos no Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza, de 1993 até setembro de 1995, 101 civis foram assassinados por policiais Uma média de 33 assassinatos por ano

Duzentos e trinta e três processos tramitavam na Corregedoria da Polícia Civil do Estado em setembro deste ano Cento e cinquenta e três haviam sido instaurados já este ano e 72 eram considerados "graves" pela corregedora Juvenir Pires Em sua grande maioria, são casos de violação aos direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à liberdade, à vida e à integridade

física e moral que coloca o Ceará na lista dos principais grupos de defesa dos Direitos Humanos

Prática rotineira dentro das delegacias, a tortura é um dos atos mais cruéis. Privado de sua liberdade, o indivíduo é atingido sem sequer poder se defender Mas para as polícias brasileiras, a tortura é elemento fundamental dos inquéritos e funciona como uma forma rápida e eficaz de se conseguir confissões ou mesmo testemunhos incriminatórios.

São casos como o de Antônio Ferreira Braga, que, em 1993, foi torturado nas dependências da Delegacia de Furtos e Roubos para confessar o roubo de um aparelho de TV A foto, de Evilázio Bezerra, repórter fotográfico de O POVO, chocou o mundo e fez parte do relatório mundial da Anistia Internacional A impunidade foi a resposta do Estado para este crime.

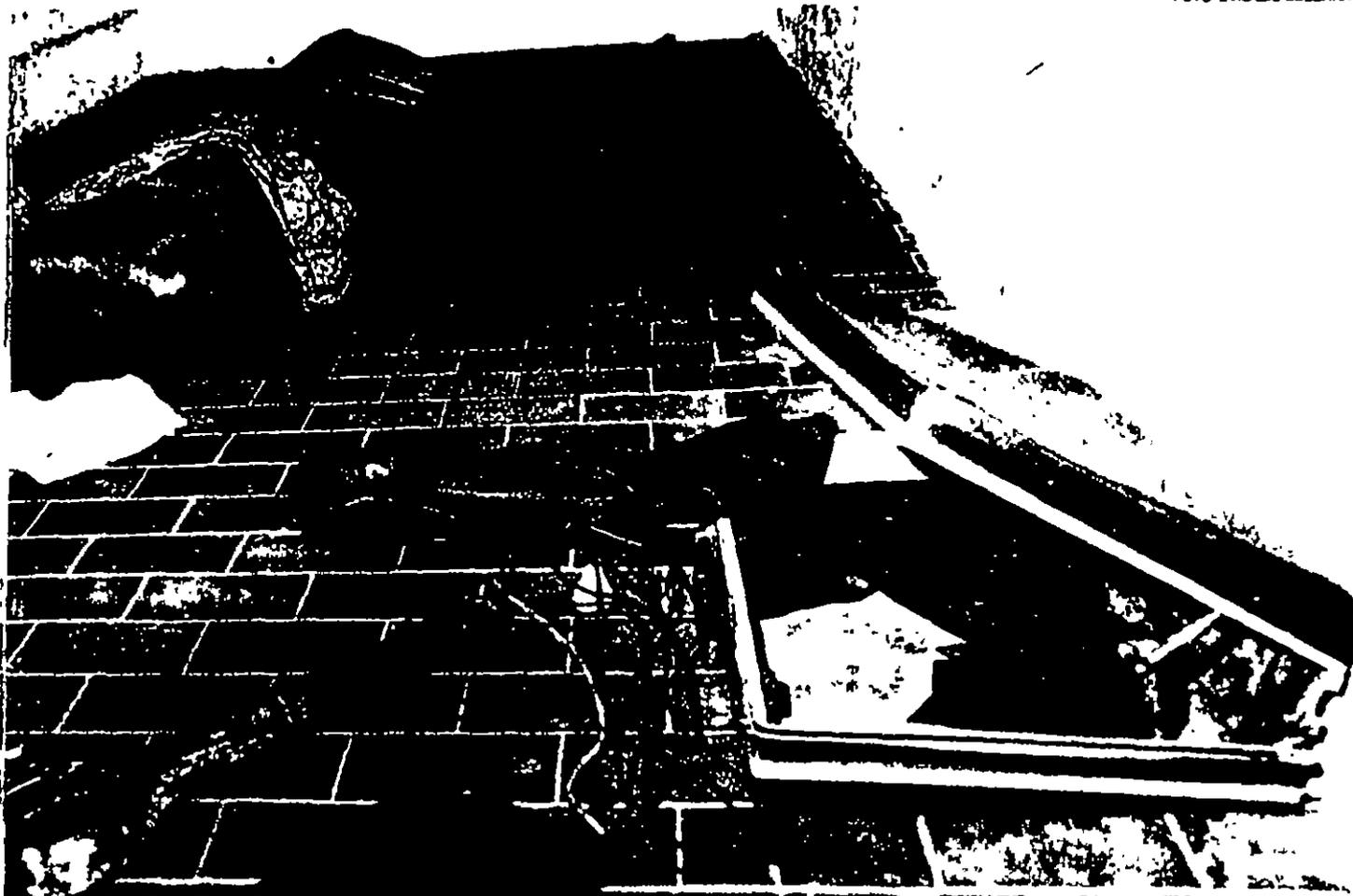
No início do ano, o deputado João Alfredo (PT) entregou ao Secretário da

Seg  
rela  
Ap  
que  
nenh  
de P  
núm  
nas  
B  
cheg  
dos.  
les  
merc  
neir  
nos  
São  
ano,  
poli  
de 15  
das p  
os e  
ment  
do c  
nhois

# Polícia e Direitos Humanos

Organizações locais e internacionais denunciam o descaso e indiferença dos governos,

FOTO EVILZANO BEZERRA



Colapso em sala de tortura no 2º Distrito Policial em 1993, fato reforça a idéia de que cumprir direitos humanos no Brasil é ainda uma utopia

ética e moral. O que coloca o Ceará na lista dos principais grupos de defesa dos Direitos Humanos.

Prática rotineira dentro das delegacias, a tortura é um dos atos mais críveis. Privado de sua liberdade, o indivíduo é atingido sem sequer poder se defender. Mas para as polícias brasileiras, a tortura é elemento fundamental dos inquéritos e funciona como uma forma rápida e fácil de se conseguir confissões ou mesmo testemunhos incriminatórios.

São casos como o de Antônio Ferreira Braga, que, em 1993, foi torturado nas dependências da Delegacia de Furtos e Roubo para confessar o roubo de um aparelho de TV. A foto, de Evilzano Bezerra, repórter fotográfico do O POVO, chocou o mundo e faz parte do relatório mundial da Anistia Internacional. A impunidade foi a resposta do Estado para este crime.

No início do ano, o deputado João Alfredo (PT) entregou ao Secretário da

Segurança Pública, Edgar Fuques, um relatório com 14 denúncias de tortura. Apesar da promessa do Secretário de que tudo seria apurado, até o momento nenhuma providência da Corregedoria de Polícia Civil foi divulgada. As denúncias de tortura continuam frequentes nas páginas policiais.

Mas, muitas vezes, os acusados não chegam nem à delegacia. São eliminados. "Justiça" feita pelas mãos daqueles que deveriam respeitar a lei. Os números são estarrecedores. No Rio de Janeiro, a Polícia assassinou 191 civis nos primeiros sete meses de 1995. Em São Paulo, no primeiro semestre do ano, 336 civis foram assassinados por policiais. No Ceará, de 1993 a setembro de 1995, 101 pessoas foram assassinadas por policiais militares e civis. Entre os assassinados estão Ernandes Nascimento, vigia da loja Paraíso, assassinado com 16 tiros, encurralado em um banheiro, sem ter como escapar. A Poli-

cia, no final da operação, comemorou a morte do vigia. Foi o Estado matando mais uma pessoa inocente, colocada pelos policiais como "bandido perigoso" (veja casos).

Crimes de tortura e assassinatos brutais de policiais encontram abrigo na impunidade. As corregedorias não conseguem apurar nem mesmos os casos mais graves. Eles geralmente são arquivados, tudo em nome de um corporativismo assassino. Em setembro, preso por uma série de denúncias contra delegados do alto comando da SSP, Edgar Fuques prometeu uma lista com 42 nomes de policiais corruptos que seriam expulsos da Polícia. Passados quase 90 dias, a calma voltou a imperar na Secretaria e o silêncio reina onde antes havia denúncias. Elas agora fazem parte das estatísticas, publicada semana passada na Folha de São Paulo, demonstrando que 86% dos inquéritos contra policiais não chegam ao final.

## DIAGNÓSTICO

### 33

civis são mortos por ano no Ceará, em média, vítimas da violência policial, segundo dados do CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza.

### 233

processos tramitavam, até setembro deste ano, na Corregedoria da Polícia Civil, com 72 considerados "graves".

### 86

por cento dos inquéritos abertos contra violência praticada por policiais no País não chegam ao final.

...rado em sala de tortura no 2º Distrito Policial em 1993, fato reforça a idéia de que cumprir direitos humanos no Brasil é ainda uma utopia

ca e moral @ que coloca o Ceará na  
 luta dos principais grupos de defesa dos  
 Direitos Humanos

Prática rotineira dentro das delega-  
 ções, a tortura é um dos atos mais cruéis.  
 Privado de sua liberdade, o indivíduo é  
 obrigado sem sequer poder se defender  
 para as polícias brasileiras, a tortura  
 é elemento fundamental dos inquéri-  
 tos e funciona como uma forma rápida e  
 eficaz de se conseguir confissões ou mes-  
 testemunhos incriminatórios.

São casos como o de Antônio Ferrel-  
 Braga, que, em 1993, foi torturado  
 nas dependências da Delegacia de Fur-  
 to e Roubo para confessar o roubo de  
 um aparelho de TV. A foto, de Evilázio  
 Zetter, repórter fotográfico de O PO-  
 PULO, chocou o mundo e fez parte do re-  
 pertório da Anistia Internacional.

A unidade foi a resposta do Es-  
 tado para este crime.

No início do ano, o deputado João  
 Alfredo (PT) entregou ao Secretário da

Segurança Pública, Edgar Fuques, um  
 relatório com 14 denúncias de tortura.  
 Apesar da promessa do Secretário de  
 que tudo seria apurado, até o momento  
 nenhuma providência da Corregedoria  
 de Polícia Civil foi divulgada. As de-  
 núncias de tortura continuam freqüentes  
 nas páginas policiais.

Mas, muitas vezes, os acusados não  
 chegam nem à delegacia. São elimina-  
 dos. "Justiça" feita pelas mãos daque-  
 les que deveriam respeitar a lei. Os nú-  
 meros são estonteantes. No Rio de Ja-  
 neiro, a Polícia assassinou 191 civis  
 nos primeiros sete meses de 1995. Em  
 São Paulo, no primeiro semestre do  
 ano, 336 civis foram assassinados por  
 policiais. No Ceará, de 1993 a setembro  
 de 1995, 101 pessoas foram assassina-  
 das por policiais militares e civis. Entre  
 os assassinados estão Ernandes Nasci-  
 mento, vigia da loja Paraíso, assassina-  
 do com 16 tiros, encurralado em um ba-  
 nheiro, sem ter como escapar. A Poli-

cia, no final da operação, comemorou a  
 morte do vigia. Foi o Estado matando-  
 mais uma pessoa inocente, colocada  
 pelos policiais como "bandido pen-  
 goso" (veja casos).

Crimes de tortura e assassinatos bru-  
 tais de policiais encontram abrigo na  
 impunidade. As corregedorias não con-  
 seguem apurar nem mesmos os casos  
 mais graves. Eles geralmente são arqui-  
 vados, tudo em nome de um corporati-  
 vismo assassino. Em setembro, pressio-  
 nado por uma série de denúncias contra  
 delegados do alto comando da SSP, Ed-  
 gar Fuques prometeu um lista com 42  
 nomes de policiais corruptos que seriam  
 expulsos da Polícia. Passados quase 90  
 dias, a calma voltou a imperar na Secre-  
 taria e o silêncio reina onde antes havia  
 denúncias. Elas agora fazem parte das  
 estatísticas, publicada semana passada  
 na Folha de S. Paulo, demonstrando que  
 86% dos inquéritos contra policiais não  
 chegam ao final.

## DIAGNÓSTICO

### 33

civis são mortos por ano no  
 Ceará, em média, vítimas da  
 violência policial, segundo  
 dados do CDPDH da  
 Arquidiocese de Fortaleza.

### 233

processos tramitavam, até  
 setembro deste ano, na  
 Corregedoria da Polícia  
 Civil, com 72 considerados  
 "graves"

### 86

por cento dos inquéritos  
 abertos contra violência  
 praticada por policiais no  
 País não chegam ao final

### 34

por cento da população de  
 índios do Brasil estão  
 passando fome, segundo o  
 Mapa da Fome entre os  
 Povos Indígenas, lançado  
 em novembro/95

### 88

países apresentam déficit de  
 alimentação para seus povos,  
 segundo dados de encontros  
 realizados pela ONU este  
 ano, incluindo o Brasil

### 30

mil propostas de ações da  
 Campanha da Cidadania  
 estão espalhadas pelo Brasil,  
 segundo cálculos da  
 Secretaria do Fórum  
 Nacional da Cidadania



## CIDADANIA

Valdemar Menezes

### *Quem dá as cartas?*

O Brasil chega, hoje, ao Dia Internacional dos Direitos Humanos numa situação vexatória. A geração que viveu a ditadura jamais poderia imaginar que, em pleno governo democrático de uma das figuras mais destacadas da resistência parlamentar, apresentássemos um quadro tão vergonhoso, em termos de direitos humanos. No mesmo dia em que FHC entregava o prêmio Direitos Humanos ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, dois de seus integrantes foram seqüestrados e fuzilados, em Recife. Tinham denunciado o extermínio de crianças por membros da Polícia. Também, para fugir de ameaças, outro defensor dos direitos humanos, o sociólogo carioca Caio Ferraz, teve de deixar às pressas o País para se refugiar com a família no estrangeiro. O relatório da Human rights Watch Americas, sobre o Brasil, trazem dados assombrosos. Em 1994, somente no Rio de Janeiro, foram assassinados 574 menores, por armas de fogo. O levantamento dos três primeiros meses deste ano já revelavam 189 menores exterminados. Até a metade deste ano, a Polícia paulista já havia matado 336 civis. Algumas das guerras, em curso no planeta, não registram esse número de baixas, anualmente. É claro, que o Presidente não concorda com essa situação, por isso a angústia é maior: quem dá as cartas no Brasil?

### *Livros*

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza prepara lançamento de dois livros: "Defensoria Pública uma exigência dos direitos" e "Perfil dos Homicídios do Ceará - nº 3". O primeiro tratará da importância da Defensoria Pública para tornar mais próximo da realidade o princípio de igualdade de todos perante a lei. O segundo, dará enfoque especial aos homicídios de crianças e adolescentes.

### *Violência*

Alguns dados do "Perfil dos Homicídios do Ceará - nº 3": entre agost/92 e setembro/95, um total de 395 crianças e adolescentes tiveram morte violenta. Por arma de fogo e outros instrumentos: 263. O trânsito matou os restantes 132. As polícias Civil e Militar mataram 101 pessoas, no mesmo período. Metade foi morta quando os policiais estavam de serviço. Outro dado curioso: de cada duas mulheres assassinadas, uma é vítima de trânsito (homicídio culposo). Por sinal 80% das mortas no trânsito são por atropelamento.

# Ação da Cidadania contra a Fome busca alternativas para enfrentar a indigência no Brasil

FOTO: MANUEL CURRÊA



Família de Antonio Ferreira da Cruz mora no viaduto da Costa Mendes

## Casos no Ceará revelam desrespeito

■ José Ivanildo Sampaio de Souza - encontrado morto nas dependências da Polícia Federal no dia 25 de outubro de 1995. Todas as evidências levam a crer que Ivanildo foi vítima de tortura. O inquérito está em andamento na Polícia Federal, mas a sindicância interna não apontou nenhum culpado.

■ Francisco Reginaldo Lopes - encontrado morto, em março de 1992, dentro das dependências da Delegacia de Quixadá. Segundo o delegado José Milton Nogueira, a comida (uma panelada) foi o motivo da morte de Lopes. O IML constatou que Lopes morreu vítima de afogamento.

■ Francisco Ernandes do Nascimento - morto nas dependências da Loja Paraíso, na avenida Duque de Caxias. Era vigia do local, mas acabou confundido com um assaltante, na tarde do dia 12 de março (domingo). Acionada uma operação policial gigante, Ernandes foi morto com 16 tiros. O inquérito só foi liberado na última semana. Trinta e três pessoas foram indiciadas. A esposa e filhos passam dificuldades.

■ Antônio Braga Ferreira - acusado do roubo de uma televisão, o sergente é submetido a uma sessão de tortura nas dependências da Delegacia de Furtos e Roubos. Havia sido detido dois dias antes de 12 abril de 1993, quando representantes de comissões de direitos humanos flagram a situação. Ele é encontrado amarrado e enrolado em um tapete, deitado no chão de uma das salas da delegacia. Ao lado, vários obje-

tos utilizados para espancamento, choque e sufocamento. Os policiais foram apenados com suspensões e demissões.

■ Antônio Ricardo da Silva - morto após tortura nas dependências do 19º Distrito Policial, no Conjunto Esperança, no dia 12 de fevereiro de 1992. Era acusado de um assalto simples. O delegado-titular do local respondia por denúncias de tortura em quase todas as circunscrições para onde era destacado. Os exames de corpo de delito, no IML, criaram provas irrefutáveis. Antônio Ricardo ainda chegou a ser levado para atendimento no IJF-Centro. O caso também caiu no esquecimento público meses depois.

■ Joselito Sebastião Gomes da Silva - executado com 10 tiros por policiais civis em uma operação militar no Pirambu. Dia antes Silva assassinou um policial civil. Para dificultar o trabalho da perícia, os policiais utilizaram uma tática antiga. Tiraram o corpo do local, alegando que o mesmo ainda encontrava-se com vida.

■ Francisco Melo do Nascimento - morreu no dia 10 de julho de 1993, no Instituto José Frota com lesões graves no fígado e pulmões e todas as costelas quebradas. Preso no Centro da cidade, Nascimento foi espancado por três policiais militares e levado para Delegacia Central de onde foi levado para o IJF. O caso caiu no esquecimento do público e não sabe o destino do inquérito que apontava a morte de Nascimento.

O direito à alimentação está prescrito na Constituição brasileira. É uma garantia mínima de quem é cidadão. E tem o caminho completado pelo dever social. Foram as estatísticas e imagens indiscutíveis de pobreza espalhadas pelos quatro cantos do País que fizeram surgir, em 1993, a Campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Cresceu inserido no Movimento pela Ética na Política e acabou tornando-se autônomo. O trabalho tornou-se respeitado. Muito personalizado na figura do sociólogo Herbert de Souza. Mas havia outros "Betinhos". Passados dois anos, são calculadas mais de 30 mil ações de comitês no Brasil. Iniciativas comunitárias, religiosas, industriais, governamentais, políticas, entre tantas outras. Sete mil dessas experiências acabaram de ser relacionadas no Mapa da Solidariedade, que fez um levantamento sobre a natureza dos projetos desenvolvidos. O documento foi lançado na última quinta-feira em Fortaleza.

O Ceará acabou ganhando lugar de destaque no documento. É o segundo Estado brasileiro com maior número de ações de cidadania postas em prática. Tem 648. O primeiro, Rio Grande do Sul, tem 762. Além da crueza das estatísticas, o Fórum Nacional da Ação da Cidadania se preocupou em descrever o êxito dos projetos. Cem deles foram destacados em um outro documento, lançado simultaneamente. "Quisemos mostrar a riqueza dos trabalhos em todo o país" — explica Augusto de Franco, membro da Secretaria Nacional do Fórum.

Ele garante que as ações não sofreram um recrudescimento, como muitos acreditavam. "Temos duas pesquisas do Datafolha, de dezembro de 93 e de setembro deste ano. As ações da cidadania

diminuíram só dois por cento. É uma margem percentual aceitável" — argumenta. A alimentação foi atividade prioritária entre os comitês (62%). A relação é diretamente proporcional à carência verificada na sociedade. Educação (10%), Geração de Emprego e Renda (9%), Outros (8%), Saúde (5%), Direitos Humanos (4%) e Direito à Terra (2%) vieram a seguir.

Entre as experiências, Leonilda Fabeina, Coordenadora do Comitê Central de Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, destaca uma em Canindé, a 126 km da capital. "Eram 70 famílias em uma área de ocupação de terra em conflito. Quando chegamos lá, fomos recepcionados a força. Hoje, são três açudes com peixamento, escola, pomar, cabras leiteiras. Mostrou que só é preciso trabalho, recursos e criatividade" — conta. Somente os funcionários do BNB são responsáveis por 63 comitês no Ceará.

"O que mais nos surpreendeu foi a diversificação das iniciativas, que estão onde jamais pensávamos existir" — comemora Augusto de Franco. Ele cita a proposta de um sindicato de Uberlândia, em Minas Gerais, que incluiu na negociação do acordo coletivo da categoria a "Cláusula da Solidariedade". "Eles descontam 1% de seus salários, que vai para um fundo financiador de projetos de geração de emprego e renda" — detalha.

O que parecia apagado, sem fôlego, ressurgiu com um caráter ainda mais consistente. Vivo. "O objetivo do Mapa, além de levantar o número de ações, foi o de divulgação. Queremos acionar mais gente e renovar os valores da sociedade. Esses projetos mostram que num país de exclusão social, só existe cidadania com solidariedade", declara De Franco.



## Direitos humanos lançam livros

■ O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, informa que no dia 20 de dezembro, às 15 horas, na sua sede (subsolo da Catedral), estará publicando dois livros sobre A Defensoria Pública no Ceará - Uma Exigência dos Direitos Humanos e o livro Perfil dos Homicídios no Ceará III. O primeiro livro expõe a importância da Defensoria Pública para o fortalecimento da cidadania e o respeito aos direitos humanos mais fundamentais, o segundo expõe dados sobre as ocorrências de homicídios no Ceará nos seus múltiplos aspectos e circunstâncias (tipo de arma, local, horário, perfil das vítimas e acusados etc.)



FOTO ALCEBIDES SILVA



Carlos Sérgio de Carvalho Barros é advogado do CDPDH da AF

## Pesquisa revela que trânsito violento é a arma que mais mata

De agosto de 1992 a setembro deste ano, o Estado do Ceará já registrou 3 684 homicídios, alcançando a média de 100 vítimas por mês. Mais de 50% das ocorrências aconteceram só na Capital. A arma que mata mais crescentemente é a violência no trânsito. Responsável por 1 228 desses homicídios e empatando tecnicamente com as armas de fogo e brancas.

Nos homicídios ocorridos no trânsito, 75% dos casos são por atropelamento e 15% por colisão entre veículos, 60% das vítimas estão numa faixa etária de 12 a 17 anos e são na maioria estudantes e trabalhadores. Os dados foram levantados pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), da Arquidiocese de Fortaleza, e registrados na terceira edição do livro "Perfil dos Homicídios no Ceará", lançado ontem na sede da CDPDH.

Só este ano, de janeiro a setembro, a CDPDH registrou 286 vítimas do trânsito, que é 34% mais violento nos fins de semana e nas principais vias públicas, como as

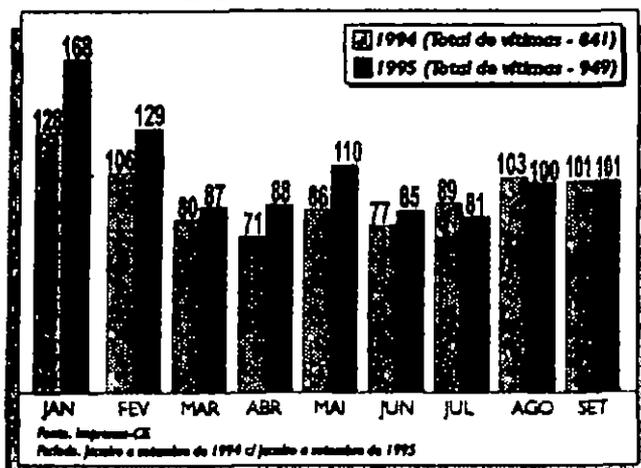
avenidas Dodé Brasil, Leste-Oeste e BR-116. Carlos Sérgio de Carvalho Barros, advogado do CDPDH, diz que há indícios de crime de irresponsabilidade e pede que a Procuradoria da República, junto com o Ministério Público estadual e federal, instiguem um inquérito civil para averiguar a responsabilidade do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e da Secretaria de Segurança.

De acordo com o CDPDH, as estatísticas revelam que a violência no Estado cresce a cada ano sem coibições contundentes. De janeiro a setembro de 1995, foram 949 homicídios, enquanto que no mesmo período no ano passado, ocorreram 841. A ineficiência do aparelho policial está se alçando também à Polícia Militar pratica duas vezes mais homicídios do que as gangues e mais da metade do que marginais. De agosto de 1992 a setembro de 1995, já somam 101 crimes executados pela PM. Dessa, 50 foram cometidos em exercício da profissão

Edição do dia

## O POVO \ CIDADES \ SERVIÇOS

### VÍTIMAS GERAL NO CEARÁ



## Exemplar orienta sobre como recorrer ao defensor público

Cerca de 90% das pessoas não têm condições de pagar um advogado particular para defender seus direitos de cidadão. É por conta, principalmente, dessa constatação que o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) lançou ontem também o livro "A Defensoria Pública no Ceará — Uma Exigência dos Direitos Humanos".

O tema do livro não é menos importante do que a questão do homicídio, porque aborda uma questão que também é tratada com descaso no Estado. A Constituição federal de 1988 criou a defensoria pública e o Estado do Ceará criou uma lei complementar de iniciativa do Governo, que ainda não foi aprovada pela Assembleia Legislativa.

Segundo informações do CDPDH, os órgãos mais prioritários de atendimento aos direitos do cidadão têm poucos ou nenhum defensor público. Como é o caso da Vara da Infância e Juventude, da

Delegacia de Defesa do Consumidor e dos presídios. Conforme Carlos Sérgio de Carvalho Barros, advogado da CDPDH, o objetivo principal do lançamento do livro é ressaltar a importância da criação da defensoria pública no Ceará, como uma instituição autônoma, independente do Governo e dirigida principalmente para pessoas carentes.

"Para os pobres, a Justiça é inacessível. Já aconteceram muitas injustiças por falta da ausência de um defensor público" — enfatiza Barros. Para o advogado, a defensoria poderia atuar em várias áreas como defesa do consumidor, conflitos de terra e moradia, e tortura. Por outro lado, Barros aponta a ajuda que a defensoria pública poderia dar às comissões de direitos humanos, dividindo os trabalhos. "São muitas questões que aparecem nessas comissões que somos obrigados a dar atenção para casos mais especiais" — esclarece Barros.



# TRIBUNA DO CEARÁ

QUINTA • FORTALEZA, 21 DE DEZEMBRO DE 1995



**Violência contra a criança**

Nos últimos três anos 395 crianças foram vítimas de homicídios no Ceará. Dessas, 170 foram em decorrência de violência intra-familiar. As autoridades das instituições de atendimento às crianças do Estado não têm conseguido diminuir o número de homicídios no Ceará, ano III.

Representantes de várias comunidades estiveram no lançamento de 'Homicídios no Ceará'



apenas um apanhado de números quer ser uma denúncia, quer chamar a atenção com o intuito

Será porque quem morre atropelado é o pobre? Indaga o advogado

**Cárcere**

Menores são submetidos a vários tipos de violência A prisão doméstica é uma das mais comuns

...pobres que sua nação deve saber da sua importância no contexto social da violência, destaca.

# Livro: Defensoria Pública não existe

O nome do livro já exprime o seu conteúdo "Defensoria Pública no Ceará. Uma Exigência dos Direitos Humanos". É mais um trabalho publicado, desta vez pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese no qual se mostra que a Justiça tem sido inacessível ao pobre, inclusive, em palavras textuais publicada no livro, do defensor público-geral da União, Antonio Jurandir Porto "A Defensoria Pública não é conhecida. Salvo algumas exceções, a própria comunidade jurídica, nos trabalhos doutrinários, absolvida quase sempre. Desconhece até mesmo sua Lei Orgânica e, assim, suas finalidades

tão assoberbados de trabalho, vez que atuam nas varas cíveis, criminais, presídios, família, tráfico, trânsito e registro público

A defensora diz que há situações em que 20 advogados, numa sala comum, falam ao mesmo tempo, com 20 assistidos, num voo ensurdecido. Ela vai mais adiante e reclama dos salários, porém a grande luta é para que seja criada a Defensoria Pública do Ceará. Segundo o administrador apostólico da Arquidiocese, dom Geraldo Nascimento a Defensoria Pública é um instrumento indispensável e necessário para que os pobres tenham acesso aos princípios e direitos da igualdade e ampla defesa. A Defensoria Pública é um direito constitucional. "Não há democracia social sem a constituição da Defensoria". O advogado e coordenador do livro diz ainda que ela é uma exigência dos que sofrem constrangimentos ilegais, os que são presos arbitrariamente, dos inocentes condenados, dos que cumprem pena além do devido tempo legal, das viúvas e orfãos não indenizados e assim de todos os desprotegidos



**Justiça**

Dom Geraldo a Defensoria é um instrumento indispensável aos pobres

## ATROPELAMENTOS

### Mortes no trânsito

Duas mil seiscentas e trinta e seis pessoas foram vítimas de homicídio no Ceará, no período de agosto de 1992 e setembro de 1995. Incluindo os atropelamentos e colisões, este número sobe para 3681. Mais de 70% das incidências de atos criminosos perpetrados no Ceará aconteceram na Região Metropolitana de Fortaleza e em 80% dos homicídios tem como motivo, conflitos interpessoais e o período da noite continua com a maior acentuação dos casos, inclusive 16% dos acontecidos no trânsito foram a noite. 50% foram da noite de sábado a madrugada de segunda-feira.

O livro Homicídios do Ceará indica que as mortes, na sua maior parte, não tem sido praticadas por marginais e tem como protagonistas cidadãos "inseguros socialmente, angustiados com a situação social e econômica do país e prontos a reagir, impulsionados pelo

medo e o descrédito. São pessoas jovens, na maioria entre 22 e 35 anos, com grandes frustrações, aspirações de consumo e sem meios para satisfazê-las. São pessoas comuns, sem antecedentes criminais.

Quase quatro dos homicídios (101 vítimas) foram praticados em ação policial ou por policiais. Este dado, segundo o coordenador do livro o advogado Carlos Sérgio de Carvalho Barros, este dado é preocupante por dois fatores porque todo o efetivo das polícias civil e militar não corresponde a 0,5% da população cearense e, porque a polícia não pode igualar-se aos bandidos. "Ela deveria atuar para diminuir a violência e não ser, como tornou-se, um dos seus agentes. O percentual de homicídios praticados por policiais é quase duas vezes do praticado por pessoas tidas como integrantes de galeras



Em menos de três anos foram 395 homicídios. Cinquenta por cento foi registrado em Fortaleza

## Cresce o número de assassinatos de crianças

por ELIZABETH REBOUÇAS

No Estado do Ceará, as crianças e os adolescentes têm sido vítimas dos mais variados tipos de violência. Em pouco mais de três anos, 395 delas foram vítimas de homicídios e mais de 50% aconteceram em Fortaleza. 192 foram vítimas em circunstâncias de atropelamento ou colisão de veículo e 203 por faca, revólver, pauladas. O "ciclô" foi a arma utilizada em uma a cada duas ocorrências de homicídios com vítimas, crianças e adolescentes.

Estes dados foram apresentados ontem à tarde, e fazem parte do livro "Homicídios no Ceará, ano III", com enfoque especial para a violência contra a criança e o adolescente. Ele foi lançado juntamente com o livro "Defensoria Pública no Ceará. Uma Exigência dos Direitos Humanos", pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza e Movimento Nacional de Direitos Humanos, em sua sede, no subsolo da Catedral.

Segundo o padre Lino Allegri, diretor do CDDPH da Arquidiocese de Fortaleza diz que a impunidade facilita a continuidade da violência ressaltando que "uma sociedade que não defende a vida de suas crianças e adolescentes e uma sociedade destinada ao fracasso". Ele disse que o livro não quer ser apenas um apinhado de números, quer ser uma denúncia que

de provocar uma reflexão sobre o compromisso de cada cidadão, governante, poderes e autoridades no compromisso e na construção de uma sociedade menos violenta. O padre Lino Allegri destacou que hoje estamos respirando violência".

Alem do Padre Lino, falaram durante a solenidade de lançamento dos dois livros, o advogado do CDDPH Carlos Sérgio o monsenhor Souto, o deputado federal José Pimentel (PT), a defensora Pública, Nivea Rolim, a representante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, Lucia Albuquerque, o padre Hermano que leu o texto de um abaixo-assinado solicitando que não haja mais tratos as 20 pessoas presas, entre as quais três crianças e nove mulheres quando tentavam fugir de Timor para a Austrália.

De janeiro a setembro deste ano, 949 pessoas foram vítimas de homicídios no Ceará, 108 foram mortas a mais do que em igual período do ano de 1994. Os dados publicados indicam que o fenômeno das gangues é recente e mesmo assim foram responsáveis por 18 homicídios. Carlos Sérgio afirma que a violência atinge principalmente os segmentos populares. E questiona o fato das campanhas educativas de trânsito mostrarem sempre atropelamentos e nunca atropelamentos. Será porque quem morre atropelado é o pobre? Indica o advogado.



Cardeiro

### Igreja contesta trabalho do Sindes

O coordenador do trabalho publicado, Carlos Sérgio, contesta as afirmações do vice-governador, Moroni Torgan, que a violência está diminuindo no Ceará. "Se a violência caiu foi graças a Deus e não a Polícia que continua incontrolável, anti-democrática, violenta, obsoleta e ineficiente".

Carlos Sérgio destaca que a mentalidade reinante no efetivo policial e a do enfrentamento individualizado das ocorrências, e "isto é claramente perceptível mesmo na maior inovação neste setor no Ceará que é o Sindes - Sistema Integrado de Defesa Social. A Polícia ainda não se deu conta de que estamos numa sociedade com grande similitude entre as ocorrências criminais e com a padronização dos comportamentos criminosos".

O advogado diz que o policial que não planeja sua intervenção, que não mensura os resultados da sua atuação e não compreende, invariavelmente, os problemas sociais será sempre um policial revoltado ou indiferente. Carlos Sérgio aponta que o Sindes precisa de um banco de dados e a Polícia deve providenciar uma reformulação integral dos cursos de capacitação, permitindo não só a capacitação técnico-profissional, mas também humana e social. O policial que está na rua deve saber da sua importância no contexto social. A violência desta...

## Cidade

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Quinta-feira, 21 de dezembro de 1995

# Direitos Humanos lançam dois livros contra a violência

O aumento de homicídios no Ceará, segundo estatística do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), feita no período de agosto/92 a setembro/95, aponta 3 864 vítimas, sendo 395 delas, crianças com menos de 18 anos. Esse é um dos fatos relatados pelo advogado do CDPDH, Carlos Barros, que lançou ontem, na sede da Catedral Metropolitana de Fortaleza, duas obras de total relevância social: "A Defensoria Pública no Ceará - Uma Exigência dos Direitos Humanos" e "Perfil dos Homicídios no Ceará III". O "Perfil dos Homicídios no Ceará III" enfoca como principal fator desse ato os conflitos interpessoais (pequenas discussões,

peças frustradas com a vida, carência de moradia, entre outros). Segundo Barros, 108 casos de homicídios foram acrescentados de janeiro a setembro/95, em relação ao mesmo período de 94. Somente no trânsito, foram registrados 751 atropelamentos com mortes, onde o perfil dos atropelados é de pessoas pobres e humildes (dados de agosto/92). "O próprio Detran sabe onde é que ficam os pontos negros, o que falta é começar a agir", cobra. Já o "A Defensoria Pública no Ceará - Uma Exigência dos Direitos Humanos", mostra o lado crítico das pessoas sem recursos.



**Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS - Ceará GAPA-CE**

CDDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos  
Rua São José s/n - Catedral  
60060170 - Fortaleza/CE

Fortaleza, 01 de agosto de 1995

**Ref.: Seminário Estadual "Discutindo Políticas Públicas - Desafios e Impasses na Relação ONGs/Estado"**

Companheiros,

Em sequência às diversas tentativas de articulação no sentido de fortalecimento das ações em parceria das ONGs do Ceará, conforme decidido em nossa última reunião de 19/04/95, levamos a seu conhecimento que o GAPA-CE, em conjunto com a ACTION NORD SUD, CETRA, ESPLAR e TERRAMAR, realizarão nos próximos dias 04 e 05 de setembro de 1995, no Auditório do BNB no Passaré, o Seminário em referência, conforme programação que estamos anexando a este

O Governo do Estado do Ceará contempla em seu Plano de Desenvolvimento Sustentável uma parceria ONGs/Estado. Embora esta discussão não seja tão recente, para algumas ONGs este é um tema de abordagem polêmica, encarado até com uma certa rejeição por parte de algumas, razão pela qual acreditamos necessário propiciar este espaço de discussão através da realização do Seminário citado.

No momento em que os Governos Federal e Estadual reiteradamente declaram seu interesse em estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil, no desenvolvimento de Políticas Públicas, é importante uma tomada de posição conjunta sobre a qualidade dessa parceria ou a forma como ela deve ou não se dar

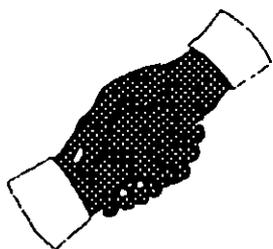
Além disso, considerando que em grande parte as ONGs desconhecem as atividades da maioria das outras ONGs, foi que agregamos ao evento um espaço para que todos nós possamos expor nossos trabalhos, propiciando um melhor conhecimento interinstitucional.

Aguardamos sua confirmação formal de participação através do encaminhamento da ficha de inscrição que acompanha este, devidamente preenchida

Cordialmente,

*Armando Luiz Bandeira de Paula*  
Armando Luiz Bandeira de Paula  
p/Comissão Organizadora

Avenida do Imperador, 1333 Centro 60015-52 Fortaleza-CE Fone/Fax 085.253.4159



## SEMINÁRIO ESTADUAL

*"DISCUTINDO POLÍTICAS PÚBLICAS"*  
*"Desafios e Impasses na Relação ONGs / Estado"*

**PROMOÇÃO : ONGs do Estado do Ceará**  
**Realização: ACTION NORD SUD, CETRA, ESPLAR, GAPA-CE e TERRAMAR.**

### OBJETIVOS

Contribuir para o processo de reflexão das Organizações da Sociedade Civil, sobre as Políticas Públicas, em face dos novos desafios sociais e políticos que se colocam para as não governamentais,

Favorecer a criação de um espaço de articulação permanente entre as Organizações Não Governamentais

### DATA E LOCAL

04 e 05 de setembro de 1995  
Auditório do BNB no Passaré - Fortaleza-CE

### PARTICIPAÇÃO

Cada ONG poderá inscrever um número livre de participantes, mediante o pagamento de uma taxa de inscrição de R\$ 5,00 por pessoa inscrita, para cobertura parcial das despesas com alimentação

Outras Instituições ou pessoas poderão participar apenas do 1º dia, pagando uma taxa de inscrição de R\$ 10,00

As inscrições poderão ser feitas pessoalmente, nos endereços abaixo, por correio ou fax, com pagamento da taxa de inscrição no ato, ou através de depósito bancário a favor do GAPA-CE

**ACTION NORD SUD At.: Patrick ou Norma**

Rua Ildefonso Albano, 1526 - Aldeota  
60115-000 Fortaleza-CE Fone 085 2534219

**CETRA At.: Uriban**

Travessa Para Edifício Sul América Sala 701  
60000-000 Fortaleza-CE Fone 085 2311226

**ESPLAR At.: Magnólia**

Rua Princesa Isabel, 1271  
60015-061 Fortaleza-CE Fone 085 2211324

**GAPA-CE At.: Armando**

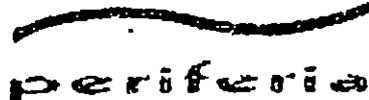
Avenida do Imperador, 1333 Centro  
60015-052 Fortaleza-CE Fax 085 2534239

Banco Brasil Agência 3653-6 Conta No 5025-3

**TERRAMAR At.: Cláudio**

Rua Princesa Isabel, 1271 Centro  
60015-061 Fortaleza-CE Fone 085 2211324

**OBS.: Enviar comprovante de depósito junto com a ficha de inscrição**



**periferia**

Centro de estudos, articulação e referência sobre assentamentos humanos



Fortaleza, 16 de agosto de 1995

**Belo**  
CDPDH  
fax 252 16 42

Prezado Senhor,

O Cearah Periferia, entidade não governamental sem fins lucrativos, que trabalha com a assessoria ao Movimento Urbano Popular, estará organizando nos dias 25 e 26 de agosto, no Centro Social Urbano do Conj. Jose Walter, um **Seminário sobre Habitação Popular**, destinado a discussão da problemática da terra e moradia no Norte e Nordeste do Brasil, com a participação do movimento popular, ONGs, participantes do Fórum Nacional da Reforma Urbana, Federações de Bairro e alguns membros do HIC - Habitat International Coalition

Por isso, temos o prazer de convidá-lo para este importante evento, como apresentador do tema "Direito à Moradia" que terá uma duração de 15 minutos. Para organizarmos melhor o evento, pedimos que V. S<sup>a</sup> nos envie um texto resumo sobre a apresentação.

Certos de sua atenção enviamos nossos sinceros votos de estima e consideração, e pedimos desculpas pelo convite um pouco atrasado.

Atenciosamente,

*Debora Cavalcanti*  
**Debora Cavalcanti**  
Secretária Geral  
Cearah Periferia

Anexo      Folder de apresentação do Seminário

## Observações

- Cada tema será discutido em mesa redonda com a participação 3 representantes (1 responsável, 1 debatedor e 1 palestrante).
- Cada palestrante terá 15 minutos para sua apresentação.
- A inscrição é gratuita.
- Haverá um ônibus saindo da Praça José de Alencar nos dias 25 e 26, às 8 00 h.
- As inscrições deverão ser enviadas até o dia 20 de agosto de 1995

## Coordenação

**Cearah Periferia** - Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos

**FBFF** - Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza

## Informações

**Fone:** (085) 226 1701  
**Fax:** (085) 252 4991



## SEMINÁRIO NORTE/NORDESTE DE HABITAÇÃO POPULAR

Propostas ao Habitat II

**Local:** Centro Social Urbano do  
Conj. José Walter  
R. 69 s/n - Conj. José Walter  
Fortaleza - Ceará - Brasil

**Data:** 25 e 26 de agosto de 1995

**Apoio:** FASE, HIC, Cearah Periferia  
FBFF/UCGF/Fecece





# Seminário Norte/Nordeste de Habitação Popular

A grande preocupação atual no mundo inteiro com a questão da moradia digna leva vários segmentos a lutar por uma mudança no quadro existente. A impossibilidade do poder público de definir políticas de habitação que venham diminuir o déficit dentro de uma demanda sempre crescente, exige da sociedade civil toda uma conscientização no sentido de propor políticas alternativas, propiciando uma melhoria nas condições de vida das populações, visando a conquista da cidadania. Com o encontro promovido pela ONU, em Istambul, na Turquia, em junho de 1996, intitulado Habitat II, o compromisso se repete diante da pressão por parte da sociedade, de propor e expor experiências que conseguiram ou poderão conseguir, pelo menos, minimizar esta realidade dramática que afflige nosso século.

## Programa

Dia 25 de agosto - Sexta-feira

- 9:00 h Abertura
  - 9:15 h Políticas públicas - modelos econômicos
  - 11:30 h Encaminhamento da discussão para a plenária
  - 12:30 h Almoço
  - 14:00 h Discussão dos temas do HIC/Habitat II (análises e perspectivas)
    - Direito à moradia
    - Financiamento
    - Mulher e Habitat
  - 16:00 h Encaminhamento da discussão para a plenária
- 26 de agosto - Sábado
- 9:00 h Plenária e propostas sobre as discussões do dia anterior

Seminário Norte/Nordeste de Habitação Popular

### Ficha de inscrição

Nome da instituição

Nome do representante:

Endereço:

CEP:

Telefone:

Bairro  
Estado

Cidade

Fax

Realização: FASE, HIC, Cearah Penfaria, FBFF



## PRESENTAÇÃO

*Se a sociedade não acredita e nem tem acesso à justiça, se a polícia não corresponde ao seu papel de servir e zelar pela vida dos cidadãos, e se os presídios continuam a funcionar como fonte de violência e corrupção, o sistema de segurança pública e o poder judiciário jamais conseguirão responder às expectativas e necessidades da sociedade, nem garantirão o exercício da cidadania. Portanto, coloca-se como tarefa inadiável para as entidades governamentais e não governamentais, a formulação de parcerias que atuem na elaboração de políticas destinadas a minorar o estado de violência, cujo alvo principal tem sido as camadas menos favorecidas, e apontem novos caminhos que assegurem o cumprimento dos direitos fundamentais da pessoa humana. Nesta perspectiva é que o Fórum Cearense de Direitos Humanos e a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Ceará, estão promovendo, no período de 20 a 22 de setembro, o "II Seminário Cearense sobre Justiça, Segurança e Cidadania".*

### PROMOÇÃO



COMISSÃO DE DIREITOS  
HUMANOS E CIDADANIA  
INESP

FÓRUM CEARENSE  
DOS DIREITOS HUMANOS

### APOIO



ESTADO DO CEARÁ  
CARA MILITAR

unicef



bnb  
BANK DO NORDESTE DO BRASIL



MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO  
Procuradoria Regional do Trabalho 7ª REGIÃO

II SEMINARIO  
CEARENSE  
SOBRE

# JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA.

20, 21 e 22 / SETEMBRO / 95

CENTRO DE TREINAMENTO DO BNB  
PASSARE - FORTALEZA - CEARÁ

# P • R • O • G • R • A • M • A • Ç • A • O

- Dia 20 (4a. Feira)
- Local - Plenário da Assembleia Legislativa do Ceará
- 19.30h - Abertura

Tema Central. Justiça e Cidadania no Brasil

Expositor

- Sergio Adorno - Sociólogo e Professor da USP
- Coordenador da Mesa.
- Máio Mamede - Dep Estadual

- Dia 21/09 (5a. feira)
- Local - Centro de Treinamento BNB/Passaré
- 08 30 h - Inscrições
- 09.30 h - Debate

Tema Central. "Ministério Público e Defensoria Pública como Instrumentos de Promoção e Defesa da Cidadania"

Expositores

- João Pedro Ferraz Passos - Procurador Geral do Trabalho
- Cleomir de Oliveira Carrão - Defensora Pública do Tribunal de Alçada do RGS

Debatedores

- Socorro França - Procuradora Geral de Justiça do Estado
- Francisco Macêdo - Procurador Regional da República - Chefe da PR/CE
- Nivea Rolim - Pres da Associação dos Defensores Públicos do Estado Ceará

Moderador

- Francisco Adelmir Pereira - Procurador-Chefe do MPT da 7a Região

14.30h - Painéis

Painel 1 - 14.30 às 17h - "A Formação do Policial e Suas Condições de Trabalho"

Expositores

- Cel Djalma Gomes Medonça - Diretor de Ensino da PM
- Francisco Luzimar C Moura - Presidente do SINDEPOL
- Ehas Alves de Lima - Presidente do SINPOCI
- Raimundo Alvaro de Lima - Professor da Academia de Polícia Civil
- Cel Ivan Macêdo - Polícia Militar

Moderadora

- Mônica Barroso - Defensora Pública e Coordenadora do COJEM

Painel 2 - 14 30h às 17h - "Metodos de Investigação Policial e Corregedorias de Polícias"

Expositores

- Ranvier Feitosa - Diretor do Instituto de Criminologia
- Juvenil Pires Nunes - Corregedora da Polícia Civil
- Marcos de Holanda - Promotor de Justiça
- Major Alberto Oliveira - Corregedor da PM

Moderador

- Jose Nobre Guimarães - Advogado

Painel 3 - 14 30h às 17h - "A Criança e o Adolescente em Situação de Risco"

Expositores

- Tânia de Fatima Gurgel - Presidente da FEBEMCE
- Vereador Durval Ferraz - Pacto em Defesa da Criança e Adolescente em Situação de Risco
- Maria das Graças de Sa Gadelha - Presidente do Conselho Municipal da Defesa da Criança e do Adolescente
- Rosa Abreu Vale - Presidente do Conselho Estadual da Defesa da Criança e Adolescente

Moderadora

- Glória Diogenes - Socióloga - Professora da UFC

Painel 4 - 14 30h às 17h - O Adolescente na Condição de Infrator"

Expositores

- Ivana Mana Timbó Pontes - Titular da Delegacia da Criança e do Adolescente
- Marília Andrade - Assistente Social
- Jane Guedes Horta - Coordenadora do MNMMR
- Odilon Silveira de Aguiar Neto - Promotor da 3a Vara da Infância e da Juventude
- Francisco Suenon Bastos Mota - Juiz da 2a Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza
- Moderador
- Leinad V Carbogim - UNICEF

Painel 5 - 14:30h às 17h - "Situação e Perspectivas do Sistema Penitenciário Cearense"

Expositores

- Paulo Duarte - Secretário de Justiça do Estado do Ceará
- Eunízia Barroso - Pastoral Carcerária
- Raimundo Viana - Secretário de Indústria e Comércio do Estado

Moderadora

- Sandra Dond Ferreira - Coordenadora do COSIPE

Dia 22/09 (6a. Feira)

Local - Centro de Treinamento do BNB / Passaré

Hora - 8 30h - Debate

Tema Central - "A Reorganização do Aparelho Policial"

Expositores

- Hélio Bicudo - Deputado Federal
- Moroni Bing Torgan - Coordenador do SINDES

Debatedores

- Edgar Fuques - Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará
- Cel Gilson Liberato - Comandante da Polícia Militar do Ceará
- João Alfredo - Dep Estadual
- Cel Israel Cintra - AORECE

Moderador

- Carlos Sergio - Advogado do CDPDH/Arquidiocese e do CEDECA

14 as 17h - Debate

Tema Central "A Reforma do Poder Judiciário"

Expositores

- Antonio Carlos Magalhães - Senador da República
- José Genoíno Neto - Dep Federal
- Des José Maria Melo - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Debatedores

- Cândido Albuquerque - Presidente OAB - Ceará
- Máio Mamede - Dep Estadual

Moderador

- Cid Ferreira Gomes - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

17:30h

Plenária de Encerramento



ESTADO DO CEARÁ  
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA



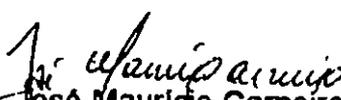
Ofício nº 150/95

Fortaleza(CE), 14 de dezembro de 1995

Senhor Diretor

Para conhecimento de Vossa Senhona e, em aditamento aos termos do Ofício nº 106/95, estamos encaminhando um Relatório de todos os Policiais Militares que, ou se encontram respondendo a processo-crime perante a Auditoria de Justiça Militar Estadual, por prática de violência contra a pessoa, ou já se encontram cumprindo pena, valendo salientar que tais dados nos foram fornecidos no mês de novembro próximo passado

No azo, reiteramos os nossos protestos de elevado apreço e distintíssima consideração.

  
Bel. José Maurício Carneiro  
Promotor de Justiça e Coordenador do C A O da Ordem  
Tributária e Fertos Especiais

Revmo Sr  
Pe. Lino Allegn  
MD Diretor do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH)  
Nesta



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - CE**  
**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DOS CRIMES DE ORDEM**  
**TRIBUTÁRIA E FEITOS ESPECIAIS**

**RELAÇÃO DE FEITOS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO NA**  
**AUDITORIA DE JUSTIÇA MILITAR**

PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
10142	P Sgt. Sebastião Costa da Silva e outro	195 e 209 § 1º	Feito aguardando diligências
04	Sd Amilton José Lopes	205	Julgamento marcado para o dia 14.12.95
076	Sd Francisco Pereira Sales	205	Feito aguardando devolução de Carata Precatória
10015	Sd. Antônio Carlos Rodrigues de Assis e outros	205	Aguardando audiência
10015	3º Sgt. Jeovane Lira de Carvalho e outros	205	Feito aguardando audiência
201	3º Sgt Francisco Mirabó Marinho Pires	205	Feito em fase instrutória
273	ex-Sd Francisco Correia Lima	205	Feito com vistas à defesa
370	Sd José Ribamar do Nascimento	205	Interrogatório para dia 08.12.95
6788	Sd Pedro Cláudio Duarte Pena	205	Vista ao MPM
7640	Sd José Divaldo Barbosa	205	Condenado cumprindo pena
7154	Sd Fernando Antônio de Oliveira	205	Feito remetido ao Tribunal de Justiça para apreciação de recurso
9236	Cb José Arimatéia Silveira Sampaio	205	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
9244	Sd. Antônio José Barreto de Araújo	205	Remetido ao Tribunal de Justiça para apelação
9783	Cb Raimundo Evanildo e outros	205	Feito aguardando cumprimento de diligência
9783	Sd João Newton Teixeira de Oliveira	205	Feito aguardando diligências
9783	Cb Elias Alves Pereira e outros	205	Feito aguardando diligências
9783	Cb. Francisco José da Silva e outros	205	Feito aguardando diligências
9783	3º Sgt. Agostinho Nunes de Sousa e outros	205	Feito aguardando diligências
9783	3º Sgt. Amarildo Soares de Sousa e outros	205	Feito aguardando diligências
9783	Sd Francisco José Silva de Sousa e outros	205	Feito aguardando realização de diligências
9783	Sd Jucileudo Falcão de Sousa e outros	205	Feito aguardando cumprimento de diligências
9783	2º Sgt. Jerivá da Silva Simão e outros	205	Feito aguardando cumprimento de diligências



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
9783	Sd Raimundo Nonato Vieira e outros	205	Feito aguardando cumprimento de diligências
9794	Sd Francisco de Oliveira Sousa	205	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
9802	3º Sgt Luis Cláudio Gomes	205	Feito aguardando realização de diligências
9871	Sd. Deusimar Jacó de Freitas	205	Feito aguardando diligências
9165	Sd José Arilo Silva de Oliveira	205	Condenado aguardando término do prazo de sursis
10015	Sd Antônio Carlos Araújo Barbosa e outros	205	Fase instrutória
5761	Sd Domingos Sousa Braga e outros	205 § 2º III c/c 53	Feito aguardando cumprimento de Mandado de Prisão contra o acusado (Réu foragido)
6002	ex-Sd. Francisco Pereira da Silva	205 § 2º	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão (réu foragido)
7045	Ex-Sd Francisco Antônio Cordeiro Barbosa	205 § 2º I e VI	Condenado cumprindo pena
9994	ex-Sd Edmilson Domingos da Silva	205 § 2º, II e IV e 209, caput	Julgamento marcado para o dia 16.11.95
7021	Sd. Antônio Pereira de Sousa	205 § 2º c/c 70	Condenado aguardando cumprimento de mandado de prisão
9668	Cb Sidney dos Santos Braga	205 § 2º I	Vista ao MPM para contra-razões de apelação
200	Sd Alcides Odemildo Alves de Oliveira	205 § 2º I e IV	Audiência marcada para 29.02.96
7930	ex-Sd Luis Astrolábio Silva Bandeira	205 § 2º I e VI	Réu cumprindo pena
7655	Sd Luis Franklin Bezerra e outros	205 § 2º I e VI c/c 53 e 70	Réu condenado e cumprindo pena
7655	Sd Manoel Messias Martins e outro	205 § 2º I e VI c/c 53 e 70, h	Vista ao MPM
7772	Sd José Maria Carneiro	205 § 2º I, IV e VI	Réu condenado e cumprindo pena
8806	ex-Sd Francisco de Assis Barbosa Carmo e outro	205 § 2º I, IV e VI c/c 53	Remetido ao Tribunal de Justiça do Ceará para exame de recurso apelatório do MPM
10319	ex-Sd João Batista Nogueira Sales	205 § 2º II e IV	Feito aguardando audiência
8166	Sd Benedito do Carmo e outro	205 § 2º II, IV e VI c/c 53	Réu condenado aguardando cumprimento de mandado de prisão (Réu foragido)
7025	Sd Francisco Arnaldo Correia Lima	205 § 2º IV	Condenado aguardando cumprimento de Mandado de Prisão
7578	Cb Reformado José Carlos Celestino	205 § 2º IV e VI	Réu condenado aguardando o cumprimento da pena
7038	Sd Antônio Belarmino Cavalcante Neto e outros	205 § 2º IV e VI c/c 53	Réu condenado, aguardando o término do cumprimento de pena
6135	ex-Cb. Antônio Osmar de Sousa	205 § 2º, I e IV	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão
7892	Sd. Francisco José Pereira da Silva	205 § 2º, I e IV	Condenado aguardando cumprimento da pena
8309	ex-Sd José Ailton Batista da Silva	205 § 2º, I e IV	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
5859	Sd Edmilson Ferreira de Figueiredo	205 § 2º, I e IV c/c 30, II	Feito remetido ao Tribunal de Justiça para apreciar pedido de Reabilitação
10242	ex-Sd Francisco José Felipe de Sousa	205 § 2º, I e IV c/c 30, II	Vista à defesa para oferecimento de razões finais
9667	Sd João Antônio de Assis Simplicio	205 § 2º, I e IV, 209 e 240	Audiência marcada para o dia 12.02.96
8806	ex-Sd. João Batista da Silva e outro	205 § 2º, I, IV e VI c/c 53	Remetido ao Tribunal de Justiça para recurso de apelação
8658	Sd Francisco de Lima de Sousa e outros	205 § 2º, II e IV c/c 53 e 70	Réu condenado e aguardando cumprimento de Mandado de Prisão
5761	Sd João Salvador de Melo e outros	205 § 2º, III c/c 53	Vista ao MPM
8810	Ex-Sd. José Emanuel Ferreira da Silva	205 § 2º, IV e VI	Condenado aguardando cumprimento mandado de prisão (réu foragido)
8299	Sgt Iran Oliveira dos Santos	205 § 2º, IV e VI e 78, § 5º e 79	Réu condenado aguardando cumprimento da pena
176	3º Sgt João Oliveira de Sousa	205 § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
7371	Sd Francisco Xavier Félix	205 § 1º, I	Réu condenado e cumprindo pena
8303	Sd. Adalberto Fernandes Alves Filho	205 § 2º I e VI	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão (réu foragido)
7002	Sd. Manoel Pereira de Albuquerque Filho e outro	205 § 2º II e VI c/c 53	Condenado aguardando cumprimento da pena
8797	Ex-Sd. Evandro do Nascimento Alves	205 § 2º IV e VI	Condenado com direito a sursis
6355	Sd. Valmir Jucá de Andrade e outro	205 § 2º, III, c/c 53	Processo aguardando cumprimento do mandado de prisão
7038	Sd. Fco Nonato Alves e outros	205 § 2º IV e VI c/c 53	Condenado aguardando cumprimento da pena
9677	ex-Sd. Teres Marcos da Silva	205 c/c 266, 259 e 312	Feito aguardando diligências
8752	Sd. Ricardo Cruz da Silva e outro	205 c/c 30, II	Audiência marcada para o dia 05.02.96
7722	Cb. Antônio Lúcio Tavares e outros	205 c/c 53	Remetido ao Tribunal de Justiça
8409	ex-Sd. Fernando da Silva e outro	205 c/c 53	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão (réu foragido)
7375	ex-3º Sgt Luis Carlos Silva Nascimento	205 c/c 70	Réu condenado aguardando o cumprimento da apenação
202	3º Sgt Genilson César Soares Bonfim e outros	205 caput	Feito aguardando audiência
254	2º Sgt. Antônio Modesto de Carvalho Filho	205 caput	Vista ao MPM
6228	Sd. Antônio Everardo Veloso	205 caput	Aguardando o cumprimento do mandado de prisão (réu foragido)
10363	2º Ten. Antônio Marden Oliveira de Sousa e outro	205 caput e 209 caput	Fase instrutória
10 286	Sd. Fco Carlos de Sousa Damasceno	205 caput e 265 c/c 266	Audiência dia 18/12/95
6755	ex-Sd. Paulo Feliciano Izidório	205 e 209	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão



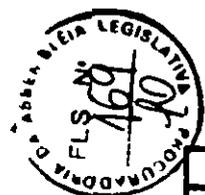
PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
6349	Sd Francisco Pereira de Sousa e outro	205 e 209 c/c 53 e 79	Réu condenado e aguardando cumprimento de pena (Réu foragido)
10099	Sd Cleidson Damásio Barbosa	205 e 209 c/c 53 e 79	Vista ao MPM para o Art. 327
10099	Sd Francisco Evaldo Rocha e outro	205 e 209 c/c 53 e 79	Vista ao MPM para razões finais
5853	Sd Braz Mota Pereira	205 e 209 c/c 79	Réu condenado e aguardando cumprimento de Mandado de Prisão (Réu foragido)
7276	ex-Sd Francisco de Paulo Coelho Lima	205, § 2º	Condenado aguardando cumprimento de Mandado de Prisão (Réu foragido)
8164	ex-Sd José Genivaldo de Oliveira	205, § 2º I e VI	Réu condenado e aguardando cumprimento do Mandado de Prisão (foragido)
6509	ex-Sd Francisco de Sousa Lima	205, § 2º 209, 70, 79 e 261	Réu condenado aguardando cumprimento de Mandado de Prisão (réu foragido)
6753	ex-Sd Francisco Pereira de Sousa	205, § 2º c/c 30	Réu condenado e aguardando cumprimento do Mandado de Prisão (Réu foragido)
6474	Cb Francisco Tarcísio Marques	205, § 2º I c/c 70, II, a e c	Réu condenado e aguardando cumprimento de pena
5234	Sd José Luis da Cruz e outros	205, § 2º I, II e IV c/c 30 e 53	Réu condenado e aguardando o cumprimento da pena
9245	2º Ten Mateus de Figueiredo Farias	205, § 2º IV	Feito aguardando cumprimento de diligência
7038	Sd Joaquim Pequeno de oliveira e outros	205, § 2º IV e VI c/c 53	Vista ao MPM
9883	3º Sgt João Oliveira de Sousa	205, § 2º, I	Feito remetido ao Tribunal de Justiça para julgamento de Recurso Apelarório
8640	Sd Cnstóvão Cosme da Silva	205, § 2º, I, IV e VI	Réu condenado e aguardando cumprimento da pena
103	Sd Luis Antônio de Sousa	205, § 2º, II	Feito em fase instrutória
6355	Sd João Rodrigues Lima e outro	205, § 2º, III c/c 53	Feito aguardando cumprimento de Mandado de Prisão
8813	ex-Sd Luis de Gonzaga Pereira Luz	205, § 2º, IV e VI	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
7038	Sd Edmilson Cavalcante da Silva e outros	205, § 2º, IV e VI c/c 53	Réu condenado e aguardando cumprimento da pena
7038	Sd José Almeida de Sousa e outros	205, § 2º, IV e VI c/c 53	Réu condenado e aguardando cumprimento de pena
186	Sd Luis Lopes de Queiroz	205, § 2º, VI	Audiência marcada para 01/12/95
8038	ex-Sd José Delídio de Oliveira e outro	205, § 2º, VI c/c 53	Réu condenado e aguardando cumprimento do Mandado de Prisão
5494	3º Sgt Francisco Paulo de Oliveira	205, § 2º, I e IV c/c 139	Réu inimputável
9593	Sd Cícero Miguel de Lima	205, § 1º	Feito remetido ao Tribunal de Justiça para julgamento de



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
			apelação
9856	Sd Ref. José António Vitorino	205, § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
5878	Ex-Sd. Expedito Pereira Duarte	205, § 2º, I e IV	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão (réu foragido)
8752	ex-Sd Timóteo Nunes de Castro e outro	205, c/c 30 II	Feito aguardando realização de audiência
032	Sd Francisco Cleilson de Carvalho Oliveira	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
081	Sd Geraldo Azevedo Mota	205, caput	Julgamento para 21 II.95
010	Sd Cícero Braz Pereira Lima	205, caput	Feito em fase instrutória
10148	Cb. Francisco Gilvan Rodrigues Gregório	205, caput	Feito aguardando audiência
10285	Sgt. reformado Francisco Firmino da Silva e outros	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
202	Sd Glaucio Sérgio Soares Bonfim e outros	205, caput	Feito aguardando audiência
202	Sd Francisco de Assis Rocha Rodrigues e outros	205, caput	Feito aguardando audiência
221	Cb Jaime Barbosa	205, caput	Aguardando interrogatório
239	3º Sgt João Augusto da Silva Filho	205, caput	Feito aguardando audiência
401	3º Sgt Raimundo Cláudio Araújo de Sousa	205, caput	Interrogatório marcado para o dia 23 02.96
7363	3ºSgt Francisco Viana Pires	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
8809	3º Sgt. Raimundo Domingues Filho	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9309	Sd José Válder Gomes de Oliveira	205, caput	Feito aguardando realização de diligências
9930	ex-Sd Francisco Lima de Sousa	205, caput	Julgamento marcado para o dia 14 12.95
9931	Sd José Expedito Benevides e outros	205, caput	Feito aguardando cumprimento de Carta Precatória
9931	Sd Paulo César Araújo Feitosa	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9931	2º Sgt Joaquim Válder Forte Filho	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9931	Sd José Maria Sousa do Nascimento e outros	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10083	Sd Heriberto Rocha	205, caput	Feito aguardando diligência
10285	Sd Auricélio Carneiro e outros	205, caput	Feito aguardando cumprimento de carta Precatória
10285	Sd Francisco Hélio Rogério Nunes e outros	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10292	Sd Francisco José de Oliveira Júnior	205, caput	Audiência designada para o dia 12 12.95
10347	P Ten Onofre Coelho Rodrigues Cruz	205, caput	Feito aguardando realização de audiência
10372	Sd Francisco Alves Ferreira e outro	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10372	Sd Francisco Teles de Macedo e outro	205, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
233	Sd Francisco Nunes Lima e outro	205, caput c/c 53	Interrogatório designado para o dia 18 08 95
233	3º Sgt Júlio Ferreira de Oliveira Júnior e outro	205, caput c/c 53	Audiência designada para o dia 28.02 96



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
217	2º Sgt José dos Santos Rodrigues Carneiro e outros	205, caput c/c 53	Feito em fase instrutória
217	Sd Francisco Aurélio Feitosa de Mesquita e outros	205, caput c/c 53	Fase instrutória
217	Sd Francisco Ferreira de Menezes e outros	205, caput c/c 53	Feito em fase instrutória
217	Sd Afrânio Lima da Silva e outros	205, caput c/c 53	Fase instrutória
6053	Sd Sandarino Bastos Gomes e outros	205, caput c/c 53	Réu condenado aguardando cumprimento de Mandado de prisão (Réu foragido)
7722	Sd José Maria Camelo e outros	205, caput c/c 53	Feito remetido do Tribunal de Justiça para apreciação de Recurso
7722	Sd Juarez Rodrigues do Nascimento e outros	205, caput c/c 53	Feito remetido ao Tribunal de Justiça para apreciação de Recurso
7003	ex-Sd Bartolomeu Timóteo Rodrigues	205, caput e 209, § 1º c/c 79	Feito aguardando diligência
10363	Sd Roberto Vagner Rocha Cordeiro e outros	205, caput e 209, caput	Feito em fase instrutória
10363	3º Sgt Francisco Nasion Rocha e outros	205, caput e 209, caput	Fase instrutória
10363	Sd Antônio Francisco da Silva e outros	205, caput e 209, caput	Feito em fase instrutória
9859	3º Sgt Airton Henrique da Silva	205, IV	Feito aguardando diligência
198	Sd Raimundo Valcirenec do Nascimento	205, IV	Feito aguardando audiência
8320	Sd. Cosmo Matos das Chagas	205 § 2º	Aguardando o cumprimento do mandado de prisão (réu foragido)
034	Sd Francisco diogo de Lima e outro	209	Feito com julgamento marcado para o dia 27.12.95
034	Sd Antônio Ernando Silva Rodrigues e outro	209	Julgamento marcado para 21.12.95
10282	Sd. Domingos Ferreira Soares e outros	209	Feito aguardando diligências
10332	Sd. Ernandes Rodrigues de Sousa e outro	209	Vista à defesa para razões finais
371	Sd. Fco. Fábio Martins Damasceno	209	Qualificação e interrogatório dia 15/12/95
372	Sd. Orlando Carlos da Silva	209	Feito com interrogatório marcado para o dia 15.12.95
9234	3º Sgt Fernando Antônio Policarpo Bento	209	Feito aguardando audiência
9237	Sd Antônio Inácio Evangelista e outros	209	Feito aguardando diligência
9237	Sd João Pedro de Lima e outros	209	Feito aguardando diligências
9237	Sd. Francisco Coelho da Silva e outros	209	Feito aguardando diligências
9238	Cb Francisco de Assis Gondim Gomes	209	Réu aguardando término do prazo de sursis
9440	2º Ten Mateus de Figueiredo Farias	209	Feito na fase instrutória
9440	Sd. Francisco Ezio de Fretas e outros	209	Feito em fase instrutória
9440	Al CFO. Josely Moreira Julião Júnior e outros	209	Feito em fase instrutória



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
9599	Sd Antônio Leite Bezerra	209	Feito em fase instrutória
9607	2º Sgt Manoel Valdir Barros e outros	209	Aguardando diligência
9607	Sd Luzardo Rocha de Oliveira e outro	209	Feito aguardando diligências
9607	Sd Paulo Jefferson Morais Rego e outros	209	Feito aguardando realização de diligências
9661	Sgt José Moreira Bezerra e outros	209	Feito aguardando audiência
9679	Sd Luis Nivaldo Bezerra e outro	209	Feito aguardando diligência
9977	Sd Edvan Santos Rodrigues	209	Feito aguardando diligências
10282	Sgt Josué Mendes de Oliveira e outro	209	Feito aguardando realização de diligências
10332	Sd Ricardo Silva Coelho Baltazar e outro	209	Vista ao MPM para razões finais
196	Sd Antônio Laerte Henrique de Freitas e outro	209	Feito em fase instrutória
196	Sd José Luis Simão Nogueira e outro	209	Feito em fase de instrução
9940	3º Sgt José Gerso Júnior	209 § 1º	Feito aguardando diligências
045	Sd. Sidney Telêmaco Ribeiro	209 § 1º	Feito com audiência marcada para o dia 17.11.95
10142	Sd. José Lindomar Marques da Silva e outro	209 § 1º	Feito aguardando diligência
10200	Sd. Francisco Nascimento Gonçalves	209 § 1º	Feito aguardando audiência
10208	Sd. Francisco Nascimento Gonçalves	209 § 1º	Aguardando trânsito em julgado
10293	ex-Sd. José Luciano da Silva	209 § 1º	Vista ao MPM para razões finais
10343	Sd. José Mauricio Avelino	209 § 1º	Audiência dia 21/11/95
16	Sd. Francisco Exedito da Siva e outros	209 § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória de Sobral
16	Cb. Antônio Cardoso de Sousa e outros	209 § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória de Sobral
384	Sd. José Demontier Guedes e outro	209 § 1º	Feito com interrogatório designado para o dia 02.02.96
9852	Sd. Márcio Robério de Araújo da Silva	209 § 1º	Vista ao MPM para contra razões
8544	ex-Sgt. Aldemir Estevam Lima	209 § 2º c/c 70, II, a, g e l	Condenado aguardando cumprimento do mandado de prisão (réu foragido)
16	Sd. Rozanildo Oliveira Silva e outros	209 § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória de Sobral
384	Sd. Pedro Jorge Alves Silva e outro	209 § 1º	Feito com interrogatório marcado para o dia 02.02.96
8936	Sd. Messias Fernandes da Silva	209 § 1º	Feito aguardando diligências
9669	Sd. José Valdir Rodrigues da Silva	209 § 1º	Fase instrutória
10140	Sd Francisco Cavalcante Ribeiro	209 § 1º	Réu condenado e aguardando cumprimento do sursis
8897	Sd. Walmir Gomes da Silva	209 § 1º c/c 53	Fase instrutória
035	Sd Alvino Alves Barroso e outros	209 e 25 c/c 53	Audiência p/dia 06.12.95
9948	Sd. Reformado Aldenor Vieira Araújo	209, 259 e 298 c/c 79	Réu imputável



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
10218	1º Ten. John Hyberts de Araújo Alves	209 § 1º	Vista ao Ministério Público Militar
9759	Sd. Fco. das Chagas Sobrinho	209 § 1º	Condenado cumprindo sursis
9997	Sd. César Martins Leitão e outro	209 § 1º	Vista ao Min. Púb. Militar para razões finais
9997	Ex-Sd. Antônio Marcomio Siqueira Alves e outro	209 § 1º	Vista ao Ministério Público Militar para razões finais
8776	Sd. Fco. dos Santos Alves e outros	209 § 1º c/c 53	Condenado cumprindo sursis
8776	Cb. Alcindo de Paulo Andrade e outros	209 § 1º c/c 53	Condenado aguardando término do sursis
374	Sd. Fco. Wellington Tomaz	209 § 2º	Qualificação e interrogatório dia 13/12/95
373	3º Sgt. Damião Rodrigues Coelho	209 § 2º c/c 70 II	Qualificação e interrogatório dia 14/12/95
9626	Sd. José Francisco de Aquino e outro	209 c/c 53	Condenado aguardando término do sursis
9626	Sd. Antônio Lira Vasconcelo Neto e outro	209 c/c 53	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
8230	Sd. José Edilson dos Santos e outros	209 c/c 53 e 70, II, letras g, i e l	Julgamento marcado para o dia 08.02.96
8230	Sd. Rogério Barbosa de Sousa e outro	209 c/c 53 e 70, II, letras g, i e l	Julgamento marcado para o dia 08.02.96
9444	Sd. Adail Jacó Bezerra e outro	209 c/c 53 e 79	Réu condenado aguardando término de sursis
9444	Sd. José Moreira de Paiva e outro	209 c/c 53 e 79	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
369	Sd. César Martins Leitão	209 c/c 79	Qualificação e interrogatório dia 08/12/95
036	Sd. David Gomes de Araújo	209 caput	Aguardando precatória
10053	Sd. João Silva Araújo	209 caput	Audiência dia 20/12/95
10346	Cap. Roberto Pereira Alves	209 caput	Julgamento dia 21/12/95
10375	Sd. Everardo Rodrigues Alves	209 caput	Instrução criminal
20	Sd. Atila de Souza Alves	209 caput	Julgamento dia 07/12/95
242	1º Sgt. Fco. Martins Andrade	209 caput	Vista às partes para quesitos
9307	Sd. Manoel Lopes Araújo	209 caput	Condenado aguardando término do sursis
9870	3º Sgt. Fco. José de Andrade	209 caput	Aguardando precatória
9938	Sd. Jorge Luiz Oliveira Almeida	209 caput	Aguardando assentamento
10141	Ex-3º Sgt. José Rômulo Barbosa	209 caput	Feito aguardando audiência
232	Sd. Ozéas Pereira de Araújo e outro	209 caput c/c 53	Vista ao Ministério Público Militar
8780	Ex-Sd. Fco. das Chagas Araújo (revel)	209 caput c/c 333	Aguardando assentamento
259	Sd. José Veloso Filho	209 caput c/c 53	Aguardando Precatória
9342	Ex-Sd. Antônio Fernando Araújo Neto e outros	209 caput c/c 53	Condenado aguardando término do sursis
9342	Sd. José Ernano de Araújo Junior e outros	209 caput c/c 53	Condenado aguardando término do sursis



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
9933	Ex-Sd. Raimundo Nonato Silva de Aquino e outros	209 caput c/o 53	Aguardando diligências
10377	Sd. Francisco Antônio Pacheco Sousa	209 caput c/o 79	Julgamento marcado para o dia 13.02.96
043	2º Ten Fco. Benedito Pereira de Almeida e outro	209 caput e 209 § 1º	Aguardando audiência
8784	Sd. Fco. das Chagas Araújo e outros	209 caput e 333 c/o 53	Aguardando assentamento
10331	3º Sgt. Manoel Ferreira da Silva e outros	209 e 205	Feito aguardando audiência
10331	Sd José Francisco de Lima Filho e outros	209 e 205	Feito com audiência designada para o dia 22 II 95
10331	ex-Sd Daniel de Sousa Oliveira e outros	209 e 205	Feito aguardando realização de audiência
035	Sd. Raimundo Everardo Castro de Almeida e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência dia 06/12/95
035	Sd. Gláudio Coelho de Araújo e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência dia 06/12/95
035	Cb Antônio Sálvio Bezerra e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência para o dia 06.12.95
035	Sd João Bezerra Benevenuto e outros	209 e 205 c/c 53	Feito com audiência designada para o dia 06 12 95
035	Sd Jocélio Delfino da Cruz e outros	209 e 205 c/c 53	Designada audiência para 06 12 95
035	Sd Sebastião Alves da Cruz e outros	209 e 205 c/c 53	Feito com audiência designada para o dia 16 12 95
035	Sd Francisco das Chagas Ferreira e outros	209 e 205 c/c 53	Feito com audiência designada para o dia 06.12.95
035	Sd José Juscelino da Silva Ferreira e outros	209 e 205 c/c 53	Designada audiência de instrução para o dia 06 12.95
035	Sd Rubens Félix de Freitas e outros	209 e 205 c/c 53	Feito com audiência designada para o dia 06.12 95
035	Sd Antônio César Oliveira Gomes e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência dia 06 12.95
035	Sd José Adauto Lima Júnior e outros	209 e 205 c/c 53	Feito com audiência designada para o dia 06 12 95
035	Sd Ricardo Marques de Lima e outros	209 e 205 c/c 53	Feito com audiência designada para o dia 06 12 95
035	Sgt Antônio Arnaldo Lopes do Nascimento e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência designada para 06 12.95
035	Sd Fernando Antônio Travassos Nunes e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência designada para 06 12.95
035	Sd José Carlos Pereira de Oliveira e outros	209 e 205 c/c 53	Feito aguardando audiência para o dia 06.12 95
035	Sd Francisco Vilamar Ramos e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência marcada para 06 12 95
035	Sd Francisco José Sabino Sá e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência para o dia 06.12.95
035	Sd Luis Paulo do Santos e outro	209 e 205 c/c 53	Audiência marcada para 06. 12.95
035	Sd Antônio Inácio da Silva e outros	209 e 205 c/c 53	Feito aguardando audiência para o dia 06 12 95
035	Sd Bartolomeu Alves da Silva e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência marcada para o dia 06 12.95
035	Sd Bruno Sérgio Bezerra da Silva e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência designada para o dia 06 12.96
035	Sd. Francisco Edinaldo Freitas da Silva e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência marcada para o dia 06.12 95
035	Sd. José Arlindo da Silva e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência marcada para dia 06.12 95



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
035	Sd. José Pereira da Silva e outros	209 e 205 c/o 53	Audiência marcada para o dia 06.12.95
035	Sd. Raimundo Nonato da Silva e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência marcada para o dia 06.12.95
035	Sd Francisco Jorge Cirino de Sousa e outros	209 e 205 c/c 53	Audiência marcada para o dia 06.12.95
035	Sd José Albuquerque de Sousa e outros	209 e 205 c/c 53	Feito com audiência marcada para o dia 06.12.95
035	Sd Pedro Alves de Lima e outros	209 e 206 c/c 53	Feito com audiência marcada para o dia 06.12.95
9676	Sd Carlos Antônio dos Santos	209 e 298	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
0005	2º Sgt. Francisco Fernando Nogueira da Silva e outro	209 e 319	Interrogatório marcado para o dia 15.12.95
0005	Cap Ronaldo Silva Caracas e outro	209 e 319	Interrogatório para 15.12.95
9799	ex-2º Sgt Roberto Faustino Maia e outros	209, § 1º	Feito aguardando audiência
7125	Sd Antônio Almir da Silva e outros	209, § 1º, 261, I c/c 53 e 70, II, letras g e n	Réu condenado e aguardando cumprimento da pena
8934	Sd João Veras Sobrinho	209, § 2º	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
8776	Ex-Sd José Amalcido Soares Azevedo e outros	209, § 1º c/c 53	Condenado aguardando cumprimento do sursis
0.18	Sd Francisco Anteciano barreto de Lima	209, § 1º	Feito aguardando diligência
046	Sd Joari Soares Martins	209, § 1º	Feito aguardando realização de audiência
06	Sd Francisco Antônio Mendes de Oliveira	209, § 1º	Julgamento designado para 28.11.95
066	Sd Márcio Glayson do Nascimento Saraiva	209, § 1º	Julgamento marcado para 27.02.96
082	Sd Genésio Rodrigues de Mesquita	209, § 1º	Feito aguardando audiência
089	Sd Francisco Hervaldo Severiano Rodrigues	209, § 1º	Julgamento marcado para 30.11.95
220	3º Sgt Ref Francisco Alberico Ramos	209, § 1º	Vista às partes para oferecimento de quesitos
238	Sd Francisco José Feitosa dos Santos	209, § 1º	Audiência para o dia 11.12.95
256	Cb José Ubirajara Gomes de Lima	209, § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
8005	ex-Sd Joaquim Otávio de Mendonça	209, § 1º	Réu condenado aguardando cumprimento de Mandado de Prisão
8886	ex-Sd Silvio Silva Nobre	209, § 1º	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
8931	ex-Sd Francisco de Assis Ferreira	209, § 1º	Réu condenado aguardando término do prazo de sursis
9443	Sd Francisco das Chagas Gomes Leal	209, § 1º	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
9668	ex-Sd Antônio Fernando da Silva	209, § 1º	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
9689	ex-Sd Antônio Paulo Moura	209, § 1º	Vista ao MPM para oferecimento de contrarrazões
9782	Sd José Ribamar de Almeida Cavalcante e outro	209, § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
97832	3º Sgt Antônio Jailton de Sousa Rodrigues e outro	209, § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9799	Sd Rômulo Nogueira Castro e outros	209, § 1º	Feito aguardando realização de audiência



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
9799	Sd Rubens Félix de Freitas e outros	209, § 1º	Feito aguardando realização de audiência
9711	Cb João Oliveira de Sousa	209, § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória da comarca de Acaraú
9852	Sd Francisco Marinho da Silva Queiroz e outro	209, § 1º	Vista ao MPM para oferecimento de contrarrazões
9865	Sd José Airton Alves Gomes	209, § 1º	Feito aguardando realização de diligências
9939	Sd Jurandir Francelino de Sousa	209, § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9944	Sd Benedito Vieira dos Santos	209, § 1º	Réu condenado aguardando término do prazo de sursis
9996	Sd Tarcísio Domingos de Freitas	209, § 1º	Feito aguardando realização de audiência
10239	3º Sgt Guinaldo Soares Nascimento	209, § 1º	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10283	ex-Sd Romildo Pereira Chaves e outro	209, § 1º	Feito aguardando diligência
10283	Sd Antônio Adneudo Gomes e outro	209, § 1º	Feito aguardando cumprimento de diligência
10344	Sd José Nailton Campos	209, § 1º	Vista ao MPM para razões finais
10370	Sd Luis Carlos de Oliveira	209, § 1º	Vista ao MPM para oferecimento de razões finais
10139	ex-Sd Roberto Alves de Melo	209, § 1º	Julgamento designado para o dia 13.02.96
17	2º Ten Francisco Vagner de Sousa Veras	209, § 1º	Vista à defesa para razões finais
7125	Sd José Irino Alves da Rocha e outros	209, § 1º 261 I c/c 53 e 70 II	Réu condenado e aguardando cumprimento da pena
368	Cb João Chaves de Sousa e outro	209, § 1º c/c 53	Feito com extinção da punibilidade pela morte do acusado
8897	Cb José Ferreira dos Santos e outros	209, § 1º c/c 53	Feito em fase instrutória
8897	Sd José Raime de Vasconcelos e outros	209, § 1º c/c 53	Feito em fase instrutória
368	Sd. Anselmo Ferreira Duarte e outro	209, § 1º c/c 53	Interrogatório para o dia 15.12.95
047	Sd Válder Barros de Santana e outro	209, c/c 53	Feito aguardando diligência
9818	Sd José dos Santos de Oliveira e outros	209, caput c/c 53	Condenado aguardando término do prazo de sursis
0009	Cb Edmilson Ferreira de Figueiredo	209, caput	Feito com vistas para o MPM para alegações finais
090	Sd Raimundo Gomes de Paula Filho	209, caput	Julgamento para o dia 14.11.95
10135	Sd. Olivando Ferreira da Silva	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10289	Sd. Carlos Roberto Teixeira Lima	209, caput	Julgamento marcado para o dia 19.12.95
10290	3º Sgt. Reformado Edmir Tavares de Sousa e outro	209, caput	Feito aguardando diligências
10373	Sd. Manuel Nascimento Gonçalves e outro	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10381	3º Sgt. Francisco Santana da Silva e outros	209, caput	Feito aguardando audiência
10384	Sd. Miguel Pereira da Silva Neto e outro	209, caput	Feito aguardando diligências
182	Sd. Orlando Carlos da Silva	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
199	Sd. Vicente Cláudio da Silva	209, caput	Feito aguardando audiência
241	Sd. Evaldo de Oliveira Galvão e outro	209, caput	Feito aguardando audiência
241	Sd Francisco Ramiso dos Santos Costa e outro	209, caput	Feito aguardando realização de audiência
216	Cb José Egberto Ferreira e outro	209, caput	Feito em fase de instrução criminal
216	Sd José Maurício Rodrigues Marques e outro	209, caput	Designado interrogatório
9234	Sd Francisco de Paulo Castro	209, caput	Feito aguardando realização de audiência
9234	2º Ten Deolécio Antônio de Aquino Silva	209, caput	Julgamento marcado para o dia 13.02.96
9234	Sd. Daniel Coelho de Sousa	209, caput	Julgamento marcado para o dia 13.02.96
9343	Sd Juscelino Melo de Freitas e outro	209, caput	Feito aguardando cumprimento de diligência
9343	Sd. Marlon Bezerra da Silva	209, caput	Feito aguardando diligências
9367	Cb Francisaco Israel Daniel de Castro	209, caput	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
9661	Sd. Francisco de Assis da Silva e outros	209, caput	Audiência marcada para o dia 05.02.96
9661	Cb Adolfo Caetano da Silva Filho e outros	209, caput	Audiência marcada para 05 02.96
9750	Cb José Rogério dos Santos	209, caput	Réu condenado aguardando término do prazo de sursis
9756	Sd José Bernardino Gomes de Macena	209, caput	Réu condenado e aguardando decurso do prazo de sursis em Crato-CE
9766	Sd Genésio Rodrigues de Mesquita	209, caput	Vista ao MPM para razões finais
9779	Sd. Expedito José de Sousa e outro	209, caput	Feito aguardando diligências
9712	2º Ten Pm Mateus de Figueiredo Farias	209, caput	Julgamento designado para o dia 07.12.95
9809	Sd Carlos Wilson Nascimento Lionel	209, caput	Feito aguardando devolução de carta Precatória
9814	Sd Carlos Alberto dos Santos Moura	209, caput	Julgamento para 07.12.95
9814	Sd José do Amaral Sampaio	209, caput	Julgamento marcado para 07 12.95
9815	Sd Paulo Braga Cavalcante	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9815	Sd Antônio Weudson Alves Ferreira	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9934	Sd. Francisco Paulo Domingos	209, caput	Feito aguardando realização de audiência
9936	Sd Francisco das Chagas Menezes Magno	209, caput	Réu condenado e aguardando decurso do prazo de sursis
9999	Cb Francisco Tito Delerino e outro	209, caput	Julgamento designado para o dia 19.12.95
9999	Sd Márcio Benjamin Valentim e outro	209, caput	Julgamento marcado para o dia 19 12.95
10004	Sd Afrânio Lima da Silva e outro	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10004	ex-Sd Antônio Fernando da Silva e outro	209, caput	Vista ao MPM
10006	Sd Luis Carlos Melo	209, caput	Feito aguardando realização de diligências
10045	Sd Marcos Antônio dos Santos Cardoso	209, caput	Feito aguardando trânsito em julgado da sentença



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
10046	Sd João Lino Campos	209, caput	Marcado julgamento para o dia 05.12.95
10096	3º Sgt Francisco Evandro de Oliveira Lucena	209, caput	Feito aguardando devolução de carta Precatória
10013	ex-Sd Laércio Oliveira de Lima	209, caput	Julgamento designado para 23.11.95
10238	ex-Cb Maurílio Otoni Matos	209, caput	Audiência marcada para 20.11.95
10288	Sd José Lucivaldo Barbosa	209, caput	Vista à defesa p/razões de ap.
10290	Sd Audi Viana da Silva e outro	209, caput	Feito aguardando diligência
10373	Cb Sebastião Rodrigues de Lima e outro	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10378	Sd Francisco Eudes Virtuário	209, caput	Feito aguardando diligências
10379	Sd Raimundo Nonato Nogueira	209, caput	Julgamento para 15.02.96
10382	Sd Edson Ferreira de Melo e outro	209, caput	Feito aguardando diligências
10382	Sd Luis Carlos Pereira e outro	209, caput	Feito aguardando diligências
10384	Sd Roberto Rogério Silva Pedrosa e outro	209, caput	Feito aguardando diligências
10381	Sd Eduardo Antônio de Sousa Cavalcante e outros	209, caput	Feito aguardando realização de audiência
10381	2º Sgt Tibúrcio Pereira dos Santos e outros	209, caput	Feito aguardando audiência
177	Sd José Odenir Pontes	209, caput	Vista ao MPM para razões finais
184	2º Sgt José Maria de Freitas	209, caput	Feito com audiência designada para o dia 13.12.95
181	Sd Antônio Eugênio do Nascimento	209, caput	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9466	ex-2º Sgt Valério de Castro Moura	209, caput § 1º c/c 79 e 205 § 2º, I	Feito aguardando realização de diligência
047	Sd Raimundo José Freitas Lima e outro	209, caput c/c 53	Feito aguardando diligências
232	Sd Jäder da Silva Ferreira e outro	209, caput c/c 53	Vista ao MPM
259	Sd Luis Bento de Lima e outros	209, caput c/c 53	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
259	Sd Adailton Germano Pereira e outros	209, caput c/c 53	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9342	Sd Roberto Dias Pinheiro e outros	209, caput c/c 53	Condenado aguardando término do prazo de sursis
9818	Cb Jorge Luis Cecídio Couto e outros	209, caput c/c 53	Réu condenado e aguardando término de sursis
9818	Sd Francisco Antônio de Santiago e outros	209, caput c/c 53	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
9933	CB José Elcio Peixoto e outros	209, caput c/c 53	Feito aguardando diligências
9933	ex-Sd Antônio Djaci Barros da Silva e outros	209, caput c/c 53	Feito aguardando diligências
10219	Sd José Moreira Lopes e outro	209, caput c/c 53	Feito aguardando devolução de carta precatória
10219	2º Sgt Marco Antônio Ribeiro de Oliveira e outro	209, caput c/c 53	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
10160	Sd Antônio Sérgio Rodrigues Lopes Silva	209, caput c/c 53	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis
093	Sd José Eduardo Bezerra Batista e outro	209, caput c/c 59	Feito aguardando cumprimento de Carta Precatória da comarca



PROC.	ACUSADO	ARTIGO (CPM)	FASE PROCESSUAL
			de Quixadá
093	Sd Francisco Evilásio Oliveira e outros	209, caput c/c 59	Feito aguardando devolução Carta Precatória de Quixadá
093	Sd Edvardo Enoque da Silva e outros	209, caput c/c 59	Feito aguardando devolução da Carta Precatória de Quixadá
092	3º Sgt Cícero Bandeira Ferreira de Caldas	209, caput c/c 70, II, a, i e l	Vista ao MPM para oferecimento de razões finais
10054	Sd Felipe Edlânio Rodrigues	209, caput c/c 79	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis em Juazeiro
10203	2º Ten Giovane Sobreira Gomes	209, caput c/c 79	Feito aguardando realização de audiência
043	Sd Raimundo Nonato de Oliveira e outro	209, caput e 209, § 1º	Audiência para o dia 28.02.96
9311	Sd Antônio Rodrigues Soares da Costa e outro	209, caput e 209, § 1º c/c 79	Réu condenado e beneficiado com o sursis
8784	3º Sgt Manoel Monteiro Muniz e outros	209, caput e 333 c/c 53	Feito aguardando cumprimento de diligências
8784	Sd José Ribamar do Nascimento e outros	209, caput e 333 c/c 53	Feito aguardando diligências
9981	Sd Francisco da Silva Pereira	209, caput e 157	Feito aguardando devolução de Carta Precatória
9872	ex-Sd Francisco Luciano de Matos	209, 157 e 177	Réu condenado aguardando cumprimento de sursis
9855	Sd Ref. José Arnabamar Teixeira	298 e 209, caput e 261, III	Réu condenado e aguardando cumprimento de pena
9598	Subtenente Antônio Lúcio	298, 157, § 1º e 209	Condenado aguardando término do prazo de sursis
8956	Sd Luis Rosélio de Oliveira e outros	217 c/c 53, 209, caput c/c 53 e 70	Feito aguardando realização de diligências
8956	Sd Antônio Cláudio Ferreira Santiago e outros	217 c/c 53, 209, caput c/c 53 e 70	Feito aguardando diligência
8956	Sd José Ferreira de Sousa Sobrinho e outros	217 c/c 53, 209, caput c/c 53, 70, letras g e l, II	Feito aguardando cumprimento de Diligências
8956	2º Sgt Manoel Valdir Barros e outros	217 c/c 53, 209, caput c/c 53 e art. 70	Feito aguardando diligência
9719	Sd. José Newton da Silva	319 e 205 § 2º, II e VI	Feito aguardando diligências
9719	Sgt. reformado José de Queiroz Almeida	319 e 205 § 2º II e VI	Aguardando assentamento
8956	Sd Valdécio Nelson Fernandes e outros	Art. 217 c/c 53, 209, caput c/c 53 e 70, g, i e e, II	Feito aguardando cumprimento de diligências
10298	Cap Valdetério Oliveira Ferreira	176 e 209 c/c 79	Feito aguardando realização de audiência de instrução e julgamento
203	Sd João Marcos Ferreira Martins	195 e 209, caput	Vista às partes para apresentação de quesitos
9369	Sd Antônio de Sousa Miranda	195 e 209, caput	Réu condenado e aguardando término do prazo de sursis

## O QUE JÁ FEZ O CDPDH?

**O** Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese

de Fortaleza - (CDPDH), entidade criada em 1982 por determinação da Assembléia Arquidiocesana de Fortaleza, vem ao longo de seus mais de doze anos de existência dando apoio jurídico e organizacional às comunidades que lutam por seus direitos.

Nestes anos, o trabalho da equipe ganhou maior amplitude, passamos da defesa jurídica na área de terra e moradia a fazer, também, um trabalho de orientação e apoio à organização comunitária, e, nos últimos três anos, começamos a intervir com mais força na problemática da violência e da segurança pública.

Os resultados quantitativos atingidos pelo CDPDH são demais expressivos:

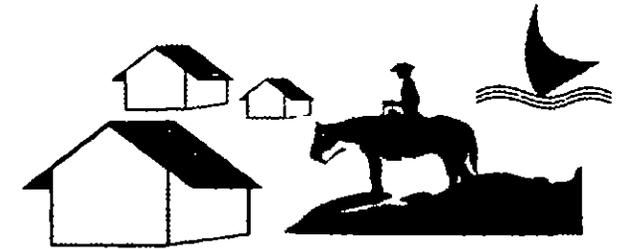
- Mais de 200 comunidades apoiadas (Associações de Moradores, Grupos Organizados, CEB's, Sindicatos .)
- Dos 725 conflitos judiciais acompanhados

pelo CDPDH, 528 foram julgados e condenados, 464 foram ganhos pelas comunidades. Um êxito de 87%

- Através da atuação do Centro mais de 2 000 hectares de terra foram reasssegurados às famílias carentes
- Mais de 6 000 famílias conquistaram, através da Igreja, do Governo do Estado ou da Prefeitura, materiais para construir suas casas em regime de mutirão
- Em cada 10 famílias que conquistaram moradia em Fortaleza, 6 foram assessoradas pelo CDPDH
- Desde 1982, em parceria com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, mantemos um Banco de Dados sobre homicídios que constitui-se na maior referência sobre violência no Ceará. A partir do Banco de Dados acompanhamos a eficiência das políticas de segurança pública e dispomos de informações sistematizadas que permitem traçar um perfil das vítimas e acusados de homicídios, bem como das circunstâncias que envolvem este delito no Ceará.

## O QUE NOS PROPOMOS...

A partir da avaliação participativa das atividades desenvolvidas pela entidade desde 1982 definimos o plano de trabalho para os próximos anos centrados nas temáticas TERRA E MORADIA, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Vejamos algumas das principais atividades que já estamos realizando ou que nos propomos



- Acompanhamento das 80 ações relativas à posse da terra que tramitam na justiça
- Promoção de aproximadamente 20 ações coletivas nas áreas do sertão, serra, cidade e litoral
- Acompanhamento organizativo de 40 áreas envolvidas na problemática da terra e moradia
- Abordar a questão do gênero dentro das atividades tocantes à luta pela terra e moradia



- Dar continuidade ao programa *Direito na Linguagem do Povo*.
- Apoiar intensamente a luta dos moradores do litoral



- Publicar o livro *Perfil dos Homicídios no Ceará, Ano III e Ano IV*
- Publicar pesquisa sobre a Defensoria Pública no Ceará e luta pela sua institucionalização
- Promover ações de reparação de danos e indenizações com caráter de exemplariedade
- Acompanhar e intervir em casos de violações dos direitos humanos
- Intervir, crítica e propositivamente, na elaboração de políticas públicas
- Participar de Foruns e Articulações de Direitos Humanos
- Realizar cursos de capacitação para lideranças comunitárias sobre o sistema de Justiça e Segurança Pública

*"Construirão casas e nelas habitarão, plantarão vinhas e comerão seus frutos"*

*(Isaias 65,21)*

*"Assim diz o Senhor: pratiquem o Direito e a Justiça. Libertem o oprimido da mão do opressor; não tratem com violência, nem oprunam o imigrante, o órfão e a viúva; e não derramem sangue inocente neste lugar."*

*(Jeremias 22,3)*



Rua Sobral S/N - Centro  
sub-solo da Catedral CEP 60.030-030  
Fortaleza-Ceará  
Telefax: (085) 252.1642

## Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos Arquidiocese de Fortaleza



**TERRA**  
**MORADIA**  
**JUSTIÇA E**  
**SEGURANÇA**

**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO  
DOS DIREITOS HUMANOS DA  
ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

---

**O DIREITO NA LINGUAGEM DO POVO**

---

**1. OBJETIVOS**

- a) Possibilitar à Comunidade o conhecimento de seus direitos e deveres
- b) Dar oportunidade a um trabalho na questão da Cidadania visando a afirmação dos direitos e deveres do cidadão
- c) Estimular os participantes a fortalecerem suas organizações na busca da conquista de seus direitos
- d) Preparar agentes multiplicadores tendo em vista a difusão das informações
- e) Democratizar as leis para que a

sociedade de uma maneira geral possa exigir das autoridades (do Estado) o cumprimento das mesmas

**2. A QUEM SE DESTINA**

- \* Paróquias
- \* Regiões Episcopais
- \* Associações de Moradores
- \* Conselhos Comunitários
- \* Sociedades Habitacionais
- \* Organizações Comunitárias em Geral

**3. REALIZAÇÃO**

Os Cursos serão realizados em parceria com as Entidades Populares mediante convênio desta com o CDPDH

**4. CURSOS OFERECIDOS**

- \* O Inquilino e seus Direitos
- \* Direitos e Garantias Individuais
- \* O Trabalhador e seus Direitos

- \* Direito Possessório
- \* O Consumidor e seus Direitos

**5. CARGA HORÁRIA**

Cada Curso possui a carga horária de 12h/a, que serão divididas em 4 semanas

**6. VAGAS**

Serão ofertadas 20 vagas por curso, sendo a seleção das mesmas feita pela organização solicitante

**7. AVALIAÇÃO**

O curso terá uma Avaliação Participativa, dando a todos a oportunidade de expor os conhecimentos adquiridos

**8. CERTIFICADO**

Será conferido a todos os participantes, com frequência mínima exigida



**CDPDH - EQUIPE**  
**PRESIDENTE**  
**COORDENADOR**  
**SECRETÁRIA**  
**ADVOGADOS**  
**APOIO ADMINISTRATIVO**

**C D P D H**  
**12 ANOS NA LUTA**  
**PELOS DIREITOS**  
**HUMANOS**

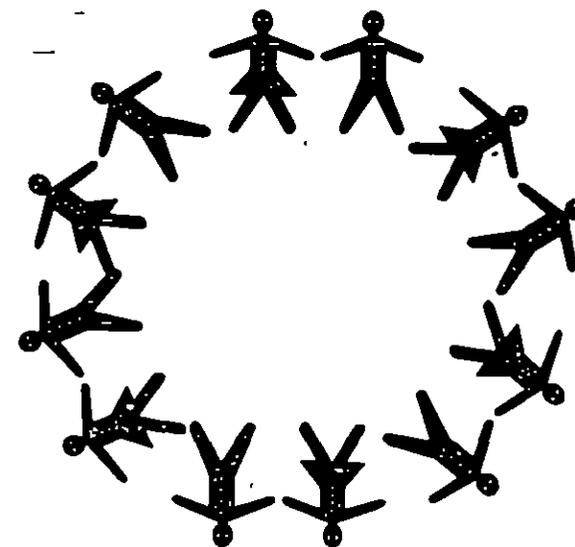
Rua Sobral S/N - Catedral  
CEP.: 60030-030  
Fortaleza - Ceará  
Tel.: (085) 226 19.53  
Fax. (085) 252.1642  
Caixa Postal 1470



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO**  
**DOS DIREITOS HUMANOS DA**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

**PROGRAMAÇÃO DE FORMAÇÃO:**

**O DIREITO NA**  
**LINGUAGEM DO**  
**POVO**





*anexo ao Relatório Financeiro -  
Janeiro a Junho - 1996*

**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS  
ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

*Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, 1470 — Telefone: 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará*



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
DO C.D.P.D.H.  
PROJETO N° C-212/1393 D  
1° SEMESTRE DE 1.996**



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, 1470 — Telefone: 226-1953  
60-030 — Fortaleza — Ceará



Fortaleza, 10 de Julho de 1996

À BILANCE

Projeto N° C - 212/1393 D

5.1 10 02 96

Caros representantes de BILANCE e CERIS,

Estamos encaminhando nosso relatório do 1° Semestre de 1996 Esperamos que esteja a contento

Aguardamos suas considerações com o propósito de acolher todas as possíveis críticas, uma vez que estamos sempre procurando melhorar o encaminhamento e a direção de nossas atividades

Estamos ansiosos pela resposta de nosso Projeto Sabemos que ainda é cedo, mas pedimos pela brevidade da resposta, caso seja necessário fazer alguma alteração

Agradecidos pela colaboração, despedimo-nos desejando êxito nos trabalhos

Atenciosamente,

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe. Lino Allegri*

Pe. Lino Allegri  
Diretor



## INDICE

1 INTRODUÇÃO	03
2 CONTEXTO NACIONAL	04
3 CONTEXTO DA ÁREA DE TERRA E MORADIA	07
4 ATIVIDADES DA ÁREA DE TERRA E MORADIA	08
5 RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS	20
6 CONTEXTO DA ÁREA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	24
7 ATIVIDADES DA ÁREA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	26
8 REFORÇO INSTITUCIONAL	34
9 CONCLUSÃO	40
10 RELATÓRIO FINANCEIRO	41
11 ANEXOS	53



## 1. INTRODUÇÃO

O CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza apresenta seu relatório de atividades relativo ao 1º semestre/96. Nele está contido todas as atividades desenvolvidas na Área de Terra e Moradia e Justiça e Segurança Pública. Procuramos seguir a metodologia utilizada nos dois relatórios anteriores, por que esta nos parece ainda eficaz para descrever nossas ações.

Sentimo-nos mais à vontade na redação deste relatório. O tempo despendido para elaborá-lo foi bem mais curto que os anteriores. A equipe tem se tornado mais coesa em suas idéias e ações. As mudanças ocorridas em nossa entidade, têm mostrado seus frutos.

Temos procurado amadurecer nossas parcerias, visando qualificar nossa intervenção. No que diz respeito à Comissão de Justiça e Segurança Pública temos tentado trabalhar as dificuldades na definição do público alvo. Vemos como fato positivo que é através desta comissão que fazemos a articulação política de direitos humanos. Mas percebemos que se faz necessário estabelecermos uma definição adequada de atuação.

Nesse ponto, constatamos que o Banco de Dados pode ser um instrumento valioso para indicar essa carência, visto que ele detecta locais de maior incidência de violência na cidade. Para o 2º Semestre, prevemos um trabalho mais educativo junto a esses locais.

Enfrentamos nesse período grandes dificuldades econômicas para continuarmos com as atividades do Banco de Dados. Respondemos a esta dificuldade com uma maior articulação das entidades de direitos humanos no Estado. Estas entidades por sua vez, saíram do anonimato e se engajaram na luta para mantermos o Banco. Hoje, existe um projeto que já foi encaminhado a várias entidades financiadoras com o aval do conjunto das entidades de direitos humanos. Sentimos uma luz no fim do túnel.

Tivemos a oportunidade de participar da II Conferência da ONU sobre habitação (Habitat II), onde inclusive relatamos nossas experiências. A importância dessa participação consiste em dar um salto qualitativo no trabalho patrocinado pelas ONG's, além de uma visibilidade do conjunto das experiências das demais ONG's a nível mundial.

Estamos com todas as atividades na área de Terra e Moradia no seu cronograma normal. As atividades de Justiça e Segurança Pública estão entrando em ritmo de normalidade, com uma maior definição dos objetivos dessa comissão.

A equipe continua se preocupando com uma maior capacitação dos membros e tem buscado isso principalmente, junto às articulações às quais pertence.

Pretendemos continuar abrindo novos caminhos, a fim de buscarmos aperfeiçoamento do nosso trabalho, canais de comunicação com entidades financiadoras, congêneres e com nosso público alvo.



## **2. CONTEXTO NACIONAL**

Entramos neste 1º semestre de 1996 com problemas crônicos na nossa sociedade, enfrentando a ditadura branca imposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e tendo o início das campanhas para prefeito, onde poderemos exercer o nosso poder de voto e eleger, quem sabe, bons administradores para as nossas cidades. É nessa realidade que iniciamos o relatório do 1º semestre do Centro de Defesa e Promoção dos direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza para o ano de 1996.

Não há de se negar que o contexto sócio-econômico do Brasil hoje, é fruto de vários e vários anos de corrupção, baderna e descaso das autoridades para com a população, que em grande parte assiste a tudo passivamente. O presidente em campanha prometeu que o real iria fortalecer a nossa economia, dando-lhe uma maior estabilidade, estabilidade esta que seria imprescindível para que pudéssemos caminhar para um Brasil melhor, implantando assim os projetos de campanha.

O passado do presidente confronta-se com o presente, onde ele, aliado às elites que comandam nosso país desde a ditadura impõe um sistema sujo e opressor ao resto do país, esquecendo o seu passado de oposição e luta à essa mesma ditadura. Era de se pensar que por ser um sociólogo com vivência no exterior, tendo contato com outras culturas e civilizações, ele tivesse uma visão crítica acerca de nossa realidade, dando ênfase e prioridade à saúde e ao ensino, mas não. Apoiado por essas elites, o seu programa de governo é uma continuidade destas velhas fórmulas comprovadamente ineficientes e ineficazes, acrescentando uma pitada de modernismo, denominada Neoliberalismo.

Facilmente podemos comprovar toda essa opressão e interesses das multinacionais e grandes grupos do país em comandar a nossa economia, limitando o poder do Estado através das privatizações das estatais e da flexibilização e depois privatização dos monopólios estatais do petróleo e das comunicações. Multinacionais e grandes grupos que estão totalmente despreocupados com a nossa economia e o que o seu atrofiamento possa causar ao país, tanto econômica como socialmente, trazendo um caos sem precedentes ao nosso país.

Sem contar com o escândalo dos bancos, que estão falindo e estão sendo amparados pelo governo. Até agora já foram gastos nada mais nada menos do que 15 bilhões de dólares, déficit este que virá todo para os cofres públicos. Sendo esta uma "grata" demonstração da estreita ligação do estado com os interesses particulares.

Destacamos também um retrocesso nos nossos direitos, onde vemos a reforma constitucional, englobando a reforma da previdência e a reforma administrativa, podendo atingir de modo irreversível os setores trabalhista, previdenciário, administrativo e tributário, pondo em xeque todas as garantias conquistadas pelos trabalhadores com a Constituição de 1988.



A situação do ensino, seja ele de 1º, 2º graus ou de nível superior está no vermelho. A educação vem sendo sucateada, o salário dos professores chega ser ridículo, os incentivos à pesquisa regridem a cada ano que passa, isso sem contar no espaço físico, que vem deteriorando-se ao longo do tempo.

A saúde brasileira vive um estado periclitante, a previdência falida, retirando mais e mais dinheiro do trabalhador, que paga caro por um serviço de saúde de péssima qualidade. Enquanto isso os planos de saúde particulares se multiplicam, apresentando um plano de saúde, que se é caro, mas pelo menos é de qualidade, se comparado com o estatal. Um exemplo gritante disso é o caso de Caruaru, onde os doentes renais daquela cidade morrem por causa de um serviço insuficiente em termos de padrão de higiene, utilizando água contaminada nas hemodiálises. Sem que as autoridades se mexam, já são mais de 52 as vítimas deste descaso na saúde.

Mas em meio a este caos as comunidades de base, sindicatos de classe, as associações de bairros e principalmente as ONGs se organizam, produzem e fazem algo de concreto para os seus membros e associados. Nessas entidades discutem-se as questões realmente essenciais ao desenvolvimento do país. Grupos que na sua maioria não pertencem ao Estado centralizado, mas realizam bem mais do que aquele que por lei deveria garantir a saúde, a educação, a habitação, a segurança, o lazer entre outras prioridades nos termos da lei.

Uma prova bem atual de que esses movimentos possuem força é o Movimento Sem-Terra (MST), que com sua atuação, vem trazendo à tona a questão da reforma agrária e o seu lado social. O massacre de Eldorado dos Carajás não foi um fato isolado, a luta pela terra no país é muito séria, e carnificinas como esta se repetem cada vez mais.

Algumas vezes a força dessas entidades é tão grande, que elas criam um tipo de governo paralelo, onde se oferece saúde, moradia, alimentação e segurança, requisitos básicos para uma sobrevivência digna de um ser humano. Vê-se aí a necessidade de uma discussão maior sobre os direitos humanos, uma maior mobilização em torno dele, para lutar por uma vida mais digna.

Quando hoje se fala em direitos humanos, vem-se logo à memória a Declaração Universal dos Direitos do Humanos e seus vários acordos. Mas no entanto a situação da vida humana em nossas sociedades no que diz respeito a efetivação dos direitos humanos é extremamente ambígua. Por um lado, uma consciência crescente de que os direitos humanos constituem uma plataforma para uma vida decente. Mas por outro lado é fácil constatar a precariedade em todo o mundo, inclusive no Brasil de sua efetivação. Para isso basta lembrar os relatórios anuais da Anistia Internacional, que revelam o número crescente das brutalidades contra a pessoa humana no final do século XX.



O governo brasileiro, diante desse quadro alarmante em que se encontra o país e os direitos humanos e do trabalho organizado de vários setores da sociedade e das entidades em geral, lançou o Plano Nacional de Direitos Humanos no dia 7 de Setembro do ano passado. Esse plano prevê uma reformulação no tocante à nossa polícia e no seu modo arcaico de agir. Prevê, também, uma reforma agrária, que aparece hoje como uma questão urgente. Articulando uma modernização da justiça quanto a sua morosidade e despreparo no quadro de magistrados, vem promover uma proteção à criança e ao adolescente, como também para as mulheres, negros e índios. Buscando também neste plano um fortalecimento do Estado e da cidadania, talvez esquecida pela maioria dos brasileiros. Este plano vem tramitando no Congresso, talvez não venha a se concretizar como nós gostaríamos que fosse, mas já é um grande avanço em termos de direitos humanos no país.

A nível de Ceará, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), vem realizando um trabalho com as comunidades de base de conscientização dos seus direitos, de busca da cidadania, lançando cartilhas e distribuindo para as entidades de base, como também atuando em vários processos a nível de ocupação. Promovendo também o assentamento e o sistema de mutirão para a construção de casas em benefício aos mais carentes.

Em Maio último, o executivo Municipal enviou para a Câmara de vereadores o projeto de Lei que cria o Conselho Municipal de Habitação popular (COMHAP). A sua função primordial seria fazer a sociedade participar do gerenciamento do fundo de terras da Prefeitura, criado em 1989, fazendo com que entidades governamentais e não governamentais, que compõem o Conselho, tivessem por objetivo principal a orientação e fiscalização do procedimento adotado pelas empreiteiras no sentido de fazer valer a Lei do fundo de terras e sua integridade.

Outro avanço na qual o CDPDH esteve presente foi a vitória dos moradores do poço da draga, onde eles conseguiram a construção do complexo sócio-comunitário do Poço da draga, um condomínio com 256 apartamentos. Um projeto de vanguarda, que conseguiu unir a beleza do local com uma moradia digna sem que haja prejuízo para nenhuma das partes.

Por conta de todo esse trabalho voltado para as comunidades, o CDPDH, como ONG, foi à Istambul participar do Habitat II, onde um projeto de uma comunidade de base, do Ceará foi condecorado.

Muito do que se faz de produtivo voltado para os carentes não é feito pelo governo e sim pelas ONGs, comunidades, sindicatos e associações, que trabalham com a conscientização dos mais carentes e dão rumo às suas conquistas. A sociedade civil formando um todo é quem pode patrocinar os avanços que ela necessita, forçando o poder público a perceber que os direitos humanos são requisitos básicos para a vida, e a questão social é primordial. Assim, unidos, pode-se projetar uma sociedade mais digna no século XXI.



### 3. CONTEXTO DA ÁREA DE TERRA E MORADIA

Neste primeiro semestre do ano em curso, o agravamento dos problemas de terra e moradia ainda permanecem. O plano econômico do governo federal vem demarcando com a recessão e o desemprego, onde os que trabalham recebem o menor salário do mundo.

Em contrapartida, as famílias demarcam com a atitude de ocuparem áreas de terra, gerando conflitos e provocando uma maior organização do movimento popular frente aos órgãos do judiciário, legislativo e governamental.

Assim, vêm acontecendo grandes embates das Associações de Moradores e ONG's com idéias propositivas frente ao Parlamento, no sentido de viabilizar Projetos de Lei que garantam políticas públicas para habitação popular.

A conquista do movimento com a lei que criou o Fundo de Terra Municipal sem dúvida é um início. Agora busca-se, ainda para o 2º semestre, a conquista de uma outra lei que cria um conselho municipal de habitação. E o mesmo, ao ser instalado, terá formação partidária, onde a sociedade civil participa diretamente nas decisões e na implantação de projetos habitacionais de Moradia popular.

As pressões organizadas pelo MST (Movimento dos Sem Terra), com as ocupações de propriedades no interior do Estado, o que obrigou os governos (federal e estadual) a implementar desapropriações de terra, colocando inclusive as terras ociosas do exército para assentamento agrário, sem dúvida deixa-nos a expectativa de que nas cidades, diminuam a migração.

Uma outra esperança é a posição da Igreja Católica, a nível nacional, em abrir mão de suas terras para favorecer os trabalhadores rurais sem terra, uma prática que já ocorre na Igreja particular de Fortaleza.

Nos últimos três anos, podemos dizer que tivemos grandes avanços em termos de ações políticas em se tratando da falta de habitação. São frequentes as audiências públicas a nível de Parlamento municipal e estadual. A grande Imprensa, que se negava tratar da questão, hoje podemos ver nos meios de comunicação o assunto em pauta. Os representantes das comunidades participam ativamente de conselhos a nível de estado e município, conquistando parceria com os projetos de mutirão habitacional.

Neste ano em que o povo elegerá seus representantes para o Parlamento Municipal e com o grande acontecimento da Conferência da ONU (Habitat II), onde uma das experiências premiadas foi um projeto de moradia do Ceará, fato que foi bastante destacado pela Imprensa, sem dúvida, acreditamos que isso vai pesar nas eleições. Com certeza, os novos parlamentares municipais deverão ter compromisso com a Moradia popular para quase 500 favelas desta capital.

## **4 ATIVIDADES DA ÁREA DE TERRA E MORADIA**

### **4.1 IMPLEMENTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES RETIRADAS DO I SEMINÁRIO ESTADUAL DE TERRA E MORADIA.**

#### **OBJETIVO GERAL:**

- Reforçar a Luta pela Terra e Moradia

#### **METAS:**

- Sensibilizar os poderes públicos nas esferas estadual e municipal na problemática Terra e Moradia
- Denunciar a omissão do Poder Legislativo Estadual, Municipal e Judiciário na aplicabilidade das leis de habitação popular
- Criar espaço nos meios de comunicação social para a problemática da Terra e Moradia
- Discutir a criação de uma política de habitação popular no Estado e Município
- Dinamizar as ações já em andamento que definem políticas públicas de habitação
- Conseguir maior elasticidade (maior nº de famílias atendidas) das ações referentes à criação de moradias

#### **PÚBLICO ALVO:**

- Autoridades governamentais e não governamentais, poderes legislativo e judiciário
- Associações comunitárias e entidades (Federativas e Gerais)
- Comunidades em áreas de ocupação de terra

#### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Fóruns com entidades comunitárias, discutindo projetos de desapropriação de terra e construção de casas
- Cadastramento das áreas em conflito que têm ações judiciais Reintegração de Posse, Interdito Proibitório, Manutenção de Posse, etc
- Divulgação ampla entre as famílias sem moradia
- Defesa judicial das comunidades quando ameaçadas de despejo



### **RECURSOS MATERIAIS:**

- Computador
- Material de expediente
- Fax / telefone
- Xerox
- Veículo
- Folder
- Jornais
- Livros

### **RECURSOS HUMANOS:**

- 2 advogados
- 1 educador
- 1 digitador

### **METODOLOGIA:**

- Advertência às autoridades públicas da necessidade imediata da instituição de uma política habitacional popular
- Ações coletivas das comunidades pressionando aos órgãos públicos
- Assessoramento na formação e capacitação de lideranças comunitárias, frente a projetos e programas de moradia

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Repercussão junto a imprensa escrita, falada e televisionada das ações reivindicatórias do movimento popular junto aos organismos públicos
- Audiências públicas com a Câmara de Vereadores e com a Prefeitura no sentido de implementar e colocar na Lei Orgânica do Município e Conselho Municipal de Habitação Popular (COMHAP) - O projeto deverá estar sendo votado no 2º semestre/96 As entidades ainda pleiteiam alguns ajustes no Projeto de Lei que garantirão uma maior participação e atendimento das camadas populares
- Continuidade do Fórum mensal que discute o atendimento de desapropriações de terra e construção de moradias por parte dos órgãos governamentais (este fórum tem representação também desses órgãos)
- Construção de 2 631 moradias via governo do Estado e/ou Município nas comunidades Vila Velha (350 casas), Lagamar (833 casas), Álvaro Weyne (650 casas), Arpoador (700 casas), Favela dos Cocos (48 casas), beneficiando um total de 13 155 pessoas



#### **RESPONSÁVEIS:**

- Silvino
- Arabella
- Beto
- Enildo

#### **4.2. ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS PARA TRATAR DAS REIVINDICAÇÕES POSTULADAS NO I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE HABITAÇÃO E, PRINCIPALMENTE SOBRE A QUESTÃO DAS TERRAS JÁ DESAPROPRIADAS.**

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Fortalecer as lutas pela Reforma Urbana e Agrária
- Garantir a posse da terra e legalização dos imóveis

#### **METAS:**

- Assessorar entidades comunitárias face o aspecto legal no atendimento da demanda de desapropriações de terra e o mutirão habitacional
- Compor os conselhos de habitação municipal e estadual, sugerindo aprovação de recursos pertinentes ao atendimento nas áreas de favelas em conflito
- Intermediar as reivindicações pertinentes às comunidades assessoradas

#### **PÚBLICO ALVO:**

- Comunidades envolvidas no problema da terra e moradia
- Entidades comunitárias
- Famílias de baixa renda, sem teto
- Famílias residentes em área de risco

#### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Triagem de casos através do Balcão de atendimentos para posterior acompanhamento
- Divulgação dos resultados na comunidade e na Imprensa
- Cadastramento das famílias em conflito
- Levantamento cartorário da área em conflito para identificação do proprietário
- Contato com autoridades responsáveis



#### **RECURSOS MATERIAIS:**

- Carro
- Telefone / Fax
- Material de escritório

#### **RECURSOS HUMANOS:**

- 2 advogados
- 1 educador

#### **METODOLOGIA:**

- Exposição do problema habitacional pela liderança comunitária
- Análise legal do problema abordado, visando a solução do mesmo
- Denúncia do não cumprimento da Lei Orgânica do Município de Fortaleza

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Desapropriação das áreas apossadas em conflito judicial
- Remanejamento de famílias ocupantes de áreas impróprias à desapropriação
- Compromisso por Parte do governo de regularizar a propriedade dos imóveis desapropriados
- Construção de moradias

#### **RESPONSÁVEIS:**

- Sílvino
- Arabella
- Beto

### **4.3. ACOMPANHAMENTO DE 22 AÇÕES RELATIVAS À POSSE DE TERRA QUE JÁ TRAMITAM NA JUSTIÇA**

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Garantir a posse da terra
- Reforçar a luta pela terra e moradia



## **METAS:**

- Promover as ações judiciais necessárias
- Garantir a defesa técnico-jurídica

## **PÚBLICO ALVO:**

- 1 Brejo Santo - Parque Santa Maria - Ação de Usucapião - Processo 25 888-92 Reintegração de Posse - Processo N° 18 244-93
- 2 Papicu - Favela Santos Dumont - Ação Reivindicatória - Processo N° 88913-91
- 3 Otávio Bonfim - Reintegração de Posse - Processo N° 18493/93 - Usucapião - Processo N° 10556/91
- 4 Morro do Futuro - Ação Reivindicatória - Processo N° 73333/87
- 5 Jardim Petrópolis - Usucapião - Processo N° 19658/90
- 6 Parque Genibaú - Ação de Reintegração de Posse - Processo N° 58 917/89
- 7 Comunidade Jangada, Barra do Ceará - Reparação de Danos - Processo N° 29902/94 - Interdito Proibitório N° 0202564/95
- 8 Castelão II - Ação Ressarcimento de Danos - Processo N° 297/93
- 9 Castelão III - Interdito Proibitório - Processo N° 263/93
- 10 Parque São Miguel - Reintegração de Posse - Processo N° 171111/93
- 11 Parque São José - Ação Civil Pública - Processo N° 96/93
- 12 Riacho Doce - Ação Cominatória - Processo N° 1308/87
- 13 Monsenhor Oscar Romero - Ação de Usucapião Extraordinário - Processo N° 22271/83 - A
- 14 Comunidade Racho Doce - Reintegração de Posse - Processo N° 86884/91
- 15 Precabura - Ação Ordinária - Processo N° 3888/91
- 16 Lagoa do Coração - Ação Reivindicatória - Processo N° 5397/89
- 17 Prainha do Canto Verde - Ação Rescisória - Processo N° 661

### **\* AÇÕES NOVAS - Assumidas neste semestre**

- 18 Palpina/Messejana - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 950237226/3.
- 19 Jardim Iracema - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 000281763/2
- 20 Barra do Ceará - Ação Interdito Proibitório - Processo N° 960218921/5
- 21 Batoque - Ação Criminal - Processo N° 02472/95
- 22 Batoque - Ação Interdito Proibitório - Processo N° 010176/96

## **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Acompanhamento periódico nas secretarias do fórum onde tramitam os referidos processos, isto ordinariamente e extraordinariamente sempre que somos intimados a atender despachos dos juizes
- Acompanhamento das comunidades em audiências



### **RECURSOS MATERIAIS:**

- Computador
- Carro
- Material de expediente
- Telefone/ Fax
- Livros

### **RECURSOS HUMANOS:**

- 2 advogados
- 1 educador
- 1 secretária
- 1 digitador
- 1 estagiário
- 1 atendente e arquivista

### **METODOLOGIA:**

- Identificação da área em conflito
- Cadastramento das famílias
- Reuniões periódicas com as comunidades para informar a situação do andamento do processo, possibilidade de resultado positivo ou negativo

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- 1 Brejo Santo - Parque Santa Maria - Processo suspenso em decorrência do proprietário da terra ter desanimado de reaver o imóvel questionado em face do alto custo das benfeitorias construídas pela comunidade
- 2 Papicu - Favela Santos Dumont - Processo continua aguardando julgamento
- 3 Otávio Bonfim - Rua Larga - Processo paralisado, visto terem as pessoas acionadas, apresentado documentos relativos à terra muito mais antigos que os exibidos pelo pretense proprietário. Comunidade portanto, permanece no local
- 4 Morro do Futuro Continua aguardando julgamento da apelação junto ao Tribunal de Justiça
- 5 Jardim Petrópolis Processo paralisado a pedido para que seja o mesmo adequado à realidade da área usucapienda pelo prazo de 60 dias à partir do dia 04/06 96. Comunidade permanece no local
- 6 Parque Genibaú Processo sob estado em face da arguição do Juízo processante
- 7 Comunidade Jangada Processo aguardando julgamento
- 8 Castelão II Processo extinto a pedido da comunidade, a mesma permanece no local
- 9 Castelão III Liminar mantida, Portanto a comunidade permanece na posse do imóvel
- 10 São Miguel Processo extinto em decorrência da desapropriação do imóvel

- 11 Parque São José Processo suspenso por 90 dias a pedido do Ministério público
- 12 Rio Doce Aguardando julgamento - recurso (apelação) no Tribunal de Justiça
- 13 Monsenhor Oscar Romero
- 14 Comunidade Riacho Doce Ação de Reintegração sustada em decorrência de um decreto governamental que desapropria a área questionada
- 15 Precabura Processo parado, aguardando apreciação do seu mérito
- 16 Lagoa do Coração Processo extinto em face do Julgamento no Tribunal de Justiça Porém a comunidade continua na posse devido à indenização das benfeitorias terem um valor elevado
- 17 Prainha do Canto Verde No tocante a este processo, transferimos a responsabilidade pelo seu acompanhamento para a comunidade, visto que esta já alcançou a maturidade devida e autonomia financeira capaz de conduzir seu destino
- 18 Precabura Processo parado, aguardando apreciação do seu mérito
- 19 Palpina/Messejana inicialmente foi concedido liminar de despejo, tendo sido esta posteriormente revogada, pois apresentava grave irregularidade insanável Desse modo, assegurou até o presente momento a comunidade na terra desejada devido ao conflito, a área é objeto de estudo junto ao governo do Estado para fins de desapropriação
- 20 Jardim Iracema Terra ocupada, sendo bastante questionada, porquanto o proprietário não sabe identificar o seu imóvel Em decorrência disso, os posseiros continuam na posse até que surja definição jurídica para o caso
- 21 Barra do Ceará Esta ação busca impedir que órgão do município de Fortaleza, à revelia da Lei, venha demolir casas de membros daquela comunidade No momento, permanecem as negociações, mas a Prefeitura insiste na construção de uma ponte e urbanização da área, de modo a implementar o turismo naquele local
- 22 Batoque Esta ação vem em decorrência de Um especulador local que tenta, a qualquer custo, desestabilizar a organização comunitária, até mesmo utilizando-se de expediente como uma ação criminal inapropriada O promovido já está condenado a pagar R\$ 200,00 diários à comunidade atingida
- 23 Batoque Este caso tem o mesmo contexto anterior Neste o especulador utilizou-se de uma Ação de Interdito Proibitório

#### **RESPONSÁVEIS:**

- Silvino
- Arabella
- Beto
- Ana Maria
- Enildo
- Isabel/Thales
- Rose

#### 4.4. CONTINUIDADE DAS 9 AÇÕES NOVAS ASSUMIDAS NO 2º SEMESTRE/95

##### OBJETIVO GERAL:

- Garantir a posse da terra

##### METAS:

- Manter as comunidades na posse
- Garantir o acesso a terra e moradia e melhorias sociais a 9 comunidades no que concerne a saneamento básico e segurança pública

##### PÚBLICO ALVO:

- 1 Comunidade Genibaú V Ação Reintegração de Posse - Processo N° 95 02 14664-5 - 2ª Vara - N° de famílias = 46 - N° de pessoas = 184
- 2 Comunidade Genibaú VI Ação Reintegração de Posse - Processo N° 951284-0 - 3ª Vara N° de famílias = 23 - N° de pessoas = 92
- 3 Messejana - Lagoa Redonda II - Ação Interdito Proibitório - Processo N° 95 02 30 722-4 - 27ª Vara - N° de famílias = 05 - N° de pessoas = 20
- 4 Comunidade 31 de Março - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 94 02 10345-7 - N° de Famílias = 51 - N° de pessoas = 204
- 5 Prainha do canto Verde - Ação Reclamação Trabalhista - Processo N° 004 951151-01 - Comarca de Beberibe
- 6 Prainha do Canto Verde - Ação Reclamação Trabalhista - Processo N° 937/95 - Comarca de Beberibe
- 7 Comunidade Parque Itamaraty/Palpina-Messejana - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 95 02 37 226-3 - 3ª Vara - N° de famílias = 350 - N° de pessoas = 1 400
- 8 Comunidade Alto Alegre - Ação Idenizatória - N° de famílias = 50 - N° de pessoas = 200
- 9 Comunidade Esplanada Araturi - Ação Reintegração de Posse - Processo N° 1188/94 - 1ª Vara Cível - Comarca de Caucaia - N° de famílias = 239 - N° de pessoas = 956.

##### PROCEDIMENTOS ADOTADOS:

- 1 Comunidade Genibaú V Processo transferido para a Vara Fazendária - continua tramitando
- 2 Comunidade Genibaú VI mesmo procedimento anterior
- 3 Lagoa Redonda Requerido designação - Audiência de justificação
- 4 31 de Março Acordo entre as partes Processo extinto
- 5 Prainha do canto Verde Processo extinto com julgamento de mérito
- 6 Prainha do Canto Verde Processo extinto com julgamento de mérito



7. Parque Itamaraty processo paralisado - terreno público
8. Esplanada do Aratun Representação em audiência justificativa dia 12/04/96
9. Alto Alegre Ainda no final do ano passado foi fechado um acordo entre as partes onde assegurava às famílias a permanência no local e ressarcimento de danos pelos prejuízos ocorridos a algumas das famílias

#### **METODOLOGIA:**

- Identificação da área em conflito
- Cadastramento das famílias
- Preparação das famílias para enfrentamento do processo judicial
- Formação de líderes frente a projetos governamentais
- Reuniões periódicas com as comunidades no sentido de assessorá-las no devido encaminhamento das questões

#### **RECURSOS MATERIAIS:**

- Computador
- Material de expediente
- Carro

#### **RECURSOS HUMANOS:**

- 2 advogados
- 1 educador
- 1 estagiário
- 1 digitador
- 1 arquivista

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- 1 Genibaú V Processo inclinado à extinção, visto ter sido a terra desapropriada pelo Estado do Ceará, garantindo continuidade das famílias na terra em apreço
- 2 Genibaú VI O resultado é o mesmo
- 3 Lagoa Redonda A tramitação regular do processo vem possibilitando a permanência da comunidade na posse sem ser molestada
- 4 31 de Março Processo extinto Toda a comunidade saiu do terreno, sendo removida para outro local, ficando no entanto, por conta de acordo, uma creche comunitária pertencente à comunidade, dando por fim, em definitivo, o litígio
- 5 Prainha do Canto Verde A comunidade, com o ganho da questão em pauta, liberou-se de uma insolvência caso tivesse sucumbido
- 6 Prainha do Canto Verde Ação terminada com ganho de causa



7. Parque Itamaraty Em face da intervenção do CDPDH assessorando juridicamente a comunidade organizada, culminou na extinção do processo, a vista da nulidade do processo, garantindo a permanência da comunidade na terra
- 8 Esplanada do Araturi O CDPDH exerceu diversas incursões para ver revogada liminar de despejo concedida contra esta comunidade, o que efetivamente ocorreu, permitindo os beneficiados a permanecerem no terreno
- 9 Alto Alegre Devido forte pressão social, os governos estadual e municipal, promotores da construção do grande centro denominado atacadão, desistiram do seu intento, estando agora as famílias alcançadas pelos atos governamentais, recompondo-se seus habitats

#### **RESPONSÁVEIS:**

- Silvino
- Beto
- Enildo
- Rose

#### **4.5. REALIZAÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO ("O DIREITO NA LINGUAGEM DO POVO").**

##### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Capacitar Lideranças comunitárias no sentido de estas multiplicarem os conhecimentos absorvidos nos cursos ministrados
- Treinar lideranças para o devido exercício da cidadania

##### **METAS:**

- Capacitar as Lideranças para reivindicar os seus direitos (direitos trabalhistas/previdenciário/direitos e garantias individuais)

##### **PÚBLICO ALVO:**

- Comunidade Guadalajara (62 lideranças)
- Comunidade Conjunto Ceará (36 lideranças)

##### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Dependendo da necessidade da comunidade receptora, são realizadas pesquisas à legislação



- Encaminhamento de representantes comunitários para órgãos governamentais ou não governamentais
- Estruturação do espaço físico para a realização do curso
- Elaboração do material didático a ser utilizado

#### **RECURSOS MATERIAIS:**

- Computador
- Livros
- Apostilas
- Carro
- Telefone / Fax
- Revistas e jornais

#### **RECURSOS HUMANOS:**

- 1 advogado
- 1 educador
- 1 digitador

#### **METODOLOGIA:**

- Exposição dos temas organização e administração comunitária de associações, direitos constitucionais trabalhistas e previdenciários, direitos do consumidor e direitos e garantias individuais

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Capacitação de 98 lideranças comunitárias, visando efeito multiplicador
- Maior interesse das lideranças em relação às leis, ocorrendo muitas solicitações de outras comunidades, No entanto, as nossas atividades não têm permitido uma maior elasticidade desse atendimento, embora estamos buscando melhor aperfeiçoamento de ações para brevemente, com maior amplitude, podermos atender plenamente esta atividades, porquanto previne qualquer mal futuro

#### **RESPONSÁVEIS:**

- Silvino
- Beto
- Enildo



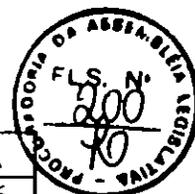
### **A Questão de gênero no trabalho do CDPDH:**

Observando o Banco de Dados das áreas em conflito, constata-se que a mulher vem liderando de forma decisiva os aspectos da organização e administração nas áreas de terra ocupada. Este comportamento, que inicialmente, se dá de forma voluntária e que a partir da necessidade da organização comunitária, que passa pela criação de entidades associativas, as composições de quadros com a participação do homem ainda se mantêm. Um elemento novo que se constata, é que nas decisões da maioria, em eleição de cargos, as mulheres sempre conquistam a presidência. E elas no dia-a-dia, vêm-se destacando nas articulações, na prestação das ações, tendo penetração inclusive no campo técnico, que outrora era destinado quase que exclusivamente ao homem.

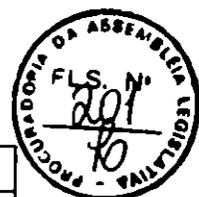
**5. RELATÓRIO DE ATENDIMENTOS**

NOME	LOCAL	DATA
01 José Ferreira Lima	Cons Vitória - Mondubim	15 02 96
02 Inês de Sousa	Cônego de Castro	16 02 96
03 Francisco José Sousa	Rua Acapulco, 983	16 02 96
04 Raimundo Martins Uchôa	Bom Sucesso	22 02 96
05 Enaide Uchôa de Moraes	Parque Pan Americano	22 02 96
06 Raimunda Eunice de Sousa	Parque Potira - Caucaia	23 02 96
07 Inês de Sousa	Cônego de Castro	23 02 96
08 Raimunda Gomes	Presidente Kennedy	23 02 96
09 Jozele Ferraz	Aerolândia	23 02 96
10 Francisca Mariano Barbosa	Genibaú	01 03 96
11 José Ferreira da Silva Filho	Parque Genibaú	01 03 96
12 Francisco Calixto da Costa	Batoque	01 03 96
13 Inês de Sousa	Cônego de Castro	01 03 96
14 Raimundo Ferreira	Cidade 2 000	01 03 96
15 Terezinha Gomes Albano	Jardim Jatobá	01 03 96
16 Antônio Tavares da Silva	Praia de Iracema	04 03 96
17 Geralda Ferreira Nunes	Padre Andrade	04 03 96
18 Francisco José Almeida Barroso	Monsenhor Tabosa	05 03,96
19 Antônio Correia Diniz	Parque Itamaraty - Messejana	05 03 96
20 Giselda da Costa Silva	Messejana	08 03 96
21 Amadeus Benedito da Silva	Pajuçara	08 03 96
22 Joaquim Alves da Silva	Messejana	08 03 96
23 Cleide Maria da Silva	Montese	08 03 96
24 Maria Gonçalves da Silva	Barra do Ceará	11 03 96
25 José Carlos Araújo de Oliveira	Jurema - Caucaia	11 03 96
26 Maria Dara	Croatá - Pacajus	11 03 96
27 Maria Inês de Sousa	Cônego de Castro	11 03 96
28 Francisco das Chagas	Araturi - Caucaia	11 03 96
29 Maria Inês de Sousa	Cônego de Castro	12 03 96
30 Rosa Gonçalves Campos	Centro	12 03 96
31 Geralda Nunes Cruz	Padre Andrade	12 03 96
32 Mozart Bezerra Sousa	Papicu	12 03 96
33 Maria Neide de Almeida	Monte Castelo	12 03 96
34 Inês de Sousa	Cônego de Castro	14 03 96
35 Albertina Rodrigues de Oliveira	Passo Fundo S/N	14 03 96
36 Regina dos Santos Rodrigues		14 03 96
37 Regina Célia	Alto Alegre	15 03 96
38 Cicero Severino da Silva		18 03 96
39 Valderlinda Braga do Nascimento	Conjunto Tancredo Neves	26 03 96
40 Maria Inês de Sousa	Cônego de Castro	29 03 96
41 Francisca Nilva de Oliveira Matos	Bairro de Fátima	01 04 96

## CONTINUAÇÃO



NOME	LOCAL	DATA
42 Francisca Marinheiro dos Santos	Jardim Iracema	01 04 96
43 Maria das Graças Sousa	Santa Rosa	01 04 96
44 Maria Lucilene Farias Cabral	Praia do Futuro	02 04 96
45 Lúcia Maria Dantas da Silva	Jacarecanga	02 04 96
46 Luís de Sousa Aquino	Rua Joaquim Lima	12 04 96
47 Rita Venâncio	Parquelândia	15 04 96
48 Francisco William Barros	Conjunto Ceará - 2ª Etapa	15 04 96
49 Eunice de Lima Moraes	Vila Florida	16 04 96
50 Marcelino Martins da Silva	Papicú	16 04 96
51 Tereza Cristina Alves	Jardim das Oliveiras	16 04 96
52 Mª da Piedade Martins de Sousa	Antônio Bezerra	16 04 96
53 Silvane Gabriel Martins	Barra do Ceará	16 04 96
54 Mário Pedro Sarmento	Praia do Futuro	16 04 96
55 Helda Nascimento	Serrinha	16 04 96
56 Francisco das Chagas	Araturi	18 04 96
57 Antonia Aldenir Lopes de A Silva	Granja Portugal	19 04 96
58 Francisco Bastos Fernandes	Parazinho - Caucaia	19 04 96
59 Antônia Leila Rodrigues Sousa	João XXIII	19 04 96
60 Odila de Nedal	Jardim das Goiabeiras	19 04 96
61 Maria de Fátima Martins	Bom Jardim	19 04 96
62 Francisco das Chagas C Cruz	Araturi	22 04 96
63 Tereza Batista dos Santos	Viaduto Moreira da Costa	23 04 96
64 Francisco José dos Santos	Aquiraz	23 04 96
65 Mª Zenith Góes da Silva	Poço das Dragas	23 04 96
66 Maria Neide Costa	Henrique Jorge	23 04 96
67 Rosa Sousa Soares	Parque Potira	24 04 96
68 Francisca Nilma de Oliveira Matos	Bairro de Fátima	26 04 96
69 Antônia Aldenir Lopes de Araújo	Granja Portugal	26 04 96
70 Maria Valderina do Nascimento	Conjunto Nova Metrópole	24 04 96
71 Dionísio Gonçalves de Almeida	Pici	24 04 96
72 Valdênia Viana de Lima	Presidente Kennedy	24 04 96
73 Francisca das Chagas O de Sousa	Parque Araxá	24 04 96
74 Francisca de Sousa	Centro	24 04 96
75 Tereza Batista dos Santos	Viaduto Moreira da Rocha	25 04 96
76 Maria do Socorro R Alves	Jockey Clube	25 04 96
77 Francinete de Sousa da Silva	Jurema	29 04 96
78 Maria Zenith Góes da Silva	Poço das Dragas	29 04 96
79 Clemilda Silva Araújo	Parque Genibaú	09 05 96
80 Francisco Bastos Fernandes	Parazinho - Caucaia	09 05 96
81 Monte Alverne Queiroz Fraga	Jaguaretama	09 05 96
82 Maria Inês de Sousa	Cônego de Castro	09 05 96
83 Helder Alexandre Ferreira	Quintino Cunha	09 05 96



## CONTINUAÇÃO

NOME	LOCAL	DATA
84 Sandra Maria Sousa de Oliveira	Parque Iracema	10 05 96
85 Francisca de Sousa Silva	Vila Itapui	10 05 96
86 Maria de Fátima Oliveira	Barra do Ceará	13 05 96
87 Maria Vanda Alencar da Rocha	Prainha do Canto Verde- Beberibe	13 05 96
88 Maria Edinah Pinheiro Lima	Aerolândia	13 05 96
89 Wagner Façanha Costa	Eusébio	13 05 96
90 Maria do Socorro da Silva	Barra do Ceará	13 05 96
91 Francisca Cavalcante Moreira	Travessa Rivânia	14 05 96
92 Rosa Sousa Soares	Parque Potira	14 05 96
93 José Maria Soares dos Santos	Bom Jardim	15 05 96
94 Salete Maria Lima	Travessa São José	15 05 96
95 Maria Valderina do Nascimento	Nova Metrópole	15 05 96
96 Sandra Maria Sousa de Oliveira	Parque Iracema	16 05,96
97 Raimundo Martins Uchôa	Bom Sucesso	16 05 96
98 Salete Maria Lima	Travessa São José	16 05 96
99 Laurindo Paulino Rodrigues	Conjunto São Cristóvão	17 05 96
100 Ana Maria Sousa de Paula	Barra do Ceará	20 05 96
101 Maria Eunice Vieira Gomes	Planalto das Goiabeiras	20 05 96
102 Francisca Cavalcante Moreira	Travessa Rivânia	20 05 96
103 Socorro Rodrigues da Rocha	Messejana	20 05 96
104 Antônio Eudes Mendes	Barra do Ceará	21 05 96
105 Maria Aladia Pereira Uchôa	Boa Viagem	21 05 96
106 Maria Eleuzis Magalhães Sousa	Pentecostes	21 05 96
107 Maria Odete de Carvalho Martins	Batoque	22 05 96
108 Antônia Maria de Melo	Praia do Futuro	22 05 96
109 Ana Karna Chaves Queiroz	Parque São Miguel	22 05 96
110 Luciano Vieira de Sousa	Barra do Ceará	22 05 96
111 Antônia Maria de Melo	Morro do Futuro	22 05 96
112 Maria Dalva dos Santos	Mondubim	22 05 96
113 Luciene Bernardino S Pereira	Rua Oscar Benevides	23 05 96
114 Manuel do Carmo Rodrigues	Olavo Oliveira	23 05 96
115 José Maria Soares	Bom Jardim	23 05 96
116 Maria Helena Forró	-	25 05 96
117 Maria Mendes da Silva	Vila União	24 05 96
118 Mauricio Batista de Moraes	Rua Amaro Cavalcante	24 05 96
119 Fabricio Saraiva Barbosa	Conjunto nova Metrópole	24 05 96
120 Hélio Aragão de Vasconcelos	Oscar Benevides	27 05 96
121 Francisco Bastos Fernandes	Parazinho - Caucaia	27 05 96
122 Francisco Elzenaudo F da Silva	Granja Portugal	27 05 96
123 Joaquim Ribeiro Guimarães	José Gomes de Moura	27 05 96
124 Maria de Lourdes Abreu da Silva	Parque São Miguel	28 05 96
125 Edmilson Batista Santana	Travessa Marechal Rondon	28 05 96



## CONTINUAÇÃO

NOME	LOCAL	DATA
126 Francisco Gomes de Lima	Parque São Vicente	28 05 96
127 Maria da Conceição P Soares	Comunidade Parque São Miguel	29 05 96
128 Marolir Vasconcelos	Barra do Ceará	29 05 96
129 Francisco Ant <sup>o</sup> M da Silva	Av Presidente Kennedy	30 05 96
130 Antônio Martins Sobrinho	Parque Potira	30 05 96
131 Edilson dos Santos Sousa	Messejana	30 05 96
132 Francisco José de S Medeiros	Conjunto Siqueira II	30 05 96
133 Maria da Consolação do N Silva	Cidade dos Funcionários	31 05 96
134 Antônio Eudes Menezes	Barra do Ceará	03 06 96
135 Maria da C Nascimento Silva	Cidade dos Funcionários	03 06 96
136 Silvana Bezerra da Silva	Parque Itamaraty	03 06 96
137 Maria da C dos Santos Silva	Parque Aratum	03 06 96
138 Maria de Fátima Freire de Sousa	Rodovia Maranguape	03 06 96
139 Francisco Ant <sup>o</sup> G, do Nascimento	Praia do Futuro	03 06 96
140 Antônio Pinto de Oliveira	Carlito Pamplona	03 06 96
141 Maria das Graças de Oliveira	Conjunto José Walter	03 06 96
142 José Orleu Pinheiro	Tabapuá	03 06 96
143 Luzia da Silva Santos	Jardim Iracema	03 06 96
144 Isabel de Castro Gonçalves	Vila Condessa	10 06 96
145 Maria Odete Carvalho Martins	Batoque	10 06 96
146 Francisca Cavalcante Moreira	Parque São Miguel	10 06 96
147 Maria de Fátima	Siqueira II	10 06 96
148 José Adalto Barros Maranhão	Cascavel	12 06 96
149 Antônio Eudes de Menezes	Trav São José - Barra do Ceará	12 06 96
150 Isabel de Castro Gonçalves	Vila Condessa	17 06 96
151 Francisco Eudes dos Santos	Parque São José	17 06 96
152 Maria de Lourdes da Silva	-	17 06 96
153 Geneleuceuda Matos de Sousa	Praia do Futuro	18 06 96
154 Vicente Coelho Nascimento	Granja Portugal	19 06 96
155 Francisco de Assis R de Sousa	Barra do Ceará	19 06 96
156 Maria da C Silva de Aquino	Castelão	19 06 96
157 Isabel de Castro Gonçalves	Vila Condessa	19 06 96
158 Damiana da Silva Moraes	Colônia	19 06 96
159 Maria de Lourdes da Silva	Antônio Bezerra	19 06 96
160 Francisco Erivaldo Martins	Barra do Ceará	27 06 96
161 Eleni Gomes da Silva	Barra do Ceará	27 06 96
162 Salete Lima de Menezes	Barra do Ceará	28 06 96
163 Francisco Barbosa	Parque Santo Antônio	28 06 96
164 Luzia da Silva Santos	Jardim Iracema	28 06 96
165 Andréia Moreira Xavier	Jurema - Caucaia	28 06 96
166 Francisco Chagas da Costa	Capim Assu - Paraipaba	28 06 96

## 6. CONTEXTO DA ÁREA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

No próximo dia 3 de outubro, serão eleitos os novos prefeitos e vereadores de cada município do Estado do Ceará. Apesar da distância do pleito, vive-se em plena campanha eleitoral, se as questões sociais em épocas normais são abandonadas, de agora em diante serão lembradas, apenas para fins eleitorais. É neste clima que apresentamos o contexto de Justiça e Segurança Pública do primeiro semestre de 1996.

Na avaliação dos últimos dados sobre o perfil dos homicídios do Estado do Ceará, as estatísticas demonstram a crescente escalada da violência no trânsito. De agosto de 1992 a setembro de 1995 foram registrados 1.228 vítimas em colisão de veículos e atropelamentos e apenas nos quatro primeiros meses de 1996 esses números chegaram 191 vítimas.

Para o enfrentamento do problema não se tem observado uma aplicação de uma política de educação no trânsito mais eficiente, a fim de tolher a incidência de acidentes de trânsito com vítimas fatais.

A nível Federal convive-se com a burocracia para a aprovação do novo Código Nacional de Trânsito. Há três anos tramita no Congresso Nacional a nova legislação que determinará leis mais enérgicas em combate à impunidade, indubitavelmente, um dos maiores fatores que impulsiona crimes desta natureza.

No âmbito Estadual não há muita diferença, inexistente no Estado uma preocupação maior com a questão do trânsito, as vias são mal sinalizadas, ausência de campanhas educativas e de orientação em locais de risco, não há a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança, etc. A omissão do Departamento Estadual de Trânsito é visível, a única política de trânsito implementada pelo órgão são as instalações dos fotosensores em sinais de trânsito, que consiste em um equipamento sofisticado, que fotografa o motorista e a placa do carro infrator, acontece que desde a sua instalação, há três anos, foram arrecadados em multas 32 milhões de reais, e este dinheiro não veio em retorno no sentido de educar o motorista.

Além da lastimável situação do trânsito, percebe-se, a falência da polícia civil e militar. Um recente informativo-diagnóstico apresentou que as delegacias distritais do Estado possui em média 10 policiais, uma viatura deteriorada, 6 balas por ano. O armamento, muitas vezes, é comprado pelos próprios policiais, a total falta de estrutura física dos prédios onde funcionam, o salário não ultrapassa a R\$ 700,00 (setecentos reais), excluindo a posição de delegado, um dos menores do Nordeste. No ano de 1995, foi oferecido um único curso de Reciclagem Profissional com duração de 2 (duas) semanas, direcionado a alguns policiais.

No final de abril realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos onde se discutiu propostas e sugestões para o Plano Nacional de Direitos Humanos, percebe-se, a importância na referida conferência, onde as ONG's de Direitos Humanos puderam dar a sua contribuição. Embora, constata-se que o lançamento do plano não causou o impacto desejado. A nível de Ceará restringiu-se em dois únicos debates acerca do tema. O primeiro, no Programa Cena Pública (TV Ceará) e um debate na Rádio Universitária, ambos com a participação do CDPDH.

Ainda neste primeiro semestre começou-se a articular a organização de uma Pastoral Carcerária, com vistas a denunciar as irregularidades nos cárceres do Estado. Este movimento nasceu com a elaboração de um documento que diagnosticou a situação existente no Presídio Feminino Auri Moura Costa, onde foi apurado a superlotação, com excedente de 53 presas, sendo descumpridas todas as determinações da Lei de Execuções Penais e as Regras Mínimas da ONU no que concerne a alimentação, saúde, instalações físicas, higiene, classificação das detentas, etc. O documento não teve o caráter apenas denunciativo, mas também propositivo. Foram apresentadas diversas sugestões, entre elas o fim da ociosidade com instalações de bolsas de trabalho dentro da penitenciária, implementação de cursos de aperfeiçoamento e formação dos agentes prisionais e outros.

Na elaboração do documento - diagnóstico sobre o presídio, participaram o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza e Assembleia Legislativa, e a articulação da Pastoral Carcerária. Sentiu-se, a partir deste trabalho, a necessidade de uma Pastoral Carcerária organizada e atuante, visto que existia apenas pessoas com formação cristã, realizando um trabalho rotineiro de pregação dentro do presídio, sem nenhum cunho denunciativo ou político. A Pastoral Carcerária deverá representar a voz do preso na sociedade.

Analisa-se, por fim, que em muito pouco, na área de justiça e segurança pública melhorou. As pesquisas eleitorais encomendados pelos candidatos mostram que a Segurança Pública é um dos pontos que mais preocupa e aflige a população, espera-se que nesta eleição, isso não fique apenas na promessa, mas no comprometimento maior dos políticos com as questões sociais.



## **7. ATIVIDADES DA ÁREA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA**

### **7.1 PARTICIPAÇÃO NOS FÓRUNS E ARTICULAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Abrir canais de articulação com a sociedade
- Discutir os mais variados temas acerca dos direitos humanos
- Promover os direitos humanos

#### **METAS:**

- Articular as atividades em parceria com outras entidades de direitos humanos
- Discutir temas a fim de aprimorar a capacitação dos membros da equipe
- Promover o intercâmbio de experiências e atividades com as outras entidades

#### **PÚBLICO ALVO:**

- Comissões de Direitos Humanos
- Sociedade civil

#### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Participação no Movimento Nacional de Direitos Humanos como Conselheiro, Articulador Estadual e como Secretária Executiva do Regional Nordeste
- Participação na coordenação do Fórum Cearense de Direitos Humanos
- Participação na articulação da Pastoral Carcerária

#### **RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

- Carro
- Passagens
- Material de expediente
- Fax/Telefone

#### **RECURSOS HUMANOS:**

- 1 advogado
- 1 secretária



### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Entrosamento das 06 entidades filadas ao MNDH no Ceará, definindo pela co-responsabilidade na manutenção financeira do Banco de Dados
- Ação conjunta das entidades de direitos humanos no Estado
- Visão de conjunto do Regional Nordeste a partir da articulação do Conselho MNDH via Secretaria Executiva
- Em vias de institucionalização da Pastoral Carcerária

### **RESPONSÁVEIS:**

- Arabella
- Ana Maria

## **7.2. PARTICIPAÇÃO EM DEBATES, PALESTRAS E SEMINÁRIOS:**

### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Incidir em políticas públicas
- *Abrir canais de comunicação com a sociedade*
- Formar opinião
- Promover e conscientizar respeito aos direitos humanos

### **METAS:**

- Fornecer entendimento crítico sobre as políticas implementadas no âmbito de justiça e segurança pública e direitos humanos
- Aumentar a capacidade propositiva na órbita dos direitos humanos
- Promover a capacitação de lideranças comunitárias

### **PÚBLICO ALVO:**

- Órgãos oficiais do Estado ligados ao sistema de Justiça e Segurança Pública
- Entidades de direitos humanos e da sociedade civil em geral, sensibilizado com o problema de justiça e segurança pública
- Associações comunitárias



#### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Participação em reuniões em órgãos oficiais do Estado
- Participação na I Conferência Nacional de Direitos Humanos
- Debates nas comunidades
- Participação em programas de rádio e televisão

#### **RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

- Carro
- Computador
- Material de expediente
- Passagens
- Livros, revistas e jornais

#### **RECURSOS HUMANOS:**

- 1 advogado
- 1 secretária
- 1 digitador
- Diretor

#### **METODOLOGIA:**

- A partir de informações veiculadas na imprensa local considerando as peculiaridades dos temas abordados, são desenvolvidos debates, palestras, seminários
- Procurar formular intervenções que venham transmitir informações, formando opinião, incentivando uma atuação dos organismos estatais de justiça e segurança, denunciando as injustiças

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Participação em 4 debates públicos nas casas legislativas do Estado
- Elaboração de um curso sobre os direitos da mulher na comunidade (curso ministrado na periferia da cidade em parceria com o CDVHS - Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa)
- Participação em um programa de televisão, em dois programas de rádio e três entrevistas em jornais



#### **RESPONSÁVEIS:**

- Arabella
- Ana Maria
- Enildo
- Padre Lino

### **7.3. INFORMATIZAÇÃO PERMANENTE DOS DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA.**

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Fornecer sistematicamente à sociedade, um perfil dos homicídios ocorridos no Estado do Ceará
- Fomentar a discussão das necessidades de dispor de estatísticas criminais como instrumento indispensável para a formação de políticas públicas
- Permitir uma análise mais detalhada das circunstâncias que envolvem os crimes de homicídios

#### **METAS:**

- Atualização permanente do banco de Dados sobre homicídios
- Confronto de pesquisas pelos órgãos públicos traçando um parâmetro entre ambos
- Abrir canais de comunicação, via Imprensa, com a sociedade

#### **PÚBLICO ALVO:**

- Comunidade universitária
- Imprensa falada, escrita, televisiva
- Entidades congêneres
- Órgãos integrantes do sistema estatal de justiça e segurança pública

#### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Coleta de dados em jornais de maior circulação no Estado
- Pesquisa junto aos organismos públicos



#### **RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

- Carro
- Computador
- Material de expediente
- Fax / Telefone

#### **RECURSOS HUMANOS:**

- 1 advogado
- 1 secretária
- 1 digitador
- 1 estagiário de direito

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Utilização por parte da Imprensa dos dados sobre a violência coletados no livro o Perfil dos Homicídios N° 03
- Fornecimento de informações a universitários
- Participação com dados concretos sobre a violência, em debates e seminários

#### **RESPONSÁVEIS:**

- Arabella
- Ana Maria
- Enildo
- Cláudio

#### **7.4. PRODUÇÃO DE UM PROJETO SOBRE AS CONDIÇÕES DO PRESÍDIO FEMININO AURI MOURA COSTA**

##### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Diagnosticar a situação caótica do presídio
- Dirimir as péssimas condições em que se encontra o presídio
- Trabalhar articuladamente com a Pastoral Carcerária
- Denunciar as circunstâncias à sociedade

**METAS:**

- Incidir na atuação dos órgãos governamentais para o seu aprimoramento
- Melhorar as condições de vida das detentas
- Realizar atividade permanente de fiscalização no presídio

**PÚBLICO ALVO:**

- População carcerária feminina
- Agentes prisionais

**PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Diagnóstico físico das condições do presídio
- Visitas periódicas, onde foi constatada a má qualidade de vida das detentas, detectando irregularidades no que cerne à Lei de Execuções Penais e às regras mínimas da ONU

**RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

- Carro
- Computador
- Material de expediente
- Fax/Telefone

**RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS:**

- 1 advogado
- 1 secretária
- 1 digitador

**RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Elaboração de um projeto com todas as circunstâncias do presídio que foi levado ao Secretário de Justiça do Estado, onde aguarda a resposta

**7.5 AJUIZAMENTO DE AÇÕES COM CARÁTER DE EXEMPLARIDADE**

Devido à transição de advogados ocorrida neste primeiro semestre, não foi possível ajuizar as ações propostas, tendo apenas pego o caso de um ex-presidiário preso irregularmente que cobra uma indenização civil do Estado. Este processo encontra-se em fase de andamento.



### **OBJETIVO GERAL:**

- Apurar abuso de autoridade dos órgãos públicos
- reparar o dano moral causado
- denunciar à sociedade os abusos cometidos pelo aparelho estatal

### **METAS:**

- Ingressar com ação de reparação de danos
- Dar conhecimento à sociedade, via imprensa, das irregularidades cometidas
- Chamar a atenção dos órgãos públicos governamentais das injustiças que vêm sendo aplicadas

### **PÚBLICO ALVO:**

- Vítimas de graves injustiças ou pessoas que tiverem direitos fundamentais violados

### **RECURSOS MATERIAIS UTILIZADOS:**

- Computador
- Livros
- Material de expediente
- Carro

### **RECURSOS HUMANOS:**

- 1 advogado
- 1 estagiário de direito
- 1 digitador

### **RESPONSÁVEIS:**

- Arabella
- Cláudio
- Enildo



## **7.6. CONSULTAS JURÍDICAS E ORIENTAÇÕES EM CASOS DE DESRESPEITO AOS DIREITO HUMANOS.**

### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Manter o apoio às demandas das comunidades
- Incidir nas políticas públicas
- Promover o respeito dos Direitos Humanos

### **METAS:**

- Pressionar os organismos estatais para uma maior agilidade e eficiência na apuração de delitos contra a pessoa humana
- Qualificar e capacitar o público alvo, orientando juridicamente as pessoas sobre como proceder diante de casos de violência
- Selecionar casos a serem assumidos, como exemplares, pela Comissão de Justiça e Segurança Pública

### **PÚBLICO ALVO:**

- Vítimas de violência contra a pessoa humana, bem como seus familiares e pessoas carentes de informações jurídicas

## **8. REFORÇO INSTITUCIONAL**

### **8.1. ATENDIMENTOS DIÁRIOS COM SELEÇÃO DE CASOS A SEREM ACOMPANHADOS.**

#### **OBJETIVO GERAL:**

- Atender, a título consultivo, as comunidades carentes que buscam informações nesta entidade

#### **METAS:**

- Selecionar os casos que preencham os requisitos de acolhimento desta entidade
- Encaminhar para a adequada solução, as pessoas consultadas cujos problemas não preencham os requisitos e objetivos desta entidade

#### **PÚBLICO ALVO:**

- Pessoas carentes violadas em seus direitos

#### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Identificação da pessoa e do caso chegado e sua devida procedência (feito por um estagiário).
- Selecionado o caso, este é encaminhado à apreciação dos advogados
- Os casos acolhidos são somente os coletivos, excepcionalmente poderão ser acolhidos casos individuais

#### **RECURSOS MATERIAIS:**

- Material de expediente
- Computador

#### **RECURSOS HUMANOS:**

- 2 advogados
- 1 educador
- 1 estagiário
- 1 digitador



### **METODOLOGIA:**

- Atendimento em balcão com a devida orientação dos casos chegados ao CDPDH
- Seleção dos casos a serem acompanhados utilizando-se os critérios carência de recursos, caso coletivo, encaminhamento via organização comunitária

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Pressão junto aos setores públicos para o atendimento dos casos fora da demanda do CDPDH

- Incentivo às pessoas à cobrança dos serviços dos setores públicos

### **RESPONSÁVEIS:**

- Silvano
- Arabella
- Beto
- Thales
- Enildo

## **8.2. ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES**

### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Ampliar o poder de ação das ONG's e entidades comunitárias e/ou de defesa dos direitos humanos
- Agir em conjunto em questões referentes à defesa de pessoas ou comunidades violadas em seus direitos

### **METAS:**

- Participar de fóruns de debates sobre as temáticas terra e moradia e justiça e segurança pública
- Promover fóruns de entidades e associações comunitárias para troca de experiências

### **PÚBLICO ALVO:**

- ONG's de direitos humanos e afins (locais, nacionais e internacionais)
- Entidades e associações comunitárias



### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Participação em seminários e reuniões de ONG's
- Participação em articulações a nível regional, nacional e internacional

### **RECURSOS MATERIAIS:**

- Passagens rodoviárias e aéreas
- Telefone / Fax
- Material de escritório
- Cartas

### **RECURSOS HUMANOS:**

- Diretor
- Secretária
- Digitador
- Educador

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Participação em 1 (um) seminário de ONG's do Nordeste, estudando o perfil das ONG's nordestinas, fruto do Projeto DEMO - Desenvolvimento Institucional e Metodologias de Trabalho em ONG's do Nordeste

**OBS.:** Este projeto é uma parceria do Centro Luís Freire, ETAPAS, Centro Josué de Castro,

FASE, Centro Dom Hélder Câmara e SACTES

- Participação no Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), como conselheiro-articulador estadual e como secretaria executiva do regional nordeste Este último em parceria com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
- Participação no Habitat II em Istambul - Turquia
- Ligação com a HIC - Habitat Internacional Coalition
- Implementação do Fórum de entidades comunitárias da Barra do Ceará
- Participação no Fórum do litoral local (Fórum de defesa dos moradores do litoral)
- Articulação com o Fórum de entidades estaduais de defesa da moradia na COHAB - Companhia de Habitação

**RESPONSÁVEIS:**

- Padre Lino
- Ana Maria
- Enildo
- Beto

**8.3. CONTATOS PERIÓDICOS COM ENTIDADES COOPERANTES, BUSCANDO RECURSOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO.****OBJETIVOS GERAIS:**

- Reforço institucional

**METAS:**

- Atender de forma mais satisfatória ao público alvo
- Dar maiores condições de trabalho aos funcionários do Centro e melhores recursos materiais

**PÚBLICO ALVO:**

- Entidades cooperantes nacionais e internacionais
- Equipe do CDPDH

**PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Contatos com entidades cooperantes
- Capacitação na elaboração de projetos
- Maior articulação com outras ONG's

**RECURSOS MATERIAIS:**

- Cartas
- Fax / Telefone
- Viagens
- Material de escritório



### **RECURSOS HUMANOS:**

- Diretor
- Secretária
- Digitador
- Educador
- Setor contábil

### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Apoio da INTERMON
- Apoio da Caritas Nacional
- Apoio da Diocese de Bolzano
- Avanço, por parte da equipe, no entendimento atual das políticas de cooperação

### **RESPONSÁVEIS:**

- Padre Lino
- Ana Maria
- Emildo
- Beto
- Zenaide

## **8.4. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE**

### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Reforço institucional
- Qualificação da equipe

### **METAS:**

- Otimização do trabalho

### **PÚBLICO ALVO:**

- Integrantes do CDPDH

### **PROCEDIMENTOS ADOTADOS:**

- Maior controle por parte da direção, das atividades desenvolvidas pelos membros da equipe
- Reuniões quinzenais da equipe, discutindo o trabalho desenvolvido



- Participação em cursos e seminários sobre aspectos institucionais e relativos às temáticas trabalhadas pelo CDPDH
- Estabelecimento de maior rigor na contratação de funcionários e estagiários através de prova de seleção
- Curso de secretariado para a secretária
- Curso de Page Maker para o digitador
- Curso de folha de pagamento informatizada para o setor de contabilidade

#### **RESULTADOS ALCANÇADOS:**

- Equipe mais ágil em suas ações
- Avanços na confecção de relatórios, projetos e nas atividades desenvolvidas

#### **RESPONSÁVEIS:**

- Padre Lino
- Ana Maria
- Enildo
- Beto
- Zenaide



## 9. CONCLUSÃO

Ao concluirmos esse relatório, fica-nos a necessidade e a vontade de aprimorarmos cada vez mais o nosso trabalho

Sentimos ainda que necessitamos otimizar os trabalhos no sentido de haver um maior planejamento, o que pretendemos superar neste 2º semestre

Aos poucos, a equipe vai se articulando cada vez mais com o objetivo de atender a contento o nosso público alvo, as entidades que nos financiam e enfim, a sociedade na qual pretendemos causar um impacto maior com nossa ação



ANEXOS

PELO

DIREITO

DE

MORAR.



PROCURADOR DA ASSEMBLEIA  
227  
10

Sao Paulo '92

# PELO DIREITO DE MORAR...

JOSÉ DÁ ASSISTÊNCIA ÀS COMUNIDADES CARENTES E ESTÁ PARTICIPANDO DOS FÓRUMS DE DEBATES SOBRE MORADIA.

MARIA ESTÁ DESOLADA. SEM CASA PARA MORAR, IMPROVISOU UM ABRIGO COM PLÁSTICOS E PAPELÃO, DEBAIXO DO VIADUTO.

O QUE EU FAÇO PRA TER UMA CASA?



BOM DIA, DONA MARIA. POR QUE TANTA RECLAMAÇÃO?

DO QUE É QUE VOCÊ ESTÁ FALANDO?



JÁ EXISTE UMA ESPERANÇA, BASTA QUE HAJA ORGANIZAÇÃO

DO FUNDO DE TERRAS DO MUNICÍPIO.

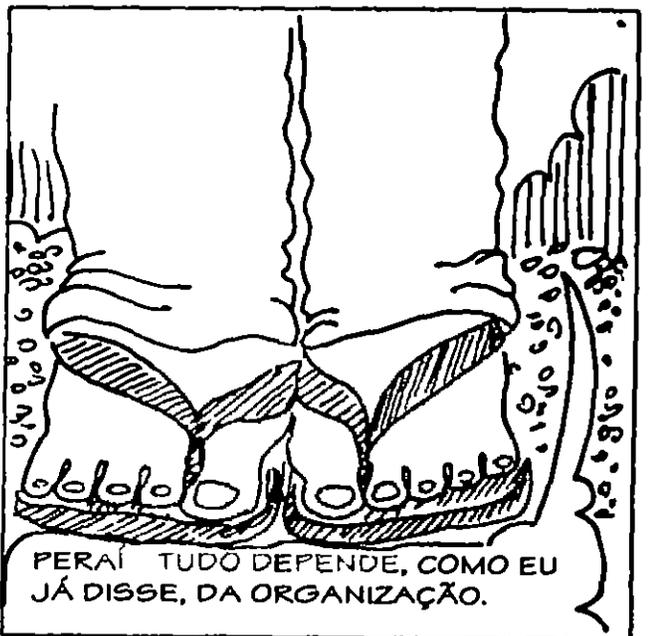
AGORA COMPLICOU..

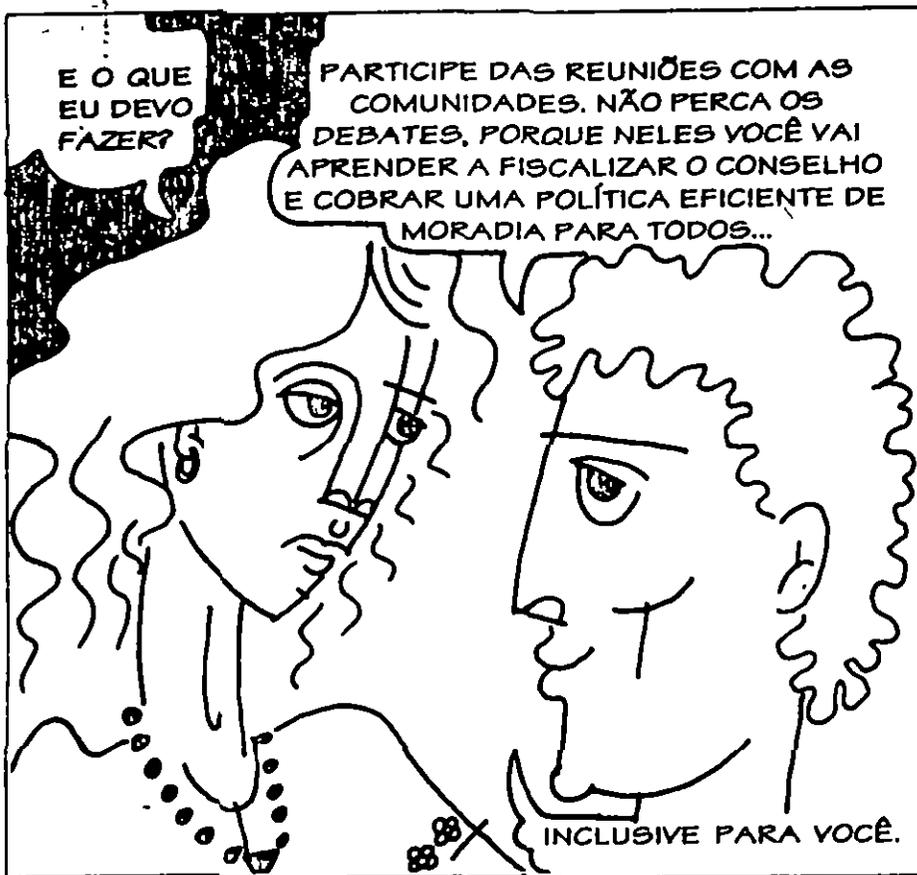
O FUNDO QUE EXISTE DESDE 1990, SÃO TERRENOS DESTINADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES.

DE ONDE VÊM ESSES TERRENOS, QUE NINGUÉM VÊ?



VÊM DAS IMOBILIÁRIAS, QUE SÃO OBRIGADAS A DOAR 5% DE SEUS LOTEAMENTOS PARA A PREFEITURA.





FIM

## CONHEÇA A HISTÓRIA

- 1979 — CÁRITAS PESQUISA FAVELAS DE FORTALEZA.
- 1982 — CNBB CRITICA BNH.
- 1984 — PROAFA CATALOGA 241 FAVELAS NA GRANDE FORTALEZA.
- 1984 — AMEAÇA DE DESPEJO A 70 FAMÍLIAS DA ÁGUA FRIA.
- 1986 — MDF REALIZA VI CONGRESSO NACIONAL DOS FAVELADOS, EM FORTALEZA.
- 1986 — PASTORAL URBANA DISCUTE "DIREITOS DA HABITAÇÃO".
- 1987 — SEM-TETO OCUPAM CAMDEBA.
- 1989 — CRIADO (ENGAVETADO) PROJETO PRÓ-FAVELA.
- 1990 — CRIAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PREVENDO O FUNDO DE TERRAS.
- 1990 — APROVADO NA CÂMARA, O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR (COMHAP), PROPOSTO PELO VEREADOR DURVAL FERRAZ.
- 1990 — O COMHAP É VETADO PELO PREFEITO JURACI MAGALHÃES.
- 1995 — VEREADOR CHICO LOPES PROPÕE PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS OCUPANTES DE TERRENOS.
- 1995 — CRIADO O FÓRUM DE MORADIA, COM REUNIÕES NA COHAB.
- 1995 — I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE HABITAÇÃO.
- 1995 — REINICIADA A DISCUSSÃO DO FUNDO DE TERRAS E DO COMHAP.
- 1996 — ACOMPANHAMENTO NA PREFEITURA PELO FUNDO DE TERRAS E COMHAP.
- 1996 — AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O PREFEITO SOLICITA A CRIAÇÃO DO COMHAP.
- 1996 — AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS VEREADORES.

PUBLICAÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE DO  
MOVIMENTO PRÓ - COMHAP.  
ENTIDADES PARTICIPANTES:  
CDPDH, CNBB, PASTORAL DO SOLO  
URBANO, IAB, CEBs, COMISSÃO DE  
DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA DOS  
VEREADORES DE FORTALEZA.  
TEXTO: ANA MARIA.  
COLABORAÇÃO: ANOTE - AGÊNCIA  
DE NOTÍCIAS ESPERANÇA  
PROJETO GRÁFICO E  
DIAGRAMAÇÃO: ELIZEU DE SOUSA.  
DESENHOS: IVO DE SOUSA.  
ENDEREÇO PARA CONTATO:  
CDPDH  
RUA SOBRAL, S/N - CENTRO -  
CATEDRAL  
FORTALEZA, CEARÁ  
FONE (085) 226 1953  
FAX (085) 252 1642  
MAIO DE 1996





7A/ FORTALEZA-CEARÁ  
TERÇA-FEIRA, 11/JUNHO/1996

## O POVO/INTERNACIONAL

### *Meio milhão de pessoas exigem direito de moradia*

Uma petição com meio milhão de assinaturas recolhidas em 72 países foi entregue ontem, em *Istambul*, ao Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), Wally N'Dow, apelando ao reconhecimento do "direito à moradia como um direito humano fundamental" e à tomada de medidas efetivas para dar teto a 100 milhões de pessoas desabrigadas no Planeta.

A entrega da petição acontece depois do acordo alcançado na sexta-feira passada, na Conferência sobre o direito à moradia, e que deixou em aberto alguns pontos delicados: o dos despejos e, principalmente, o das finanças, que estavam sendo examinados ontem pela Comissão

de Cooperação Internacional.

O acordo sobre o direito à moradia permitiu à Conferência entrar na reta final de adoção de um Plano Global de Ação, que deve estar concluído amanhã à noite. Esse plano deverá ser adotado no encerramento da Conferência, sexta-feira, que será marcado pela ausência dos principais chefes de Estado e de Governo do Planeta.

■ Mas ainda falta examinar o delicado tema dos desabrigados, dos recursos e da continuidade institucional da Habitat II — informou a técnica brasileira Raquel Rolonic.

Além disso, voltaram ao primeiro plano em *Istambul* alguns temas que dividiram a Conferência de Pequim entre a "Santa

Aliança", formada pelo Vaticano e as nações islâmicas, e os países "progressistas", tais como a questão da saúde reprodutiva e da família — confirmou brasileira, opinando que o Vaticano está numa posição muito ofensiva.

■ Os Jogos Olímpicos não significam somente medalhas, prestígio e renda extra. Também provocam expulsões, deslocamentos forçados e aluguéis mais altos na cidade-sede, afirmaram delegados presentes na Habitat II.

Em Atlanta (EUA), que se prepara para sediar em julho a Olimpíada de 1996, as autoridades expulsaram cerca de 500 famílias e destruíram dois refúgios para pessoas sem teto.



# O POVO

ÚLTIMAS

Fortaleza-CE, quarta-feira

5 de junho de 1996

## Ocupações de terra cresceram 100% em 5 anos, diz a Igreja

As ocupações de terras no País e o número de famílias envolvidas nessas ações cresceram 100% nos últimos cinco anos. É o que revela o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, sobre os conflitos de terra em 1995. Em 1991, ocorreram 77 ocupações com 14.720 famílias. Em 1995, foram 146 invasões (30.476 famílias). Em 1994, 119, envolvendo 20.516 famílias. A direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) prevê novo crescimento das ocupações em 1996. O documento, com prefácio de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, foi divulgado ontem à tarde na capital paulista.



Arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns

# Presídio feminino



A extrema precariedade das instalações do Instituto penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa foi denunciado em relatório elaborado por uma comissão formada por representantes das comissões de direitos humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, Assembleia Legislativa e Pastoral Carcerária, depois de inspeção feita ao local

O absurdo da situação é facilmente detectado quando se vê uma população carcerária de 120 pessoas ocupar um espaço criado originalmente para abrigar 25. O imóvel além de exíguo — não foi construído para ser presídio — está completamente deteriorado, com suas instalações praticamente destruídas. Sanitários quebrados e entupidos, fossa a céu aberto, celas sem arejamento, inexistência de lavanderia apropriada, presença de insetos e ratos nas dependências etc.

Sabe-se da dificuldade de obtenção de recursos, no momento em que o Estado brasileiro se encontra envolto em sua pior crise, mas é inaceitável o que se passa no presídio feminino. A final de contas ali estão encarcerados seres humanos e é obrigação do Estado, como carcereiro, garantir condições dignas aos que ficam sob sua guarda. O Brasil vem sendo apontado como um contumaz violador dos direitos humanos e um dos motivos para essa classificação está no tratamento dado à população carcerária. Cenas de delegacias e presídios superlotados têm horrorizado a comunidade internacional. Não é o fato de muitos dos presos serem criminosos da pior espécie que se lhes vai negar um tratamento minimamente decente. Até as legislações sobre direito dos animais não permitem que eles sejam alojados de maneira inadequada.

O relatório dos representantes das entidades responsável pela denúncia

apresenta também sugestões para solucionar o problema e foi entregue à Secretaria de Justiça. O documento recomenda obras de manutenção, aluguel da área contígua para ampliar o espaço, a aquisição de utensílios e equipamentos, etc. Evidentemente a solução ideal será a construção de um presídio feminino com instalações apropriadas. O problema é que se persistir a atual visão do Direito Penal, com a ênfase na pena privativa da liberdade, jamais se chegará a uma situação razoável no que tange às instalações carcerárias, pois estas sempre se tornarão insuficientes devido ao crescimento constante do número de presidiários. Ora, a tendência mundial é de se aplicar pena privativa de liberdade apenas aos indivíduos considera-

**O absurdo da situação é facilmente detectado quando se vê uma população carcerária de 120 pessoas ocupar um espaço criado originalmente para abrigar 25.**

dos ameaçadores à sociedade. Os demais devem ser penalizados com serviços prestados à comunidade, pois assim o castigo passa a ter um caráter reeducativo e reparativo.

Numa situação de profunda desigualdade social como a existente no Brasil, onde as camadas são excluídas dos benefícios do progresso, a tendência inexorável é o aumento do número de infratores. Nunca haverá presídios suficientes para abrigar os condenados pela Justiça. Por outro lado, o Estado não tem condições de bancar os custos dessa estrutura carcerária. É imperativo, portanto, a mudança da legislação penal para esvaziar mais os presídios, além de reformas estruturais para pôr fim ao escandaloso desequilíbrio social. Mas até se conseguir ambas as mudanças (a forma-jurídica e a socioeconômica), o poder público tem a obrigação de criar condições minimamente adequadas para sua população carcerária. É o que se espera em relação ao Instituto Penal Feminino.

07/06/96  
O POVO - Editorial



Fortaleza, Ceará — Quarta-feira, 22 de maio de 1996

Diário do Nordeste

CIDADE

## Moradores do Poço da Draga festejam obra de urbanização

"Após dois anos de luta, estamos conseguindo agora um grande avanço para nossa comunidade". A frase de Rocilda Lima Ferreira, presidente da Associação dos Moradores do Poço da Draga, define o que a comunidade está pensando da construção do Complexo Sócio-Comunitário do Poço da Draga. O projeto, que deverá estar se transformando em realidade a partir de maio, prevê o erguimento de um condomínio de 256 apartamentos distribuídos em 16 blocos de quatro andares.

Vinte e seis famílias não ficaram satisfeitas com a idéia de morarem em apartamentos pelo fato de criarem porcos, galinhas ou outros animais. Nesse caso, a solução encontrada foi o pagamento de uma indenização e cadastramento na Prefeitura em outros mutirões.

Os apartamentos serão qualificados em três modalidades diferentes de acordo com o tamanho da família, priorizando aqueles localizados no térreo para deficientes físicos e idosos. "A maior vitória será a questão do saneamento, já que atualmente a menor chuva inunda tudo por aqui", colocou outra moradora. "Eles estão

prometendo os edifícios com cerâmica e azulejos. Além disso, não entrarão carros, o que dará segurança para as crianças brincarem na rua", vislumbrou Rocilda.

Exatamente pensando nas crianças, o projeto que viabilizará a extensão da avenida Beira-Mar e a urbanização da Praia de Iracema - conta com uma creche para crianças de zero a seis anos, berçário, escola de primeiro grau com nove salas de aula, posto de saúde, unidade de profissionalização, quadra polivalente e vários "play-grounds". Os proprietários dos 27 pontos comerciais existentes na comunidade não serão prejudicados.

Isto tudo acontecerá numa quadra de 1,55 hectare (15 500 metros quadrados) por trás dos galpões de armazenamento da avenida Pessoa Anta, entre a rua Boris e a avenida Alberto Nepomuceno. "Foi uma conquista da comunidade. Este será um projeto pioneiro em que a moradia estará diretamente ligada à paisagem, ao turismo, ao comércio, sem ferir em nada as pessoas ou a cidade", definiu o educador do Centro de Estudos e Pesquisas Humanistas da Universidade Federal do Ceará, Roberto Mattos Cabral.



Fortaleza, Ceará, Terça-feira, 21 de maio de 1996.

Diário do Nordeste  
CIDADE

# Sem teto discutem a criação do Comhap

Representantes de diversas comunidades estiveram ontem à tarde no Seminário da Praia para discutir o projeto de lei que trata da criação do Conselho Municipal de Habitação Popular (Comhap). A função primordial do Comhap seria fazer a sociedade participar do gerenciamento do Fundo de Terras da Prefeitura, que foi criado em 1989.

De acordo com a Lei Orgânica, de 90, 5% de cada loteamento feito na cidade deveria ser revertido para solução do problema de falta de moradia. "A maioria das construções é feita na Aldeota, zona nobre da cidade. Cada pedaço daqui seria triplicado quando transferido para periferia. Dá para imaginar quantas casas poderiam ser erguidas?", questiona o educador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, José Roberto "Beto" Matos Cabral.

Esta é a grande questão. Não há um esclarecimento de quanto foi arrecadado e mal se sabe onde foi investido. O projeto do Comhap foi concebido juntamente com o Fundo em 90 pelo vereador petista Durval Ferraz. Aprovado pela Câmara, o projeto foi vetado pelo então prefeito Juraci Magalhães, vindo em seguida no esquecimento.

Após prometer em novembro a revitalização da idéia, a Prefeitura acaba de mandar à Arquidiocese novo projeto-de-lei (baseado no primeiro) que pretende regularizar o Comhap. Para Beto, este pode ser um caminho para solução do déficit de moradia, já que ele não crê no Sistema Financeiro e aponta críticas ao sistema de nutridores. Para que o conselho ganhe representatividade, várias instituições já se comprometeram, como por exemplo, a Câmara Municipal de Fortaleza, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação das Empresas Construtoras do Ceará e CNBB.

Fortaleza-Ceará  
TERÇA-FEIRA 21/MAIO/1996

O POVO/CIDADES

# Enviado à Câmara projeto de lei criando Conselho da Habitação

Após seis anos de espera, finalmente o Executivo municipal enviou para apreciação da Câmara de Vereadores o projeto de lei que cria o Conselho Municipal da Habitação (Comha). Depois de algumas emendas acrescentadas pelo parlamentar, o prefeito Antônio Cambrata terá um prazo máximo de 30 dias para instalar o colegiado do Conselho, que atuará como garantia da sociedade civil no gerenciamento do fundo de terras (conquistada através do artigo 152 da Lei Orgânica do Município).

Uma vez que o fundo de terras obriga as construtoras de Fortaleza a empregar 5% do valor total de cada loteamento na habitação popular, torna-se evidente a necessidade de criação de um conselho, composto por organizações governamentais e não governamentais, que tivesse por objetivo principal a orientação e fiscalização do procedimento adotado pelas empreiteiras no sentido de fazer valer a lei em sua integridade. Estando o movimento popular sem nenhum controle sobre a forma como está sendo feita a troca de terras de uma localização para outra, a questão passa ser administrada pelas próprias construtoras, o que colocaria muitos pontos sob suspeita. Segundo o vereador Durval Ferraz, há uma obra sendo feita num bairro valorizado, como Aldeota, por exemplo, a área destinada à construção das casas populares é sequestrada por outra área menos valorizada. Nessa proporção, o valor real em questão é que deve ser considerado e não o tamanho da área, pois, segundo ele, "dessa forma a sociedade estaria sendo lesada, já que o terreno da periferia seria em média três vezes maior que o da área valorizada".



## O POVO

### O QUE PREVÊ O PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

#### POLÍCIA X CIDADÃO

- Mudar a lei que trata do porte de armas por cidadãos. A pessoa terá de comprovar "rigorosa" necessidade. Implementar programas de desarmamento.
- Incluir nas academias policiais cursos sobre direitos humanos. Criar e fortalecer as corregedorias de polícia.
- Atribuir à Justiça Federal a competência para julgar os crimes praticados contra os direitos humanos.
- Apoio ao projeto do deputado Hélio Bicudo (PT/SP), que transfere para a Justiça comum os crimes praticados por militares.
- Apoiar programas de emergência para corrigir as irregularidades das prisões. Criar novos presídios e aumentar o número de vagas no país.
- Propor leis para estabelecer penas alternativas à prisão para os crimes não-violentos.
- Incrementar a desativação da Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru) e de outros presídios que contrariem as normas internacionais.

#### REFORMA AGRÁRIA

- Defende a presença de um representante do Ministério Público nas ações de reintegração de posse de terras.
- Apoiar projetos que acelerem a desapropriação de terras para a reforma agrária e que assegurem "cautela" na concessão de liminares.

#### MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA

- Modernização do Judiciário para agilizar processos e fortalecer a proteção aos direitos humanos.
- Aprovação do projeto de lei que define o crime de tortura.
- Reformular o CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), ampliando a representação da sociedade.
- Estimular a criação de órgãos "Disque Denúncia" em todo o país.
- Fortalecer e dar autonomia aos institutos de criminalística. Criação de um cadastro nacional de identificação nacional.

#### PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

- Mapear os programas de rádio e TV que estimulem o crime e a discriminação de qualquer natureza para adotar as medidas legais pertinentes.
- Rever a legislação para coibir o trabalho forçado.
- Criar divisões especiais de polícia para coibir o trabalho forçado, em especial o das crianças.
- Incentivar os programas para limitar o impacto do consumo de drogas ilícitas.
- Propor alterações na legislação para limitar a violência doméstica contra a criança.
- Propor mudanças na lei para punir quem promove o trabalho infantil e a exploração sexual infanto-juvenil.
- Instituir uma política nacional de estímulo à adoção de crianças abandonadas.

- Apoiar o GTEDECO (GT Discriminação no Emprego e Trabalho).

#### PROTEÇÃO A MULHERES E NEGROS

- Propor legislação proibindo todo o tipo de discriminação.
- Apoiar o projeto de lei que define o crime de violência contra a mulher.
- Regular o artigo 7 da Constituição, que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher por intermédio de incentivos específicos.
- Inclusão do quórum "coram" em todos os sistemas de informações sobre a população.
- Estimular a presença dos grupos étnicos em propagandas do governo.
- Desenvolver ações afirmativas para mulheres em cursos profissionalizantes e de tecnologia de ponta.

#### INDÍGENAS

- Demarcar as terras indígenas ainda não regularizadas.
- Reorganizar e dotar a FUNAI (Fundação Indígena) de recursos para promover a demarcação dos territórios dos índios.
- Garantir aos índios assistência na área de saúde.

#### FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

- Instituir a concessão gratuita de carteira de identidade de âmbito nacional. Lançar campanha nacional de educação tirando documentos como carteira de trabalho, título de eleitor etc.
- Incentivar as campanhas de prevenção e informação sobre a Aids.
- Estimular a criação de presônias municipais.
- Fortalecer os programas de assistência ao idoso e generalizar o passe livre aos idosos no transporte público.
- Formular políticas de área com vistas à prevenção, assistência e remoção de barreiras físicas para o idoso de se locomover.
- Criar nas escolas programas de educação para o respeito aos direitos humanos.

#### ESTADOS

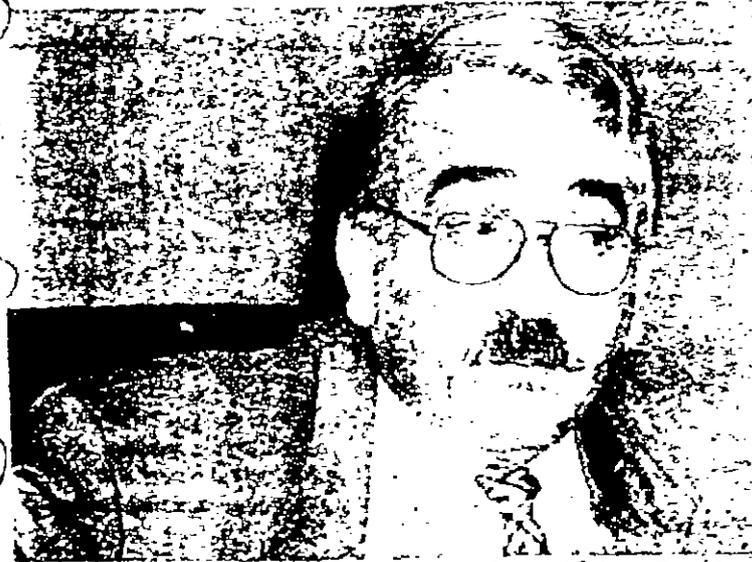
- Criação de um Cadastro Geral de Indígenas que relacione os Estados, municípios, indígenas e direitos humanos, para evitar "trabalhos inadimplentes" sociais.
- Atribuir, anualmente, o Prêmio Nacional de Direitos Humanos.
- Desenvolver campanha publicitária sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos.
- O Ministério da Justiça vai apresentar ao presidente da República, de quatro em quatro meses, um relatório sobre a implementação do programa.



C. P. 10  
04-05-96

# Lei do Solo é criticada em seminário na Câmara Municipal

FOTO: BANCO DE DADOS



Atila Bezerra é Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

Num plenário repleto de empresários e técnicos dos mais diversos órgãos governamentais ou não e poucos vereadores, teve início ontem às 14 horas o seminário da Câmara Municipal de Fortaleza que visa a discutir durante três dias o projeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que será votado ainda este semestre

Enquanto no plenário, o Superintendente do Iplam, Paulo César Batista, dissertava sobre "As inovações na lei de uso e ocupação do solo e o Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano", nos bastidores o Presidente da Associação dos Profissionais de Arquitetura do Ceará, Jayme Leitão, fazia pesadas críticas ao projeto apresentado, queixando-se da falta de participação de enti-

dades como a sua e de órgãos da própria Prefeitura, como a Splam, na elaboração "Não estamos aqui para referendar o que está sendo posto" — afirmava.

A principal falha da nova lei, apontada por Leitão, seria a mudança do índice ocupação que determina o espaço a ser construído em cada terreno "Antes, em uma área de 100 metros quadrados, por exemplo, eu só poderia levantar uma construção com esse mesmo tamanho, descontando os espaços regulamentados devidos e ocupando o espaço criado (aéreo). Agora, eu posso construir quanto quero, contanto que pague à Prefeitura pelos espaços a mais. Isso acarretará numa explosão de adensamento urbano em áreas como a Aldeota"

explica. "Com a preocupação única e exclusiva de arrecadar, deixou-se de lado questões como a qualidade do desenho urbano da cidade, ventilação e o estabelecimento de áreas verdes" — denuncia

Além da mudança no índice de ocupação, o vereador Cid Marconi (PSDB) aponta como grave a questão do redimensionamento da área mínima para lotes de assentamentos "A lei federal prevê 125 m<sup>2</sup>, a lei de solo vigente em Fortaleza estabelece 100 m<sup>2</sup> e a nova lei propõe 50 m<sup>2</sup>, sendo que o espaço para construção é de apenas 25 m<sup>2</sup>. Aprovar esse ponto do projeto seria instituir a favelização, pois não há condições dignas de vida nesse espaço determinado" — acredita Marconi

Para Atila Bezerra, Presidente da Câmara, com o seminário está sendo dada uma oportunidade para a sociedade levantar uma ampla discussão. Ele ressalta a importância de tecer-se um projeto consensual visto que irá vigorar por cerca de 20 anos "A cidade cresceu muito e a antiga lei estava uma colcha de retalhos. É preciso que se discuta agora para que isso não ocorra com a nova" — acredita

Segundo Bezerra, as sugestões dadas tanto no seminário em curso quanto nas discussões setoriais que foram realizadas pelo Iplam serão assimiladas e oportunamente transformadas em emendas, servindo de subsídios para o parecer técnico que será feito pela Comissão de Urbanismo da Câmara

# Nova Lei do Uso e Ocupação do Solo entra em debate na Câmara

PROCURADORIA DA ASSOCIAÇÃO LEGISLATIVA  
FLS. Nº 230  
10

O projeto de lei de Uso e Ocupação do Solo, que vem sendo elaborado desde 1994 pelo Instituto de Planejamento do Município (Iplam), começou a ser discutido amplamente por diversos segmentos da sociedade, em Seminário aberto ontem na Câmara Municipal de Fortaleza e que prossegue até amanhã. Já no primeiro dia de realização do evento foram apresentadas críticas ao projeto de lei, sobretudo no que se refere às mudanças no índice de ocupação da cidade, à definição de áreas de interesse ambiental e à área para reassentamento de famílias carentes.

Ontem, participou do seminário como expositor o superintendente do Instituto de Planejamento do Município (Iplam), Paulo César de Sousa Batista. Embora, na ocasião, tenham surgido críticas dando conta da pouca discussão da matéria com a sociedade, o superintendente garantiu que desde 94 as mudanças na Lei de Ocupação do Uso do Solo vêm sendo motivo de reuniões entre o Iplam e representantes de entidades ligadas aos arquitetos, engenheiros e agrônomos, entre outras. Em 95, lembrou ele, o projeto recebeu novas contribuições, após ser feita uma avaliação interna em diversos órgãos da prefeitura. "De fevereiro para cá, o projeto de lei está sendo levado para discussão nas universidades, Companhia de Habitação do Ceará (Cohab), Departamento Estadual do Trânsito (Detran), entidades empresariais e outras", explicou.

Segundo o superintendente do Iplam, se aprovada, a nova lei regulamentará o Plano Diretor da cidade, definirá o zoneamento de Fortaleza, o sistema viário, áreas de preservação ambiental e parâmetros para construção por tipo de ocupação (zonas de habitação, comércio, indústria etc.) Paulo César Batista informou que o impacto do Metrofor sobre Fortaleza não pôde ser incluído nos estudos porque, quando ele foi concebido, em 79, não existia o Sistema Integrado de Transportes. "O Sistema Integrado de Transporte conduz diariamente um milhão de pessoas e o Metrofor transportará 300 mil/dia. Portanto, não sabemos qual impacto o Metrofor trará e ele também, precisará ser redimensionado", disse.

"O projeto apresenta inovações



Matéria começou a ser discutida ontem por diversos segmentos da sociedade

importantes, que contribuirão significativamente para o desenvolvimento ordenado da cidade. A primeira delas é a nova definição das categorias de vias integrantes do sistema viário básico e a estreita relação que é feita na lei entre a capacidade dessas vias e a dimensão e a natureza dos empreendimentos permitidos", lembrou o superintendente do Iplam.

O vereador Cid Marconi ressaltou ser "este o momento para a Câmara apresentar emendas ao projeto de lei", fazendo restrições à proposta do Executivo no que se refere ao reassentamento de populações carentes. "A lei federal determina que uma casa deve ser construída em um terreno de no mínimo 125 metros quadrados, a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente em Fortaleza determina 100 metros quadrados como área mínima do terreno e 50% para área construída", citou, frisando que a proposta da Prefeitura (através do projeto de lei apresentado pelo Iplam) é de um terreno mínimo de 50 metros quadrados e 25 metros quadrado (50% do total) de área construída. "Com isso, teremos casas de 5 metros por 5 metros, verdadeiros cubículos", disse o vereador.

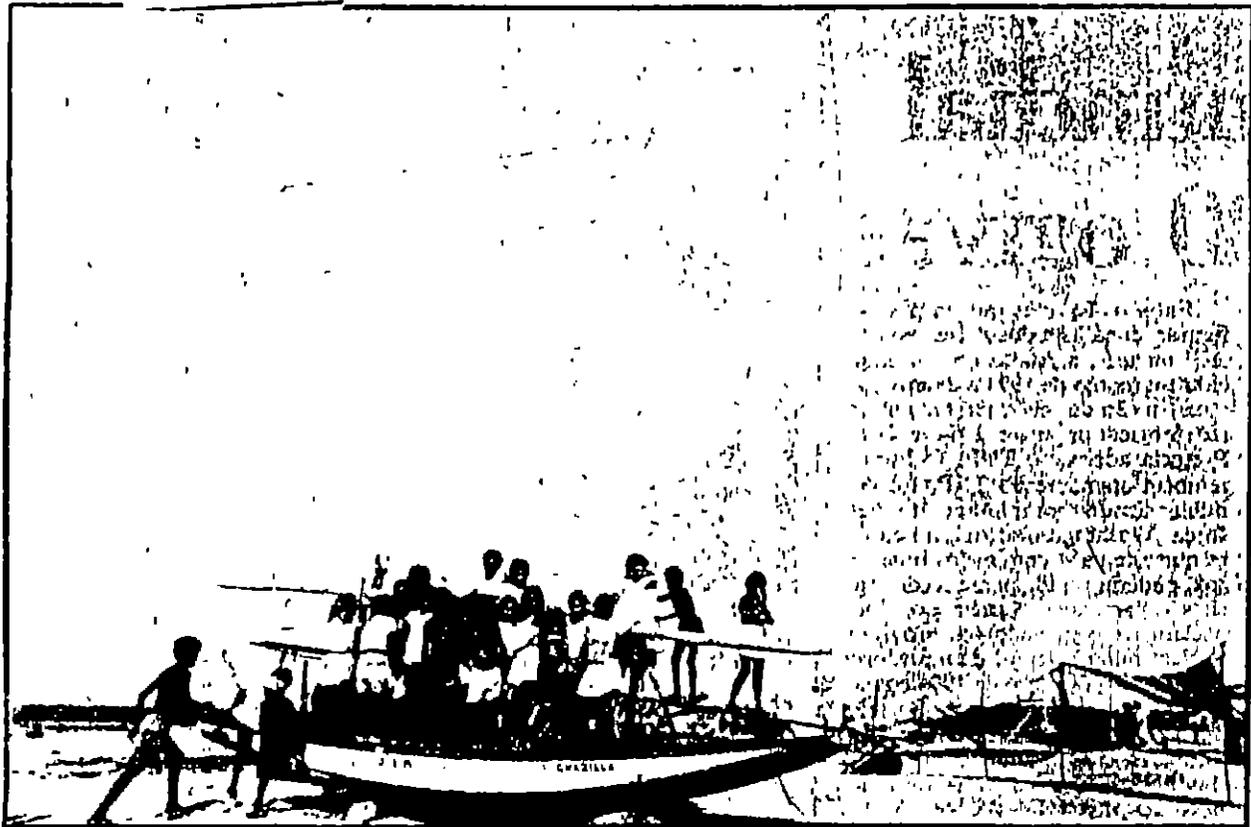
O presidente da Associação de Profissionais de Arquitetura do Ceará, Jaime Leitão, reclamou da pouca participação da sociedade nas discussões sobre as propostas da Prefeitura, ressaltando que nos três dias de seminário (ontem, hoje e amanhã)

apenas representantes do Iplam participarão como expositores. "Receio a existência de um pacto para o projeto de lei seja aprovado sem as devidas modificações", alertou, explicando: "existir um equívoco, pois muitos acreditam que o projeto de lei pretende diminuir a concentração de construções na cidade, quando na realidade ela quer é aumentar essa concentração".

Jaime Leitão garantiu, por exemplo, que se aprovada a nova lei, aumentará o índice de construções em Fortaleza, desde que o proprietário de terrenos pague ao poder público "pelo solo criado". "Não há, portanto, um desejo de reduzir os níveis de construção, há sim um enorme apetite fiscal", frisou, denunciando, ainda, uma falta de preocupação com o "desenho" a estética da cidade.

Para o presidente do Partido Verde, João Saraiva, a aprovação da Lei do Uso e Ocupação do Solo precisa ser um processo democrático. "Vim para me inteirar das propostas e conhecer qual é a preocupação com as questões ambientais", disse João Saraiva. Ele questionou o porquê da Barra do Ceará e as dunas das Colibeiras não estarem incluídas em Área de Interesse Ambiental, como ocorreu com a Praia do Futuro e a Sabiaguaba. "As dunas da cidade estão sendo ocupadas de forma inadequada, assim como até os mangues da Avenida Rogaciano Leite", denunciou.

Diário do Nordeste  
04-05-96



Crianças da comunidade da Prainha do Canto Verde, litoral de Beberibe

# Canto Verde zera índice de mortalidade infantil

O Conselho Comunitário de Prainha do Canto Verde comemora nesta sexta-feira, (02), o primeiro ano - 1995 - em que foi zerada a taxa de mortalidade infantil na localidade, situada no município de Beberibe. O trabalho nesse sentido teve início a partir dos dados constantes na tese de mestrado em Enfermagem, da Escola Paulista de Medicina - Diagnóstico de Saúde Materno-Infantil da Comunidade de Pescadores da Prainha do Canto Verde - da cearense Marialda Moreira Cristoffel. De posse das informações, a Associação dos Moradores de Prainha do Canto Verde embarcou em uma luta contra a mortalidade infantil e a desnutrição.

O projeto encontrou o apoio da Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde e foi financiado com recursos da prefeitura de Meilim, cidadezinha localizada à

beira do lago de Zurique, na Suíça, e do casal suíço Cecília e Hartmann Kochlin. O diagnóstico demonstrou a crítica situação de saúde do povo de Prainha. Falta assistência médica, transporte de doentes, 35% das crianças de zero a cinco anos apresentam subnutrição crônica, taxa de mortalidade infantil em torno dos 16% - 60% das óbitos causados por diarreia e baixo índice de aleitamento materno.

A tese também forneceu sugestões e soluções. Foram elas: orientação sobre dieta e nutrientes, acompanhamento por agentes de saúde, redução da incidência das infecções gastrointestinais, através da terapia de reidratação oral, parto hospitalar com transporte comunitário e melhoria da alimentação de creches comunitárias.

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Desde 1994, uma série de atividades são desenvolvidas, tendo como objetivo a melhoria da saúde daquela população. Foram efetuadas ações de atendimento a crianças de 18 meses a um ano na creche comunitária, implantação de horta comunitária, identificação dos partos de risco e palestras quanto aos direitos reprodutivos, sexualidade, concepção e contracepção, entre outras.

A própria comunidade assumiu o compromisso através da criação do Conselho local de Saúde, visando o envolvimento dos moradores para atingir os objetivos pretendidos. Hoje, três anos depois, a comunidade comemora os resultados. O quadro de saúde obtido hoje revela uma melhoria significativamente na área materno infantil.

Três áreas, localizadas nas regiões do Sertão Central — próxima a Canindé —, no Cariri e no espaço metropolitano de Fortaleza, deverão fazer parte da estratégia de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais no Ceará ainda no primeiro semestre deste ano. As datas das ocupações não foram acertadas, mas já se sabe que pelo menos 2.500 famílias deverão participar.

A informação é confirmada ao O POVO por Fátima Ribeiro, membro da Diretoria Nacional do MST e que compõe a coordenação cearense. Ela participa, de hoje até sábado (27), em Salvador, do VIII Encontro Nacional do MST, onde serão definidos os principais assuntos do Movimento em 1996. Além das estratégias para o ano, serão discutidos os ganhos e perdas de 1995 e escolhidos os 21 novos integrantes da diretoria no país.

Delegações de 22 Estados onde o MST está organizado, com 166 representantes, irão à capital baiana. Os dez delegados cearenses viajaram ontem pela manhã. O encontro acontece a cada dois anos e será aberto hoje às 20 horas. A indicação dos nomes candidatos à nova diretoria do MST será feita amanhã e quinta-feira, com a eleição e posse ocorrendo no sábado. Os temas debatidos a partir de hoje serão "Conjuntura Política e Agrária" e "Como Ampliar a Reforma Agrária". José Rainha Júnior, líder nas ocupações do Pontal do Paranapanema, no interior paulista, e sua mulher, Diolinda Alves de Souza, confirmaram presença.

"De antemão, 1995 pode ser considerado um ano positivo" — avalia Fátima Ribeiro. O Governo teria terminado o ano pressionado, segundo ela, para a execução imediata da Reforma Agrária. A estratégia de relevar o problema na sociedade funcionou, mas a diretora diz que a administração federal acabou não atingindo suas metas e o MST desistiu das negociações. "A promessa era assentar 40 mil novas famílias no ano passado, mas só conseguiram 12.160" — informa.

Até dezembro último, o MST notificava 585 áreas sob conflito no Brasil, com 20 mil famílias assentadas. Em novembro, houve trégua no Pontal de Paranapanema. O acordo foi rompido no último sábado (20).



Fátima Ribeiro é Diretora Nacional do Movimento dos Sem-Terra

## Área é próxima à Capital

"Se possível, só uma das ocupações deverá ter cerca de mil famílias" — confirma a diretora Fátima Ribeiro, sobre os planos do MST no Ceará. É o primeiro mapa de ocupação anunciado para o Estado neste ano. A área a ser tomada é situada na região metropolitana da Capital. Fátima Ribeiro diz que as táticas "estão sendo trabalhadas".

A última ocupação feita pelo MST cearense aconteceu no dia 20 de novembro, em Chorozinho — a 64 quilômetros de Fortaleza. Os 3.500 hectares da Fazenda Camará foram loteados por 120 famílias. Os agricultores ainda permanecem no local. O Movimento chegou a negociar com o Governo Estadual uma nova área para as famílias, situada no território do município de Aracati.

Participaram das conversações, à época, o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária (Seara) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). "O pessoal só vai para lá quando houver oferta de condições básicas, como água, um posto de saúde e alimentação fornecida pelo Governo" — adverte Fátima Ribeiro. O prazo negociado já estava vencendo.

### LUTA AGRÁRIA

**2.500**

famílias deverão participar das primeiras ocupações de terra no Ceará em 1996

**12.160**

novas famílias foram assentadas pelo Governo Federal no ano passado

**21**

líderes serão eleitos para a nova diretoria nacional do MST



24-01-96

O POVO

**SAÚDE**



Óbitos por meningite aumentam para 41,6%

**3 E**

# Cidades

**CARNAVAL**



Bombeiros mobilizarão 70% dos efetivos

**3 E**

**CALAMIDADES:** Lançado programa da Prefeitura para vítimas de cheias **2E**

**CRISE:** Sindipetro do Ceará aguarda o dia do leilão de bens e da sede **4E**

## Barracas demolidas na Praia do Futuro

*Delegacia do Patrimônio da União diz que ocupantes no litoral da área devem R\$ 1 milhão*

FOTO: EVERTON LEMOS



**CLÁUDIO RIBEIRO**  
 DA EDIFORA DE CIDADES

Dezenas de barracas da Praia do Futuro foram postas abaixo, ontem, de um total de 158 identificadas por levantamento da Delegacia do Patrimônio da União (DPU), sendo cinco pela manhã. Elas ocupavam terreno de marinha, irregularmente. Na ocasião, foram demolidas apenas as de situação mais grave junto ao órgão. Além de não pagarem a taxa anual de 5%, correspondente ao valor da área loteada na praia, sequer funcionavam. Uma delas, ao lado da barraca Subindo ao Céu, tinha a construção embargada há cinco meses e também foi ao chão. Usava pilastras de concreto, proibidas em área de praia, e lotava parte do calçadão.

A Delegacia já sabe que, além da inadimplência, há casos de barracas sem cadastramento, transformadas em residências, demoradas, não identificadas ou à venda. Entre as identificadas, 102 não estão sequer inscritas para cadastramento e só 56 são regularizadas. "Todas as barracas da Praia do Futuro estão devendo essa taxa. Não há nenhuma em dia. O valor do débito é de aproximadamente R\$ 350 mil. Com juros e correção monetária, vai a mais de um milhão de reais" — diz o titular da DPU no Ceará, José Freitas Dantas, chefe da operação de coleta.

O levantamento da DPU foi feito no mês passado. O órgão conta

que a média de terreno ocupado pelas barracas é de, aproximadamente, mil metros quadrados. Cada um avaliado entre R\$ 30 mil e R\$ 50 mil. As dívidas de cada uma está variando entre três mil e 20 mil reais" — disse o chefe da Divisão de Engenharia da DPU Otávio Dourado. Os 16 estabelecimentos derrubados estavam insustentáveis. Além de demoradas, a Delegacia notificou vários barraqueiros. Quem tem apenas o pagamento da taxa pendente terá 90 dias para fazê-lo, podendo até parcelar em quatro vezes. Sem inscrição, terão somente 30 dias para normalizar a situação, sem deixar de pagar a taxa completa.

Vários estrangeiros estão usando as barracas como moradia. Serão sucessivamente despejados após o aviso" — afirmou Dantas. Um desses casos foi o do argentino Luis Maria Pietro, proprietário e morador da barraca Cabana Dama e há dois anos. O local só não foi incluído nas demolições por erro dos técnicos da Delegacia, que anteciparam a entrega da notificação.

A operação de demolição envolveu cerca de 120 homens. A DPU pediu o reforço da Polícia Federal — um dos agentes trabalhou com metradora. A Secretaria do Controle Urbano e Meio Ambiente (Splau) e a Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Eurbur) forneceram marretas, picaretas, um motor e seis capangas para recolher o entulho deixado na praça 28.

... e o pessoal da DPU, Polícia Federal, Splau e Eurbur, utilizando marretas, picaretas e um trator



FORTALEZA-CEARÁ  
SÁBADO, 3/FEVEREIRO/1996

O POVO

CADERNO E

**FOLIA**  
Carnaval de Fortaleza pode virar atração  
**2 E**



# Cidades

**SAÚDE**  
São José tem 15 pessoas com meningite  
**2 E**



**TRÂNSITO:** Falta de multa desestimula uso do cinto de segurança **3E**

**RELIGIÃO:** Queremos Deus deve reunir 120 mil pessoas no Castelão **4E**

## Canto Verde faz um ano sem mortalidade

*Comunidade em Beberibe evita mortandade das crianças a partir da união dos moradores*



**LEÔNIA VIEIRA**  
ENVIADA ESPECIAL A BEBERIBE

A comunidade da Prancha do Canto Verde, no município de Beberibe, a 126 quilômetros de Fortaleza, comemorou ontem um ano sem mortalidade infantil. A conquista foi o resultado da organização da própria comunidade, que conseguiu reverter um quadro de 16% de óbitos de crianças menores de um ano e substituição crônica de 35% dos meninos e meninas na faixa de zero a cinco anos (dados de 1992). O óbito mais recente de criança menor de um ano na Prancha do Canto Verde ocorreu há 18 meses.

Os problemas da comunidade foram levantados numa tese de mestrado em enfermagem da Escola Paulista de Medicina da cearense Marilda Moreira Christoffel. A partir dos dados coletados em 1992 e apresentados na tese, a Associação dos Moradores da Prancha realizou ações de luta contra a mortalidade infantil, a exemplo de melhoria do atendimento da creche comunitária, transporte, prioridade para saúde das gestantes, por um funcionamento o posto de saúde e incentivo ao aleitamento materno.

O projeto encontrou apoio da Fundação dos Amigos da Prancha do Canto Verde da Prefeitura de Beberibe, na pessoa do prefeito Manoel Carlos

## Entidade cadastra desempregados e sem-teto da Capital

*Movimento contesta IBGE e em pouco mais de duas semanas já cadastrou mais de mil pessoas de quatro comunidades*

### Muro cerca rua no Sumaré

“Cadê a rua?” Foi essa a pergunta que se fez o agente fiscal, Antônio Andrade, quando chegou de viagem semana passada. A rua asfaltada, que ligava a rua Quatro à rua Heróis do Acre e passava em frente a sua casa, foi fechada e está sendo murada. Agora os moradores do conjunto Jardim Sumaré estão, de novo, com uma única saída de acesso à avenida Paranjana.

Manuel Pereira, 62, morador antigo do bairro que diz conhecer mais do que a palma da mão, explica que o terreno não era, realmente, do bem público, muito embora, há mais ou menos três anos, em época de política, tenha sido pavimentado e, há seis meses, asfaltado. “Se fosse meu, eu também muraria” — explica Pereira,

#### SAÍDA ÚNICA

**10**

ruas tem o conjunto Jardim Sumaré, convergindo para uma única saída

que diz que há tempos a comunidade pede a desapropriação “conforme a lei” daquele terreno para a abertura legal da via.

Se Pereira tem razão, o terreno pertence a uma senhora chamada Rosa, que só aparece aos sábados para olhar o muro que seus empregados estão construindo. Como a rua não tem nome, a Sumov não sabe informar se foi a responsável pela pavimentação. O diretor de operações do órgão, Joaquim Bezerra, explica que a única maneira de saber a quem pertence o terreno é examinando a escritura que a proprietária possui.

Para a comunidade do Jardim Sumaré, a discussão entre terreno público ou privado não diz muito. Os moradores só sabem que, de uma forma ou de outra, estão sendo prejudicados. O ônibus da linha Castelão, que passava pela rua, hoje fechada, agora só passa pela rua principal, Desembargador Otacílio Peixoto, ficando distante para muitos usuários. Pereira, por exemplo, diz que para apANHAR o mesmo ônibus, levava, antes, uns três minutos, leva agora 10 minutos.



Moradores reclamam da construção que impede acesso

O Brasil tem hoje aproximadamente 3,4 milhões de desempregados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tem também outros tantos milhões de sem-teto, ignorados nos cadastros do IBGE, mas facilmente identificados nas ruas de qualquer cidade. Mesmo levando em consideração a enorme interseção entre esses dois grupos, não há quem duvide de que juntos eles sejam grande parte da população brasileira. O Movimento dos Sem-Teto luta para que a representação desse grupo nas decisões políticas seja proporcionalmente mais significativa.

Para ter números concretos e poder traçar um perfil sócio/econômico de sem-teto e desempregados, o Movimento, que acha os dados do IBGE falhos, está realizando um cadastramento. Depois de duas semanas, mais de mil pessoas dos bairros José Walter, Pantanal, Novo Renascer e adjacências foram cadastradas.

A ideia é montar outros quatro polos de cadastramento na Barra do Ceará, Parque Santa Rosa, Messejana e Praia Verdes Mares. A proposta é, posteriormente, estender o cadastramento a outras cidades brasileiras.

José Carlos Rodrigues, 39, o Carlão, Coordenador do Movimento Sem Teto, espera no final de março ter cadastrado, só em Fortaleza, 280 mil famílias que se encontram espa-

lhadas pelas 250 favelas da Capital.

Ao se cadastrar, as pessoas são convidadas a participar de reuniões, onde discutem seus problemas e escutam palestras. O verdadeiro objetivo do levantamento, segundo Carlão, é “manter o povo em movimento, porque enquanto o governo discute outras coisas, as questões sociais estão sendo deixadas de lado. Queremos que o povo tome consciência e se transforme em agente da própria história, ao invés de ficar só ouvindo as propostas clientelistas que sempre aparecem nessa época do ano para barganhar votos”.

Os dados obtidos com o cadastro serão apresentados no I Congresso das Centrais dos Movimentos Populares que acontecerá de 25 a 28 de março em São Paulo. Mas Carlão não pretende parar por aí. Ele explica que também levará os números ao conhecimento dos defensores de direitos humanos, da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado. Tudo isso com o propósito de instaurar a “democracia do oprimido”, que segundo ele é bem diferente do modelo de democracia que conhecemos.

Carlão planeja para um futuro não muito distante a criação da Fundação dos Direitos Humanos dos Pobres. Para isso, ele conta com apoio de entidades internacionais, que prefere não revelar o nome.



Conjunto Residencial Cruzelro do Sul, localizado no município de Caucaia, não teve as obras concluídas e se encontra abandonado

## Programas garantem 22,5 mil moradias mas atingem apenas 11,8% do déficit no Estado

ANTÔNIO MARINHO  
DA EDITORIA DE ECONOMIA

Ao longo deste ano, cerca de 22,5 mil moradias populares serão construídas no Ceará, apenas nos programas habitacionais a cargo do Governo do Estado e da Prefeitura de Fortaleza, com um volume de recursos da ordem de R\$

Governo Estadual. Deste montante, R\$ 20,8 milhões, o equivalente a 29% do total, correspondem a recursos próprios. Outros 62% - R\$ 45 milhões - é dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Os outros 9% - R\$ 6,48 milhões - provêm do Banco Mundial (Bird).

Esses R\$ 72,1 milhões cor-

respondem a construção de moradias ou melhoradas através do programa de Cesta Básica de Material de Construção.

O custo de construção de uma casa pode variar de programa para programa. A Cohab-Ce gasta R\$ 3,900,00 para construir uma casa de 36 metros quadrados, com terreno, saneamento básico e infraestrutura urbana incluídos. Pa-

dos a construção de moradias R\$ 23,9 milhões - mais os recursos previstos para saneamento básico e infraestrutura urbana - R\$ 80,3 milhões - divide-se pelo número de moradias previstas no programa - 28,5 mil.

O custo da casa feita pelo Pro-Moradia é de difícil deter-



Moradores do Jardim Petrópolis pedem informações à Prefeitura

# Obras da Leste-Oeste provocam incertezas

Lixo, doenças, ratos, muriçocas, dificuldade de acesso e insegurança. São estes os principais problemas enfrentados por cerca de 100 famílias ribeirinhas ao canal do Jardim Petrópolis, na Barra do Ceará, zona Oeste. A situação é mais grave para as cinco famílias que moram improvisadas no galpão de madeira coberto de telhas, desde o ano passado, quando tiveram suas casas destruídas pelas primeiras chuvas. No momento, a população vive sob o signo da incerteza, uma vez que as obras de alargamento da Avenida Leste Oeste, e a construção da Avenida Costa Oeste (passará ao longo da praia do Pirambu) vem tirando o sono e o sossego de muitos moradores. A maioria da população da área é formada por pessoas vindas do interior ou que estão "fugindo" de aluguel. Enquanto os moradores, a exemplo de Manuel Alves de Sousa, reclamam da falta de informação acerca do projeto das duas obras, as indenizações já estão sendo processadas, variando entre R\$ 400,00 a R\$ 2 000,00, dependendo da situação do imóvel.

Os problemas das famílias que residem ao longo do Canal do Jardim Petrópolis não se resumem apenas ao lixo, ratos e muriçocas. Há outras questões como a dificuldade de acesso ao local, uma vez que as pessoas usam pontes para passar de um lado para outro. A falta de escola e de posto médico representam outras dificuldades. Segundo Silva, cerca de 1,7 mil crianças estão sem escola na Barra do Ceará. O levantamento é da própria comunidade, que encaminhou o problema à Secretaria de Educação do Estado. A Seduc acenou com a promessa de construir um colégio no bairro, com previsão de ser inaugurado no mês de setembro. "Só que até lá essas crianças continuam sem estudar", afirmando que o colégio funcionará a partir do próximo ano.

## LIXO

O canal começa na Rua Seis Companheiros nas proximidades



Os 100 ribeirinhos ao canal do Jardim Petrópolis reclamam das más condições de vida, desde como da falta de informação sobre os projetos na área.

Ceará. "No verão ele fica cheio de lixo", diz Silva, arrematando que quando chove o lixo é arrastado pelas águas. Assim, quando não chove a sujeira fica toda acumulada, completando que até fossas e esgotos são ligadas ao canal. A população reivindica que o mesmo seja coberto, evitando que se transforme num imenso depósito de lixo, sem contar com o perigo que traz para a comunidade pela sua profundidade. Além das doenças representa um perigo, sobretudo para as crianças.

Para as famílias que habitam as casas localizadas mais próximas à Praia da Barra do Canal a situação é mais grave. No dia 10 passado cinco foram

abrigadas num galpão de madeira. É o caso de Elizete Sales Gomes, que tem um filho de um ano e mora no local há dois meses. "É horrível. Cheio de mosquito, muriçoca e rato", contribuindo para agravar o quadro de saúde das crianças. "Os meninos só vivem doentes", informando que existem dois banheiros para as cinco famílias. Disse que a Defesa Civil prometeu retirá-los para uma casa no final do mês passado e até agora nada ficou resolvido.

## INDENIZAÇÕES

Mesmo diante das dificuldades os moradores têm esperança de melhorar um pouco. Há os mais otimistas que consideram

natural de Bela Cruz, três filhos menores. Ela justifica que antes não havia um lugar para pôr o lixo e, hoje, "tem". "A gente era mais desprezada", lembrando quando o canal estava quebrado a situação era preocupante. "Acho que deviam cobrir o canal", sugeriu Sandra teve parte de sua casa indenizada e disse que receberá R\$ 400,00. "Outros vão receber até R\$ 2 000,00", dependendo da localização e das condições do imóvel. As indenizações têm como finalidade o

alargamento da Rua Taparica que se juntará com a Rua Arakén.

Nem todos estão satisfeitos com as indenizações. Manuel Messias da Silva é um desses insatisfeitos e disse que não aceita a indenização de apenas R\$ 700,00 pelo barraco onde mora.

"Amoçaram passar a máquina sobre a minha casa", disse. Outros reclamam de indenizações de até R\$ 120,00 para retirar calçadas e fossas.

# América Latina tem 40 milhões de meninos d

*Conferência sobre futuro das cidades também discute falta de acesso à água potável para um bilhão de pessoas*

FOTO BANCO DE DADOS



A cidade de Washington atravessa séria crise e tem mortalidade infantil com nível de Terceiro Mundo

Os 100 milhões de meninos que vivem nas ruas em todo o mundo, dos quais mais de uma terça parte na América Latina, foram lembrados ontem na conferência Habitat II, que se realiza até o próximo dia 14 em *Istambul*, Turquia.

Segundo dados divulgados pelo Unicef por ocasião do encontro dedicado ao futuro das cidades, desses cem milhões de meninos, 40 milhões vivem na América Latina, 25 milhões na Ásia, 10 milhões na África e o restante em outras regiões, incluindo as metrópoles dos países ricos

A Organização Mundial da Saúde organizou ontem no âmbito da Habitat II, um dia dedicado ao tema

## HABITAT 2



de "Cidades saudáveis no século XXI", informou que havia lançado há cinco anos programas dedicados aos meninos de rua em cidades de sete países em desenvolvimento: Rio de Janeiro, Cidade do México, Tegucigalpa, Cairo, Lusaka, Bombaim e Manila.

"A chave desse programa é inserir os meninos em cada uma das etapas do projeto" — disse Andrew Ball, que dirige esse plano da OMS. A água é um recurso comum que deve ser compartilhado — opinou um representante da Habitat International Coalition, federação que reúne mais de 80 organizações em 60 países e que é presidida pelo mexicano Enrique Ortiz.

Das cerca de 5,7 bilhões de pessoas que povoam o Planeta, mais de um bilhão carecem de água potável e 1,7 bilhão não dispõem de serviços de saneamento adequados, segundo dados divulgados pelo Banco Mundial.





# Brasil preside comissão em Istambul sobre direito à casa

## Prefeito de Curitiba defende criação de bancos Mundial e municipais da Habitação e a volta do antigo BNH brasileiro

FOTO: CARLOS RUGGERI/BANCO DE DADOS



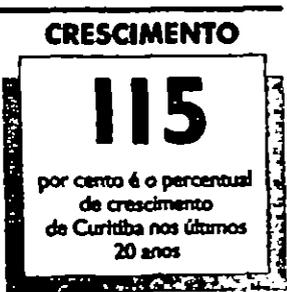
Vista do Parque Barigui, em Curitiba, cidade elogiada na Conferência Habitat 2 da ONU

### Capital paranaense é "estrela" na Turquia

O nome de Curitiba soa e ressoa em Istambul, onde se realiza a Cúpula das Cidades, e até nos jornais turcos se podem ler artigos sobre a Capital do Paraná, com a qual sonham os brasileiros de classe média que querem fugir da crescente violência urbana.

Com um milhão e meio de habitantes, Curitiba se tornou conhecida pelas soluções criativas e baratas para os problemas urbanos desenvolvidas por urbanistas e arquitetos, principalmente pela criação de áreas de proteção ambiental — ressaltaram vários dos participantes brasileiros na Habitat II.

Os parques e bosques de Curitiba, que se autodesignou capital verde,



ca do Brasil, somam 52 metros quadrados de área verde por habitante, mais do dobro recomendado pelas Nações Unidas — indicaram.

Nos últimos 20 anos, Curitiba cresceu 115%. É talvez uma das

únicas cidades latino-americanas que tem crescido nos últimos anos devido à propaganda sobre sua qualidade de vida e não só pelo êxodo rural dos anos 70 — acrescentaram.

O exemplo de Curitiba tem sido utilizado também inúmeras vezes pelos especialistas da ONU desde que se abriu a Habitat II.

Apesar dessa e outras maravilhas aclamadas na Habitat II, em Curitiba continuam existindo favelas, chamadas lá de "áreas de subabitação", termo técnico que indica que essas zonas não têm todas as infra-estruturas urbanas necessárias. Mas que sua situação é menos pior do que a das favelas

### HABITAT 2



O Brasil foi escolhido para presidir a comissão que vai tratar do direito a moradia, um dos temas mais polêmicos das discussões da Conferência das Cidades da Organização das Nações Unidas (Habitat II), em Istambul, Turquia. A comissão teve sua primeira reunião ontem.

Os países em desenvolvimento exigem que a expressão direito à moradia seja incluída na Carta Habitat, o documento final da II Conferência das Cidades. Mas os Estados Unidos e Japão, entre outras nações desenvolvidas, querem suavizar a expressão, temendo problemas legais em seus países. Os Estados Unidos tiveram um apoio involuntário da Primeira-Dama brasileira, Ruth Cardoso, que na segunda-feira disse compreender a posição norte-americana. Mas o Brasil está alinhado com o Grupo dos 77, que inclui os países em desenvolvimento mais a China.

A radicalização de posição entre

os mais pobres e os mais ricos tem tomado lenta a negociação até aqui — disse o brasileiro Alberto Paranhos, assessor do Habitat, o órgão da ONU que organizou a Conferência. A questão da cooperação econômica como era esperado, é a razão principal da divisão. "Os mais ricos acham que já deram demais e que o dinheiro foi mal usado pelos pobres e os pobres acreditam que receberam pouco e não querem saber de intromissão" — analisou.

Se os países resolverem mesmo garantir o direito à moradia de seus cidadãos, podem usar uma ideia do Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, aprovada ontem numa reunião da Internacional Socialista, a qual o PDT, seu partido, é filiado. Greca defendeu a criação de um Banco Mundial da Habitação. Não precisou nem os brasileiros presentes lembrarem do antigo Banco Nacional da Habitação. O próprio Greca acabou defendendo o antigo órgão mentor da política habitacional do Governo federal. Ele lembrou que o BNH construiu 40 mil residências em Curitiba e que após o seu fim, nada mais foi feito. Acabou defendendo a volta do BNH e a criação de BMHs (bancos municipais de habitação).

### Conferência da mulher teve mais delegados

O tema e a sobrevivência das cidades. O lugar, uma cidade mágica, a antiga Constantinopla, situada entre Europa e a Ásia, e os participantes são pessoas vindas de todo o Planeta. Mas a Habitat II, aberta na última segunda-feira em Istambul não da mostas dessa febre que caracterizou outros encontros de cúpula da ONU, como o das mulheres em Pequim, no ano passado.

Em uma Istambul ao que parece maquiada para a ocasião — lavada, pintada, sem lixo e decorada com flores, principalmente na área da conferência e na dos hotéis onde se hospedam os delegados — o ambiente é bem menos entusiasmante — admitem organizadores e delegados.

"A conferência custou à deslanchar" — afirmou a brasileira Raquel Rolonic, que participa nos trabalhos da Comissão I.

Todos concordam que o que está em jogo na Habitat II — um plano para atacar a pobreza urbana, defender o direito a moradia e o meio ambiente — são alguns dos temas mais importantes deste final de século.

Mas já é um fato que esse encontro não atraiu o número de pessoas esperadas pelos organizadores da ONU: menos de 15 mil em vez das 20 mil anunciadas foram a Istambul.

O nível das delegações, porém, elas das latino-americanas, também parece pouco importante, em geral são chefiadas por vice-ministros de Habitação e Desenvolvimento Urbano, sem grande poder real — opunaram as fontes.

Ontem, as comissões começaram a animar-se um pouco, principalmente a I e a II, onde são debatidos os maiores problemas: o direito à moradia, o tema da cooperação internacional e, finalmente, o espinhoso problema do financiamento da agenda Habitat II, em torno do qual se chocarão certamente os países do Norte e do Sul, como já aconteceu em Pequim.

### Peruano defende associações

O "papel decisivo desempenhado pela América Latina em conseguir que a ONU leve em conta as associações comunitárias" foi destacado ontem por Miguel Azcueta, Prefeito de Villa El Salvador, na Grande Lima, Peru, e que participa da Cúpula das Cidades.

"Na América Latina, há um nível de democracia local, de desenvolvimento comunitário e de mobilizações urbanas que não se conhece em outros continentes" — afirmou Azcueta, sobrevivente de três atentados senderistas e que participou desde o princípio, em 1971, do nascimento de El Salvador, criado em meio a um deserto.

Essa "experiência latino-americana em democracia local e de base

contribuiu para o reconhecimento dado na Conferência de Istambul ao papel importante que as associações comunitárias desempenham e a necessidade de se harmonizar com elas" — acrescentou.

Com 350 000 habitantes em 60 km quadrados, Villa El Salvador começou com ocupações de terreno, houve tentativas de despejo e mortos, até que adquiriu status de município em 1984. Agora todas as 34 000 famílias têm títulos de propriedade — indicou Azcueta.

O projeto inclui um programa habitacional, de arborização, de obtenção de serviços básicos, escolas, oficinas de habitação, assim como a criação de um parque industrial.



# Boutros Ghali premia projeto de Fortaleza no Habitat II

Secretário da ONU anunciou o projeto como uma prática exemplar para o mundo em assentamentos humanos

Istambul - Dois projetos latino-americanos - um em Fortaleza, Ceará, e outro no norte de Buenos Aires - figuram entre as doze "práticas exemplares" premiadas ontem pela Conferência Habitat II, que se abriu anteontem em Istambul. As "doze melhores práticas" foram escolhidas pela ONU (Organização das Nações Unidas) entre 900 projetos urbanísticos procedentes de 90 países dos cinco continentes, declarou o secretário-geral da ONU, Boutros Boutros Ghali, ao anunciar ontem o resultado do programa lançado pela ONU com vistas à cúpula das cidades.

O prêmio ao projeto de Reabilitação de 400 bairros pobres em Fortaleza, que "integra aspectos humanos e materiais no processo de reabilitação", foi entregue ao prefeito da cidade, Antonio Cambraia ao representante da Organização Não Governamental francesa no Brasil, Yves Cabannes e da comunidade onde se desenvolve o projeto "Mutirão 50" Francisco Siqueira Pedreiras, por Boutros Ghali e por Ruth Cardoso, primeira-dama brasileira, que assiste à conferência. O objetivo principal da iniciativa lançada pela ONU é "compartilhar experiências alheias desenhadas para enfrentar problemas sociais, econômicos ou de meio ambiente e aprender com elas", disse Boutros Ghali, frisando o "inédito" destas "boas práticas" selecionadas.

Primeiro se fez uma seleção prévia de cem projetos, explicou o secretário-geral da ONU. Esta seleção foi difícil porque havia que levar em conta os diversos contextos nos quais está cada cidade, explicaram depois os organizadores do programa. Indicaram que, após a primeira lista, um comitê técnico formado por 18 experts fez uma segunda seleção, na qual sobraram vários projetos latino-americanos, entre eles um programa habitacional chileno, um nicaraguense mediante o qual se legalizou 3.000 parcelas de terreno ocupadas há vários anos em Manágua, um costarricense de luta contra o desmatamento, assim como inúmeros brasileiros.

O projeto argentino vencedor impulsiona um novo sistema de compra de terrenos no norte da



Siqueira Pedreiras, da comunidade Marechal Rondon, Yves Cabannes, do Gret do Brasil e a primeira-dama, Ruth Cardoso

Grande Buenos Aires para que famílias com baixo nível de renda possam comprá-los com infraestrutura básica. Entre os doze premiados figuram também um programa de reabilitação do sul do Bronx (Nova Iorque) gerenciado pela comunidade sob o lema "Não se mova, renove", um programa

de integração em Toronto (Canadá) para serviços culturais e linguísticos para as comunidades estrangeiras e a reconstrução de comarcas rurais arrasadas pelas inundações que destruíram 2,78 milhões de moradias em 1991 em Anhui, China, que contou com a participação dos danificados

Melhor prática

## Ruth Cardoso quer disseminar no Brasil

Istambul, Turquia — A primeira-dama Ruth Cardoso adotou "o exemplo fantástico" dado ontem pelo Habitat 2 ao premiar as "Doze Melhores Práticas" que podem solucionar alguns dos problemas das grandes cidades, como a reabilitação de favelas em Fortaleza. "É o que a gente quer disseminar no Brasil", disse.

Ao lado de Ruth Cardoso, com o prêmio que ela lhe entregou ainda na mão, o cearense Francisco Siqueira Pedreiras, 32 anos, concluiu que "a parceria da comunidade organizada com o poder público é o caminho" para enfrentar os problemas que o Habitat 2 atribui à rápida urbanização. O secretário-geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali convidou a primeira-dama Ruth Cardoso para com ele premiar Fortaleza, a primeira das "Doze Melhores Práticas" a ser premiada ontem. Para ele, a própria iniciativa "é a melhor prática no inteiro sistema das Nações Unidas".

Boutros-Ghali contou que o Habitat 2 recebeu 800 inscrições de todo o mundo. Um júri independente foi formado para selecionar as 43 melhores. E delas foram retiradas as 12 finalistas. As prefeituras de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e Tóquio, no Japão, patrocinaram os prêmios, com apoio dos governos da Holanda, Noruega, Espanha e Suécia.

A primeira-dama Ruth Cardoso diz que a Comunidade Solidária poderia promover um concurso premiando as melhores práticas para a vida nas cidades do Brasil. "O prêmio estimularia a parceria entre ONGs, prefeitura e governo estadual", como foi o caso em Fortaleza, uma colaboração franco-brasileira. O francês Yves Cabannes recebeu o prêmio de ontem com Francisco Siqueira em nome do Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques (Gret).

# Ghali abre em Istambul debates sobre futuro das cidades

Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte foram premiadas por bons programas de gestão urbana

Istambul - O secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, com um discurso em que lembrou às delegações presentes o compromisso histórico de fazer o mundo reconhecer a questão dos assentamentos humanos, abriu ontem em Istambul a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a Habitat II, que discutirá o futuro das cidades superpovoadas do mundo. Segundo o secretário-geral da ONU, a conferência terá um papel crítico na formulação dos resultados futuros para atacar esse importante problema.

"Há todo um leque de questões que não admite separação geográfica, que transcende as fronteiras dos países", disse Boutros Ghali. "Suas soluções exigem vontade e esforço coletivos". O presidente da Turquia, Süleyman Demirel, como presidente da conferência, declarou que a Habitat II "oferece aos líderes mundiais uma oportunidade para se dedicarem aos princípios de tornar saudáveis, seguras e habitáveis pelas pessoas as cidades, vilas e aldeias do planeta".

Destacando que a conferência tentará responder às expectativas da humanidade, Demirel afirmou que as responsabilidades deveriam ser carregadas igualmente por todos. "Nossas crianças merecem melhores condições de vida", disse. "É nosso dever oferecer futuros bem melhores e mais brilhantes a elas". A conferência de 11 dias tentará encontrar soluções para os problemas de abrigo adequado e assentamentos humanos sustentáveis, urbanos e rurais. Com uma expectativa de 75 por cento de toda a população mundial vivendo e trabalhando em áreas urbanas por volta de 2005, a ênfase das discussões estará em questões associadas à crescente urbanização.

Delegados de cerca de 200 países, autoridades de governos nacionais e locais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e representantes do setor privado e da comunidade acadêmica estão presentes à Habitat II, última conferência de uma série sob os auspícios da ONU. A série começou em 1990, com uma cúpula mundial sobre a infância, seguida pela cúpula da Terra, em 1992, no Rio de



Delegados de cerca de 200 países, autoridades de governos nacionais e locais, ONGs participam do Habitat II

manos, em Viena, a de 1994 sobre população e desenvolvimento, no Cairo, a cúpula social mundial, em Copenhague e a conferência mundial sobre mulheres, em Pequim ambas em 1995.

Os delegados em Istambul travarão "diálogos" de um dia sobre questões como finanças, emprego urbano, transporte, comunicações, água e saúde. Segundo os organizadores, durante a conferência, haverá uma grande feira comercial, mostras de moda e espetáculos esportivos e um programa de atividades culturais. Nos últimos dois dias, a conferência deverá atrair cerca de 40 chefes de governo.

REMIÇÃO — Quatro cidades brasileiras fo-

na, no Habitat 2, por realizarem bons programas de gestão urbanas. Foram escolhidas Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte. Fortaleza ganhou pelo seu programa de comunidades na região metropolitana. Curitiba ganhou o prêmio com seu Plano Diretor. O prefeito da cidade, Rafael Greca, ironizou o fato de a cidade não ter nenhum projeto incluído na relação dos projetos escolhidos pelo governo federal e ter sido escolhido pela ONU.

O orçamento participativo de Porto Alegre foi o terceiro premiado. O prefeito Tarso Genro estava orgulhoso por ter conseguido colocar a ideia de dentro do próprio documento dos prefeitos que se-

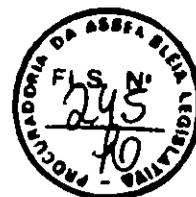
Ele fez questão de entregar o documento dos prefeitos para a primeira-dama Ruth Cardoso. Hoje, ele faz a apresentação oficial do projeto, escolhido pela ONU como uma das 44 melhores práticas mundiais. O outro projeto premiado ontem foi o projeto de segurança alimentar de Belo Horizonte. Também ganharam prêmios outras 18 cidades da América Latina, Córdoba, na Argentina, e Havana, em Cuba, entre outras.

FORA DO GOVERNO — "Não importa quem faça, o importante é que os projetos sejam bem-sucedidos e mobilizem a sociedade". Em plena fase eleitoral nas cidades brasileiras, a opinião da primeira-dama, Ruth Cardoso, dada ontem no final da tarde em Istambul, mostra que ela é fiel à sua opinião de que não é governo, apesar de liderar o Programa Comunidade Solidária. Ela respondeu à pergunta se não se importava com o fato de tantas boas práticas urbanas brasileiras escolhidas pelo governo para serem levadas à Istambul serem de cidades administradas pelo PT. A primeira-dama conversou com os jornalistas brasileiros ao chegar à reunião preparatória da delegação brasileira organizada pelo Itamaraty. Lá ela esclareceu de vez que, com a desistência do ex-ministro José Serra em chefiar a delegação brasileira em Istambul para concorrer à Prefeitura de São Paulo, o embaixador Geraldo Holanda Cavalcanti passou a chefiar formalmente a delegação. "Há a negociação entre os Estados, e eu não sou governo. Assim, não posso chefiar", disse, sorrindo. Dona Ruth, que fará um discurso no Fórum da Solidariedade e participará de uma mesa-redonda organizada pela Banco Mundial, disse acreditar na importância de conferências como o Habitat 2. Para ela, eventos como esse são importantes para a modificação da sociedade. "O que se aproveita desses encontros são as recomendações gerais", afirmou, diminuindo a importância da discussão sobre o direito à moradia, que o Brasil defende, mas os Estados Unidos e o Japão são contra. "É uma polêmica mal colocada, pois cada país tem suas condições próprias", defendeu. Para ela, o importante é haver políticas de habitação continuadas, com garantias de construção para as classes populares. "Acho que se deve ter cuidado para não engessar a política social", afirmou, lembrando que um compromisso como o do direito à



<b>DEL. MARACANAÚ</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>5º DISTRITO</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>13º DISTRITO</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>27º DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>17º DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>12º DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>8º DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>6º DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>DEL. EUZÉBIO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>4º DISTRITO</b>	<b>05</b>	<b>01</b>
<b>26º DISTRITO</b>	<b>05</b>	<b>01</b>
<b>10º DISTRITO</b>	<b>04</b>	<b>01</b>
<b>DEL. CRATEUS</b>	<b>03</b>	<b>01</b>

## VIATURAS CONSIDERADAS BOAS



<b>DISTRITO</b>	<b>QUANT. POLICIAIS</b>	<b>QUANT. VIATURAS</b>
<b>DEL. JUAZEIRO</b>	<b>17</b>	<b>03</b>
<b>2º DISTRITO</b>	<b>16</b>	<b>01</b>
<b>DIV. INV. POLICIAL</b>	<b>12</b>	<b>01</b>
<b>DEL. DA FÉ PÚBLICA</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. COM. CRIANÇA DO ADOLESCENTE</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. FURTOS E ROUBOS</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. SOBRAL</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. ICÓ</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. ITAPIPOCA</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>16º DISTRITO</b>	<b>08</b>	<b>01</b>
<b>25º DISTRITO</b>	<b>08</b>	<b>01</b>
<b>DEL. CAUCAIA</b>	<b>08</b>	<b>01</b>
<b>DEL. ITAITINGA</b>	<b>08</b>	<b>01</b>
<b>DEL. QUIXADÁ</b>	<b>07</b>	<b>01</b>



#### 1.4.3. Munição

- O Estado fornece 06 (seis) balas por ano, para cada policial;
- A maioria das armas utilizadas pelos policiais, é adquirida com seus próprios recursos;
- Regra geral, cada Delegacia possui 01 (uma) metralhadora, 01 (uma) escopeta e 01 (um) par de algemas, muitas vezes quebrado.

#### 1.4.4. Viaturas

- Cada Delegacia Distrital possui 01 (uma) viatura em péssimas condições de uso;
- O Estado fornece 20 (vinte) litros de combustível, diariamente, para cada viatura.

#### 1.4.5. Celas

- Algumas celas sem a menor condição de segurança;
- Cubículos escuros, com pouca circulação de ar;

### 1.5. PLANTÃO POLICIAL

O Polo de Plantão situado no **Conjunto Ceará**, abrange **05** (cinco) Delegacias Distritais, quais sejam:

- 5º Distrito Policial
- 12º Distrito Policial
- 16º Distrito Policial
- 19º Distrito Policial
- 32º Distrito Policial

Este Polo dispõe de 01 (um) Delegado, 03 (três) policiais e uma viatura, para prestar assistência a esta extensa área territorial.

## 1.2. CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A Academia de Polícia do Estado do Ceará, oferece para a formação profissional do policial civil, os seguintes cursos:

- 1º Curso - Formação do Agente de Polícia
- 2º Curso - Formação do Investigador
- 3º Curso - Formação do Comissário de Polícia

Estes cursos são ministrados na sede da própria Academia de Polícia, com duração de 06 (seis) meses, incluindo no seu programa, noções básicas de Direito Penal e Processo Penal, Defesa Pessoal e Tiro ao Alvo.

No ano de 1995, foi oferecido um único curso de Reciclagem Profissional com duração de 02 (duas) semanas, direcionado a alguns policiais.

## 1.3 REMUNERAÇÃO

<b>Salário Bruto</b>	Delegado
	Comissário - R\$ 612,04
	Escrivão - R\$ 612,04
	Investigador - R\$ 456,70
	Agente - R\$ 375,69

## 1.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO

### 1.4.1. Material de Expediente:

- Máquinas de Escrever quebradas;
- Na falta de papel ofício, utiliza-se o verso dos formulários para registrar as ocorrências;
- Condicionadores de Ar com defeitos;
- Cadeiras e birôs em péssimo estado de conservação;
- Falta de água filtrada para o normal consumo da Delegacia.

### 1.4.2. Condições de Higiene

- Escasso material de limpeza;
- Banheiros com torneiras, vasos sanitários e pias quebradas;
- Encanamentos obstruídos;
- Fossa transbordando, formando esgoto aberto na lateral das celas;
- Falta de pessoal capacitado para serviços gerais.



## SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

### 1. SITUAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

#### 1.1. RECURSOS HUMANOS

##### 1.1.1. Estrutura Padrão

Segundo determinação do Secretário de Segurança do Estado, as Delegacias Distritais (as mais modestas) devem apresentar a seguinte estrutura padrão:

##### **Delegacias Distritais (Total de 31 Policiais Civis)**

01 Delegado Titular  
01 Delegado Substituto  
04 Escrivães  
04 Comissários  
09 Investigadores  
12 Agentes

Após pesquisa feita em algumas Delegacias Distritais, verifiquei que tal estrutura padrão não vem sendo cumprida pelo Poder Público, pois as mesmas, não possuem pessoal suficiente para a execução das suas atividades. Cito como exemplo :

##### **26ª Delegacia Distrital (Total de 10 Policiais Civis)**

01 Delegado Titular  
01 Delegado Substituto  
01 Escrivão  
01 Comissário  
06 Policiais (Agentes e Investigadores)

##### 1.1.2. Faixa Etária do Policial Civil : Média de 40 anos



## BASE SALARIAL DOS POLICIAIS POR ESTADO

TIPO	R.G. NORTE	PERNAMBUCO	ALAGODAS	RORAIMA	ESP. SANTO	CEARÁ
AGENTE	575,44	802,77	559,14	637,03	956,27	375,69
INVESTIGADOR	765,44				1.237,52	456,70
ESCRIVÃO	765,44	891,94	615,00	637,03	1.365,07	528,68

**VIATURAS CONSIDERADAS EM ESTADO  
REGULAR**

<b>DISTRITO</b>	<b>QUANT. POLICIAIS</b>	<b>QUANT. VIATURAS</b>
<b>DEL. DE FURTOS DE VEÍCULOS</b>	<b>14</b>	<b>02</b>
<b>DEL. CANINDÉ</b>	<b>12</b>	<b>01</b>
<b>DEL. MARANGUAPE</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. RUSSAS</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. ARACATI</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEP. DE INTELIG. POLICIAL</b>	<b>08</b>	<b>03</b>
<b>DEL. CRATO</b>	<b>07</b>	<b>02</b>
<b>DEL. TAUÁ</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>DEL. JAGUARIBE</b>	<b>05</b>	<b>02</b>

**OBS.: DOAÇÃO FEITA AO 31º DISTRITO PELO GRUPO PAGUE MENOS. 01 VIATURA PARA SETE POLICIAIS.**



<b>19° DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>22° DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>20° DISTRITO</b>	<b>05</b>	<b>01</b>
<b>21° DISTRITO</b>	<b>05</b>	<b>01</b>
<b>30° DISTRITO</b>	<b>05</b>	<b>01</b>
<b>32° DISTRITO</b>	<b>05</b>	<b>01</b>
<b>DEL. DELITOS DE TRÂNSITO</b>	<b>05</b>	<b>01</b>
<b>DEL. BATURITÉ</b>	<b>04</b>	<b>01</b>



<b>DEL. NARCÓTICO</b>	<b>08</b>	<b>02</b>
<b>33° DISTRITO</b>	<b>08</b>	<b>01</b>
<b>1° DISTRITO</b>	<b>08</b>	<b>01</b>
<b>9° DISTRITO</b>	<b>08</b>	<b>01</b>
<b>11° DISTRITO</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>15° DISTRITO</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>23° DISTRITO</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>24° DISTRITO</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>DEL. AQUIRÁZ</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>DEL. TIANGUÁ</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>DEL. IGUATU</b>	<b>07</b>	<b>01</b>
<b>DEL. PACATUBA</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>29° DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>28° DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>12° DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>
<b>14° DISTRITO</b>	<b>06</b>	<b>01</b>



**VIATURAS CONSIDERADAS EM ESTADO RUIM**

<b>DISTRITO</b>	<b>QUANT. POLICIAIS</b>	<b>QUANT. VIATURAS</b>
<b>34° DISTRITO</b>	<b>32</b>	<b>02</b>
<b>DEL. DEFRAUD. E FALSIFICAÇÕES</b>	<b>16</b>	<b>01</b>
<b>DEL. DEFESA DA MULHER</b>	<b>15</b>	<b>02</b>
<b>DIV. INV. POLICIAL</b>	<b>12</b>	<b>01</b>
<b>DEL. FURTOS E ROUBOS</b>	<b>10</b>	<b>04</b>
<b>DEL. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. ACARAÚ</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. SOBRAL</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>DEL. ITAPIPOCA</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>7° DISTRITO</b>	<b>10</b>	<b>01</b>
<b>3° DISTRITO</b>	<b>09</b>	<b>01</b>
<b>18° DISTRITO</b>	<b>09</b>	<b>01</b>
<b>DEL. CAMOCIM</b>	<b>09</b>	<b>01</b>
<b>DEL. SEN. POMPEU</b>	<b>08</b>	<b>01</b>



## RELATÓRIO FINANCEIRO



REQUERIMENTO Nº. \_\_\_\_\_  
MENSAGEM Nº. \_\_\_\_\_  
PROJETO DE lei Nº 142/96  
RETO AO AUTÓGRAFO DE LEI Nº \_\_\_\_\_  
CORRESPONDÊNCIA ( )  
LIDO NO EXPEDIENTE / TRIBUNA DA 112 SESSÃO Ordinária  
( ) INCLUIR NA ORDEM DO DIA  
( ) INCLUIR NA ORDEM NO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
(  ) PUBLICAR E INCLUIR NA ORDEM DO DIA  
( ) PRECISAR (Art. 170) \_\_\_\_\_  
( ) ENTREGAR POPULAR A AÇÃO DO REQUERIMENTO  
( ) ENCAMINHAR À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
( ) ENCAMINHAR À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
DIÁRIO 13 DE \_\_\_\_\_ 05 de agosto 1996

3-2  
03  
R.L.

A Coordenadoria das Consultorias Técnicas

Em 05/12/96

José Filomeno de Moraes Filho  
Procurador

ENCAMINHE - SE A

Dra. Giselle Paula Macedo

EM 06/12/1996

Ruth de Holanda

RUTH DE HOLANDA  
Coordenadora

Coordenadora das Consultorias Técnicas



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**



*Rua Sobral S/N — Catedral*  
*Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953*  
*60 030 — Fortaleza — Ceará*

**DECLARAÇÃO**

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH, associação de direito privado, sito à Rua Sobral, S/N - Centro, sub-solo da Catedral da Sé, Fortaleza - Ceará declara para os devidos fins de direito de que se obriga a publicar anualmente o demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período anterior, quando subvencionada pela União

Fortaleza, 05 de Maio de 1997

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

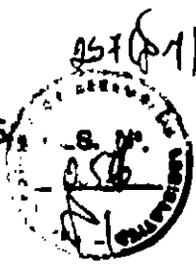
Pe. Lino Allegri

Pe. Lino Allegri  
Diretor



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará



**DECLARAÇÃO**

Eu, Padre Lino Allegri, estrangeiro de nacionalidade italiana, solteiro, pároco, residente à Rua Larga, 44 - Goiabeiras/Barra do Ceará - Fortaleza - Ceará, carteira de identidade número W 006895 - F, declaro para os devidos fins que foram publicados da forma devida os relatórios dos últimos 03 anos do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

Fortaleza, 05 de Maio de 1997

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

Pe. Lino Allegri  
Pe. Lino Allegri  
Diretor

C A R T Ó R I O  
ALEXANDRE ROLIM  
Rua Major Facundo 397  
SOLANGE GRACE  
MOURA ROLIM Tabella  
MARIA AVELINA  
DA SILVA

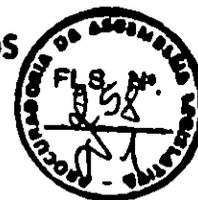
Reconheço a(s) firma(s) Suzana  
de Lino Allegri - e  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Dou fé.  
Fortaleza 05 de Maio de 1997  
Em testemunho da verdade

Suzana  
Mary



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS  
ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará



**DECLARAÇÃO**

Eu, Rosiana Pereira Queiroz, brasileira, solteira, educadora, residente à Rua Fernando Augusto, 987 - Parque Santo Amaro, Fortaleza-Ceará, carteira de identidade número 91002207099 SSP-CE, declaro para os devidos fins que foram publicados da forma devida os relatórios financeiros dos últimos 03 anos do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

Fortaleza, 05 de Maio de 1997

*Rosiana Pereira Queiroz*  
Rosiana Pereira Queiroz  
Secretária

CARTÃO MELO JUNIOR Rua Major Facundo, 660 Fone: 261-1553	Reconheço esta(s) firma(s): <input checked="" type="checkbox"/> SUPRA <input type="checkbox"/> infra
	Como Verdadeiro(a) <input checked="" type="checkbox"/> BEM <input type="checkbox"/> MAL
O referido é verdade. Dou Fé	
Foi em Fortaleza, <b>19 MAIO 1997</b>	
EVANDRO FERREIRA PESSOA Escritor Autorizado na Forma do art. 20 § 1º da Lei 8935/94	

*Rosiana Pereira Queiroz*



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará



**DECLARAÇÃO**

Eu, Renan Cajazeiras Monteiro, brasileiro, casado, advogado, residente à rua Papi Júnior, 1765 - Rodolfo Teófilo - Fortaleza - Ceará, carteira de identidade número 9000300725-7 SSP-CE, declaro para os devidos fins que foram publicados da forma devida os relatórios financeiros dos últimos 03 anos do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

Fortaleza, 05 de Maio de 1997

Renan Cajazeiras Monteiro  
Tesoureiro

CARTÓRIO MELO JUNIOR Rua Major Facundes, 660 Fone. 731.1055	Recolha as seguintes assinaturas	<input checked="" type="checkbox"/> SUPRA	<input type="checkbox"/> INFRA
	Com as respectivas rubricas	<input type="checkbox"/> RETRO	<input type="checkbox"/> ALADO
	O referido é verdade, julgo		
	For. Fortaleza		
	Em 05 de MAIO 1997.		
	EVANDRO FERREIRA PESSOA Escrivão Autorizado na Forma do art. 20, § 1º da Lei 8935/94		



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

*Rua Sobral S/N — Catedral*  
*Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953*  
*60 030 — Fortaleza — Ceará*



## **DECLARAÇÃO**

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH, associação de direito privado, sito à Rua Sobral, S/N - Centro, sub-solo da Catedral da Sé, Fortaleza - Ceará declara para os devidos fins de direito de que se obriga a publicar anualmente o demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período anterior, quando subvencionada pela União

Fortaleza, 05 de Maio de 1997

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe. Lino Allegri*

**Pe. Lino Allegri**  
**Diretor**



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**



Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará

**DECLARAÇÃO**

Eu, Padre Lino Allegri, estrangeiro de nacionalidade italiana, solteiro, pároco, residente à Rua Larga, 44 - Goiabeiras/Barra do Ceará - Fortaleza - Ceará, carteira de identidade número W 006895 - F, declaro para os devidos fins que foram publicados da forma devida os relatórios dos últimos 03 anos do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

Fortaleza, 05 de Maio de 1997

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

*Pe Lino Allegri*

Pe. Lino Allegri  
Diretor

**C A R T Ó R I O**  
**ALEXANDRE ROLIM**  
Rua Major Focundo 387  
**SOLANO GRACE**  
**MOURA ROLIM TeFellá**  
**MARIA AVELINA**  
**DA SILVA**

Escrevente Autorizado

Reconheço a(s) firma(s) Supra  
de: Lino Allegri

Dou fé.

Fortaleza 05 de Maio de 1997

Em testemunho da verdade

*[Signature]*  
Mary



**CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA**

Rua Sobral S/N — Catedral  
Caixa Postal, D-31 — Telefone: 226-1953  
60 030 — Fortaleza — Ceará



**DECLARAÇÃO**

Eu, Rosiana Pereira Queiroz, brasileira, solteira, educadora, residente à Rua Fernando Augusto, 987 - Parque Santo Amaro, Fortaleza-Ceará, carteira de identidade número 91002207099 SSP-CE, declaro para os devidos fins que foram publicados da forma devida os relatórios financeiros dos últimos 03 anos do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

Fortaleza, 05 de Maio de 1997

*Rosiana Pereira Queiroz*  
Rosiana Pereira Queiroz  
Secretária

Handwritten signature: *Rosiana Pereira Queiroz*

CANTORIO MELO JUNIOR Rua Meiro Recunda, 650 FONE: 731 1655	Reconhecimento assim formalizado <input checked="" type="checkbox"/> SJPA <input type="checkbox"/> JURA <input type="checkbox"/> SEMPRE <input type="checkbox"/> RETRO <input type="checkbox"/> FOLHA
	O referido é verdadeiro, em Fort em 05 de 19 MAIO de 1997
EVANDRO FERREIRA PESSOA Escritório Autorizado na Forma do art. 2º, § 1º da Lei 8935/94	





PODER DO POVO  
**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**

G

**PARECER N.º L0224.96  
REF. PROJETO DE LEI N.º 142/96  
AUTOR: DEPUTADO MÁRIO MAMEDE**

**APRESENTA O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO MÁRIO MAMEDE PROJETO DE LEI N. 142/96 QUE "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA".**

A Lei Estadual n.º 12.554 de 27 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial de 06 de fevereiro de 1996, dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública à instituição de natureza privada e revoga a as Leis n.ºs 10.044/76 e 10.616/81.

Estabelece o *caput* do art. 2º da mencionada legislação que a concessão de utilidade pública far-se-á através de lei estadual, devendo a entidade interessada instruir a respectiva proposição legislativa com toda a documentação necessária ao preenchimento das exigências ali enumeradas.

Analisada a farta documentação aposta ao projeto *sub examinen*, constatamos que o *Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza* preenche de forma satisfatória todas as exigências impostas pela prefalada Legislação, principalmente no tocante às atividades por ele prestadas à coletividade.



PODER DO LEGISLATIVO  
**ASSEMBLÉIA**  
CEARÁ  
**LEGISLATIVA**

Assim, por não vislumbrarmos nenhum óbice de ordem jurídico-constitucional e por encontrar-se o Projeto de Lei n.º142/96 em consonância com os ditames da Lei 12.554/95, opinamos pelo parecer favorável à matéria.

É o parecer favorável, S.M.J.  
Fortaleza, 30 de maio de 1997.

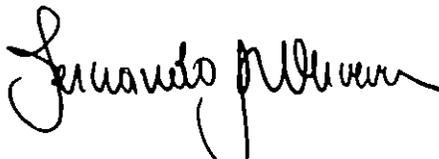
  
**Giselle Paula Macedo**  
**Consultora Técnico-Jurídica**

De acordo com o parecer A considerações do  
Sr. Procurador.

Em 30 05 97  
Ruth Rbe Lima  
Diretor da Consultoria Técnico-Jurídica

Aprimo o parecer às fls. 64/65 Remessa dos autos  
à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

5.6.1997.



**DR. FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA**  
Procurador da Assembleia Legislativa



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

DESIGNO RELATOR O SR. DEPUTADO

*Mário Mamede*  
Comissão de Justiça, em 12 de 06 de 1997

*[Assinatura]*  
Presidente

### PARECER

O Projeto de Lei nº 0142/96 - Utilidade Pública, de autoria do Exmº Sr Deputado Mário Mamede, encontra-se de acordo com as normas constitucionais vigentes.

Isto posto e pela importância da matéria, vez que o Centro de Defesa e Promoção de Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza realiza um grande trabalho em prol das comunidades cearenses, sou pela sua admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Fortaleza, 16.06.97

*[Assinatura]*  
Deputado Barros Pinho  
Relator

APROVADO O PARECER.

Comissão de Justiça, em 16 de 06 de 1997

*[Assinatura]*  
Presidente

ENCAMINHE-SE À MESA DIRETORA

Comissão de Justiça, em 16 de 06 de 1997

*[Assinatura]*  
Presidente

APROVADO EM VOTAÇÃO INICIAL

Em 17 de 06 de 1997

*[Handwritten Signature]*  
1. SECRETÁRIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E REDAÇÃO

APROVADO EM VOTAÇÃO FINAL

Em 18 de 06 de 1997

*[Handwritten Signature]*  
1. SECRETÁRIO

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA  
Em 19 de Junho de 1997  
1.º SECRETÁRIO



## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 142/96

**Considera de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.**

### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

#### DECRETA:

**Art. 1º.** É considerado de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, sociedade civil sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, com sede e foro na cidade de Fortaleza, à Rua Sobral, S/N- Centro

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

**PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 19 de junho de 1997.**

\_\_\_\_\_ PRESIDENTE

\_\_\_\_\_ RELATOR

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Banciano. Publica  
de como Lei.  
Em 09/07/97.

LEI Nº 12.706, DE 09 DE JULHO DE 1997.

GOVERNADOR DO ESTADO



PODER DO POVO  
**ASSEMBLEIA**  
C E A R Á  
**LEGISLATIVA**

## AUTÓGRAFO NÚMERO TRINTA E DOIS

Considera de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.

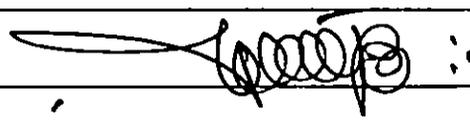
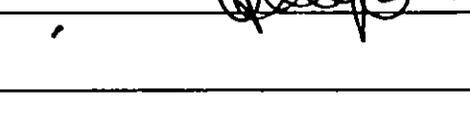
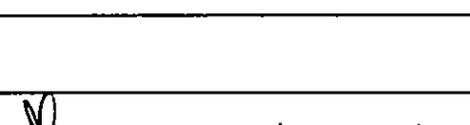
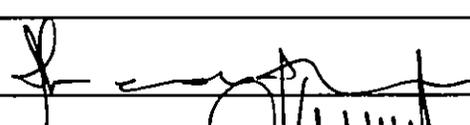
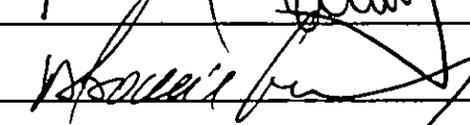
### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

#### DECRETA:

Art. 1º. É considerado de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, sociedade civil sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, com sede e foro na cidade de Fortaleza, à Rua Sobral, S/N- Centro

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 19 de junho de 1997.

	DEP LUIZ PONTES PRESIDENTE
	DEP TEODORICO MENEZES 1º VICE-PRESIDENTE
	DEP JOSÉ SARTO 2º VICE-PRESIDENTE
	DEP WELINGTON LANDIM 1º SECRETÁRIO
	DEP. RICARDO ALMEIDA 2º SECRETÁRIO
	DEP. PEDRO TIMBÓ 3º SECRETÁRIO
	DEP VALDOMIRO TÁVORA 4º SECRETÁRIO

PROVIDENCIADO O AUTÓGRAFO  
DE LEI Nº. 32 DE 9/6 /97

LEI Nº. 12706 DE 09/7 /97  
PUBLICADA EM 15 /07 /97

ARQUIV- SE  
DIV EX- E-RELATIVO  
EM 01 / 08 / 97

Quero